



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

André Luís Borges de Oliveira

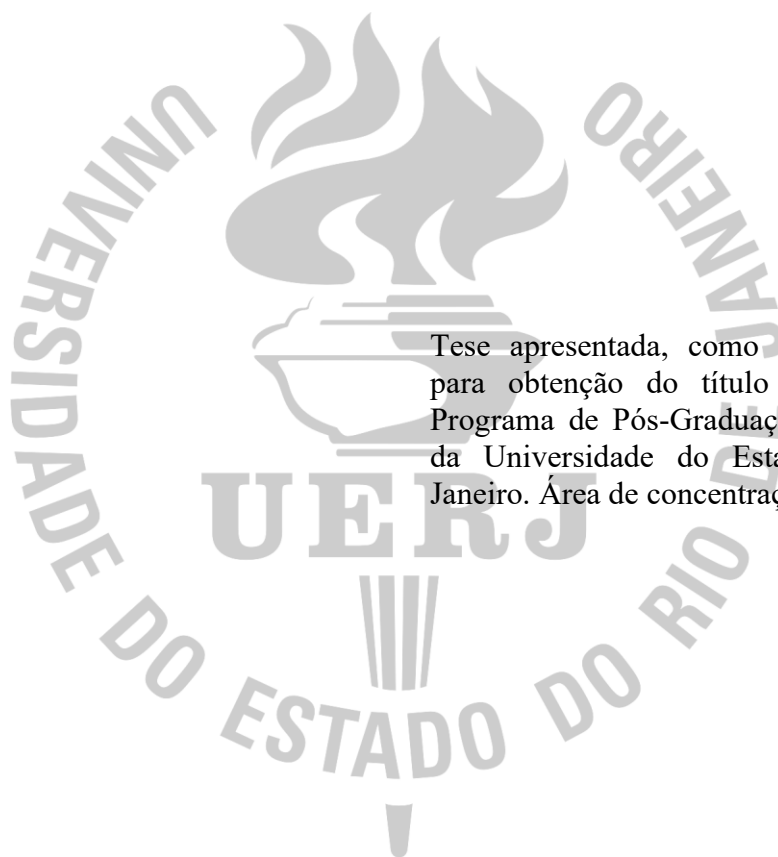
Filosofia no agreste

Rio de Janeiro

2026

André Luís Borges de Oliveira

Filosofia no agreste



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Cardozo Coelho.

Rio de Janeiro

2026

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

O48

Oliveira, André Luís Borges de.
Filosofia no agreste / André Luís Borges de Oliveira. – 2026.
174 f.

Orientador: Carlos Cardozo Coelho.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Filosofia brasileira - Brasil - Teses. 2. Descolonização - Brasil - Teses. 3. Desconstrução (Filosofia) - Teses. 4. Filosofia - Brasil - Teses. I. Coelho, Carlos Cardozo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 1(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

André Luís Borges de Oliveira

Filosofia no agreste

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Filosofia.

Aprovado em 06 de julho de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Cardozo Coelho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profa. Dra. Izabela Aquino Bocayuva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profa. Dra. Giovanna Marina Giffoni
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Victor Alexandre Garcia Pires
Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do
Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2026

DEDICATÓRIA

Aos familiares que partiram durante este trabalho: meu pai Luis Antonio Borges de Oliveira e
meu gatinho Bruce.

AGRADECIMENTOS

Às pessoas presentes que prestigiaram minha defesa. Minha mãe Maria Lucia e meu pai Denilson Marinho, obrigado pelo suporte necessário sem o qual não daria os primeiros, segundos e terceiros passos. Dudinha, Maria Eduarda, sobrinha querida que representou no dia toda a nova geração da minha família, muito obrigado. Mari, muito obrigado pelo apoio ao longo de todo este processo, teria outra cara sem você. Supervisora Camila, seu abraço apertado faz a diferença, obrigado! Amanda Leãozinho, sua doçura sempre me surpreende, obrigado por estar lá comigo. Ozeias, espero que tenha gostado, muito obrigado. Desconhecido, não recordo seu nome, mas muito, muito obrigado por ter ido e permanecido, pois meu trabalho é tanto aos amigos feitos, quanto a fazer.

Aos ausentes que se fizeram presentes a seu modo, assistindo virtualmente, tentando assistir ou contribuindo de alguma forma. Minhas irmãs Mariana e Gabriela, vocês se tornaram mulheres incríveis, eu aprendo muito com sua companhia, obrigado. Allan, obrigado por sempre me tratar carinhosamente, pelos churrascos e pela boa influência para minha irmã, sobrinho e sobrinha. Leonir, tia que me viu crescer e me ensinou a sambar, obrigado. Erick Lucas, Nicole e Tainá, continuem sendo essas pessoinhas incríveis, muito obrigado. Débora, você é uma boa pessoa, muito obrigado pelas resenhas e fofocas e companhia. Flan, dizem que somos muito parecidos, que elogio! Gilberto, obrigado pelas palavras sempre gentis. Amanda, você muda e se muda sem perder o talento, muito obrigado. Tayná, indo aos meus eventos desde minhas apresentações musicais na adolescência, obrigadíssimo. Thay, se sair do doutorado foi difícil, entrar também não foi fácil, você sabe. E veja, deu tudo certo mesmo, muito obrigado. Gabi, dos 18 aos 34 e seguindo, muito obrigado pelo carinho. Patrícia, a filha querida, acadêmica inteligente e amiga gentil de papos e confidências, obrigado. Felipe, obrigado por essa amizade que perpassa décadas. Rafa, que me acolhe na Tijuca e em Barbacena com um sorriso e uma aventura, obrigado. Vinícius, obrigado pelo abrigo de eras sob os tetos com risadas e conversas. Alice, obrigado pela inteligência, força e, ao mesmo tempo, leveza. Pedro, obrigado pelas muitas conversas e ensinamentos. Leandro, obrigado por segurar a barra no trampo enquanto eu escrevia entre uma reunião e outra. Silvinha e Fee, obrigado por me mostrarem na prática como a amizade feminina ao longo de anos é vital para um homem. Fabi, seu carinho, companheirismo, doçura e paixão são combustíveis que dão sentido a tudo isso aqui escrito: muito obrigado.

Deus meu, são tantos a agradecer: Pedro, Ana, Patrícia, Julinha, Fabio, Thiago, João

Esdras, André Vinícius, Omar, Daniel, Rodrigo, Fernando, Bruno, Rayza, Galuh, Giza, Ana Clara, Anaís, Michelle, Ana Laura, Odete, Manu... aos colegas de trabalho, aos amigos, aos amores que ficaram pelo caminho, à família de quatro patas, eu não estaria aqui sem vocês.

Aos mestres que me formaram, em especial à banca que aceitou o convite de me arguir e ao orientador. Professor Wilson e professora Selma, muito obrigado por mostrar por A + B que estar no topo da carreira não significa elitismo, nem falta de preocupação constante com o bem público. Professores Antonio e Manuel, obrigado pelas portas abertas de casa e da academia, da graduação até agora.

À ancestralidade que me acompanha, me protege e me aconselha. Mãe Wânia, obrigado pelo amparo espiritual.

À sociedade que tanto me deu e que conta comigo para dar prosseguimento à resistência.

RESUMO

OLIVEIRA, André Luís Borges de. *Filosofia no agreste*. 2026. 174 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

Esta tese sem cara de tese propõe uma reflexão metafilosófica sobre os modos de fazer filosofia no Brasil, sustentando que a transformação do pensamento exige novas formas de sua expressão. Partindo da crítica de certos binarismos como conteúdo e forma e mudança e permanência, consolidada pela tradição filosófica ocidental desde Platão, o trabalho argumenta que além de ampliar o repertório de autores e temas, é necessário também a diminuição e a exclusão de outros tantos, bem como alterar as estruturas acadêmicas que historicamente legitimam determinados saberes e marginalizam outros. Inclusive, nós que pretendemos fazer diferente, normalmente recaímos no mesmo, portanto, do ponto de vista formal, para fugir da hipocrisia da crítica sem autocrítica, ousa-se no próprio textual da obra acadêmica com mais ou menos sucesso. Do ponto de vista do conteúdo, enquanto o percurso histórico-conceitual privilegiou a abstração, a racionalidade e os modelos europeus de validação do conhecimento, produzindo um distanciamento entre experiência vivida e elaboração conceitual, em contraposição, aqui defende-se uma filosofia brasileira que pense a partir de suas condições culturais, linguísticas, existenciais, suas autores e seus autoras. Incorporando experimentação ensaística, escrita híbrida e aproximação entre rigor filosófico e sensibilidade estética, parte-se da tradição para as margens, isto quer dizer: ouvir as vozes silenciadas e seus modos de dizer, mesmo não sabendo ou não tendo sido ensinado como o fazer, daí o erro, daí a criação, daí a ousadia. Por essa razão, o texto articula debates sobre a identidade filosófica brasileira, colonialidade do saber e práticas institucionais de ensino e pesquisa, propondo uma revisão dos critérios de produção e circulação do conhecimento filosófico. Para tanto, explora-se as opiniões na Coluna Anpof sobre o tema, relatos pessoais, fatos históricos e anedóticos. Assim, apresenta-se simultaneamente como investigação teórica e intervenção prática, buscando demonstrar que forma e conteúdo constituem dimensões inseparáveis do filosofar e que a reinvenção não só é possível como fundamental, que temos muito saber, que temos timidez em saber, que não temos muita concordância sobre o que somos, mas que devemos nos empenhar para construir um lugar mais acolhedor ao pensamento nosso de cada dia.

Palavras-chave: filosofia brasileira; metafilosofia; descolonização; desconstrução.

RESUMEN

OLIVEIRA, André Luís Borges de. *Filosofia en el agreste*. 2026. 174 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

Esta tesis sin apariencia de tesis propone una reflexión metafilosófica sobre los modos de hacer filosofía en Brasil, sosteniendo que la transformación del pensamiento exige nuevas formas de expresión. Partiendo de la crítica a ciertos binarismos, como contenido y forma, así como cambio y permanencia, consolidados por la tradición filosófica occidental desde Platón, el trabajo argumenta que, además de ampliar el repertorio de autores y temas, es necesario también disminuir y excluir muchos otros, así como transformar las estructuras académicas que históricamente legitiman determinados saberes y marginan otros. Incluso quienes pretendemos hacer algo diferente solemos recaer en lo mismo; por ello, desde el punto de vista formal, para escapar de la hipocresía de una crítica sin autocritica, se ensaya en el propio tejido textual de la obra académica, con mayor o menor éxito. Desde la perspectiva del contenido, mientras el recorrido histórico-conceptual privilegió la abstracción, la racionalidad y los modelos europeos de validación del conocimiento, produciendo un distanciamiento entre la experiencia vivida y la elaboración conceptual, aquí se defiende, en contraposición, una filosofía brasileña que piense desde sus propias condiciones culturales, lingüísticas y existenciales, así como desde sus propios autores y autoras. Incorporando la experimentación ensayística, la escritura híbrida y la aproximación entre el rigor filosófico y la sensibilidad estética, se parte de la tradición hacia los márgenes; esto significa escuchar las voces silenciadas y sus modos de decir, aun sin saber o sin haber aprendido cómo hacerlo: de ahí el error, de ahí la creación, de ahí la osadía. Por esta razón, el texto articula debates sobre la identidad filosófica brasileña, la colonialidad del saber y las prácticas institucionales de enseñanza e investigación, proponiendo una revisión de los criterios de producción y circulación del conocimiento filosófico. Para lo cual, se exploran las opiniones publicadas en la Coluna ANPOF sobre el tema, relatos personales y acontecimientos históricos y anecdóticos. Así, la obra se presenta simultáneamente como investigación teórica e intervención práctica, buscando demostrar que forma y contenido constituyen dimensiones inseparables del filosofar y que la reinención no solo es posible, sino fundamental; que poseemos un vasto saber, que sentimos timidez frente a ese saber, que no existe un amplio consenso sobre lo que somos, pero que debemos esforzarnos por construir un espacio más acogedor para nuestro pensamiento cotidiano.

Palabras clave: filosofía brasileña; metafilosofía; descolonización; deconstrucción.

ABSTRACT

OLIVEIRA, André Luís Borges de. *Philosophy in the semi-arid transition zone*. 2026. 174 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2026.

This thesis, which bears little resemblance to a conventional thesis, offers a metaphilosophical reflection on the ways philosophy is practiced in Brazil, arguing that the transformation of thought requires new forms of expression. Beginning with a critique of certain binary oppositions—such as content and form, change and permanence—consolidated by the Western philosophical tradition since Plato, the study contends that, beyond expanding the range of authors and themes, it is also necessary to reduce and even exclude others, as well as to transform the academic structures that have historically legitimized certain forms of knowledge while marginalizing others. Indeed, even those who seek to do philosophy differently often end up reproducing the very patterns they criticize. Therefore, on the level of form, this work deliberately experiments with the textual structure of the academic dissertation itself, with varying degrees of success, in an attempt to avoid the hypocrisy of critique without self-critique. With regard to content, whereas the historical and conceptual trajectory of philosophy has privileged abstraction, rationality, and European models for validating knowledge—thereby creating a distance between lived experience and conceptual elaboration—this dissertation advocates a Brazilian philosophy grounded in its own cultural, linguistic, and existential conditions, as well as in its own authors, both men and women. By incorporating essayistic experimentation, hybrid writing, and a rapprochement between philosophical rigor and aesthetic sensibility, the work moves from the tradition toward the margins. In other words, it seeks to listen to silenced voices and their own ways of speaking, even without knowing—or having been taught—how to do so. Hence the mistakes; hence the creation; hence the audacity. For this reason, the text brings together debates on Brazilian philosophical identity, the colonality of knowledge, and institutional practices of teaching and research, proposing a reassessment of the criteria governing the production and circulation of philosophical knowledge. To this end, it examines contributions published in the ANPOF Column on the subject, alongside personal accounts and historical and anecdotal episodes. The thesis thus presents itself simultaneously as a theoretical investigation and a practical intervention, seeking to demonstrate that form and content are inseparable dimensions of philosophical practice; that reinvention is not only possible but essential; that we possess a wealth of knowledge; that we are often hesitant to acknowledge what we know; that there is little consensus about who we are; and that we must nevertheless strive to build a more welcoming place for our own everyday thought.

Keywords: Brazilian philosophy; metaphilosophy; decolonization; deconstruction.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	PRÉ-TEXTO PARA TESE DE DOUTORADO.....	14
1.1	Conteúdo e forma até Platão.....	15
1.2	Conteúdo e forma pós-Platão.....	20
1.3	Conteúdo e forma aqui.....	25
2	POR QUE FAZEMOS FILOSOFIA DE TAL MODO.....	29
2.1	Uma reflexão sobre o fluxo das mudanças.....	29
2.2	Sobre uma estrutura para conceber a mudança.....	32
2.3	O risco da mudança.....	36
2.4	A segurança da permanência.....	42
2.5	O pensamento dominado.....	52
2.5.1	<u>A palavra dominada</u>	59
2.5.2	<u>A filosofia dominada</u>	62
2.6	A filosofia no país do futebol.....	65
3	COMO A FILOSOFIA ENTENDE A FILOSOFIA BRASILEIRA.....	73
3.1	Autocrítica antes da crítica.....	73
3.2	A resposta oficial da área.....	80
3.3	Uma questão: filosofia brasileira?.....	83
3.4	A quem interessa a filosofia brasileira.....	93
3.5	Dever de casa feito.....	100
3.6	Filosofias de ultramar.....	105
3.7	Turistar e viajar em filosofia.....	108
3.8	O primeiro nome na filosofia.....	120
4	AS FILOSOFIAS BRASILEIRAS QUEREM FILOSOFAR.....	129
4.1	Comento logo existo.....	129
4.2	A demanda reprimida dos outros.....	131
4.3	Responder é dar vida.....	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	161

INTRODUÇÃO

Fazer filosofia é também aprender a desconfiar das formas pelas quais fazemos filosofia. Talvez essa seja uma das tarefas mais difíceis da contemporaneidade filosófica: voltar-se não apenas para os conceitos que produzimos, mas para as estruturas que os tornam possíveis. Há tempos nos habituamos a imaginar o pensamento como algo separado de sua maneira de expressão, como se o conteúdo pudesse existir independentemente da forma que o comunica. Tal separação, embora jamais absoluta, sedimentou um modo de compreender o conhecimento baseado na hierarquização da abstração sobre a experiência, da conceituação sobre a vivência, da razão sobre outras formas de apreensão da realidade.

Não é um incômodo arbitrário diante da tradição, mas a percepção de que se algo não está dando certo, algo precisa mudar. Não se trata de rejeitar pura e simplesmente o que veio antes, mas de perceber que os próprios modos de fazer filosofia carregam implicações políticas, culturais e existenciais. A maneira como se escreve, como se argumenta, como se organiza uma tese, quais autores são considerados legítimos, quais temas parecem dignos de investigação e quais permanecem à margem: tudo isso participa da produção do conhecimento filosófico. Em outras palavras, não existe conteúdo neutro, assim como não existe forma inocente. Toda estrutura pressupõe escolhas, interesses, exclusões e permanências.

Minha própria trajetória ao doutorado parte disso: como conciliar as transformações do mundo moderno com as quais eu queria participar com meu passado filosófico tradicional, repleto de estrangeirismos, arrogâncias simuladas em erudição e, também, muito conhecimento adquirido sob duras penas e desejos de aceitação. Realmente não bastava modificar conteúdos se continuasse reproduzindo as mesmas fôrmas que historicamente sustentou processos de exclusão. Mas como fazer? Poderia eu desler o que li, não ser filho de meus pais? Como não ser hipócrita – querer mudar sem nenhuma mudança de fato.

Sendo assim resolvi ousar. Fazer um trabalho que questionasse as próprias bases que possibilitou esse trabalho. Sabia que não bastava ler autoras sem alterar a estrutura que as marginalizou. Isso significaria apenas integrá-las aos mesmos critérios que antes as silenciavam. Estudar filosofias africanas, indígenas ou latino-americanas mantendo intacta a lógica eurocêntrica de validação do saber talvez seja apenas ampliar o catálogo no mesmo modelo. Fica entretanto o dilema: se quisermos colocar mais gente pra dentro, vai ter espaço? Vamos ler até quando? Faremos agora cursos de seis, sete anos de duração? Quem fica, quem vai? Há, portanto, uma dimensão estrutural do pensamento que precisa ser interrogada.

Decidi, portanto, fazer uma tese de filosofia brasileira brasileiramente. O que isso significará somente ficará claro conforme o farfalhar das folhas. Não esperem contudo um apanhado historiográfico de autores relevantes que compuseram nossa tradição, muito embora eles estejam presentes como quem olha de soslaio. Não esperem uma *grand thèse à la française*, pois a seriedade acadêmica aqui não será sinônimo de sisudez, nem retilineidade racional. Esperem autoras e autores “brasileiros”, esperem dribles e percalços teoricamente produtivos em sua confusão.

Lembremos que a tradição filosófica ocidental consolidou uma determinada estrutura de inteligibilidade baseada na clareza, na divisão e na categorização rigorosa do real. Isso remonta desde a separação platônica entre mundo sensível e inteligível até a racionalidade técnica moderna, tratando a realidade como algo decomponível em partes analisáveis. Claro, claro que tal movimento produziu avanços incontestáveis em diversos campos, mas, como havia dito, é até irresponsável percorrer o mesmo caminho sempre e esperar um resultado diferente. Sendo assim, o que chamamos de tese será uma grande experimentação ensaística, uma manifestação sistêmica caótica cujas as partes dançam entre si em vez de se encadearem, uma autocrítica a formação que tive, uma denúncia do formato que está aí e uma proposta de intervenção que se dá ao longo de todo texto.

Para isso, dividi o texto em quatro partes. A primeira é um convite. Aceitá-lo é empreender junto outra modo de fazer tese. Inclusive, já parou para pensar o que é uma tese? O formato tese é a ponta do *iceberg* que releva uma discussão sobre forma e conteúdo. Aquilo que hoje compreendemos como “ideia” esteve originalmente ligado à forma visível, antes da radical separação entre abstrato e concreto, pensamento e experiência apareciam de maneira muito mais intrínseca. Sua separação é fundamental para compreender o modo adotado para acontecermos na realidade.

A segunda parte fundamenta a noção de mudança e permanência. A importância dessa reflexão denota a dificuldade em se abraçar a diferença. Não é para menos, pois a filosofia ocidental construiu historicamente um arcabouço orientado para a estabilidade, a clareza e a categorização das ideias. Ainda que as respostas mudem ao longo do tempo, o modo de responder frequentemente permanece o mesmo. Caras amigas e amigos, o conflito destrói a realidade, mas também a constitui. Vida e morte, presença e ausência, permanência e transformação coexistem numa tensão contínua.

Perguntem aos especialistas se é mais fácil deixar tudo como está ou partir para a mudança? Normalmente essa pergunta demandaria muitos obséquios, fiz aqui com que os supostos detentores do saber descessem do tablado para ensinarem na mesma altura do restante

da turma. E ao pisar no chão da fábrica de mentes, constata-se que pensar exige assumir riscos. A transformação efetiva das estruturas depende da disposição para visitar o desconforto do estranho, da ambiguidade e da incerteza. Uma visita, pois ninguém quer morar onde não se sente confortável.

Dar uma passadinha, fazer da visitinha uma constante enquanto visitação tem muito a acrescentar no trato com o outro. Depois subir de volta para o tablado torna-se bem mais difícil. Pensar exige o simples, as ideias avulsas, os achismos. Se a opinião antes era produto da *doxa*, agora ela é também parte *sine qua non* da mais alta filosofia. Sua altivez vem do reconhecimento da sua pequenez. Ao menos é a abordagem que assumo e que me permite não ter dedos, só respeito, pelos que vieram antes, nossos mestres.

Essa discussão é particularmente relevante no contexto brasileiro. A filosofia produzida no Brasil historicamente desenvolveu-se sob forte influência europeia, com currículos, métodos de ensino e critérios de validação acadêmica estruturados a partir de modelos estrangeiros, tratados como universais. Qual deve ser nosso modelo? Nossos assuntos, nossos autores e autoras? Se o pensador de além-mar pode pensar caminhando pela Floresta Negra, porque não poderíamos entre quatro linhas? Com o corpo em movimento e driblando esta condição subalterna?

A terceira e quarta partes são um pouco mais pragmáticas nesse sentido, reconhecendo que a mudança não pode ser somente teórica. Vontade essa não só minha, pois, em 2016, surge a Coluna Anpof como uma tentativa de dialogar filosoficamente com o meio e a sociedade sobre os mais diversos problemas. Logo de cara tivemos um questionamento sobre o que seria filosofia brasileira. Isso desencadeou uma série de respostas dentre os mais proeminentes pensadores do mérito. Eu leio tudo até 2022 e tiro dali algum norte a respeito. É uma definição? Não, mas várias. Mesmo assim, é interessante observar como alguns cacoetes persistem na comunidade filosófica, bem como há sim figurinhas carimbadas e teorias sobre o que fazer para sair dessa. Tudo sugestões, hipóteses, ousadias.

Por um lado, existe o desejo de produzir pensamento próprio; por outro, insiste a insegurança diante do rompimento de modelos consagrados. Seremos tão somente comentaristas da filosofia europeia, como se nos coubesse interpretar, explicar ou aplicar conceitos produzidos alhures, mas não criar os próprios? Pensadoras feministas, filósofos descoloniais, autores negros, indígenas e latino-americanos têm apontado os limites da pretensa universalidade da tradição filosófica ocidental. Comentários autorais andam de mãos dadas com o texto original sem saber ao certo de qual minoria partem, mas cientes de seu papel dentro do cenário global: menor. Que bom que somos a pedrinha miudinha da História!

A quarta parte é a parte final. Ela traz muito da terceira com um toque de intervenção e propostas de como agir. Não é um manual, está mais aqui para provar de que é possível agir e que há muito o que fazer. Nesse contexto, a discussão sobre forma e conteúdo adquire dimensão política. Não se trata de incluir novas leituras, mas repensar os critérios pelos quais o pensamento é legitimado. Menciono o papel do currículo, bem como das avaliações. Sugiro posturas, conto casos pessoais, apresento caminhos. Cabe ressaltar que o próprio estilo textual da tese adorna conscientemente essa mudança de paradigma. Referências acadêmicas convivem com experiências pessoais, passagens poéticas e questionamentos metalinguísticos. O modo de escrever também pensa. A estrutura textual também produz sentido.

Assim, a tese se organiza como uma investigação simultaneamente filosófica e metafilosófica com pitadas históricas. Ao reconstruir parte do percurso que consolidou a tradição, discute conceitos como conteúdo, forma, verdade, mudança, permanência, racionalidade e subalternidade. Autocrítica pessoal e profissional porque interroga o próprio modo de produção do discurso, sua linguagem, seus interesses e, conseqüentemente, seus interessados. E estando eu na área, meu lugar de fala enquanto homem, filósofo, brasileiro. Meu ato de escrever, por exemplo, comporta maior abertura à experimentação sem deixar de abordar questões que considero essenciais. Não é um gosto pessoal apenas, mas demonstração prática da teoria.

O pensamento não precisa escolher entre rigor e sensibilidade, entre análise conceitual e experiência vivida. Talvez a própria riqueza da filosofia esteja justamente em sua capacidade de atravessar essas fronteiras, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre os limites e possibilidades da filosofia contemporânea brasileira. Talvez filosofar seja precisamente isso: manter vivo o desconforto diante do que parece natural demais, destruindo parte da estabilidade para impedir que ela se transforme em cegueira; estranhando aquilo que se pretendia habitual e, a partir daí, reinventar modos de existência, linguagem e pensamento.

1 PRÉ-TEXTO PARA TESE DE DOUTORADO

Fazer o que quer que seja pressupõe um determinado modo de se fazer. Pressupõe interesses, recursos, apoios... pressupõe uma estrutura sobre a qual conceitos são desenvolvidos e desenvolvem, como o fluir da água que segue o curso do leito do rio, ao mesmo tempo em que seu transcorrer conforma o mesmo rio. Isso é dizer que não há uma ideia de algo sem seu contexto, sem a possibilidade dessa mesma ideia ser concebida. E mais, demonstra o caráter formador de qualquer conceituação, propondo uma crítica para formar uma opinião enquanto tem sua opinião formada por outra opinião.

Este preâmbulo é muito importante para justificar o que virá a seguir neste trabalho. Para mostrar que conteúdo é forma e vice e versa, e que não basta alterar determinados conceitos, nem ler outros autores, se a estrutura que os concebe se mantiver inalterada, em especial no que concerne à estrutura tese. Por exemplo, essa estrutura mesma – à qual podemos chamar aqui de Filosofia, mas que abarca muito mais do que esta mera disciplina – que não dispunha a ler autoras, a não creditar valor a localidades não europeias, quando passa a ler, na melhor das hipóteses, às aproxima a padrões de juízo que não os dizem respeito. Seria como vestir uma roupa desconfortavelmente. Muito embora a criação de conteúdos seja fundamental para a manutenção ou desmantelamento da sociedade, precisamos ver a formação dos conteúdos como um conteúdo ele mesmo:

A filosofia é a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos [...]. O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 10-13).

Entretanto é compreensível que nos apeguemos mais a um do que a outro, acostumados que somos em dividir para conquistar. O que é mais importante para escrever uma tese, seu conteúdo ou sua forma, o que vem primeiro, o conceito ou como esse conceito se diz? Será, pois, conveniente fazermos um percurso de compreensão dessa relação de forma e conteúdo para notar que essa distinção nem sempre foi tão clara como supomos hoje para assim chegar ao que compreendemos por tese.

1.1 Conteúdo e forma até Platão

Quando o conteúdo passou a se distinguir essencialmente da forma em nossas mentes? Parece que estou falando grego. Pois estou! Lembremos que a palavra para ideia advém de *εἶδος*, que significa “o que é visto: forma, formato”¹ (LIDDELL; SCOTT, 1940, *εἶδος* – tradução minha), na língua de Homero. Uma pessoa tinha um formato em seu corpo, uma coisa tinha um formato qualquer de sua matéria, ou seja, a palavra dizia o que se percebe pela visão. Dessa maneira aparece na *Iliada* e na *Odisseia*, dessa forma a ideia enformava o mundo ao seu redor: “um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 2006, p. 133).

Paralelamente o mundo enforma a ideia. A solidariedade dos termos, o que aqui estou momentaneamente chamando de ideias, traduz a noção de que elas não estão sozinhas na realidade, não ainda. Elas se conectam uma à outra e esse conjunto constitui o próprio sistema que gerará e nomeará novas ideias. Não estou aqui interessado em saber quem veio primeiro, o ovo ou a galinha, conteúdo ou forma. Pelo contrário, argumento pelo conteúdo e forma, inclusive a própria ideia dessa separação varia e precisa ser levada em consideração, não importando a precedência histórica delas.

Hipocritamente, ao menos de modo aparente e do ponto de vista linguístico, há sim uma anterioridade da ideia de separação. A presença dos outros termos no sistema da língua é um reflexo de como encaramos a alteridade e nem sempre isso foi compreendido separado e muitos menos hierarquizado, embora pudesse haver distinções. Continuando o caminho da palavra: “A etimologia nos diz que vem da raiz indo-europeia **weid>εἶδ>ἰδεῖν* com o significado de ‘ver com a mente’ e não ‘pousar os olhos em’” (MURACHCO, 1998, p. 09). Ao afirmar que forma é conteúdo, não digo que forma é igual a conteúdo, mas que são duas faces da mesma moeda e, portanto, não devem ser pensados indissociados neste contexto, o da construção da ideia de ideia. Para pensar forma e conteúdo, imaginamos com propriedade achismos certos desta que seria a origem comum de línguas como o grego, latim e sânscrito, isto que chamamos de indoeuropeu. Qual a diferença, então, entre “pousar com os olhos”, “o que é visto” e “ver com a mente”, bem como o que isso tem a ver com forma e conteúdo?

¹ *that which is seen: form, shape*. Disponível em:

<[https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dei\)%3Ddos](https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dei)%3Ddos)>
Acesso em: 05 set. 2025.

O pouso do olhar soa como um gesto que se encerra no ato. A intenção dos olhos é o olhar, tendo isso realizado, dá-se por satisfeito. Mas não é isso que está contido na raiz indoeuropeia que aqui nos indica os outros sentidos em *εἶδος*: *εἶδον*, eu vejo, e, *οἶδα*, eu sei (LIDDELL; SCOTT, 1940, *εἶδω* – tradução minha)². Ver com a mente para nós do século XXI tem mais a ver com uma abstração, porém lembremos que noutra época, anterior à Platão, mente e corpo não eram coisas dissociáveis, portanto ver mentalmente ou ver com o corpo são praticamente sinônimos. O que é visto se apreende fisicamente porque se apresenta na mente e porque está na mente, é corpóreo.

Advogo aqui pelo pensamento concreto. Aquele que, como disse Nietzsche (1994, p. 56): “de tudo o que se escreve, aprecio somente o que alguém escreve com o próprio sangue, [...] Aquele que escreve em sangue e máximas não quer ser lido, mas aprendido de cor”, ou seja, aquela vivência transformada em palavras que ensina como quem marca na carne. Nesse sentido, a abstração enquanto uma entidade distinta da realidade material perde seu sentido. Ver com a mente traz não só uma mistura de sensações entre físico e intelecto, como carrega na palavra um mundo diferente do nosso atual, cujo conteúdo fazia intrinsecamente parte da forma.

Não é um absurdo pensar isso neste contexto. Corpo e mente, forma e conteúdo, até verdade e mentira não tinham a mesma percepção que temos. Ao trazer a etimologia, temos um acesso prático a uma realidade que há muito perdemos ou esquecemos, mas que convém revisitar para os mais diversos propósitos: “Etimologia não diz, em primeiro lugar, ciência linguística, que investiga a identidade entre os radicais das palavras. [...] Em sentido próprio (aqui, literal), etimologia diz *logos* do étimo, linguagem do próprio começo” (SCHUBACK, 1996, p. 62). É um convite para pensar a estrutura, a forma adormecida pela consciência, mas que embala o sono dos sentidos.

Esta ficção sincera não apenas fala de um passado linguístico compartilhado, mas de uma noção de apreensão da realidade que, arrisco dizer, era bem mais presente nos povos originários do que em nós hoje: a concretude da linguagem. E essa concretude se dava inclusive no que chamamos hoje por abstração. Os deuses se manifestavam a olhos nus, desde numa mísera pedra até nos fenômenos da natureza. Os mitos eram a história de um povo; as divindades, sua fundação e mantenedores de todo o sistema. Eram presentes, sentidos, tão naturais quanto a comida ingerida: “A comunidade e eu, o mundo do viver e eu, somos um só. Todos os seres vivos e não vivos pertencemos ao mesmo reino de existências interconectadas...

² *I see; I know*. Disponível em:

<<https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0057:entry=eī/dw1>>. Acesso em: 06 set. 2025.

[...]” (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2004, p. 64). Em suma, o que acontecia, era. Antes da filosofia, antes da maioria das cidades-Estado, se havia a separação entre forma e conteúdo, esta era tênue. Na unicidade da compreensão da realidade, soa no mínimo estranha a noção de que havia uma matéria concreta e algo que formasse essa matéria mas não fosse concreto também, e essa aproximação dava o tom da época.

A tonalidade a qual me refiro é aquela da musa do período arcaico da história, cujas palavras tinham peso e não havia discurso senão o verdadeiro. Qualquer outra coisa diferente dessa palavra-Verdade (*Alétheia*), cuja forma e conteúdo se confundem, passava apenas pela outra face do mesmo rosto, seu esquecimento (*Léthe*). A forma verdade estava lá naquele conteúdo misterioso, ou o conteúdo verdade estava naquela forma estranha, despercebida e esquecida:

Sua ‘Verdade’ é uma ‘Verdade’ assertórica: ninguém a contesta, ninguém a demonstra [...], *Alétheia* não é a concordância entre a proposição e seu objeto, tampouco a concordância de um juízo com os outros juízos; não se opõe à ‘mentira’; não há ‘verdadeiro’ em face do ‘falso’. A única oposição significativa é entre *Alétheia* e *Léthe* (DETIENNE, 2013, p. 29 – grifos no original).

Nesse contexto, falar de conteúdo e falar de forma era um e o mesmo, como se a forma do fogo fosse o próprio fogo e o modo como a verdade se processava fosse a própria verdade. Trago uns exemplos para corroborar minhas sandices sinceras. No início de seu livro *Os mestres da verdade*, Detienne (2013, pp. 01-02) traz um exemplo da palavra *Rta* e sua gama de sentidos:

Os indo-iranianos têm uma palavra comumente traduzida por Verdade: *Rta*. Mas *Rta* é também a prece litúrgica, o poder que garante o retorno das auroras, a ordem estabelecida pelo culto aos deuses, o direito, enfim um conjunto de valores que estilham nossa imagem da verdade.

Nota-se como a mera dicotomia entre certo e errado pouco dá conta. Bem como a abstração da forma em separado de seu conteúdo, ou seja, de um conteúdo amorfo, puro, ideal, muito menos de uma forma perfeita que servisse de modelo a todos os demais conteúdos. Não se trata apenas de uma palavra polissemântica mas do mesmo se dando de muitas maneiras, como dirá Aristóteles. O que certamente não significa dizer que tudo é a mesma coisa. Tudo é um, citando Heráclito, não sentencio a que tudo seja sempre igual, mas ter a humildade de saber que nem tudo seremos capaz de perceber, de que não havemos de controlar o mundo com o entendimento, pois ele eventualmente nos escapará.

Essa é uma relação intrínseca, em vez de dois pólos opostos ou indistinguíveis. Trazendo novamente o mestre Detienne (2013, pp. 77-78 – grifos no original), verdade e esquecimento, uma constitui a outra, uma conforma a outra. De modo semelhante, os deuses conformam os

homens que os conformam em seus rituais e mitos e a forma e o conteúdo caminham juntos, ora em harmonia, ora em disputa, mas nunca apartados:

Não há de um lado *Alétheia* (+) e do outro *Léthe* (-), mas entre esses dois pólos se desenvolve uma zona intermediária em que *Alétheia* desliza para *Léthe* e vice-versa. A ‘negatividade’, portanto, não está isolada, apartada do Ser; ela orla a ‘Verdade’, é a sua sombra inseparável. As duas potências antitéticas não são, pois, contraditórias, mas tendem uma à outra; o positivo tende ao negativo, que, de certo modo, o ‘nega’, mas sem o qual não se sustenta.

É Platão que separa, ao menos ocidentalmente, o concreto do abstrato. Claro que essa é uma afirmação forte e não leva em consideração outras partes do mundo, bem como a participação de outras personagens no próprio ocidente. Porém quero começar por aí para dar crédito a um pensamento comum que no geral é mais um viés de superioridade da mitologia europeia. Não, aqui estou trazendo para botar o dedo na ferida e dizer que esta ruptura teve sim um ponto de partida, pois volto a ele para cobrar sua responsabilidade em resolver sua bagunça: “Os diferentes povos da Antiguidade – assírio e babilônios, chineses e indianos, egípcios, persas e hebreus –, todos tiveram visões próprias da natureza e maneiras diversas de explicar os fenômenos e processos naturais. Só os gregos, entretanto, fizeram *ciência* [...]” (MARCONDES, 2007, p. 10 – grifo no original).

A palavra-Verdade foi cedendo espaço à palavra verdade, à verdadeira palavra. Gradualmente as sociedades foram se consolidando. E talvez para manter seguras suas posses, a noção de que os limites precisariam estar claros para distinguir o que era o que de quem, a quem este ou aquele conteúdo pertencia, foi se tornando cada vez mais familiar. Não tenho pretensão aqui de fornecer datas nem mais nem menos precisas, mas convém mencionar que a própria formação das cidades-Estado, bem como sua cultura, favoreceu o surgimento dessa distinção: “O ato de cercar, através das gerações, engendra um modo de vida que inclui a *apropriação* e a defesa do que tinha sido apropriado, na direção da *acumulação*” (RIBEIRO, 2021 – grifos no original).

Com o tempo, forçando a divisão para tornar mais fácil a compreensão, a apreensão, a conquista, o que era indivisível passa a ser divisível. No que se refere à cultura grega, berço deste modo de condicionamento social, dos coletores aos pastores, dos povos nativos às invasões dóricas, dos épicos às tragédias; a sociedade, as pessoas e suas palavras vão se compartimentando, controlando cada uma seu quinhão. A título de exemplificação, trago o seguinte comentário a fim de notarmos como o conflito vai fazendo parte do nosso hábito, desfazendo os nós da Verdade para a certeza, do Um para a separação do sensível e inteligível:

Eis que em todo o texto da *Oresteia* encampa o discurso um combate singular, uma luta corpo a corpo de diferentes acepções musicais da voz (fala, grito, hino, lamento, canto) contra a racional e bem pensada “palavra clara”. Uma batalha entre música e

logos rege toda a linguagem desta obra, desde os discursos mais razoáveis até, e principalmente, aos da desrazão (GIFFONI, 2025).

Naturalmente que a culpa não é toda do homem, reconhecendo um antes e um depois dele na história da separação, mas é nele que a coisa ganha um corpo nunca antes visto e que será base para boa parte das gerações vindouras. Não à toa Alfred North Whitehead (1969[1929], p. 53 – tradução minha) irá se referir ao mestre e seu impacto na filosofia ocidental como: “A caracterização geral mais segura da tradição filosófica europeia é que ela consiste em uma série de notas de rodapé a Platão”³.

E muito por isso, não caberá aqui destrinchar todas as características do pensador. Dariam outras teses. Foquemos em determinados pontos cruciais: “Não há como descrever o mundo, os seres sensíveis e as imagens sem descrever sua situação como ‘gênero’, necessariamente localizado no tempo e no espaço, à diferença das realidades que habitam o lugar hiperceleste” (ALMEIDA JÚNIOR, 2024, p. 314 – grifo no original). Esta posição se encontra num livro proposto exatamente para criticar a teoria de dois mundos platônicos, no entanto esta citação endossa a ideia da separação entre eles.

Por mais validade que seu argumento tenha, o autor supracitado reconhece a pertinência da distinção entre sensível e inteligível, e embora sempre possamos aprender algo de novo nas entranhas da obra, há um óbvio muito difícil de contra-argumentar: “Aprende então o que quero dizer com o outro segmento do inteligível, daquele que o raciocínio atinge pelo poder da dialéctica [...], sem se servir em nada de qualquer dado sensível, mas passando das ideias umas às outras, e terminando em ideias” (PLATÃO, 1987, pp. 312-313).

Há, pois, uma distinção vital entre sensível e inteligível. O *εἶδος* como forma ainda apreende com a mente, porém essa apreensão é essencial. Não é mais uma forma imanente, concreta, sensível como os deuses eram, mas inteligível, servindo de parâmetro para todas as coisas que antes eram próximas. Agora é inacessível, somente vislumbre:

Acompanho os intérpretes de Platão que sustentam serem as Formas ou Ideias platônicas diferentes não só dos corpos e das mentes, mas também das ‘Ideias da Mente’, isto é, das experiências conscientes e inconscientes: as Formas ou Idéias de Platão constituem um mundo *sui generis* (POPPER, 1975, p. 152 – grifo no original).

Platão se perguntava pelos conteúdos? Sim. Ele observou os diversos conceitos de bondade, verdade, justiça etc., contudo sua busca principal dizia respeito às formas ideais. Aquelas que não somente eram vistas pela mente, mas validadas pela mente. Hierarquicamente

³ *The safest general characterization of the European philosophical tradition is that it consists of a series of footnotes to Plato.*

superior, a forma mental devia ser almejada em prol do sensível: “sem se servir em nada de qualquer dado sensível, mas passando das ideias umas às outras, e terminando em ideias” (PLATÃO, 1987, pp. 312-313). E assim, consolida a separação de forma e conteúdo, seja abarcando “num só golpe de vista todas as ideias esparsas de um lado e do outro, e fundi-las numa só ideia geral” (PLATÃO, 2002, pp. 106-107), seja separando “novamente a ideia geral nos seus elementos, nas suas articulações naturais, sem todavia mutilar qualquer dos elementos primitivos, como faz um mau açougueiro” (PLATÃO, 2002, p. 107).

No que se refere ao ocidente, a relação entre conteúdo e forma nunca mais foi a mesma. A noção de verdade entre eles se alterou. Em Platão, a forma ideal portava mais verdade do que o mero conteúdo. Estava ele certo? Este não é o ponto aqui, mas em reconhecer a cisão e tudo o que virá a partir dela. Pois agora, podemos conceber com naturalidade, séculos e mais séculos de habituação, uma forma sem conteúdo, ou mesmo um conteúdo sem forma, ainda que apenas para análise, como se esses elementos pudessem estar de fato dissociados de si e prontos para o escrutínio de bons entendedores:

‘Sua interpretação é suficiente’, eu disse; ‘e agora, respondendo a essas quatro partes, assumo essas quatro influências ocorrendo na alma: intelecção ou razão para a mais elevada, entendimento para a segunda; atribua crença à terceira e à última pensamento pictórico ou conjectura, e organize-as em uma proporção, considerando que elas participam da clareza e precisão no mesmo grau em que seus objetos participam da verdade e da realidade (PLATÃO, 1969, 511d-511e – tradução minha).⁴

1.2 Conteúdo e forma pós-Platão

Depois do vaso quebrado, podemos colar com cola ou com ouro, mas nunca mais será o mesmo vaso. E talvez não deva ser mesmo. Vai saber. O que importa aqui é reconhecer que essa relação entre conteúdo e forma, sensível ou inteligível, ser e existência está em conflito até os dias atuais. Inclusive, logo após Platão já houve críticas a seu trabalho:

Mas acima de tudo poder-se-ia perguntar com que contribuem as Formas para as coisas sensíveis, quer para as que são eternas, quer para as que estão sujeitas à geração e à corrupção. Pois elas nem são causas de movimento, nem de qualquer mudança nessas coisas. Por outro lado, de modo algum contribuem para o conhecimento das outras coisas, ou para o seu ser, uma vez que não se encontram nos particulares que delas participam (ARISTÓTELES, 1969, p. 58).

⁴ “Your interpretation is quite sufficient,” I said; “and now, answering to these four sections, assume these four affections occurring in the soul: intellection or reason for the highest, understanding for the second; assign belief to the third, and to the last picture-thinking or conjecture, and arrange them in a proportion, considering that they participate in clearness and precision in the same degree as their objects partake of truth and reality”.

A seu modo, Aristóteles via essa separação como deficitária, por retirar demasiadamente do mundo sensível a atenção. Afinal, de que adianta pensar o que não se pode acessar na prática?! Notemos, ele critica o conteúdo platônico da forma, não a forma que poderia muito bem ser concebida no plano ideal, porém em vez de isso facilitar a compreensão da realidade, só a complica sem uma solução. A cisão, a separação, é parte essencial da percepção aristotélica do mundo, com suas categorias e críticas. Seja no que tange a física e suas descrições de animais e plantas, quanto em relação às artes e ao próprio ser:

Na visão de Aristóteles, a teoria das Ideias representa uma duplicação desnecessária de entidades. Os platônicos postulam Ideias para explicar a realidade sensível, mas aumentar o número de entidades não resolve o problema; ao contrário, o complica. As Ideias, segundo Aristóteles, são pelo menos iguais em número às coisas sensíveis, visto que para cada substância sensível existe algo com o mesmo nome que existe separadamente, e para realidades não substanciais também existe um um sobre os muitos (CAMILLO, 2010, p. 173 – tradução minha).⁵

A divisão muda de aparência, ora mais, ora menos divisiva, mas permanece como característica marcante do modo de pensar. O período helênico tenta também a seu modo “consertar” esse impasse: *mens sana in corpore sano* (JUVENAL, 1996, p. 142 – tradução de DA SILVA, 2009, pp. 58-59) é um bom exemplo de como, no mínimo, não convém trabalhar com conteúdo, esquecendo de cuidar também da forma. Neste viés ético, sem a comunhão de ambos, não seria possível ser feliz. Ontologicamente, separados, o ser estaria aquém de suas possibilidades de realização.

Chamo, contudo, atenção a um trecho menos conhecido do poema, seu final:

Deve-se pedir que se tenha mente sã num corpo são,
Embora, ao revés, tu peças algo mais e prometas nos templos
As entranhas e as língüiças divinas dos porcos brancos.
Peça um ânimo forte isento do terror da morte,
Como quem põe o extremo espaço da vida entre os dons da natureza,
Como quem possa suportar alguns labores,
Saiba não se irritar, nada deseje e antes
Creia melhores as provações de Hércules e as penosas tarefas
Do que tanto o prazer amoroso quanto banquetes, bem como as plumas de
Sardanapalo.
Eu mostro o que podes encontrar em ti mesmo: o caminho
Único da tranqüilidade certamente abre-se pela virtude de vida.
Não tens nenhum poder, Fortuna, se houver prudência.
Nós, apenas nós, te tornamos deusa, ó Fortuna, e te colocamos nos céus.

⁵ A juicio de Aristóteles, la teoría de las Ideas supone una duplicación innecesaria de entidades. Los platónicos postulan las Ideas para explicar la realidad sensible, pero aumentando las entidades no se soluciona el problema, más bien se lo complica. Las Ideas, según afirma Aristóteles, son al menos iguales en número a las cosas sensibles, pues para cada sustancia sensible hay algo del mismo nombre que existe aparte y para las realidades no sustanciales también existe un uno sobre lo múltiple.

O poeta literalmente expulsa a deusa da cidade romana, tirando seu poder. Parafraseando Platão, coloca na razão, na vontade humana, o destino da divindade, como se ele não fosse uma extensão dela mais. A relação entre adoradores e adorados, um necessitando do outro, não há mais. Não, a cisão está aqui, ainda que com cola dourada. A possibilidade de corpo sem alma, de humanos sem deuses, de mente sem corpo já está dada.

Com o cristianismo, essa separação torna-se ainda mais dual e conflituosa nas sociedades ocidentais. O deus cristão aparece para por um fim – a princípio definitivo – à cisão entre matéria e forma, acabando com a matéria, tornando-a insignificante em comparação com a divindade que a tudo conforma, determina, define, enfim, constitui. O Deus, agora em maiúscula, está separado da humanidade e nem ao menos pode ser vislumbrado, mas somente acessado pelo intermédio dos santos, das relíquias sacras e, fundamentalmente, da Igreja, também em caixa alta inicial! A parte material do ser humano é a parte execrável. A separação é reforçada pela hierarquia. Se possível fosse, só haveria espírito, forma imaterial da existência. Infelizmente, assim se coloca, condenados a existir, estamos presos à carne, mas sempre ansiando pela ascensão aos céus:

[...] a influência do pensamento grego, nomeadamente o neoplatonismo, foi tão acachapante sobre a formação do mundo ocidental que quando dizemos alma e corpo ou espírito e corpo, em nossa mente estes termos possuem significados bem determinados. Corpo descreve a parte física, mortal e pecaminosa do ser humano e, alma ou espírito, a parte imaterial e imortal do ser humano e, portanto, aquilo que deve ser salvo (ROSA, 2010, p. 144).

Nossa, mas entre cantar de galo pra cima da Fortuna e prestar adoração à Deus há um abismo, alguns poderiam dizer. Bem como entre a palavra-Verdade e a ideia noética platônica, certo? Ainda assim a ruptura persiste e se aprofunda, criando inclusive uma falsa sensação de que ela sempre existiu, de que tudo sempre foi assim. Como se pensar os conteúdos pudesse prescindir de pensar sua forma, como se fossem duas coisas completamente distintas.

Recapitulando, da unidade de mortais e imortais, céu e terra, um reflexo do outro, quebrou-se o espelho. O mistério dos mitos cede espaço para a explicação do mundo. Esse explicar no ocidente chama-se de filosofar. Há filosofia em outras partes do mundo, mas para falar da distância entre forma e conteúdo, acredito que o solo ocidental seja mais fértil para crescer a esterilidade. Em Platão temos um sol, o qual irradia sua influência até os dias atuais. Desde então, disputa-se por uma primazia entre quem manda mais na dualidade matéria e forma, que assume diversos nomes ao longo da história.

Ora os deuses abrem passagem para o homem, ora o homem se submete aos deuses. Se durante a escolástica a cisão privilegiava a divindade, a modernidade europeia chama atenção

para a razão humana. Ora o sagrado é a forma usada para compreender a realidade, ora o mundano. Para uma concepção cristã, o corpo é o conteúdo mutável e a alma permanece inalterada e superior, e muito embora o corpo fosse o receptáculo da alma, era esta que o conformava no que se refere à meta a ser almejada, fim que deveria guiar as ações humanas (com o corpo atrapalhando). Para uma concepção racionalista, a religiosidade é um conteúdo ineficaz para servir de modelagem, mal conduzindo a humanidade:

Descartes encontrou subsídios no platonismo para afirmar que o corpo é apenas uma matéria, um obstáculo que não pode compreender o mundo. O mundo somente seria alcançável pelo intelecto. Sem a mente o homem não compreende o mundo. É a exaltação da razão humana como único e último critério de verdade (PINTO; DE JESUS, 2000, p. 90).

O conteúdo gerado a partir do racionalismo era já pouquíssimo afeito aos dogmas cristãos, mas ainda tinha medo, criticava com receio. A grande transformação a meu ver acontecia na forma, a maneira de ver o mundo vai gradativamente deixando de ser baseada na fé, para tornar-se científica. Isto significa dizer que, com o tempo, até questões eminentemente da crença, passarão a ser explicadas não pela Igreja, mas pelos cientistas da época. Até a filosofia cederá lugar à razão tecnicista, ou seja, a versões nada mágicas, independente de credo, fiada em cálculos. O controle passará a ser estatístico e numérico. A razão, por mais abstrata que a imaginemos, é o que se tem de mais concreto, de palpável, de crível. Só há o que for racionalizado, esse é o modelo vigente, a forma que dá os contornos que constituem a realidade. Tudo o mais é menor:

Esclarecimento [*Aufklärung*] ‘é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado’. A ‘menoridade’ é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O ‘homem é o próprio culpado’ dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de ‘servir-se de si mesmo’ sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu ‘próprio’ entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*] (KANT, 1985, p. 100 – grifos no original).

Isso é dizer que o conteúdo mágico dos mitos e a fé cristã ou não terão validade perante o poder em voga a partir deste período, ou simplesmente nem existirão neste viés. Conteúdo e forma caminham juntos, um conduzindo o outro, conformando o outro, dando os subsídios para sua formação com um detalhe de suma importância. A noção de separação de forma e conteúdo foi fundamental e sua hierarquização um *plus* para dinamizar as potencialidades da cisão. Todo o caminho do ocidente culminou nisso e ainda estamos lidando com essas consequências, ocidentais ou não:

Na versão socrático-platônica-kantiana mais extrema, sabedoria consistiria em separar-se desta coisa má que é o corpo, principal responsável pelos erros e pela cobiça humana.

Nesta tradição, a busca de si e a verdade de si encontrará seu fundamento no predomínio e na superioridade da alma racional [...] (AZAMBUJA, 2012, p. 508).

Muito embora sempre tenha havido vozes contrárias em diversas épocas, este foi o discurso vencedor. Um grande exemplo de crítica à racionalidade foi Nietzsche. No início de seus trabalhos, concebia a cisão como qualidade sem a qual a vida não alcançaria toda sua potência:

Teremos ganho muito a favor da ciência estética se chegarmos não apenas à intelecção lógica, mas à certeza imediata da intuição de que o contínuo desenvolvimento da arte está ligado à duplicidade do apolíneo e do dionisíaco [...], da mesma maneira como a procriação depende da dualidade dos sexos (NIETZSCHE, 1999, p. 27).

A racionalidade como reflexo da cristandade – inclusive em sua concepção – buscava a cessação da cisão, com um todo único. Convém mencionar que a crítica à desvinculação de conteúdo e forma não deve se confundir com a totalidade sem diferenças, como se tudo fosse uma coisa só, sem singularidades: “Agora graças ao evangelho da harmonia universal [...] cada qual se sente não só unificado, conciliado, fundido com seu próximo, mas um só, como se o véu de Maia tivesse sido rasgado e, reduzido a tiras, esvoaçasse diante do misterioso Uno-primordial” (NIETZSCHE, 1948, §1).

Posteriormente, o próprio autor refutará a obra: “Para ser justo com *O nascimento da tragédia* (1872), será preciso esquecer algumas coisas” (NIETZSCHE, 1995, p. 43). De fato, quem a lê e depois pega um *Zarathustra*, sente bastante a diferença entre os formatos das obras. Na primeira, o autor apregoa um retorno ao dionisíaco, porém o faz, digamos, apolineamente, isto é, fala-se da importância de recuperar a embriaguez, a loucura, romper com a racionalidade cristã vigente, mas seu texto é bem sóbrio, bem comportado e até chato de ler. Já em *Assim falou Zarathustra*, escrita de modo mais poético, quicá profético, concorda com seu conteúdo artístico-filosófico, ao romper tanto em forma quanto conceitualmente com o modo tradicional de fazer textos filosóficos.

Será, pois, em obras mais maduras que o autor enxergará uma possibilidade de coexistência conflituosa, sim, mas sem tantos limites estabelecidos, com possibilidade de trânsito mais frequente. Em vez da mera dicotomia pura e simples, que critica reafirmando a cisão, Nietzsche trará sua famosa alegoria das três metamorfoses a fim de dar outro sentido à separação imposta pelo monoteísmo científico. Em sua alegoria, se o camelo diz “você deve” aos pesos da vida, o leão o contradiz negando o mais pesado com seu brado solene “eu quero”, temos aí claramente exposta a cisão posta entre o que a sociedade espera da gente e o que

esperamos dela. Aqui a razão, o apolíneo, a regra conflita com a vontade, mas depende do conflito para viger, necessitando da negativa, da crítica e da cisão em si para ter algum sentido:

Nietzsche remete o caráter racional da existência a um plano *de efeito*, ou seja, a razão, como já observara Hobbes, não é mais que um meio, um ‘instrumento dos desejos’ [HOBBS, 1979, p. 46]. Para Nietzsche, a razão é propriamente um ‘órgão coxo’ [NIETZSCHE, 1992, p. 91] e Descartes, o grande racionalista moderno, não passava de um homem superficial (AZAMBUJA, 2012, p. 517 – grifos no original).

É no grande sim da criança que as fronteiras se entrelaçam e um conteúdo qualquer vira brinquedo na mão que o conforma. Os conteúdos servem tanto quanto forem requisitados, e nós, meros mortais, não estamos a mercê deles, nem da razão, nem da religião, mas tão somente da vida, da felicidade, e esta varia de pessoa para pessoa, precisa ser criada, reinventada ao passar do tempo e antes o que servia, vira descarte e vice e versa. Neste contexto, a forma é frívola, seus conteúdos tornam-se joguetes. Eles não competem, nem cooperam necessariamente. No sim infantil nietzschiano não faz sentido essa distinção:

A criança é a inocência, e o esquecimento, um novo começar, um brinquedo, uma roda que gira sobre si, um movimento, uma santa afirmação. Sim; para o jogo da criação, meus irmãos, é necessário uma santa afirmação: o espírito quer agora a *sua* vontade, o que perdeu o mundo quer alcançar o *seu* mundo (NIETZSCHE, 2011, p. 37 – grifos no original).

Realmente a crítica ferina deste pensador afetou a relação que temos entre forma e conteúdo, entre corpo e mente, entre humanidade e divindade, entre verdade e verdadeiro. Por ele passarão praticamente todos os pensadores do século XX que se empenharam a reformular este modelo racionalizante da realidade, essa mitologia embranquecida que vemos desde as relações mais simples, até as teses acadêmicas. Sua crítica e escrita não só abrem as portas à contemporaneidade, como nos convidam a pensar se conseguimos ser a diferença perpetuando o *modus operandi* academicista, ignorante no mais das vezes da relação intrínseca entre forma e conteúdo.

1.3 Conteúdo e forma aqui

Como se chega a ser o que se é? Excelente título para uma biografia. Essa potente reflexão nos faz rever nossos passos. Construímos um arcabouço teórico-existencial que concebe a desvinculação praticamente total entre forma e conteúdo. Ainda que escrevendolendo soe um absurdo, como se pudessem haver conceitos ao vento, na prática o que temos são

estruturas engessadas, eclipsadas, esteticamente desvalorizadas para que a atenção dos críticos e sociedade em geral recaia sobre os conteúdos.

Não canso de me repetir quanto a isso: dividir para conquistar. Com a soberania da razão sobre outros modos de compreensão da realidade, instituiu-se que para saber o que algo é, seria mais fácil, melhor, necessário dividi-lo em partes. Seria necessário destrinchá-lo de tal maneira que seu todo ficasse pouco aparente. O corpo torna-se um conjunto de órgãos; um prédio, um emaranhado de argamassa, piso, vigas de metal e telhado de cerâmica e uma obra científica, um compêndio de conceitos e hipóteses.

Aceitamos isso. Mais alguns e eu perdemos o sono sobre como escrever. No geral, o que se produz é a única preocupação e não como se produz. Aí o como não é um desdobramento de o quê. Aí o que da questão não depende de um como para o constituir enquanto saber acessível, mas flutua abstratamente, sem peso, sem massa, apenas ideias, formas gerando mais formas.

Platão venceu quando reconhecemos que as fôrmas ideais querem ainda estar plenamente desvinculadas, se possível fosse, da materialidade sensível. Ao mesmo tempo, a forma material, digamos assim, pela qual o conteúdo se apresenta, é ignorada para que a forma ideal vigore. Não sei se as senhoras e os senhores já tiveram a oportunidade de ler um trabalho médio de medicina ou outra área altamente técnica, mas trago aqui um relato pessoal, da época em que trabalhava como revisor: “é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós” (SARAMAGO, 2017, p. 41).

Vários e vários artigos das mais diversas áreas chegavam às minhas mãos e quanto mais técnicos, menos preocupados com a forma escrita estavam. O importante eram os dados, os resultados das experiências, as testagens das hipóteses a ponto de alguns textos simplesmente copiarem e colarem o português, trocando para as respectivas informações. Estruturas opacas com suas lacunas a serem preenchidas. Saímos um pouco da nossa área para ver de fora nossas mazelas, para autocriticarmos que não é esperado nem ao menos desejado relatos pessoais numa tese, nem sequer um empenho estético na escrita. Claro, ninguém vai dizer que não pode (se for comportado nas idiossincrasias), porém não é preciso, foquemos no conteúdo, nos nomes citados, no eruditismo que supostamente reforçaria a mensagem. Que mensagem? Ao menos nos perguntamos como chegamos a ser nós mesmos sem antes nos afastarmos de nós?

Convém, pois, perguntar, o que é uma tese e o que ela tem a ver com a relação de conteúdo e forma, por que pensar a forma do conteúdo tese? A Capes, por exemplo, compreende tese como:

Constitui o trabalho final do curso de doutorado, apresentando originalidade na abordagem do tema durante a pesquisa sobre um determinado objeto com abordagem teórica definida, e sua estrutura pode ser definida em regulamento do programa de pós-graduação *stricto sensu* (monografia, relatório, coletânea de artigos, portfólio entre outros) (BRASIL, 2023).

A menção a seu formato é vaga, apenas trata de seu conteúdo, deixando aquele a cargo dos programas de pós. Naturalmente, o meu programa tratará sobre o tema, ao dizer que: “A Tese será obrigatoriamente original, devendo demonstrar a independência intelectual e capacidade do aluno para desenvolver trabalho de pesquisa de alto nível, bem sistematizado, planejado e realizado” (UERJ, 2016, Art. 67, § 2º), ou seja, também não especificando a forma tese. Sua exigência nesse sentido recai apenas em ser bem sistematizado.

Não menciona a necessidade de ser um texto dissertativo-argumentativo, nem de que não possa ser em verso, contanto que componha um sistema. Para Aulete e Valente (2025, Sistema – grifos no original), a quinta entrada do verbete aparece como: “5 - Reunião bem ordenada de ideias e meios aplicados a certos fins; *método; plano*”, me parece que este é o significado que mais se adequa ao exposto na Deliberação, afinal nela é mencionada o planejamento como fundamental para a tese.

Contudo, a quinta entrada nem é a mais usual e eu, querendo repensar a forma que se faz filosofia, começo convidando a fazer da mãe de todas as ciências uma filha do povo. Para tal, vamos analisar a Deliberação agora sob a ótica da primeira entrada no dicionário, a mais usual: “1 - Conjunto de elementos (concretos ou abstratos) interligados e que funciona como um todo estruturalmente constituído (sistema digestivo; sistema eleitoral)”. A mudança é sutil, mas faz toda a diferença aqui. Na quinta, sistema se mostra como um braço vital da racionalidade, pois pode ser confundido facilmente com organizar, enquadrar, categorizar, enfim, uma estrutura que concatene os conceitos. O foco aqui é a separação, cujo somatório se dá ordenadamente. Enquanto que a primeira fala de um todo coeso que concede unidade a uma série de conceitos, focando na unidade constituída, funcional, com mais ou menos ordem, isso não vem ao caso, não foi mencionado, por não ser o principal.

Em suma, o que esperamos neste tipo de texto, um aglomerado de órgãos ou um corpo? Muito embora haja valor na clareza conceitual pragmática, historiográfica e rigorosamente citada, a adoção exclusiva deste modo de compreensão do que seja uma tese, parece que vai além da obrigação (o que vemos, não está meticulosamente descrito, pelo contrário, dá margem a outras interpretações), se aproximando do hábito: sempre se fez assim, é assim. Os órgãos correm o risco de não terem um corpo, quando ignoramos por demais o formato que dará vida ao conjunto.

Ah, mas não, eles têm sim uma estrutura! Aquela instituição formal da racionalidade, cujo sonho foi alcançado na escrita simbólica, desprovida de palavras, somente significados: “Não era meu desejo apresentar uma lógica abstrata através de fórmulas, mas expressar um conteúdo mediante sinais escritos de maneira mais clara e precisa do que seria possível por palavras” (FREGE, 2009, p. 68). Se em sua maioria as teses não são escritas simbolicamente, é este o pano de fundo quando não damos valor ao modo de se fazer em detrimento do que é feito. Este é o modelo da racionalidade, da divisão em que forma e conteúdo podem e devem ser tratadas como duas entidades não correlatas e hierarquicamente sobrepostas.

Pensar as duas como inseparáveis, não é um capricho, mas uma reparação justa. É reconhecer que o modo com que fazemos algo influencia o que estamos fazendo e que para alcançar resultados outros, é prudente a mudança não apenas do conteúdo, mas de sua forma. Não é possível mudar conteúdo sem forma e vice e versa, quando encaramos que conteúdo é forma, que um está intrinsecamente imbricado no outro, inclusive a forma racional, a separação dos conceitos das formas é em si uma forma e um conteúdo sobre o qual se constrói este castelo de cartas marcadas, este império da racionalidade, portanto, da funcionalidade, da utilidade, da metafísica, do ocidente.

O que faremos a seguir, e o plural não vem à toa, é propor uma forma diversas que congregue um conteúdo diverso. Faremos juntos, pois quem lê, não deve esperar encontrar uma tese tradicional, mas uma tentativa, uma ousadia, um projeto de diálogo entre um conteúdo diferenciado que aborde o tema da filosofia brasileira direta e indiretamente, juntamente com uma forma que forneça base sólida para vigorar, ou como meu orientador disse uma vez: uma tese que não tem cara de tese.

Ao mesmo tempo, o jogo será claro com a tradição. Não abro mão dela, só a torço e retorço, jogo o caldo fora e trabalho com o tecido retorcido. Falo de não ter um único conjunto claro de autores de influência, de autoralidade, de referências inusuais, nada também que anime o coração mais revolucionário, mas o suficiente para horrorizar o peito conservador: “o exercício da exegese estrutural impôs-se como o único modo possível e sério de fazer filosofia” (CAPONI, 2003, p. 58). Unir forma e conteúdo é um modo de combater o “projeto neocolonialista de civilizar o mundo” (DOMINGUES, 2017, p. 400) que vem junto com a filosofia eurocêntrica que os separou, ainda que para isso tenhamos que torcer um pouco o nariz para algo que nos é estranho e, com isso, se perguntar por que isso é tão estranho, o que tem de tão errado, porque achamos tão errado e a quem interessa que permaneçamos acreditando que é errado uma tese nestes moldes.

2 POR QUE FAZEMOS FILOSOFIA DE TAL MODO

2.1 Uma reflexão sobre o fluxo das mudanças

O que permanece no fluxo das mudanças?⁶ Essa frase marcou minha graduação, sendo proferida como um mantra pelo meu orientador da época. Suas explicações me alegravam, juvenzinho que era, ao mesmo tempo em que me seduzia para querer entender seu sentido pouco claro. Paradoxalmente, também não me parecia estranho. Afinal, há coisas que ficam e coisas que vão. O sol nasce todas as manhãs. O sol se põe todo fim de tarde. Pessoas que antes estavam tão presentes nas nossas vidas, quando damos por si, não estão mais aqui. Pessoas outras se demoram em nós, reiniciando o ciclo de amor e ódio, amor e desamor, amizade e indiferença, reencontro e desencontro. Dessa sopa, novas formas de lidar com os afetos acontecem.

Se, contudo, eu perguntasse o que é o amor para uma pessoa hoje, muito provavelmente a resposta seria bem diferente da de alguém do século XVIII. Entra ano e sai ano, o amor permanece a instigar-nos, são as respostas sobre o que é o amor que mudam. As formas de se colocar no mundo serão outras e precisarão ser tantas e mais ainda se quiser dar vazão às variações da realidade e seus habitantes. Quem escreverá cartas amorosas atualmente, quem antes sonharia que fazer uma postagem de 15 segundos contaria como declaração apaixonada? O vai e vem das marés dos tempos flui amplamente e muito embora adoraria escrever uma tese sobre o amor, este exemplo apenas ilustra que o que acreditávamos ser, pode não ser. Parecia ser, fingiu ser. Nunca foi. Ou foi e desfoi.

A frase inicial, além de me trazer memórias pessoais, soa como uma resposta à tradição de pensamento. Afinal, no contexto acadêmico vigente espera-se dialogar com tais e tais autores. No caso, Heráclito. Lembro com carinho a faculdade me dizer “tudo é um”. A mesma instituição, pelo autor, professa que “tudo flui” e, mais especificamente, o Fragmento 123: “Surgimento já tende ao encobrimento” (HERÁCLITO, 1991, p. 91). Meu orientador nem gostava de traduzir e tínhamos de lidar com o grego antigo com a naturalidade de quem não entendia o que estava sendo escrito e falado.

Através do filósofo do fogo, Heráclito, fomos introduzidos meus colegas e eu ao dinamismo da realidade teoricamente, a saborear os dissabores da vida, dos conceitos, do real,

⁶ Sinceras homenagens ao querido mestre e amigo Manuel Antonio de Castro.

a condenar com boa vontade que para cada flor que irrompe a terra, esta está com seus dias contados para voltar para a terra. Ela surge, as respostas surgem, ela morre, as respostas morrem. Ambos ressurgem. Daí a provocação da frase inicial: ora, se o ciclo é constante, será ele que permanece? Será o fluxo das mudanças ou há algo mais? Já que tudo flui, estaria a constância exatamente na fluidez, que nada mais é do que revelar-se e velar-se, ser e não ser?

O que flui na permanência? O que é a fluidez? O que é permanência? Mesmo não sabendo precisamente o que esses conceitos possam significar, conseguimos navegar em suas águas com algum sentido. Ouso dizer que saber precisamente qualquer coisa é um absurdo autoritário. Não saber nada, como se fosse escrito numa língua desconhecida, também impede a navegação no conhecimento. O que temos são noções mais ou menos apuradas sobre as coisas. E de certa forma, Heráclito sabia disso. Sabia dessa fluidez em tudo. De que, paradoxalmente, se ficarmos olhando fixamente o mesmo ponto por muito tempo, ele parecerá fixo. De que determinadas coisas se repetem tanto que somos levados a crer em sua permanência, ainda que na inconstância geral das coisas, repetindo o ciclo de mudança e estância.

Quando Sócrates (PLATÃO, 1973, 402a) reconhece Heráclito pela fluidez, ele não se engana: “afirma que tudo passa e nada permanece, e compara o que existe à corrente de um rio, para concluir que ninguém se banha duas vezes nas mesmas águas”. “Em memória”, poema de minha autoria, eu também reconheço essa característica. Porém, essa fluidez não vem só, ela não vaza apenas, mas empossa por vezes. E talvez essa permanência possa ser encarada como condição para uma fluidez realmente constante:

— Ninguém pode entrar no mesmo rio duas vezes — disse o pensador.
 — Eu nem nadar sei — respondo. Ainda assim, brinquei, me afoguei e aprendi a boiar em suas águas.
 — Tudo flui!
 — E nada volta. No entanto, ao entardecer, saio molhado sob o céu que a tudo assiste. Em chão firme, rego a terra, pois ainda pingando estou e não estou no riacho.

Fazendo jus ao elemento característico do filósofo, o fogo traz essa energia de queima. Ele ascende e tremuleja em movimento, ao mesmo tempo em que tem uma base, um fundamento estável, algo que o alimenta, servindo de combustível à queimada. Algo que permite o fogo e, sem isso, nada queimaria e, no entanto, sem o fogo, o combustível perde seu sentido. O carvão é fundamental para o fogo do churrasco, sem ele, não teremos brasa; tão somente com ele, é apenas uma pedra preta que suja as mãos.

Nesse jogo entre fluxo e permanência, entre fogo e combustível, ecoa o eterno retorno da diferença: não a repetição do mesmo, mas o retorno incessante do novo. O rio não é um círculo fechado, mas um campo de forças em transformação. Como o fogo que depende da

matéria para arder e, ao queimá-la, a transforma, o tempo se repete não como mera cópia, mas como potência criadora – cada mergulho, ainda que no mesmo rio, é outro mergulho, pois o próprio nadador já não é mais o mesmo, nem o mesmo do rio pode-se dizer realmente o mesmo enquanto idêntico, haja vista suas águas correntes: “Cada coisa, cada ser deve ver sua identidade tragada pela diferença, cada qual sendo só uma diferença entre diferenças. É preciso mostrar a diferença diferindo” (DELEUZE, 1988, p. 91).

Eis, pois, que Sócrates exagerou na mão ao se referir a Heráclito (1991) como quem disse que “nada permanece”. Algo parece sim perdurar para esse pensador, haja vista o Fragmento 50: “Auscultando não a mim mas o Logos, é sábio concordar que tudo é um”. Respondendo a pergunta do meu orientador, correspondendo ao carvão da brasa do fogo do churrasco, a unidade permanece, o que liga a tudo, esse *lógos* não traduzido que fala metalinguisticamente por si só. Essa lógica que se conecta a tudo, relaciona tudo, remete a tudo. Todos membros da mesma família, na qual cada mudança torna-se um abrir e fechar das páginas do mesmo livro. Em outras palavras, “todas as coisas, apesar de aparentemente múltiplas e totalmente distintas, estarem realmente unidas num complexo coerente, de que os próprios homens são uma parte, e cuja compreensão é logicamente necessária para a actuação adequada de suas próprias vidas” (KIRK; RAVEN; SCHOFIELD, 2010, p. 194).

Isso que eu chamo de cavalo de pau teórico, discutindo sobre a fluidez dos seres para chegar à permanência do ser, fazendo crer que o importante seria buscar a questão, a unidade, certa essência, em vez de dar tanta importância às breves soluções fugazes. Inclusive, faz sentido pensar assim, bem como também é viável notar o ímpeto de rever nossas bases. Se a pergunta já é sabida, o que precisamos buscar são as soluções para o problema, certo? De modo semelhante, a permanência precisa necessariamente mudar. Quando nos habituamos demais a algo, deixamos de perceber, passa ser tão usual que nem estamos conscientes de sua existência, embora esteja ali nos influenciando, já não tem mais o mesmo viço. Os conceitos são assim, estamos tão confortáveis que esquecemos que eles foram criados, que nem sempre pensamos dessa ou daquela maneira.

E não é que Heráclito (1912, p. 101 – tradução minha) acertou ontem a pedra que jogou hoje, isso porque ele já a havia cantado, de que trataria tanto da mudança, quanto da permanência. Somos nós que, ao longo dos séculos, insistimos em denominá-lo por obscuro e, se tem algo que o fogo faz, é clarear as coisas. Estava ali em sua obra, picotado nas diversas mãos e bocas que tiveram contato com ele, apontando o óbvio ululante de que tudo nasce e

morre não só depois de alguns anos, mas também simultaneamente: “A natureza ama esconder-se”⁷.

O surgimento, a natureza, essa explosão de acontecimentos incessantes, mudança pura. E mudar nos convida a findar, a estar presente, ciente ou não, da transformação das coisas para então ressurgir. Qual a constância nisso tudo?! O amor! O fato de que sempre haverá essa ligação inquebrantável de vida e morte, surgimento e velamento, harmonizando os contrários, nunca contraditórios, como se um pudesse impedir a existência do outro. Jamais! É uma convivência ora pacífica, ora belicosa, mas ambos os opostos coparticipam da mesma realidade.

2.2 Sobre uma estrutura para conceber a mudança

Esse entendimento harmonioso dos opostos vem bem a calhar para compreender o dito do meu orientador, mas principalmente para lidarmos com as mudanças do mundo e como nos pomos diante delas, ou seja, de que maneira lidamos com os novos materiais de pensamento que nos relegaram e que deixaremos para as novas gerações? Decerto o ocidente tem gostado de focar no caráter essencial das coisas e vira e mexe a filosofia lida com a dicotomia essência e aparência.

Ainda que com outras palavras e guardadas as devidas proporções, a disciplina cunhou sua história desta parte do mundo muito motivada pelas raízes gregas a partir da convivência hipoteticamente impossível dos supostos opostos: razão/emoção, inteligível/sensível, substância/acidente, permanência/mudança etc. Soa como uma sina ter que optar, mesmo que involuntariamente, por qualquer um dos dois sem dar margem à terceira via, como se não pudessem haver gradações, meios do caminho, paradoxos e becos sem saída.

Em suma, mudamos a resposta, mas o modo de responder permanece no mais das vezes inalterado, categoricamente inalterado. Isto quer dizer, somos treinados a escolher ou isso ou aquilo desde berço. Retomando Heráclito, ele era conhecido como o obscuro: “O qual pode ser feito em dois casos sem repreensão, se se procede intencionalmente, como em Heráclito, que ‘cognominado Obscuro havia’, pois ‘nímio obscura memorava sua filosofia’” (CÍCERO, 1960,

⁷ *Die Natur liebt es sich zu verstecken*, em alemão, conforme Hermann Diels; *Phýsis krýptesthai philei*, em grego antigo.

p. 87 – tradução minha)⁸. Por quê? Se me permitem uma explicação: precisamente por não ter clara sua escolha, mas versar ora para um lado, ora para outro. Quando não temos certeza, quando não podemos bater o martelo, ficamos como? Em paz com a indecisão? Não, forçamos o martelo no prego conceitual mesmo assim, ou não forçamos e ficamos perplexos, denominando como inominável, paradoxal ou tão somente obscuro.

A harmonia dos contrários. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Harmonizar o que aparentemente não tem harmonia entre si não é algo simples. Está mais para o famoso verso de Augusto dos Anjos (1912, p. 81): “Escarra nessa boca que te beija!”. Lidar com o desconforto do não esperado, do descontrole, do imprevisto é que são elas, é o x da questão, pois enquanto questão não aceitamos bem teoricamente o que não pode ser devidamente categorizado, compartimentado, classificado, enfim, controlado.

E é para ser assim! Então, que harmonia é essa que estamos falando? Moralmente, ninguém precisa aceitar de bom grado um escarro na boca, entendendo aqui o poema como escarrar sendo uma coisa ruim, mas advinda da boca que normalmente proporciona coisas boas. Normalmente é um ou é outro. Conceber as duas coisas acontecendo ao mesmo tempo é indigesto, fomos treinados a achar indigesto, afinal. O esperado ou é o conflito da escarrada ou o acolhimento do beijo, seu agradecimento, sua hospitalidade, a retribuição da gentileza feita, do serviço prestado, inclusive, são condições indispensáveis para a vida gregária tal qual se compreende atualmente. Essa escolha que fixa um ponto pelo qual nos balizamos para lidar com as opções preteridas nos foi retirada. Fica o absurdo!

No dia em que os conflitos cessarem, também cessará a necessidade de harmonização. Só que já vimos que a própria dinâmica de vida e morte está inserida nesta lógica. É, portanto, um esforço sobrenatural tentar parar esse fluxo incômodo das mudanças. Eis uma luta da qual não podemos fugir. Tentamos, mas não podemos. Precisamos tentar, pois se faz fundamental para entender as coisas nos aproximarmos delas, fazermos certas concessões, determinados arranjos que facilitem o trato com um entendimento qualquer. Parar para controlar e assim dar mais conforto e segurança, antevendo e programando o fluxo das mudanças. Voltando ao conteúdo do verso, vai que o eu-lírico é fetichista e curte um lance escatológico, assim não haveria estranheza no ato para os envolvidos.

Esse gesto linguístico de compreensão, juntando o significante ao significado, tipicamente saussuriano, pode ser uma das causas do nosso estranhamento. A linguagem tal

⁸ “Das kann in zwei Fällen geschehen, ohne Anstoß zu erregen: wenn man entweder absichtlich so verfährt, wie Heraklit, der den Beinamen „der Dunkle“ erhielt, weil er über die Gesetzmässigkeit der Natur gar zu dunkel berichtete”

qual fomos habituados tem a construção lógica do princípio da não contradição, da identidade e do terceiro excluído. Termos técnicos lógicos e aristotélicos que, embora já tenham sido amplamente criticados, nunca foram abolidos de todo. Muito pelo contrário, esses princípios do pensamento dão as bases até hoje do par significante e significado, da linguística de Saussure, e do trato com a própria língua nossa de cada dia.

Em outras palavras, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Para um determinado significante, espera-se um significado correspondente, um campo semântico que abarque uma noção de sentido, e quando essa estrutura não ocorre nos conformes, temos um estranhamento. Enquanto um chama de significante e significado, traduzindo o outro, o mais antigo, podemos chamar por comparação de “símbolos dos sons pronunciados” e “símbolos das afecções na alma”. Não é idêntico, mas uma aproximação. Um foca no cérebro, o outro, o mais antigo, no coração, no espírito. Para um o significado é arbitrário, para o outro, o mais antigo, tem caráter universal:

Há os sons pronunciados que são símbolos das afecções na alma, e as coisas que se escrevem que são os símbolos dos sons pronunciados. E, para comparar, nem a escrita é a mesma para todos, nem os sons pronunciados são os mesmos, embora sejam as afecções da alma – das quais esses são os sinais primeiros – idênticas para todos, e também são precisamente idênticos os objetos de que essas afecções são as imagens (ARISTÓTELES, 2013, 16a1-10).

A língua ela mesma, ou melhor, o modo de se fazer as coisas está comprometido com a lógica no seu sentido menos técnico e mais comum, aquele que remete ao certo ou ao errado e ao esperado preciso em detrimento do inesperado sem controle. Este caso aqui, ao trazer as palavras do estagirita (o pensador em questão supostamente nasceu em Estagira. Você precisa saber isso para entender o que digo ou o que ele diz? Foi só um artifício linguístico para evitar a repetição ou eruditismo gratuito?), exemplifica como o estranhamento é... estranhado e, portanto, a harmonia dos contrários não pode ser habitual, mas a exceção que comprova a regra.

Embora Aristóteles compreenda as sutilezas da linguagem, sua capacidade de enganar, persuadir, sua ambiguidade, para ele este não seria o “natural” da língua, que por hábito quer a correspondência mais precisa possível entre palavra e conteúdo. Para se reproduz ao longo da filosofia, espera-se que o ser se diga sim de muitas maneiras, citando Aristóteles, mas que essas maneiras sejam coerentes, ou espera-se que entre ser e parecer haja sentido, pois se julga um livro pela capa costumeiramente, enfim, que exista referência entre ser e o modo de ser:

Apesar da ‘libertação do significado da coisa’ de Aristóteles, parece que durante muito tempo o aspecto de conteúdo da linguagem foi mais ou menos implicitamente assumido como configurado de forma ‘natural’, ou seja, que as estruturas de conteúdo – lexicais e gramaticais – [...], bem como os tipos fundamentais de palavras (substantivo, adjetivo, verbo, advérbio) correspondem a estruturas objetivas da realidade ou aos seus modos de ser. Partimos, portanto, da base (em diferentes formas)

de um paralelismo entre *modi essendi*, *modi intelligendi* e *modi significandi*. A natureza arbitrária das divisões semânticas (no vocabulário e na gramática) – conhecida em seu aspecto prático, desde o aprendizado de línguas estrangeiras, interpretação e tradução – só é percebida e explicada muito tarde e gradualmente, principalmente quando refletimos mais profundamente sobre a diferença entre as línguas (COSERIU, 1989, p. 15 – tradução minha).⁹

Esse comentário reforça o entendimento da teoria aristotélica dessa linguagem que quer passar um saber, um conhecimento o mais claro possível. Sendo assim, como lidar com o estranho? Se a língua ela mesma quer ser compreendida e para tal busca a cessação das ambiguidades, busca a clareza, se há séculos ela é interpretada, pensada, teorizada por esse viés do não estranhamento, como encarar a estranheza senão como perplexidade?

A meu ver, temos dois aspectos que podem ser traduzidos de muitas formas, mas *grosso modo* (expressão latina que uso muito no dia a dia e que resolvi incorporar ao texto. Eruditismo! Não dava para usar “em geral”?) o que temos é a relação entre estrutura e conteúdo. O que algo é e como esse algo se manifesta, a saber, o estranhamento dá-se quando há uma expectativa de que alguma coisa deve ser, mas ela não aparece daquele modo. A estrutura da clareza tende a ter dificuldades de receber um conteúdo diverso do habitual, classificando-o como obscuro. É o caso do verso do poema, é o caso de Heráclito, é o embate entre o padrão e o que está fora do padrão.

E se não fosse assim, seria realmente muito difícil se comunicar, se relacionar e até sobreviver. Precisamos ter breves certezas, pois nem tudo há de ser questionamento. Se para cada passo eu tivesse que refletir sobre a existência ou não de um chão embaixo dos meus pés, seria muito árduo caminhar. Porém, se eu nunca questionar, se não estiver aberto a parar para pensar alguma vez sobre as possibilidades de haver ou não um piso firme, é bem provável que eu tropece mais... e é para tropeçar mesmo! Então, qual o intuito aqui? É, pois, necessário, conviver com um tropeço eventual!

Torna-se muito doloroso tentar compreender certas incongruências, tentar a tão já mencionada harmonia dos contrários quando estamos muito acostumados com a precisão da informação ou os conceitos bem definidos. Reconhecer o estranho enquanto condição *sine qua*

⁹ A pesar de la “liberación del significado de la cosa” que realiza Aristóteles, parece que del aspecto de contenido del lenguaje durante largo tiempo se supone más o menos implícitamente que está configurado de forma “natural”, es decir que las estructuras de contenido – lexicales y gramaticales – [...], lo mismo que los tipos fundamentales de palabras (sustantivo, adjetivo, verbo, adverbio) corresponden a estructuras objetivas de la realidad o a modos de ser de la misma. Se parte, pues, de la base (en formas diferentes) de un paralelismo entre *modi essendi*, *modi intelligendi* y *modi significandi*. El carácter arbitrario de las divisiones semánticas (en vocabulario y gramática) – conocido en su aspecto práctico, por el aprendizaje de lenguas extranjeras, la interpretación y traducción – sólo se comprueba y se explica muy tardía y progresivamente, sobre todo al reflexionar con mayor profundidad sobre la diferencia de las lenguas.

non (outra vez uma demonstração de erudição!) na linguagem seria adotar um desconforto qualquer de estimação e fazer da língua e, conseqüentemente, da experiência social, comportamental e existencial sempre nossa e não nossa. Ratifico, não se trata de acabar com o estranhamento, nem de planificar todo o entendimento numa grande certeza absoluta, mas de manter o distanciamento constantemente distante ainda que façamos o esforço, ou melhor, o gesto hospitaleiro de nos aproximarmos dele. Sem essa tentativa, essa aproximação, não haveria diálogo, trocas entre distintos que naquele momento fingem, criam e reconhecem uma semelhança aqui ou ali. Somente se a estrutura, o como algo é, também aceita a possibilidade do estranhamento, aí sim o que é pode ousar ser algo que nem sempre foi e esperar o inesperado da compreensão do outro.

A necessidade que Derrida mostrará em *Gramatologia* de se buscar uma nova maneira de expressar o que seria esta linguagem, de se falar uma (na verdade, mais de uma) língua nova, e não apenas de substituir o significante ‘significante’ por outro significante que signifique a mesma coisa, é o que faz o filósofo romper com a língua da metafísica e buscar novos termos, como, por exemplo, em detrimento de os conceitos que indicam quase-conceitos e indecidíveis. Entretanto, não se trata de abandonar a língua da metafísica em busca de uma língua originária, original, nem fundamental; tampouco uma ‘nova’ língua, uma língua do ‘fora’, mas de uma língua sempre ‘estranha’, sempre ‘estrangeira’, uma língua que tenha na resignificação, na remarcação, esta estrangeiridade (HADDON-LOBO, 2008, p. 60).

Não se trata de trocar seis por meia dúzia e fazer do estranhamento o novo padrão, mas trazer o estranho mais para perto em busca do diálogo e ainda mantê-lo distante, estranho, próprio a fim de não anular “este canto, este charme, deve ser mantido à distância [...]”, deve-se “manter a distância à distância, não apenas, como se poderia supor, para se proteger contra essa fascinação, mas também para experimentá-la” (DERRIDA, 2013, p. 31). Todo desejo deseja ser saciado, logo deseja seu fim. A tentação em solucionar o mistério é grande, mas isso acabaria com o drama, o suspense, a graça toda. Lidar com as ambiguidades da linguagem é uma das coisas que faz da língua uma coisa viva. O desconforto entre padrão e estranhamento não precisa ser uma violência, uma opressão, mas pode e deve ser mais simples, como a visita de um parente que recebemos bem, mas que não morará conosco.

2.3 O risco da mudança

Nessas poucas páginas eu esbocei que a mudança não está dissociada de como ela pode ocorrer. A saber, ainda que possamos apontar coisas que desejemos alterar em nós e na

sociedade de modo macro, abrangendo um grande número de pessoas, ou até em contextos bem familiares, é conveniente se perguntar sobre a possibilidade concreta dessa transformação acontecer, sobre o que em nós e no meio que fazemos parte devemos mudar, sobre as atitudes causadoras de ruídos e as convidativas à novidade. Isso porque do contrário corremos o risco de realizar uma mudança pouco efetiva, que não se sustentará ao longo do tempo, quando não simplesmente tapamos o sol com a peneira e mudamos de nome, mas não de coisa.

Faço-me mais claro: É preciso preparar o solo antes de plantar. Não adianta, a melhor semente num solo inapropriado não cresce como deveria. Insisto que se a estrutura em que a mudança ocorre é a mesma que gerou a necessidade por mudar, é muito provável que ela seja comprometida, restringindo seu potencial. Em suma, mudar por mudar, sem levar em conta se a mudança que desejamos pode ocorrer, seria correr um risco desnecessário, envolvendo gastos materiais e humanos.

Ah, mas o risco não faz parte? Realmente a filosofia tal qual a conhecemos tende a enaltecer conceitos incomuns de enaltecimento no dia a dia da palavra, como a morte, a dúvida, e aqui o risco. “A guerra de todos é pai”, já dizia Heráclito (2002, Fragmento 53), e nada mais arriscado do que uma guerra, não? Ora, qualquer que fosse a decisão teria um risco, pois é inerente de decidir a falibilidade. Não se abarca numa resposta qualquer todas as respostas possíveis à pergunta, adotamos aquela que melhor nos cabe, que mais nos seduziu e que enxergamos gerar melhores frutos, isso quando não aceitamos intrinsecamente sem nem ao menos nos darmos conta.

Sendo assim, há riscos e riscos. Há tanto o risco da decisão, quanto o risco de não optarmos por decidir; em cima do muro, há o risco da omissão. A decisão nem sempre é consciente, a omissão sim. Frase de efeito que não traduz bem o que quero dizer. Chamo atenção ao fato de que viver por si só já é arriscado. Não necessita de nenhum gesto específico ou pensamento transgressor. Existir é pôr-se em risco. Até quando não queremos, fazemos coisas que depõem contra nós. Sem querer (querendo) arriscamos o que temos e o que não temos a despeito de qualquer tentativa de controle. Mas e o que controlamos? Não controlamos tudo, quiçá quase nada, mas nesta ilusão de controlar alguma coisinha, tomamos atitudes, medidas para mitigar os danos e maximizar as benesses. Ou tão somente não atrapalhar o que sem esforço brotaria, mas se nos empenharmos contra, pode nem vingar.

Não é porque a vida é trágica, que não pode ser cômica também. Se a morte é inevitável, a vida também é. A mudança não está à parte disso. Agora, por vezes falta cuidado, falta coragem de alterar o que precisa ser alterado. Falta assumir o risco inerente, em resumo, comprar a briga mesmo. A omissão em fazer mais por algo ou alguém – seja um ideal, um plano

ou até um grupo de pessoas marginalizadas – reforça tanto um comodismo, pois sair dos trilhos trilhados dá trabalho, quanto um projeto de silenciamento em curso e do qual fazemos mais mais ou menos parte.

Estamos fazendo o bastante ou estamos dando tiro no próprio pé para sair da guerra que queremos (ou não) lutar? Por exemplo, podemos crer que apenas ler novos autores antes não lidos, respondendo a perguntas antigas com novas respostas, já bastaria? Realmente é um primeiro passo, mas se ficarmos somente nele estaremos reproduzindo com outras palavras o modelo anterior, aquele mesmo que engendrou dúvidas e a necessidade de mudança.

Não quero dizer com isso que a mudança do conteúdo não seja importante. Pelo contrário, ratifico que as transformações simbólicas, a representatividade, as respostas mais imediatas às perguntas mais urgentes são tão importantes quanto as transformações estruturais, muito embora essa importância varie de acordo com a situação. Uma pessoa com fome precisa de comida, não aprender a pescar; tendo as condições para desenvolver a pesca, talvez amanhã não passe fome.

Essa tensão entre forma e conteúdo me traz à lembrança um acontecimento de poucos dias. Recentemente faleceu o primeiro papa do continente americano e a internet o acolheu de braços abertos. Onde estão seus detratores? Ele não foi falho? A despeito de seu passado com relação à ditadura argentina ou à atualidade das mudanças realmente efetivas em seu papado, foi feita uma tentativa simbólica progressista e que está transparecendo agora nas redes e surtindo efeitos no que tange à imagem da Igreja ao redor do globo, principalmente entre comunidades no geral excluídas. Se disso amanhã será feito algo, não sabemos, mas o caminho, a estrutura está mais receptiva a mudanças do que, por exemplo, se compararmos com o pontificado anterior: “o papa Francisco tem se mostrado um fenômeno de resistência política e espiritual” (PASSOS, 2018, p. 19).

A velocidade da mudança pode e deve ser criticada, bem como se e o que queremos manter da estrutura anterior. Ainda assim algo nos escapará, ainda assim podemos e devemos tentar, ousar, errar, recomeçar. Mudar é dinâmico, é vivo. Permanecer é seguro, permite a tranquilidade para se estabelecer, dá vida. É complexo assim mesmo. O projeto do mesmo pela estagnação e manutenção do *status quo* é um projeto preconceituoso, bem como seguro: “o desaparecimento de preconceitos significa simplesmente que perdemos as respostas em que nos apoiávamos de ordinário sem querer perceber que originariamente elas constituíam respostas a questões” (ARENDT, 2016, p. 223).

A segurança dá-se por simplesmente perpetuar as mesmas respostas ou alterá-las confortavelmente para não atrapalhar muito a tradição. Ainda que ofenda mil e uma minorias,

é permitido ser preconceituoso no sentido de ferir outros, contanto que não atinjam os indivíduos que sustentam e a estrutura que mantêm a máquina funcionando. Também são essas respostas familiares que promovem o conforto para seguir com outros desafios que, esses sim, não nos deixam seguir em frente, são incômodos e nos exigem refazer as contas e sermos criativos.

O problema é tudo estar seguro demais, confortável demais. Aquela omissão que fingimos não ver. Afinal, aqui nos acostumamos, logo aqui permanecemos. Quando menos percebemos, estamos falando de dentro de um buraco tão fundo que qualquer coisa fora dele parece maior, melhor, que somos tão pequenos que nem ligamos mais de estarmos emburacados. Este passa a ser o padrão, o que é diminuto. E sair do buraco é mudar a estrutura na qual sabemos com segurança transitar, portanto é arriscado ousar algo diferente. Assim, damos pequenos (e importantes) passos. É o bastante?

Tendo isso dito, ao decidirmos por uma resposta ao que quer que seja, o quanto comprometidos estamos com a questão inicial? O quanto queremos seguir para fora da cova que chamamos de lar, para ao menos tentar algo novo, abraçar o novo, ousar o novo? Depois do que responder e como responder vem... a questão! A questão? Infelizmente, não me parece algo que primeiro faz isso, depois aquilo. Primeiro nos perguntamos por algo, depois respondemos e por fim criticamos a estrutura, ou antes a crítica, depois a resposta. Isso facilitaria as coisas. Não, não, é tudo ao mesmo tempo. Portanto, a questão primordial subjaz à estrutura que, por sua vez, foi precedida de uma questão, que gerou uma resposta que se engessou em tradição...

Então, só nos resta, como havia dito, simultaneamente perguntar, responder e criticar nossa resposta. Ir para frente e para trás, como as marés, como um parafuso que ora aperta, ora afrouxa, para cima e para baixo: “E te espantas por causa disso? — Com o homem sucede o mesmo que com a árvore. Quanto mais quer alcançar as alturas e a claridade, tanto mais suas raízes se inclinam para a terra, para baixo, penetram na escuridão, na profundidade — no mal” (NIETZSCHE, 2011, p. 39).

Esse lado malévolo a que Nietzsche se refere eu convido a pensar como aquela parte da tradição que não queremos, mas que nos constitui. Por mais que desejemos a mudança, precisamos encarar nossa parcela de responsabilidade pela mudança: que ao mesmo tempo é consequência e causa. Que engendrou preconceitosamente as respostas às perguntas e que tenta promover sua transformação. Isso necessariamente passa pelo lugar de origem da fala, a saber, a questão que nos instigou inicialmente e como podemos respondê-la, levando-se em conta a estrutura em que estamos e o quanto nos comprometemos a mudá-la também.

Esse local de pertencimento prévio à questão que te permite acessar suas nuances, ser especialmente sensível a ela e, por isso, gerar confiança aos ouvintes da resposta. Falar a partir do local de fala apropriado à questão é não falar de fora da questão, mas reconhecer sua proximidade, gerada pelo conhecimento formal e informal sobre a questão, é chegar junto e estar entre pares, é ser arrebatado e se apaixonar pela questão a despeito de nossas limitações, equívocos, retrocessos.

Nossas respostas para a mudança são perpassadas pelos interesses individuais mais ou menos claros e pelo meio historicossocial em que estão inseridas. Como somos filhos da metafísica, nossa compreensão de mundo é metafísica, pensamos metafisicamente e, portanto, falamos metafisicamente. Desse modo, as respostas mudam, algumas dúvidas são sanadas, mas as questões permanecem, e o modo de responder insiste em continuar, essa maneira pouco apaixonante, que se arrisca quase nada, afeito ao correto e objetivo, conservador, mas evolutivo, ambicioso, altamente produtivo e lucrativo.

Antes de prosseguir, um apontamento sobre o que seja uma questão e uma dúvida. A preocupação aqui não está em fixar conceitos, mas em facilitar o trânsito entre as diversas conceituações possíveis. Compreendo a dúvida como uma questão pontual que exige uma solução e a questão como uma dúvida persistente, que não sossega com respostas imediatistas. Quando vou à padaria e pergunto pelo preço do pão, não busco um devaneio econômico, muito menos uma lacração ou uma elocubração filosófica. Quero saber se vale ou não a pena comprar o pão ali e, de preferência, sair com ele quentinho de lá o quanto antes. Ou seja, é um gesto automático, burocrático, toma lá, dá cá. Pela repetição ao longo de uma vida, perdão, pela repetição ao longo de uma História, nos habituamos a encarar tudo como uma grande dúvida a ser solucionada.

Por que então uma questão permanece? Na verdade, essa não é uma escolha minha, nem dela. Ela pode ter uma resposta simples ou complexa, o preço do pão pode gerar muitas reflexões, mas nunca será simplória enquanto uma questão, que é intensa demais para isso. Um economista, a partir do seu lugar de fala sobre o preço do pão, pode dar aulas a respeito do assunto e para ele, perguntar o quanto custa algo jamais será banal, ou seja, para o economista idealizado, falar de preços de itens básicos, como ele está inserido demasiadamente neste contexto teórico e social, pode enxergar muitas outras possibilidades de responder à pergunta questionadora.

E quanto ao amor? É a mesma coisa que o preço do pão enquanto questão? Para o canalha, o amor é um instrumento de trabalho, não tem aprofundamento, é moeda de troca. Por outro lado, um mero pãozinho pode gerar debates acalorados aos apaixonados por padaria,

economia e “as cartas de amor, se há amor,/ têm de ser/ ridículas”. Isto é, a paixão faz parte da questão. É ela que em boa medida nos compele a responder o que nem sempre terá uma resposta. É um ato de coragem. Qualquer dúvida que te instigue e que você dê a devida atenção pode se tornar uma questão.

Todas as cartas de amor são
Ridículas.
Não seriam cartas de amor se não fossem
Ridículas.

Também escrevi em meu tempo cartas de amor,
Como as outras,
Ridículas.

As cartas de amor, se há amor,
Têm de ser
Ridículas.

Mas, afinal,
Só as criaturas que nunca escreveram
Cartas de amor
É que são
Ridículas.

Quem me dera no tempo em que escrevia
Sem dar por isso
Cartas de amor
Ridículas.

A verdade é que hoje
As minhas memórias
Dessas cartas de amor
É que são
Ridículas.

(Todas as palavras esdrúxulas,
Como os sentimentos esdrúxulos,
São naturalmente
Ridículas.) (PESSOA, 1997, pp. 132-133)¹⁰

Ratificar o ridículo em cada estrofe é dizer não à lógica, ao certinho, à precisão. A condicional mencionada acima e sua imediata resposta impositiva reforça outra precisão, a da necessidade arrebatadora, a do risco inerente e bem-vindo para as coisas mais simples e mais complexas se não forem banais, se tiver amor de fato e não como mera ferramenta. O instrumento controlamos, a paixão nos controla e resistimos ou não a ela.

Entretanto, como disse, tanto o amor, quanto o modo de se questionar que move respostas estão inseridos na dimensão da dúvida, buscando soluções, buscando o controle das paixões. O risco é riscado do mapa. Naturalmente isso não acontece de todo, mas é uma batalha

¹⁰ Autoria de seu heterônimo Álvaro de Campos.

constante entre a segurança da pronta resposta, objetiva, dentro de modo previamente conhecido e o risco demasiado de não responder conforme esperado, de conviver com a resposta imprecisa, com o equívoco:

Nós que não admitimos arriscar nada, nunca. Como podemos nós correr o risco de, de algum modo, não nos entendermos, em qualquer instância, significa, em qualquer permanência? [...] as nossas dificuldades estão diretamente relacionadas aos nossos empenhos por reduzir tudo a um esquema onde nunca têm lugar nem a paixão, nem a poesia nem a filosofia. A elas só são dados os espaços e tempos subalternos. Não importa, é nesses espaços que elas se habituaram a realizar seus empenhos e desempenhos, a traçar seus percursos e a sofrer seus percalços (JARDIM, 2004, p. 111).

O espaço destinado, a estrutura na qual se insere a questão é, como o autor se refere, subalterno. Ele está fora do padrão que é o do rigor dos conceitos e das soluções bancárias, como diria Freire, aquelas respostas que por serem precisas, colocamos debaixo do braço e levamos para cima e para baixo, ou seja, temos seu controle, podemos aplicá-las nas mais diversas situações. Repito, isso é uma coisa boa, ter uma solução e usá-la de múltiplas maneiras, resolvendo problemas, tornando a vida mais fácil, para assim pouparmos tempo. Mas ora, nem tudo é poupança! Às vezes queremos nos demorar e podemos sim aceitar o risco para, no mínimo, ver aonde vai dar.

Desse modo, na lógica do poupa tempo, tudo fica mais célere e incrivelmente mais preciso – mesmo sendo mais rápido, um dos milagres da modernidade –, porém perde-se certa paixão, certa dose de ridículo pelo caminho. Faz com que aquilo que foge ao controle seja mal visto, escanteado, apagado. Onde está escrito que se determinado comportamento ou pensamento nos é distinto, deve ser extirpado? Essa lógica do descarte: não me serve, não existe mais para mim; desconheço, não existe para mim; não gosto, não deve existir, é muito cruel, mas não vem de agora, tendo na verdade origens muito antigas. Vamos dar uma olhada nisso.

2.4 A segurança da permanência

Conforme o tempo passa, a tradição é traída. — Por que, você pergunta: — a tradição é compreendida aqui e em geral como a transmissão de conhecimentos, práticas, crenças, valores, costumes, enfim, verdades de geração em geração, constituindo a continuidade simbólica e cultural de um grupo. Entretanto ela não é estática, vai passando no passar dos tempos, se

refazendo e desfazendo. Trama conceitual. Neste sentido, a tradição não é um produto, mas um processo.

A criação de um hábito é algo natural, bem como sua transmissão aos novos que adentram o mundo, sejam crianças, sejam estrangeiros. É um jeito de facilitar a convivência. Contudo é observável em diversas situações que um poder vigente se imiscui nas ideias, tornando-as ideais a serem seguidos por todos, a fim de se perpetuar poderoso. É dessa tradição tradicional que primordialmente trato neste trabalho. De uma série de comportamentos que não apenas imputam forças contrárias violentas, mas opressão, pois, a meu ver, um poder engendra violências para se manter (lembramos que a guerra de todos é pai), mas o ato de oprimir leva a uma uso demasiado da força violenta, a ponto de causar a anulação da existência do outro, é a perversão da força, enquanto sua capacidade de impor sua vontade.

Nessa dimensão, toda tradição pressupõe outra tradição, pois ela mesma é um outro de si, ela mesma está a mudar. Ela pode resistir ao outro, ou seja, concebe a existência do diferente e luta por sua sobrevivência e declina uma hora. Pode ir de cabeça erguida como quem dorme em paz, sabendo que este é o destino de toda tradição. Reconhecer o outro nos convida a notar a distância entre eu e ele, um caminho a percorrer e retornar que, neste vai e vem, promove transformações, tensão e identificação de mim e dele. Ou ela, o tradicional da tradição, pode querer durar tanto, pode temer a novidade demasiadamente que decide aniquilar seu próprio fim, por mais paradoxal que pareça, de modo a anular qualquer oposição interna ou externa.

Eis que rogo um vaticínio: por facadas nas costas, ou apenas pelo passar dos dias, quem está por cima cairá. Infelizmente, não digo isso de modo otimista, achando que os poderosos serão subjugados e ideias que oprimem serão rechaçadas, apenas constato um fato de que a morte de todos é pai, de todos é rei; finda deuses como homens, finda escravos e homens livres. Por essa razão, a tradição como a casa em que moramos tenderá às ruínas, sendo inerente à própria constância sua mutabilidade, nada permanecendo inalterado, nada vivendo para sempre.

Curiosamente, ambas as palavras no português, tradição e traição, derivam da mesma palavra latina *traditio*, conforme podemos verificar em Aulete e Valente (2025, Tradição¹¹; Traição¹²). A diferença está nas vias de uso das palavras. Faço-me mais claro: enquanto a palavra *traditio* no uso erudito, falada pela elite, se manteve mais fiel às origens latinas, chegando a nós como “tradição”, o mesmo não aconteceu no uso corrente, dos falantes mais

¹¹ <<https://www.aulete.com.br/tradi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 07 mai. 2025.

¹² <<https://www.aulete.com.br/trai%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 07 mai. 2025.

humildes da língua, que gastaram mais a palavra, esgarçando-a até que se transformasse em “traição”.

O palco está montado. A elite reteve mais a mudança, enquanto o povo não. Ainda que mudar seja natural, há interesse em retardar a mudança. Se há morte, há vida, que de todos é mãe e, embora tudo feneça, só fenece porque estava vivo, logo é preciso haver vida para ter morte. Na constância da mutabilidade sempre haverá vida e morte, morte e vida. Agarrar-se à vida e não desejar findar-se é legítimo, muito mais se a vida te for mansa, suave, se a tradição te sorri e te favorece. Por que ir embora assim?

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1977, p. 172).

O que fazer para durar mais? Acabar com o outro, encarando-o como rival? — Sim. Criar uma estrutura que me mantenha reforçando a cada nova geração as velhas noções? — Sim. Ao menos essa é a lógica que imperou no ocidente. Tudo em vão, pois mais cedo ou mais tarde, a traição acontece na tradição. Entretanto, a ânsia de se manter seguro, de controlar as variáveis, nos arremessa aos primórdios da sobrevivência humana, que só quer perdurar com os seus. O pulo do gato se dá quando o outro torna-se inimigo, como se não houvesse recursos materiais e ideológicos o suficiente para todos. Sendo assim, farinha pouca, meu pirão primeiro. E quando levamos esse modo de estar no mundo às últimas consequências, o outro não mais existe nem enquanto digno de conflito, só há o eu e não eu.

Na medida que o outro passa a não ter uma singularidade, perde-se até a necessidade de decência, moral, simpatia. Não é tornar o outro o mais diferente possível sem qualquer possibilidade de diálogo, pois até ao infinito e além há um caminho inútil a percorrer, logo há um outro. A completa desqualificação da alteridade dá-se ao se recusar a sequer tentar a realização do percurso. Não existe mais distância, somente a unicidade da proximidade mais próxima. Aproximar o outro a tal ponto que ele passa a ser seu, mas uma posse indesejada. E o que fazemos quando algo não nos serve mais? Jogamos fora! O outro vira eu em contraste translúcido comigo, e quando eu não quero mais aquele eu, passa a ser não eu.

Altericídio por egopatia, a morte da singularidade do outro, transformando-o em nós mesmos. Estar sempre entre os pares, todos dentro da mesma tradição, fingindo, forçando uma relação sem ruídos. Sempre eu comigo mesmo, levando minhas tradições adiante, meus ideais, minhas verdades, medindo o outro pela minha régua. E claro, nunca deixamos de dar nossa contribuição na medição, a tal famosa subjetividade, pois nossa mão quem está portanto a régua

naquele instante. Daí o lugar de fala, a parte comprometida do discurso, a certeza da parcialidade. Agora, nem por isso devemos deixar de tentar ser menos incisivos, menos julgadores, podemos inversamente ousar uma aproximação, fazendo o percurso da distância. Sempre fazendo o percurso, sempre a caminho, nunca chegando.

Acontece que a tradição não quer ir embora. Ser tradicional traz consigo a insígnia da permanência. Parabéns, seu discurso é o hegemônico, você ganhou a batalha ideológica, pode perpetuar sua espécie cultural. Para se manter, ela cria um teatro de verdades que, por sua vez, engendram estruturas físicas que reforçam seu desejo de permanecer. Promove o conforto, pois rodeado das suas convicções, sente-se em casa. Para aqueles que estão dentro dessa morada, que não foram expulsos ou nem puderam entrar, usufruir o que a vida tem de melhor é uma possibilidade ao alcance das mãos, ainda que precise passar por cima de quem quer que seja, batendo a porta em suas fuças.

A tradição vigia e pune. Pessoas, coisas, até ideias estão sob o crivo da norma vigente. Consequentemente, não é de se espantar que as respostas dadas tenham que estar em conformidade com o esperado. Notem que cada pergunta terá sua respectiva resposta, porém elas serão balizadas pelo modo de responder que, por sua vez, sustenta a tradição vigente. A tradição mudando, muda com ela os modos de responder, de se portar, de estar no mundo. O que era bem visto, passa a ser mal visto e vice e versa.

É uma dança dos poderes para ver quem se mantém na pista ditando o ritmo. Dessa forma, não falamos mais *traditio*, mas há uma tradição em vigor. Mudar para permanecer. Permanecer mudando. Das artes e filosofia, às ciências e dia a dia, os saberes têm o sabor da estação para acomodar as resoluções dos problemas da vez. Nesse sentido, as questões que por vezes reaparecem nada mais são do que um vislumbre da instância de poder se ajustando às novas demandas: “se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica do poder” (FOUCAULT, 1979, p. 154).

Logo as raízes dessa dominação enveredam profunda e amplamente. Nem a banalidade está a salvo. Nas palavras, nos gestos, nas questões, na padaria. No que há de mais belo e bom, afinal até o que é belo e bom é arbitrário. O amor? — Sim, mas também a verdade, o bem e a justiça, por exemplo, significavam coisas diferentes na época de Platão do que cremos hoje. Os males que nos afligem eram obra de algum deus ofendido e, para sará-las, seria necessário expiar nossas ofensas. Míseras sanguessugas eram tratamento indicado para diversas doenças e, atualmente, trazem mais asco do que alívio em grande parte.

Perpetrar tais alterações na percepção da realidade pode ser muito violento, como sutil, ao longo de eras. Se hoje, mais uma vez, somos convocados enquanto sociedade a lidar com a diversidade, reconhecendo a validade do conhecimento para além do nosso cercadinho, simultaneamente convivemos com a hipocrisia que prefere imputar aos outros nossa culpa e frustrações, que ignora as respostas de outros povos a questões, a dúvidas mais básicas porque discordamos ou não compreendemos seus métodos:

Nosso processo de colonização demonizou e descredenciou os conhecimentos ancestrais, o que ainda se reflete na atualidade. Com isso, o diálogo e a integração da política pública de saúde com a medicina indígena quase não acontecem porque o que prevalece são os cuidados de saúde baseados na biomedicina (SCHWEICKARDT, 2024).

Nesse sentido, fica difícil dissociar a estrutura na qual nos encontramos de seu conteúdo. Fazendo o caminho inverso da citação: lidamos com praticamente exclusividade com os recursos biomédicos nos meios de saúde oficiais. Essa é uma construção de anos para fomentar um tipo de pensamento. Ah, mas as crendices não traziam os mesmos resultados da medicina, logo foi necessária sua substituição em prol de salvar vidas humanas! Se esse fosse o real motivo... embora não possamos entrar na cabeça dos perpetradores históricos e até atuais do projeto vigente de mundo, temos acesso aos esqueletos deixados para trás e às carcaças agarradas em nossos calcanhares que levantam sérias dúvidas quanto às suas reais motivações.

O argumento, todavia, é este: é para o seu bem, é mais fácil de controlar os resultados, logo é reproduzível em maior escala, soa moderno, é mais eficaz, escondendo com mais ou menos afincos os preconceitos por simplesmente não compreender ou mesmo não querer compreender o diverso. Lidar com o outro como hóspede ou como bárbaro não é aleatório. Abrir nossa casa a quem não mora ali para brevemente morar ali é uma arte e, portanto, uma vontade. Explico-me, acolher o outro no outro que ele é, sem sufocar sua alteridade. Pelo contrário, oferecendo um abrigo sob seu teto e um convite a abrir mão um pouco daquilo que ele, o outro, é, com a finalidade de dialogar, conviver, compartilhar com o anfitrião suas experiências e existência, é uma decisão, uma resposta às questões que a realidade nos traz.

É também uma responsabilidade que assumimos perante as novas gerações, nosso outro de nós mesmos. Isso porque não é só o estrangeiro que é o outro a se submeter, a ser conquistado, mas nossos vizinhos, nossas mulheres e crianças, são um outro se tivermos em mente a tradição ocidental cristã por excelência: eurocentrada, masculina, cishétero, branco, adulto centrada. Em outras palavras, se o argumento trabalha para a exclusão, para a competição, trata-se do viés do bárbaro. O outro que não queremos, quicá toleramos.

Nessa dicotomia, há formas mais ou menos sutis de fazer valer a vontade do opressor. Aqueles conhecimentos ancestrais que por gerações tratavam os que necessitavam passam a ser descredenciados. O viço da cura desbota. Perde-se eficiência se comparado com algo mais atual. Esse desbotamento é o valorado para baixo, fazendo jus à modernização, pisa em cima do que antes pavimentou o caminho. Segue-se um exemplo histórico que enfeita o cotidiano do cidadão carioca, pois com a Reforma Urbana de Pereira Passos, tentou-se europeizar e aburguesar a cultura por meio de arquitetura, mas também tiveram um caráter sanitário e comportamental (SILVA, 2019).

Um dos responsáveis pela implementação da reforma sanitária foi o médico Oswaldo Cruz. A ele coube levar a cabo a parte “higiênica” da urbanização. Muito embora ele tenha tornado o ambiente urbano menos propenso à propagação de doenças, sua higienização colocada em prática está em dia com o projeto europeizante em vigor desde 1500, ou seja, eliminando a ferro e fogo o que não concordamos – tendo nós razão ou não.

[...] a medicina tornou-se preventiva. Esses médicos foram reivindicar a polícia médica, isto é, ter o poder para intervir em tudo o que pudesse vir a causar doenças, o que incluía demolir habitações insalubres, impondo um controle sob a cidade e sua população com relação às normas sanitárias. Para eles, a desordem urbana era a causadora da degeneração física e moral da população (SILVA, 2019).

Pelo contrário, criam-se razões para justificar as atitudes mais desumanas em nome da humanidade. Estamos nos referindo aqui à truculência policial dos ditos mais civilizados sobre aqueles não instruídos, à violência epistemológica do opressor sobre o oprimido. Ideias subjungendo ideias, conceitos sendo criados com o intuito de justificar o desejo de submeter o outro a seus desígnios. Tendo eles razão ou não, inventam-se motivos para tal, de modo a fazer com que a máquina siga seu curso atropelando o que vem pela frente, conforme foi programada: tornar a cidade mais bonita pelos padrões europeus, mais limpa, com menos doenças, mais propensa a receber negócios, enriquecer uma elite etc:

Logo, um senhor prudente não pode nem deve guardar sua palavra, quando isso seja prejudicial aos seus interesses e quando desaparecerem as causas que o levaram a empenhá-la. Se todos os homens fossem bons, este preceito seria mau; mas, porque são maus e não observariam a sua fé a teu respeito, não há razão para que a cumpras para com eles (MAQUIAVEL, 2000, p. 103).

Os fins justificam os meios. Estou com isso dizendo que os senhores locais e os donos além-mar nunca pretenderam ser bonzinhos, provavelmente foram convenientes a alguma parte da população. Nem maus no que tange à defesa de seus interesses, mas maus do ponto de vista do que poderia ter sido feito à população desalojada, pois eles não tiveram seu direito de existir enquanto indivíduos considerados. Eles podem permanecer vivos na sociedade agora sem

epidemias, vacinada, mas mortos ou moribundos na singularidade de vontades, dignidades e acordos.

Notem como a negação da existência se dá com a negativa da concordância ou mesmo da discordância, pois não importa se um periférico concordar ou discordar, sua casa terá sido derrubada e estará com a caderneta de vacinação em dia. Certamente não é uma virtude dos poderosos e seu *modus operandi* a paciência, a educação e a gentileza com quem nem se considera digno de existência.

Ainda assim, não é tão simples convencer o próximo a fazer o inominável com o outro. É um esforço estrutural para fazer com que uma força policial, com o intuito de “melhorar” a vida da cidade, desça o pau em parte dessa cidade, desapropriando-a, encarcerando-a quando não eliminando-a. Ou seja, não é da noite para o dia que se dessensibiliza uma parcela da população e as consequências muitas vezes serão sentidas: “A taxa de suicídio entre policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% em 2023 em comparação ao ano anterior e se transformou na maior causa das mortes de policiais no Brasil, superando as que se dão em confrontos, seja durante o serviço ou na folga” (OZIMA, 2024).

Serão eles, os violentados, de fato considerados membros da cidade ou só pestes sendo exterminadas? Entendo peste aqui ontologicamente, ou seja, invenção minha para dizer que o outro não está no mesmo nível que o eu, trata-se de outra espécie, não existe enquanto indivíduo de vontade e direitos. Essa descaracterização é parte do processo de dominação, da conquista por extermínio. Exterminar alguém vai além de matar, mas em diminuir o peso da morte no ato cabal.

Você costuma refletir sobre a finitude da vida a cada ácaro falecido no seu banho? Ouso dizer que para a quase totalidade das pessoas, eles simplesmente nem existem. Conforme as semelhanças físicas aparecem, mais facilmente conseguimos nos colocar no lugar da vida ceifada, basta compararmos a empatia entre o aracnídeo e o cachorro caramelo da esquina, que além de possuir características mais próximas a nós, ainda é carismático.

Estamos todos num mesmo plano, num mesmo mundo, dividimos o planeta com eles, mas roubamos deles todos os seus territórios, roubamos suas vidas, seus mundos. Reclamamos do imperialismo quando ele nos afeta, mas somos imperialistas cruéis no que diz respeito à natureza e à vida dos animais (SCHÖPKE, 2016, p. 15).

E outra pessoa? Outro humano? Não notar que um ser microscópico está ali ou passar despercebido com a presença de um cão, nem sempre ao alcance de nossa visão mais imediata, parece uma tarefa bem mais fácil do que ignorar outro *homo sapiens*, sua singularidade, enfim, sua existência. Não apenas por uma questão de semelhança física, mas pela proximidade geral,

de vizinhança, de cultura, de subjetividade. Há quem de fato considere o ser humano uma praga para o planeta, sendo assim somos uma legião: muitos! Estamos em toda parte deixando nossos rastros, somos o que há de mais próximo de nós mesmos. Portanto, não nos ver como irmãos é um rompimento que demanda muito de cada um.

Todavia, antes de prosseguirmos com a análise, faço uma ressalva. Naturalmente, a crítica aqui feita não cabe aos povos originários. Quanto menos urbanizados, menos diz respeito à falta de empatia com outros seres, me parece, pois não foi feita tão bem a separação entre homem e natureza, logo entre convivência e controle do meio ambiente: “A sociedade precisa entender que não somos o sal da terra, temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente” (KRENAK, 2020, p. 45). No contexto urbano, tudo tem uma serventia mais ou menos clara ao homem, é controlável, precisa ser útil, do contrário é descartável. Saindo dele para as periferias, para as áreas mais afastadas, o controle abre mão à entrega. Se não podemos vencer, nos juntamos ao todo, a tal ponto que separar humano de natureza torna-se insignificante. Somos vizinhos no mundo.

A separação é fundamental para a dominação. Instituir a lógica nós contra eles. Fomos ensinados a ignorá-los, os animais, a dominá-los, bem como o restante do mundo: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra” (BÍBLIA, Gênesis 1:26). Nessa dinâmica do eu e não eu, tudo é medido por mim e para mim. E o que não presta é separado, diferenciado não em sua singularidade, pois suas diferenças não são consideradas, suas respostas ignoradas, assim como suas questões. Essa diferenciação caminha para a aniquilação:

O pensamento vazio dos brancos não consegue conviver com a ideia de viver à toa no mundo, acham que o trabalho é a razão da existência. *Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos*. Não podem parar e experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso (KRENAK, 2020, p. 60 – grifos meu).

E fundamentalmente, o homem se separa do próprio homem e passa a agir no automático. Ressalto, o hábito é essencial, não tem como parar para pensar a cada gesto, a cada movimento. Não tem como fingir que vemos pela primeira vez algo que estamos cansados de ver. E, ainda assim, é preciso fazer o movimento, vez por outra, de tentar enxergar o novo no já batido, pois aí é quando compreendemos o quão falha nossa visão sobre as coisas pode ser. É quando nos lembramos da criança que fomos e quando ousamos criar:

Criança desconhecida e suja brincando à minha porta,
Não te pergunto se me trazes um recado dos símbolos.
Acho-te graça por nunca te ter visto antes,

E naturalmente se pudesses estar limpa eras outra criança,
 Nem aqui vinhas.
 Brinca na poeira, brinca!
 Aprecio a tua presença só com os olhos.
 Vale mais a pena ver uma cousa sempre pela primeira vez que conhecê-la,
 Porque conhecer é como nunca ter visto pela primeira vez,
 E nunca ter visto pela primeira vez é só ter ouvido contar.

O modo como esta criança está suja é diferente do modo como as outras estão sujas.
 Brinca! pegando numa pedra que te cabe na mão,
 Sabes que te cabe na mão.
 Qual é a filosofia que chega a uma certeza maior?
 Nenhuma, e nenhuma pode vir brincar nunca à minha porta (PESSOA, 2020, p. 64)¹³.

Ver as coisas pela primeira vez não diz exatamente de ver as coisas literalmente pela primeira vez, mas em reconhecer que podemos falhar e criar e, principalmente, é não fazer as coisas em modo automático. A automação, tão presente nas nossas vidas, não pensa, só reproduz. E quando nos esquecemos de pensar, quando ignoramos o poder da criação, de nos ver falhos e dar a volta por cima, é neste momento que nos entregamos às vontades alheias e corremos o risco de incorrer nos piores erros. Nos tornamos escravos do sistema e, ao mesmo tempo em que somos vítimas, somos algozes e reprodutores de suas estruturas de dominação:

Para não se aperceber do que realizava, para não ser atormentado pelas ações por ele praticadas, e descabíveis sob o ponto de vista da humanidade, para ela ficou claro que o agente [Eichmann] omitiu-se de refletir sobre os atos que praticava: em nenhum momento ele questionou-se ou buscou o sentido das ações que engendrava, de suas consequências, ou de algo que pudesse tirá-lo do ‘torpor’ que o Sistema Totalitário criara em torno de si e de seus concidadãos. [...] Dessa forma, enquanto incapaz de pensar, de manter-se conectado com os eventos externos do mundo, Eichmann não apenas cometeu o mal sem saber o que é o mal, ou desejar fazê-lo, mas também demonstra que o mal pode ser fruto dos atos de alguém que é bom. [...] Além disso, em momento algum ele decidiu ser mau, ou praticar atos maus; porém, ele cometeu o mal de forma assustadora (SCHIO, 2012, pp. 60-61).

Quantas atrocidades foram cometidas em nome do “eu estava somente cumprindo ordens”? Esse mal banal, que nos remete à Hannah Arendt (1999, p. 299), é tão comum que todos estão sujeitos a ele. Não precisaria ser ninguém de especial para servir a propósitos escusos: “O problema de Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais”. Portanto, não é necessário suborná-lo a cometer atrocidades, como a um assassino de aluguel. Não, o homem comum realiza suas funções habilmente, seja assinar documentos, despachar pessoas para campos de concentração ou apertar um parafuso.

Ratifico: não há o homem comum e o homem extraordinário aqui neste contexto. Todos os homens e mulheres são capazes das coisas mais simples quanto as mais complexas, neste

¹³ Autoria de seu heterônimo Alberto Caeiro.

sentido, todos fazem parte da estrutura geradora de verdades na qual está inserido. A banalidade do mal está aí se o projeto for banalizante e opressor. Entretanto, por que uns fazem o que fazem e outros relutam e enfrentam? Talvez nem todos tenham tido a oportunidade de puxar o gatilho... ainda... talvez nem todos peguem da arma, embora ela esteja disponível a todos nesta sociedade em que vivemos.

Talvez Eichmann não tenha “visto” os judeus. Assim como o matador de aluguel ideal não vê suas vítimas, apenas mais um serviço a ser cumprido. Apenas segue as ordens de alguém que viu. Ou “viu”, pois o processo de apagamento está inserido em toda a sociedade, em toda escala de poder. Há, pois, um movimento de cegueira, em que os seres em questão passam despercebidos, mas também temos em curso um processo de demonização, ou seja, sabe-se exatamente o que está acontecendo ali, sem acriticidade, e decide-se mesmo assim porque quem estaria diante de nós não merece consideração.

O saber aqui é questionável, naturalmente. Sabe-se até que ponto? Realmente se sabe? A questão é que não está despercebida uma entidade ali, um ser. Não existe, contudo, uma existência. Voltando à Segunda Guerra, os judeus para os nazistas eram considerados a escória da Europa. Seu extermínio não está no mesmo nível de matar outro alemão, outro igual. O ser quer permanecer, pois ele é também uma tradição, porta uma tradição, ele não quer ser morto por um sapato qualquer, sendo barata, ou um soldado nazista, sendo judeu, comunista ou Aliado:

De particular relevância para a nossa conceituação da desumanização como um processo de negação da mente, os historiadores deste genocídio apontam para a tendência de perpetradores de todos os tipos – desde altos oficiais nazistas até assassinos populares – conceberem suas vítimas como hordas insensíveis e bárbaros irracionais. No entanto, outros trabalhos sugerem que os nazistas reconheciam as capacidades mentais de suas vítimas judias porque frequentemente os retratavam como agentes insidiosos e astutos da malevolência (LANDRY; ORR; MERE, 2022, p. 02 – tradução minha).¹⁴

Há, pois, os burocratas, os banais que apenas seguem as marés e os exterminadores de pragas. Eles pensam antes de matar. Ambos trabalham com um tipo de apagamento, de silenciamento, de cegueira a respeito de outra existência, descredenciando-a em meio à sociedade no que tange direito, diálogo, benesses nem se fala. É um mal banal, que não pensa,

¹⁴ *Of particular relevance to our conceptualization of dehumanization as a process of mind denial, historians of this genocide point to the tendency for perpetrators of all stripes – from high-ranking Nazi officials to grassroots killers – to conceive of their victims as insensate hordes and mindless barbarians. Nonetheless, other work suggests that the Nazis recognized the mental capacities of their Jewish victims because they often portrayed the Jews as insidious and cunning agents of malevolence.*

só faz, um mal demoníaco, que demoniza o outro e um mal racional, metuculoso, que reconhece como aquela existência interfere nos planos de propagação e perpetuação de uma tradição:

Negar a mente de outra pessoa, particularmente sua capacidade de experiência, mina a preocupação moral por ela e tem sido reivindicado para facilitar a violência extrema. Nos referimos a essa reivindicação como a hipótese do desengajamento moral. Isso pode explicar por que a negação da mente tem sido implicada na opressão colonial e outros atos de violência instrumental. No entanto, a negação da mente também é difundida na vida cotidiana, surgindo no local de trabalho, na saúde e nas percepções sexualizadas dos homens sobre as mulheres (LANDRY; ORR; MERE, 2022, p. 01 – tradução minha).¹⁵

2.5 O pensamento dominado

Nem toda mudança é desejada. Ela irá querer permanecer. Quem? — A tradição. E para isso, criará todo um aparato ideológico para fortalecer e manter suas verdades e suas respostas as mais valorizadas. Tudo o que é seu é superior; tudo que é do outro, inferior. O inferior não é só diferente, ele não é o eu do dominador – seja em sua afirmação, seja em sua negação, só há eu. O inferior pode ser tão diminuto que passa a não existir para aquele conjunto de valores. Pode até existir no real, mas para determinada realidade, sua existência não tem consideração, podendo ser ignorada, enquanto matéria física, até exterminada cultural e literalmente. Para essa cultura do dominador, a preponderante nessa sociedade, isto é o mal: o não eu.

Naturalmente, há várias concepções para o mal. Por exemplo, Hannah Arendt, em cartas trocadas com Gershom Scholem (2010, p. 444 – tradução de Adriano Correia), refere-se ao mal como algo não radical, o que interpreto como um movimento que carece de essência, intenso, mas raso, pois somente o bem poderia ser “profundo e radical”. Somente o bem alcançaria os mais altos graus de potencialidade do ser:

na verdade, hoje sou da opinião de que o mal é sempre apenas extremo, mas nunca radical, não possui profundidade nem demônios. Pode devastar o mundo inteiro precisamente porque continua a crescer como um fungo sobre a superfície. Mas só o bem é profundo e radical.

Eu sou obrigado a discordar da senhora. Eu gostaria, de verdade, de acreditar que só o bem é possível radicalmente, que essa radicalidade permite um diferencial essencial perante o

¹⁵ *Denying another's mind, particularly their capacity for experience, undermines moral concern for them and has been claimed to facilitate extreme violence. We refer to this claim as the moral disengagement hypothesis. This may explain why mind denial has been implicated in colonial oppression and other acts of instrumental violence. However, mind denial is also pervasive in everyday life, emerging in the workplace, healthcare, and men's sexualized perceptions of women.*

mal, como se o bem o vencesse no final, mas não. Como eu enxergo, o mal é um ponto de vista que quer permanecer vigente custe o que custar. Até porque, sempre bom lembrar, o mal para a tradição opressora é diverso do mal para o oprimido, assim como o bem:

Se o valor dos valores ‘bem’ e ‘mal’ não chegou a ser posto em questão, é porque eles foram vistos como se existissem desde sempre: instituídos num além, encontravam legitimidade num mundo suprassensível. No entanto, uma vez questionados, revelam-se apenas ‘humanos, demasiado humanos’; em algum momento e em algum lugar, simplesmente foram criados (MARTON, 2020, p. 98).

Adentrando um pouco mais essa radicalidade malévola, encontramos o mal banal, burocrático, automático, comum, esse faz sentido não ser taxado de radical, bem como o puro ódio desmedido, cego, exterminador. O mesmo valeria para o bem. Afinal, podemos falar tranquilamente de um bem feito sem criticidade, essas pequenas gentilezas que vemos por aí num bom dia, na forma de tratar o próximo, num despacho que pode salvar a vida de milhões em vez de tirar, autorizando a vacinação, por exemplo. Fazer o bem sem olhar a quem, algo como um altruísmo: “Dedicação desinteressada ao próximo” (AULETE, 2025, Altruísmo)¹⁶.

Outros quinhentos, todavia, quando nos referimos àquele mal racional, cuja própria raiz da palavra convida à radicalidade. Há tantas sutilezas envolvidas, há meios do caminho, há processos complexos de convencimento e aniquilação que tenho sérias suspeitas de que o mal também é radical. Esse não pode alegar inocência pela ignorância, esse não foi tomado pela ira cega, ele refletiu muito para preferir um caminho ao outro.

Isso significa que o mal radical é pior que o mal banal, em que não se dá conta do outro, ou o demoníaco, em que se dá conta demasiadamente da vida alheia? A intenção de praticar o mal, qualquer que seja sua concepção, é pior do que sua falta? Sou levado a crer que para a sociedade a pior das intenções sem as estruturas de poder a seu favor, bem como a posição de poder respectiva, não é de tão mal assim. De modo que condenar milhares de pessoas ao extermínio mesmo sem a intenção de condená-las faz mais mal do que o mais terrível dos assassinos em série enclausurado, ou seja, pensando horrores, mas sem a capacidade de executá-los.

Outro ponto a ser observado diz respeito a minha própria concepção de maldade. Eu, enquanto autor, tenho uma compreensão do mal, que aqui neste contexto refere-se à tradição da classe dominante, pois me considero dentro dos oprimidos. Há uma compreensão do mal pela classe dominante que me enxerga como mal. Há a estrutura de dominação na qual eu estou inserido, logo tendo a considerar a concepção de mal do dominador como familiar, isto é,

¹⁶ <<https://www.aulete.com.br/altru%C3%ADsmo>>.

reconheço seus valores e consigo negociar com eles. Acredito que extrair o sumo da maldade nesse contexto é improdutivo, e muito melhor é conviver com esses conceitos todos juntos, dificultando a compreensão retilínea da realidade, mas incentivando as múltiplas interpretações, todas verdadeiras. Esse entendimento é fundamental para mudar a estrutura que eu considero um mal, mas que minha ideia da classe dominante enxerga como bom, por estar acostumado a ela.

Portanto, o que Arendt declara sendo o mal banal é o desejável para os nazistas, a massa de manobra. Para mim uma massa acrítica serve muito bem aos propósitos da elite. Ainda assim, não pensar criticamente não é sinônimo de apertar o botão do apocalipse. Não pensar faz parte do dia a dia de todo mundo. Todos somos em alguma medida massa de manobra, porque não é possível estar a pensar, a refletir o tempo todo, é preciso também o hábito, o automatismo. Se resolvermos cair na esparrela de lidar com o pensamento como se ele fosse melhor ou superior do que o não pensamento, podemos estar focando muita energia onde não necessita. Faço-me mais claro, o que queremos combater? Um pensamento ou suas consequências? Pensar perversidades está no mesmo nível de realizá-las?

Se lidarmos com o pensamento, a crítica como superior a não crítica, ao banal, vamos ter que concluir que o mal maquiavélico, estratégico é sim pior. Bem... ele certamente tem suas características, e para cada doença, seu remédio. Contudo trabalhar com os males sem hierarquizá-los, mas entendendo que um alimenta o outro, pode nos propor soluções para as questões, bem como nos força a pensar também a estrutura no qual esse mal se desenvolve, a fim de também combatê-la, a estrutura do certo e do errado, do reto, correto, e o que for torto, extirpado, ignorado, odiado. Seja o nazista que só assina, ou aquele que odeia judeus ou o que os trata por inimigos e cria ardis de convencimento para sua aniquilação, são farinha do mesmo saco, pois são desdobramentos da lógica do eu e do não eu.

Voltamos então à questão de como conseguir que o inominável seja praticado. Como é possível ignorar atrocidades diante de nossos olhos? A criatividade serve para os dois lados e o pensador que para nós pode ser inescrupuloso, do ponto de vista de seus pares, está apenas atrás de seus objetivos. Traça planos e metas, argumenta, rejeita, malda a fim de obter vantagens. Ele não é mal em si, mas mal para o oprimido, para a vítima. Para ele, uma estrutura que o beneficie é bem-vinda, mas sem ela... bem... o pensamento crítico cria meios para justificar suas decisões. E quanto à falta de pensamento, ao gesto banal, como agir? Lembrando que não se tratam de pessoas diferentes, mas de momentos diferentes das pessoas, pois o mesmo estrategista, também compra pão na padaria, ele terá seu momento de massa de manobra, sua banalidade.

Para aquele que só assina embaixo, para aquele que só vê demônios onde há pessoas, como ele chega a tal ponto? Como somos capazes de não pensar? Pensar aqui se aproxima a se adequar à realidade. Pensar como quem aplica a si o que aplica aos outros, imperando categoricamente essa lógica. Somos levados a qualquer lugar por nossos pés, rodas, bengalas, isto é, por esforço próprio, bem como estamos numa esteira rolante que flui numa direção. Ir contra dá trabalho, ir a favor é moleza. Eichmann só fez o que fez porque podia fazer o que fez e não fazer seria comprar uma briga que ele não estava disposto. Ao contrário, um tirano deposto não exerce mais risco em teoria, pois por mais que ele queira exercer sua vontade, foi privado dos meios para tal.

Nesse sentido, compreender os caminhos para se chegar a uma meta qualquer permite antever e se precaver das possibilidades que a estrutura nos proporciona. O que a dinâmica do eu e do não eu produz? O utilitarismo – o que não vejo serventia é lixo, inclusive seres vivos –, o que ele produz? Não se joga o bebê fora junto com a água, mas é preciso ver com muita calma onde esse bebê está se banhando, pois o problema pode estar na bacia carcomida, bolorenta, tóxica.

Essa história que dizem por aí que se você não pensa, outros pensarão por você, carrega muito do carrego metafísico, em que o pensamento é superior ao não pensamento. A estrutura move a todos, pensadores e não pensadores. Todos pensam e não pensam. E da mesma forma que um ou outro dá um passo maior na História (que também é escrita dentro de uma tradição), os passinhos de muitos contam bastante, assim como a ignorância de um ser banal fez a diferença na vida de um povo. Há sim de se reconhecer como lidar com cada um: à massa de manobra convém a crítica, aos críticos convém se deixar levar pela turba amorfa, pisando no chão da fábrica. Assim podemos ter alguma noção dos modos de dominação. Assim temos uma noção de como se adentra nas mentes das pessoas para permitir que o dia a dia permaneça como está. O que passa na cabeça de quem compra um pão? Talvez seja só isso mesmo: comprar um pão e saciar suas vontades imediatas. O que passa na cabeça de um policial que sobe o morro com sangue nos olhos? Talvez tenha outro preço a pagar para que a gente consiga caminhar pelas ruas do Centro sem chorar pela miséria alheia.

Impressionante como o processo de deslegitimação de outras culturas pode atingir níveis tão elevados a ponto de tornar o outro algo invisível e até demoníaco. Um trabalho de formiguinha para tornar a coerção física e mental de arbitrário para naturalizada, até fingirmos enquanto sociedade ser algo natural, como se sempre fosse assim. Curiosamente, a própria palavra demônio tem essa história de ressignificação do outro em si. Na Grécia antiga “por

exemplo, que o *daimonion* nada mais é do que um deus ou a obra de um deus”¹⁷ (ARISTOTLE, Rh. 2.23.8 – tradução minha), a saber, era um dentre tantas outras deidades. Menor do que os olímpicos? Sim, mas o que não seria? Maior do que os mortais. Igualmente imortal como qualquer divindade, seja um rio – como Xanto que Aquiles inutilmente enfrenta no Canto XXI da *Ilíada* –, seja um conceito como a Verdade ou a Justiça, e até Afrodite e Zeus. *Daimonion* indicava a presença do que não era mortal, portanto não poderia ter o controle humano, era diferente deste, superior, misterioso, sagrado.

Em seu processo de latinização, conhecemos a palavra *daemonium*, que se apresenta na Vulgata já significando o espírito imundo, portando a sinonímia com o mal espiritual:

Portanto, que estou querendo dizer? Será que o sacrifício oferecido a um ídolo é alguma coisa? Ou o ídolo é alguma coisa? Não! Quero dizer que o que os pagãos sacrificam é oferecido aos demônios e não a Deus, e não quero que vocês tenham comunhão com os demônios. Vocês não podem beber do cálice do Senhor e do cálice dos demônios; não podem participar da mesa do Senhor e da mesa dos demônios (BÍBLIA, 1 Coríntios 10:19-21).

O demônio aqui é uma entidade concreta, distinta do homem, superior a ele. Correção, em ambas as situações, tanto em grego quanto em latim, o *demon* se identifica desse modo descrito. O ponto de virada dá-se quando o demônio sem um valor negativo torna-se imundo, execrável, terrível. Agora a humanidade necessita do intermédio do Senhor dos Exércitos para expulsar o diabo bíblico, pois não é possível mais, como ocorria com o *daimon*, a convivência. Só pode haver um e esse é Deus, o resto é sujo, é mal.

Do concreto advém o abstrato. Do substantivo, o adjetivo. Assim o mal se alastra a tudo que... é não eu. Exagero, não tudo, mas dentre os não eu, elenca-se aquele pior, aquela peste a ser exterminada, que não pode ser convertido. Por fim, o mal filho a casa torna e o adjetivo se torna novamente substantivo. Sim, pois quando usamos muito, esquecemos que usamos. Como assim? Ora, se ao longo dos tempos diminuímos tanto um povo com palavras pejorativas, endemonizando-os, escarnecendo-os, uma hora a gente nem lembra que eles são mais do que isso e realmente passamos a ver só a coisa, a imundice naturalizada e esquecida.

Insisto: o que é o demônio? Ele é o outro e a maneira de lidar com o outro muda. Não qualquer outro, mas de um outro maior do que você, algo a ser temido, um tabu, para significar um outro inferior a ser rechaçado. Essa mudança de perspectiva está alinhada ao modo de dominar, de convencer a não ver o visível. Gramsci (2002, p. 62) relata que “a supremacia de um grupo se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com a

¹⁷ For instance, that the *daimonion* is nothing else than a god or the work of a god.

força armada, e dirige os grupos afins e aliados”, ou seja, após a corrosão da ideia da alteridade, associando sua história a algo demoníaco, aquele não é tratado como se fosse, ele passa a ser o próprio diabo. Portanto, sua insignificância ou seu extermínio passam-se por uma obrigação da moralidade e bons costumes desse meio social.

Este foi só um exemplo, fazendo jus a uma palavra. Por certo que o descrédito de uma cultura não se faz do dia para a noite e atinge das línguas aos hábitos e às ideias. É uma prática de saúde amplamente difundida que perde seu prestígio, a despeito dela ser eficaz ou não. Essa suposta profilaxia pode funcionar, mas se não está em sintonia com o padrão de controle vigente, não conta. É um conceito que faz sentido, mas vai contra os interesses da elite capitalista... das garrafadas às cápsulas, da taxaço das grandes fortunas às isenções fiscais, uma pessoa, um grupo ou um povo tem sua visão moldada em alguma medida por interesses alheios e por vezes contrários à sua vontade. Em fogo amigo, damos tiro no próprio pé para fazer fazer sentido o sem sentido.

O processo de endemonização do outro, de insignificação do outro, calçou como uma luva com a hipercategorização ocidental, compartimentando, discernindo para enfim julgar, hierarquizar, controlar para dominar. Quando o demônio chega na Vulgata, o diabo do platonismo já estava ali. O bem contra o mal, a caverna contra os escolhidos. A ideia do diferente a ser combatido estava ali. Com suas Bíblias debaixo dos braços e seus corações prontos para dividir e conquistar, o europeu aporta na América: “Desde a expansão da Europa mercantil, no século XVI, os povos periféricos foram exterminados, dominados ou silenciados. Com isso perderam-se modelos alternativos de florescimento das civilizações. É hora de os últimos serem os primeiros” (RIBEIRO, 2013, p. 187). Isso significa que junto com as caravelas veio a religião, junto com o genocídio veio a possibilidade do extermínio, de ver os povos que aqui estavam como não dignos de permanecerem. A derrota não bastava, precisavam submeter seus corpos e espíritos e isso traz consequências difíceis de suplantar:

A colonização da África por Estados europeus foi executada em várias camadas, utilizando estratégias diversas ao longo de um período que abrangeu séculos. O continente foi forçado a aderir à ordem mundial eurocêntrica westfaliana, inadequada às diversas realidades e interesses políticos do continente (TAMALE, 2020, p. 04 – tradução minha).¹⁸

Notem que eu não ousaria dizer que pior que a matança desenfreada foi o modo de apreender a realidade. Eu não teria essa insensibilidade. Porém dificilmente algo tão

¹⁸ *The colonization of Africa by European states was executed through various layers using diverse strategies over a period that span centuries. The continent was forced into the Eurocentric Westphalian world order ill-fitted to the diverse political realities and interests of the continent.*

catastrófico ocorreria sem que essa desumanização não estivesse presente em seu gérmen, somente esperando a chance para rasgar a carne e fincar raízes. E ainda que os povos que aqui habitavam também fossem afeitos a guerras, comendo o coração de seus rivais, agora sim ousa dizer que muito dificilmente se eles estivessem com a faca e o queijo na mão, se eles pudessem praticar um genocídio eles mesmos assim não o fariam, pois simplesmente não aparecia enquanto possibilidade. Ou seja, se os povos originários tivessem um poderio militar tão superior, provavelmente não fariam o que os espanhóis e portugueses fizeram. Diga-se de passagem, provavelmente eles nem gostariam de despender tanto tempo para desenvolver algo assim, já que não usariam: “Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se aos homens” (BENJAMIN, 1994, p. 115).

O desejo de conquistar, de dominar, de exterminar começa desde o demoninho, desde a separação mais cruel. Naturalmente até isso virar um campo de concentração há muita estrada, muita dor, muita técnica, muita gente. São essas pessoas que chegam ao litoral. Não são os reis, mas reles seres humanos, comuns, banais no geral que primeiro aportam. Elas não são da realeza, mas trazem consigo a ideia real, ou seja, a ideia do dominador de como lidar com aquelas “criaturas”: “Fomos constituídos como ‘não ser’, frente a um Outro que se nos apresentava como ‘ser ideal’. Fomos pensados como infantes. Mas uma infância que não consiste em uma inocência, um começo, senão em uma minoridade” (LÓPEZ, 2008, p. 35).

Há sim uma religiosidade, mas há uma teorização, uma filosofia, que neste contexto apenas aprofunda a noção do bem contra o mal. Aquele mal maquiavélico que elabora, mas subestimando, pensando menos da alteridade. Cristãos que não enxergavam os autóctones como seus semelhantes. Um bom exemplo de teoria em prol do dominador e que remete a esse período de colonização está na célebre disputa entre Gines de Sepúlveda e o bispo Bartolomé de Las Casas.

O primeiro defendia, baseado em Aristóteles, a hierarquia como uma condição humana. Para ele e seus adeptos, os povos nativos “são mais bárbaros do que se possa pensar, pois faltam-lhes absolutamente qualquer conhecimento das letras, ignoram o uso do dinheiro, geralmente andam nus, inclusive as mulheres, e carregam fardos sobre os ombros e as costas, como animais” (TODOROV, 1999, p. 188). Neste caso, o outro deve ser conquistado para ser domado. O segundo, tendo como principal influência o universalismo cristão, pregava o “estado de inocência” (TODOROV, 1999, p. 197) dos povos originários, levando os europeus a conquistá-lo para educá-los. Pode deixar, nós cuidamos de vocês, nós sabemos o que é melhor para vocês, é nosso dever ensiná-los como bem viver, como seus métodos não são tão eficazes como os nossos, logo precisam ser abandonados... seus deuses, sua liberdade: “A partir das

bases jurídicas do Império Romano e da universalidade do Cristianismo, a Europa inventou o colonialismo, uma das mais sutis tecnologias sociais [...]” (LÓPEZ, 2008, p. 26).

Esse processo ficou também conhecido por evangelização e, posteriormente, tomou outra alcunha, menos religiosa, mas igualmente maquiavélica: processo civilizatório. Os demônios tornam-se selvagens, incultos, ambos subalternizados, prontos para o abate existencial. Desse modo, atirar primeiro e perguntar depois está posto, é muito fácil com uma estrutura que endossa a perda da identidade do outro para encará-lo como minha imagem e semelhança: “Vergonha em saber que o nazismo não é uma anomalia e, sim, o herdeiro legítimo do conquistador europeu dos séculos passados” (LÓPEZ, 2008, p. 25).

2.5.1 A palavra dominada

Imaginem sendo transportados para um país cuja língua é desconhecida por vocês. Como se comunicar? Primeiro, temos uma língua materna já, ou seja, uma estrutura, porém não sabemos a estrutura do outro nem suas palavras. Com o tempo, aprendemos um substantivo ou outro e tentamos traduzir para nosso modo de entendimento, o que é imperfeito, mas é o que temos. Aos poucos também vamos adquirindo a maneira cuja língua estrangeira se processa, pensa, se comporta, além de como ela nomeia as coisas. Compreendemos melhor suas noções de tempo, seus valores, seus qualitativos, a saber, nos aproximamos deles.

Grosso modo foi um pouco o que aconteceu com os europeus que aportaram aqui. Porém, em algum momento, nós que nos tornamos estranhos em nossa própria terra e tivemos que aprender a língua do colonizador. Naturalmente é uma via de mão dupla. Eles trouxeram seus demônios para cá, isto é, suas ideias preconceituosas a nosso respeito e nos endemonizaram para escravizar, para tutelar ou tão somente aniquilar. Em contrapartida nós tivemos que aprender suas maneiras, como o dominador lida com a realidade, a se comunicar com eles, a fim de sobreviver, de conseguir favores, enfim fingimos e queremos nos tornar um deles.

E por mais que o tempo passe, por mais que a colônia se livre da metrópole, não desaprendemos sua língua e acreditamos em suas verdades. Somente quando geramos nossas verdades, que nada mais é que o modo como apreendemos o real, podemos chamar uma língua de nossa. Ainda assim, convém nos determos um pouco nesse procedimento. Isso se faz necessário para que possamos aprender a falar o que já dizemos e estar atento às estruturas de

dominação que nos aprisionam e àquelas que continuarão assim por mais algum tempo: não se pode vencer todas, né?

As “baratas”, como eram conhecidos os tutsis, os igualavam a animais pestilentos, como adjetivo talvez primeiramente, mas com o tempo foram sendo transformados em insetos humanoides pelos hutus, a ponto de possibilitar o genocídio de Ruanda. De modo parecido, os judeus foram sendo desumanizados pelos nazistas; os povos originários, pelos colonizadores; os negros, pelos brancos; as mulheres, pela sociedade patriarcal. Muitos dos sobreviventes resistiram por meio dessa mesma estrutura assassina, não podendo mais abrir mão dela, seja por desconhecimento de suas raízes, seja por estarem deveras acostumados a elas. O que fica, o que vai?

Paralelamente há palavras como “criolo”, que não deveriam mais ser referenciadas a pessoas afrodescendentes, o equivalente ao “*nigger*” do inglês, ou mesmo o já mencionado “*inyenzi*” do kinyarwanda (a principal língua de Ruanda) aos tutsis, e outras tantas que estão por aí e nem damos conta disso. Da mesma forma, o aparato opressor que engendrou esse modo de nomear o outro está em vigor aparentemente e oculto. Como achar? Como saber o que não sabemos?

Pelas aulas e escritos, pela tradição e diálogos, a resposta ao questionamento do que se mostra e do que se esconde parecia tratar-se do ser. É ele que fica depois que tudo mais vai, não? O que mudaria então são seus afluentes, deste grande rio, seus acidentes de percurso nesta substancial travessia? Dizia um mestre, citando o mestre em seu Livro IV, Capítulo 2, Seção 1003a, Linha 33: “τὸ δὲ ὄν λέγεται μὲν πολλαχῶς” (ARISTÓTELES, 2002, p. 130), a saber, “o ser se diz em múltiplos significados” (ARISTÓTELES, 2002, p. 131). Assim mesmo, em grego, que eu conheci a citação e isso faz toda a diferença.

Concomitante à análise do conteúdo da frase, pensemos na sua forma. Como ela chegou a mim e por que assim dessa maneira? Eu já ouvi o seguinte argumento: somente na língua original podemos de fato saber o que o filósofo quis dizer. E semelhante a adentrar em terras alheias a sua, a rigor, é impossível saber exatamente o que ele quis dizer, pois nem o próprio pode mensurar a total extensão das possibilidades da compreensão. Melhor talvez fosse então propor que ter algum conhecimento do original aproxima-nos daquela realidade, sua cultura, suas verdades. De fato não é possível discordar, haja vista que o total desconhecimento por todos do grego antigo seria o mesmo que decretar a extinção do entendimento da sentença aristotélica ou quaisquer outras dessa língua.

Sim, algum conhecimento, mas quanto? E será que citar em grego pode dizer mais do que a conveniência de conhecer algo da língua? Talvez num contexto sem traduções não

houvesse outra alternativa. Todavia havia traduções. O que é a tradução se não uma interpretação? Sendo assim, o mestre poderia estar nos incentivando a fazer nossa própria interpretação, o que faz sentido. Infelizmente, também precisamos cogitar outro viés, um até mais simples: porque sempre foi assim. Porque ele aprendeu com seu mestre, e este com o mestre do mestre do mestre, de modo que o meu mestre somente reproduz o modelo de que é vital o grego antigo, inclusive direto do alfabeto: quanto mais erudito, melhor!

Então o objetivo é tornar o acesso difícil? Apenas para poucos, alguns escolhidos, privilegiados. Como disse, talvez nem tivessem essas reflexões claras, somente reproduzia o mestre o modelo que pregava outra língua. Ah, mas era só citar alguém em português??? Não, não ocorreu, não ocorre. Engraçado que pensando agora seu conteúdo, o mesmo se dando de diversas maneiras poderia sugerir diversas formas de compreender a frase. Com suas diversas traduções, dizendo na forma o que está dizendo no conteúdo, de que a verdade, o meio, a identidade e, por que não, o ser, acontecem das mais variadas maneiras, verdades, identidades etc.

Permitam-me uma comparação: ao cotejarmos Memmi (2007, p. 108), que compreende a atitude racista em três estágios: descobrir as diferenças entre colonizador e colonizado, valorizar essas diferenças, e elevá-las ao extremo; podemos sugerir que primeiro, mais do que aceitar as múltiplas traduções (inclusive o original), se descobre um original e suas traduções (e não outros originais, enquanto interpretações próprias), depois é valorizado o modo de se fazer filosofia europeu como exemplar e, por fim, tudo aquilo que não tem o aval do *status quo* (que precisa estar em latim) é menosprezado.

A marca do absolutismo epistemológico entre o europeu para com o não europeu torna-se um dos grilhões mais enferrujados que restringem o desenvolvimento de maneiras próprias de fazer filosofia. Aceitar o convite do desigual – cujo pressuposto é de que nunca seremos iguais, mas que nem por isso deixa de estender a mão –, é algo por certo maravilhoso, bem como arriscado, pois nos força a nos aproximarmos dos limites entre nós e eles, o que nos diferencia, o que nos constitui. E para cada limite, um abismo que olha de volta e nos desafia a sermos e não sermos nós mesmos.

Longe de mim acusar meu mestre, eu mestre e toda a filosofia de racista. Entretanto ela reproduz a estrutura de apreensão da realidade do colonizador quando se atenta à sentença original, no alfabeto grego, sem uma real intenção para tal, e ainda por cima para falar de diversidade. É um contrassenso! Em contextos mais específicos, aulas mais aprofundadas, não discordo, mas há contextos em que se opta por negligenciar a apreciação da interpretação própria, do caminho singular de se chegar a um lugar, das múltiplas possibilidades. Por que

usamos *τὸ δὲ ὃν λέγεται* e não *to de on legetai*? *Legetai*, em vez de “se diz”... quantas palavras e atitudes incorporamos como nossas mas que não são bem nossas, podendo até ser contra nós. Por que continuar reproduzindo, será por comodidade, ou é interessante continuar soando *chic* sem ser chique, só para aparecer?

2.5.2 A filosofia dominada

As transformações socioculturais, políticas e econômicas dos últimos séculos impactaram a forma com que enxergamos o pensamento, em especial no que tange aos estudos filosóficos. Basta verificar que, desde Hegel, já tivemos duas guerras mundiais, colonizações e descolonizações, liberação sexual, Guerra Fria e algumas pandemias. Não surpreende que a filosofia seja impactada por esses acontecimentos e reflita sobre e com eles e sobre si própria. Afinal, se manter incólume diante de um mundo em mudanças tão radicais, não é uma opção: “A missão da filosofia está em conceber o que é, porque o que é é a razão. No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo” (HEGEL, 1997, XXXVII).

De fato ela não esteve parada, com indícios claros de que a filosofia não ficou inerte ao que estava acontecendo à vista de todo o mundo. Tanto dentro quanto fora dela mesma, o questionamento do outro, ao menos nesta situação, não prescindiu de um autoquestionamento. Isto significa dizer que a mãe de todas as ciências, perante a avalanche histórica dos últimos séculos, fez o caminho do diálogo, da tradução, da compreensão, enquanto simultaneamente retornou aos seus próprios fundamentos, ou seja, o que a fizeram chegar até ali: o que eu sou, como eu sou o que sou, qual minha função na sociedade etc.

Em contrapartida, a filosofia como conhecemos comumente e que permeia a praticamente totalidade das universidades chegou-nos pelas caravelas goela adentro. É importante reconhecer que, por mais definições que possamos recriar sobre o tema, meu ponto de partida está no fato de que a filosofia... a Filosofia... a FILOSOFIA que aprendemos é europeia e faz parte do carregamento colonial com o qual temos que lidar até hoje. Faz parte de um pensamento que justificou a colonização, direta e indiretamente, e que hoje justifica padrões anacrônicos e a subserviência do pensamento latino-americano, feminista, afrodiaspórico, em suma, a partir dos Brasis: “O que nós propriamente entendemos por África é o Não-histórico,

Não-desenvolvido Espírito, ainda envolvido na condição de mera natureza, e que foi apresentado aqui somente como a soleira da História mundial” (HEGEL, 2008, p. 88).

Com isso não quero dizer que somente agora esse modo de pensamento se percebeu passível de crítica. Cada época, talvez cada autor, teve que, em certa medida, dar sua definição do que seja filosofia e, a partir dela, escrever sua obra. Acima menciono Hegel, essa definição remete a uma noção de fundamento, de essência, que para o pensador quer dizer razão. Ora, centrar sua definição na racionalidade cria certos pressupostos. E por mais excelsa que possa ser a *Fenomenologia do espírito*, por mais que sua dialética tenha sido fundamental a Marx, a toda história do mundo e ao fim dela, sua razão carrega os traços da segregação e da falsa universalidade.

Explico-me, universal seria a rigor que algo serve a todos, porém o que vemos é uma criação muito particular, a razão ocidental sendo aplicada universalmente, sem considerar as particularidades locais, arrogando uma certeza baseada na construção de mundo racional. Ora eu invento as regras depois digo que você está errado. O que Hegel chama de racional e eu de universal, nada mais é do que um modo de compreensão da realidade que pode e foi usado para dominar outros povos, sob a justificativa da civilidade, da adequação e do bem.

Quanto a isso, não sou o primeiro a apontar esse paradoxo... essa hipocrisia hegeliana. Há uma autora chamada de Susan Buck-Morss que escreveu *Hegel e o Haiti*. Lá ela destrincha esse texto no mínimo polêmico do filósofo alemão, reconhecendo-o como uma legítima teorização da liberdade, inclusive apontando que a dialética do senhor e do escravo, outra passagem famosinha do pensador, não é meramente alegórica, mas “histórica, factual e tem origem no acontecimento histórico ocorrido em Saint-Domingue” (PIZA, 2019, p. 51). Eis que Suze Piza (2019, p. 53), diretamente do ABC paulista, escancara as contradições das obras:

Em meio a uma bela argumentação que recheia os conceitos filosóficos hegelianos (e de outros modernos) de sentido geográfico, a filósofa saca a boa e velha história universal de Hegel e é elogiada no prefácio à obra justamente por não ‘reduzir’ a universalidade à uma arma da dominação. Ora, como descolonizar a filosofia da história usando a categoria de universalidade? Não há contrassenso maior do que se pretender decolonial e universal ao mesmo tempo.

Por essas e outras, sabendo que o caminho da dominação se dá de muitas maneiras, devemos nos perguntar o que é, quem é e, fundamentalmente, por quê? Mesmo sendo eles o suprasumo do conhecimento, podemos e devemos perguntar o que é isto para fulano e sicrano, quem ele é, em qual contexto está inserido e por que fazer isso ou aquilo. Outra pergunta muito pertinente questiona o que é a filosofia para ele, para você, pois essa resposta pode indicar todas as anteriores e oferecer o pano de fundo daquele parecer filosófico sobre determinado tema.

Isso fica mais nítido quando comparamos diversas definições filosóficas, ou seja, o modo como determinada pensadora ou pensador se põe no mundo existencialmente.

Uma proposta de definir que, pessoalmente, me agrada muito é a de Wittgenstein. Ele profere sua visão no parágrafo 309 das *Investigações filosóficas*, “Qual é seu objetivo na filosofia? — Mostrar à mosca a saída do mosqueiro”¹⁹ (WITTGENSTEIN, 1971, p. 131 – tradução minha). Aqui esse conhecimento não se apresenta como uma essência, mas uma função. Ela não é, mas está. Claro que ela não deixa de ser o que quer que seja, mas ela se mostra com a intenção de fazer algo, não por um título, uma honraria, mas por um trabalho a fazer, e qual seria? O impossível! O mosqueiro é feito para que a mosca não saia, fica presa e lá pereça. Menos uma peste no mundo. O filósofo não retira a mosca, ele indica, ele sugere, ele aponta o caminho que é impossível de ser alcançado... uma visão deveras pessimista, mas que carrega por isso uma força que independe do resultado.

Seu trabalho não é salvar, é mostrar. Se ele não almejar resultados positivos, seria um ensandecido. Se eu acredito em algo, quero ver esse algo se realizar. Entretanto esse não é o foco. Navegar é preciso, né? Viver... nem tanto. E assim como Heitor sabia do resultado do conflito com Aquiles, mesmo assim ele foi à batalha, pois não poderia ter sido diferente. Assim é a filosofia para Wittgenstein. Não uma disciplina abstrata, universal, mas pessoas fazendo aquilo que elas acreditam que precisa ser feito. Dentro dessa concepção, menos racional e mais concreta, uma mãe solo pode ser filosófica, um trabalhador CLT pode ser filósofo e um país subalterno pode fazer filosofia.

Cabe mencionar que, de certo modo, sempre houve algo de forçadamente calado na filosofia tradicional, hegemonicamente europeia, branca, masculina etc. Por essa razão e por tudo que tem ocorrido na sociedade, como muitos constataram à época (e ainda constata), a filosofia precisava mudar, precisava repensar seus fundamentos pois, assim como o homem chega ao limite ecológico do planeta, a humanidade chegou ao limite ético, ambos pondo em risco a sobrevivência da espécie:

A Filosofia mudou depois de Auschwitz? Em que aspectos? — Definitivamente, se quiser merecer continuar sendo chamada de Filosofia. A Filosofia é obrigada, pelo horror e pelo imperativo de sua evitação, a se encontrar com seus fundamentos éticos de sentido (SOUZA, 2008).

E assim como a filosofia europeia – que por extensão acaba se confundindo com a própria filosofia – teve de encarar o terror dos campos de concentração, também os periféricos, os subjugados, os subalternos precisaram encarar seus próprios terrores: subalternidade,

¹⁹ *Was ist dein Ziel in der Philosophie? — Der Fliege den Ausweg aus dem Fliegenglas zeigen.*

subjugação, periferia e tudo o que enreda essa trama. Seguindo o desdobramento crítico o qual a tradição filosófica foi imposta, nós também dos trópicos fomos instigados a compor esse estremecimento dos paradigmas de pensamento e nos instigar a lidar com o mundo e a fazer filosofia a nosso modo.

A filosofia também é parte da astúcia do senhor para com o escravo. Ela deixa a mosca dentro do mosqueiro, como mostra a saída. Sem uma noção do que entendemos por filosofia, não conseguiremos chegar a lugar algum. E saber o que se faz influencia (mais ou menos claramente) como se faz. Portanto, eu te pergunto leitor: O que você faz? – Eu sou filósofo. Poucos colegas da filosofia que eu conheço responderiam dessa forma a pergunta... A tese mal começa e eu já estou passando pano! Para ser honesto, não conheço ninguém que responderia por ser filósofo. Telejornal, se é que existe ainda, quando entrevista alguém, apresenta o entrevistado a partir do seu nome e do que ele faz, seu ofício, seu sustento, ou seja, como ele é para a sociedade, como é chamado, como se identifica e seu trabalho (ou ausência dele). Nome e profissão dizem como a pessoa se mostra perante todos, ao menos neste contexto. Por que ninguém quer se mostrar deste modo? Quem é, pois, filósofo?

2.6 A filosofia no país do futebol

Eu sou filósofo? Ele com certeza é. Ele não é tu, diga-se de passagem. Está mais distante de nós, lá onde o frio mora, em outro continente e noutras línguas. Esta arte, esta técnica, esta τέχνη não é para nosso bico! O outro é, ao menos deve ser. Vejam as credenciais deles, insígnias não insignificantes, laudas e mais laudas de sumidades devem estar certas. Eles sim!

Quanto a mim? A nós? Bem, eu estudo filosofia no país do futebol. O que isso significa? Ahh, por onde começar... falar de filosofia e futebol pode parecer incomum à primeira vista. Afinal, o que normalmente se entende quando se pronuncia essas duas palavras iniciadas pela mesma letra são duas coisas bem distintas entre si. Quase de dois mundos opostos. A primeira teria a ver com o intelecto, a segunda com o corpo; a primeira com parcimônia para alcançar a verdade, a segunda com raça, gana de ganhar; na primeira temos em mente homens velhos e brancos; na segunda temos homens jovens e negros, e por aí vai.

Agora, nem tudo é distância! Quando dizemos que hoje terá uma partida de futebol, não imaginamos mulheres correndo atrás de uma bola, isso porque, como se já estivesse implícito no substantivo futebol, vemos sem ver o adjetivo masculino. O futebol para se dizer jogado por

mulheres, precisa estar explícito. Semelhantemente falar de filosofia traz consigo uma gama de qualitativos, de achismos, de preconceitos, de estereótipos. Se se escuta filosofia, quando se escuta, não se imagina uma mulher negra sentada com a mão no queixo, mas um Rodin velho e barbudo. Isso significa que ambos (e qualquer coisa) carregam consigo uma estrutura prévia que os constitui.

Aqui no Brasil, não se nasce sabendo filosofar à moda antiga, a filosofia não seria uma herança, nem uma genética, mas uma conquista laboriosa. Isso não significa que ela não esteja perto o tempo todo. Nos campos de várzea, no seio familiar ou mesmo indo à padaria você provavelmente tenha tido seu primeiro contato com a filosofia, mas talvez nem soubesse. Alguém havia dito que, lembremos imaginando, que tal atitude não seria justa com fulano, ou que sicrano amava beltrano, que numa disputa apaixonada por uma bola sentiu raiva, prazer, medo e orgulho, tudo ao mesmo tempo, e respondeu com um chute para lidar com tantas emoções conflitantes.

Amor, justiça, ter de lidar com a amálgama de sentimentos que é a vida têm um viés filosófico. Aquele guri, aquela guria que parou para refletir ou nem parou, mas foi atravessada pelas experiências, teve seu momento de filósofa. Neste contexto, filosofia significa algo muito simples e geral, sendo quase sinônimo de pensamento. Quase. Afinal, não é toda representação mental que passa pela nossa cabeça, nem toda ideia ou lembrança um ato filosófico. Não nos é estranho que comentários espirituosos, profundos ou confusos sejam taxados pelos ouvintes como filosóficos. Ahhhh, e isso tanto do ponto de vista positivo, como algo bonito ou de fato relevante para a situação, quanto negativo, demasiado estranho e de difícil compreensão.

Dicionários não especializados, por exemplo o Aulete (2025, Filosofia)²⁰, apresentam já dentre uma das definições do termo, algo tão vasto e potente como “maneira própria de pensar”. Essa talvez seja a abordagem fundamental para compreender algo filosófico sem cair na esparrela dos eleitos. Essa talvez seja uma resposta para nos levar em conta, para dar sentido ao nosso caminhar. O que isso significa?

— Precisamos do nosso caminho definitório do que seja filosofia, compreendendo-a como um amálgama de pensamentos que podem prender como soltar os grilhões existenciais, que pode libertar ou conter um espírito. Isso passa necessariamente por compreender as estruturas sociais e ideológicas que favorecem ou restringem essa definição. E talvez nosso modo de assim fazer, de pensamento, de libertação, não seja o mesmo do deles. Talvez precisemos inventar ou somente reconhecer o óbvio bem debaixo do nosso nariz.

²⁰ <https://aulete.com.br/filosofia>.

Aquela obviedade que tanto se desconfia em áreas mais especializadas tem sua verdade. Bem como aquele conhecimento que todo mundo sabe faz algum sentido. Aquilo que normalmente se responde de tal e tal maneira não está necessariamente errado, equivocado, enganado por ser um padrão aceito. Convém mencionar que partir do óbvio não é à toa, mas, digamos, um exercício salutar a esta área. Afinal, desde seus primórdios gregos, a área tem sido tão avessa à crença comum. Começar este trabalho pela opinião para delinear uma definição tão vital a si própria não é um capricho meu, é algo que já devia ter sido feito. Estamos atrasados.

O que a maioria das pessoas compreende por certo pode ser criticado, mas não deve ser desconsiderado. E, convenhamos, têm críticas que estão mais interessadas em justificar supostas falhas e ausências, do que realçar o caráter opinativo legítimo. Por mais equivocado que possa parecer... uma verdade não passaria de uma opinião bem sedutora, com argumentos e contextos que nos levam a crer que seja verdadeira? — Formas de compreender o mundo se chocam e se de fato lidamos com verdades e não com oposições de verdadeiro e falso – ou pior, de verdadeiro e opinião, que desmerece o opinado em prol da verdade –, precisamos traduzir os mundos um para o outro antes que se destrua um em detrimento do outro ou ambos se resumam a escombros. Claro, isso se nossa intenção não for o extermínio, o que nem sempre acontece.

Neste sentido, o senso comum, a opinião mais aceita, é aquela língua que todo mundo, se não sabe, já ouviu falar. É familiar, é compreensível. O senso comum diz a partir de uma crença aceita pelo tempo e no espaço. Essa versatilidade propõe uma situação favorável para o diálogo, mas também para a crítica, a construção e a desconstrução de novos conceitos... e por que não, a destruição, uma com marcas mais reconhecíveis e quiçá mais aceitas por todos. Trocando em miúdos, várias são as formas para começar a averiguar o sentido de um termo como filosofia e filósofo. Podemos buscar o conselho dos especialistas, podemos ir ao passado, às origens que nos legaram parte da tradição e podemos arriscar uma interpretação nossa baseada em parâmetros que julgamos mais convenientes no momento.

Eu parto do comum, do simples partilhado que não traz tanta pompa. Não quero advogar que seja mais preciso ou menos. Apenas que cabe o respeito, valorizando não apenas saber que não sabia, mas mostrando que ali no popular há sabedoria, e sabedoria filosófica, mesmo que se ignore muitas vezes e em especial por nós, os mestres da academia (que nem se dizem filósofos, só lembrando!), isto é, não saber que sabia.

Covardia, o bem contra o mal
 Simpatia, ser cordial
 Filosofia lá do quintal

Som assim não é banal.²¹

Mesmo saindo um pouco de um conceito eminentemente racional, ainda assim ela não seria sinônimo de ato, ação ou qualquer coisa produzida, articulada. No geral, a representação dessa área é mental, cerebral, envolta de introspecção, pouco a ver com o físico, embora caiba mencionar que em muitas regiões do planeta e em variadas épocas, pensar filosofia se aproxima a pensar corpo, ou quando muito a outra face da mesma moeda:

Desse modo, a pessoa rekhética é aquela que faz filosofia com o coração. O que é amor à sabedoria senão o ato de instruir o seu coração? Ou senti-lo? Escutá-lo? O coração é movimento, o coração pulsa, ele bombeia o sangue, ele faz o corpo se movimentar. O coração na cultura kemética é identificado como *ib* e é representado por um recipiente. O coração tem importância, não somente biológica, mas filosófica, pois o coração é o primeiro órgão a ser formado no corpo humano, ele é formado através da gota de sangue ancestral que é sempre passada adiante (RIBEIRO, 2020, p. 52).

Nesse sentido, à exceção de contextos extremos nos quais filosofia é sinônimo de pensamento, ou mesmo filosofia sinônimo de corpo, nem tudo que é, é filosoficamente. Entretanto, abraçando a opinião comum, aquela não oficial, mas familiar e experimentada no dia a dia, tudo que é pode ser filosoficamente. Não há um tema ou experiência específica só para pensadores profissionais. Não há nada que não possa ser questionado e experimentado intensamente. Não há limites que não possam ser revisitados, o que significa dizer que fazemos parte do caminho do pensamento ao caminhar nele. E ninguém, senão em marcha, pisa igual.

A opinião por vezes é mais sedutora do que a razão e em tempos de *fake news*, fazer seu elogio ou mesmo elogiar o senso comum tem seus riscos:

Notícias falsas, defendo, são mais bem definidas como a apresentação deliberada de alegações (tipicamente) falsas ou enganosas como notícias, sendo as alegações enganosas em sua formação²². A expressão ‘em sua formação’ é então explicitada em termos de características sistêmicas do processo de produção e disseminação de notícias (GELFERT, 2018, pp. 85-86 – tradução minha).²³

Quando um pensamento se vê menor perante outro, isso não é culpa apenas do pensamento racional, muito embora sua estrutura hierarquizante tenha bastante responsabilidade nisso e na possibilidade de dominação. Em contrapartida, uma filosofia corpórea – ou seja, um agir que leva em consideração as sensações não em oposição mas em

²¹ Trecho da música Filosofia de Quintal. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X3pRUb9oKjI>>.

²² A tradução de *by design* neste contexto por “em sua formação” traz à tona não apenas o caráter essencial e intencional que a expressão sugere, mas também retoma o sentido estrutural que a palavra *design* indica.

²³ *Fake news, I argue, is best defined as the deliberate presentation of (typically) false or misleading claims as news, where the claims are misleading by design. The phrase “by design” is then explicated in terms of systemic features of the process of news production and dissemination.*

complemento à razão – não é a solução, muito embora seja um caminho ainda pouco explorado e que traz suas vantagens.

Portanto, como ser ou não ser filósofo, eis a questão. O que ganhamos com isso, se fazendo essa pergunta do que seja filosofia e seu praticante? Quer dizer, em pleno século XXI com o problema da fome ainda não resolvido, aonde queremos chegar com um questionamento desses?! Ao mesmo tempo, não seria óbvio, não estaríamos chovendo no molhado, não parece claro que filosofia tem a ver com pensamento e quem pensa, mas pensa mesmo, é filósofo???

Não há uma definição errada do que seja filosofia: “Pode-se escrever ‘filosofia’ ou ‘philosophia’, como achar melhor, mas há de concordar que desde que apareça, é perseguida. [...] Haveis de questionar-me que não chegaremos a uma conclusão [sobre o que seja filosofia]” (VOLTAIRE, 2002, p. 225). Entretanto, esse definir diz muito sobre o que esperamos com ela. Nosso conceito de pensamento, ou nosso achismo sobre o que é pensar fala a respeito de como enxergamos a realidade, como encaramos a influência do passado nela e as expectativas de futuro. Nossa definição de como agir e ser é a voz do mundo através de nós, ou seja, da estrutura que nos constitui, do modo que temos para dar sentido a nossas ideias; enfim, nossas teses. Portanto, dificilmente podemos propor qualquer mudança se não estivermos atentos ao que nos define e se não tivermos a coragem de propor uma definição que atenda às nossas necessidades a ponto de alterar significativamente o que estamos carecas de saber.

Agora, podemos justificar isso tudo vindo da filosofia, mas e do futebol? O que tem a ver o exercício de pensamento “grego” com o esporte “bretão”? Enquanto o termo filosofia soa estranho, senão incômodo em alguns círculos sociais, o futebol é coringa em tantos outros. Enquanto a filosofia é tratada no geral como inacessível pela massa, cuja tradição platônica deixa clara a exclusão de *οἱ πολλοί*, dos muitos; o futebol é uma ligação, quiçá a principal ligação entre as mais diversas camadas sociais que há no Brasil: “[...] diferentemente de outras instituições, o futebol tem a capacidade de unir muitas dimensões simbólicas na sua invejável multivocalidade, sendo a um só tempo, jogo, esporte, ritual e espetáculo, instrumento de disciplina das massas e evento prazeroso” (DAMATTA, 2006, p. 139).

Pensando o que tem a ver futebol e filosofia, vislumbramos como elas se constituem uma a outra. Não estou falando de precedência histórica, mas da relação que se estrutura entre elas: “Há no futebol uma dimensão histórica, dada pelo momento espaço-temporal da sua produção-criação. Poderíamos dizer o mesmo de uma ‘obra de arte’” (SÉRGIO, 2009, p. 28). É uma identidade, uma tentativa de fazer as pazes com a cisão hierárquica entre forma e conteúdo, resultado e modo de alcançar o resultado, entre espetáculo e entretenimento (embora possa cair na esparrela de hierarquizar-se... bem, nada é perfeito):

[...] o desenvolvimento humano, através da motricidade, pelo estudo do corpo em acto, visando a transcendência, a qual é a superação de todo o determinismo e criação de ‘possíveis’ inéditos. [...] Verdadeiramente, ela implica uma revolução cultural e quer superar o positivismo do Ocidente e o fixismo religioso e científico (SÉRGIO, 2009, p. 37).

Deus meu, driblado pela tradição, deixei passá-la. Por que o grego clássico? Por traz do conteúdo *οἱ πολλοί*, o que subjaz em seu uso? Quantas vezes eu escrevi assim e nunca me perguntei a razão. Estamos acostumados a estudar filosofia dentro dos moldes eurocentrados, logo a tendência é alcançarmos soluções eurocentradas em seus modelos eurocentrados. Abrimos mão de buscar soluções que podem ter mais a ver com nossos objetivos... isso se nossa meta for de fato a transformação da sociedade, e não a manutenção do *status quo*, em conteúdo e forma. Trazer para perto da reflexão o futebol não é um capricho, na menor das hipóteses, um exercício de pensamento, mas a meu ver principalmente traz outra medida para pensar. Corpo, espaço, drible, ginga, razão encarnada, racionalidade sentida... o campo semântico também é vasto.

Estamos acostumados com o grego, seus caracteres e estruturas de pensamento. Por que não se aventurar em escrita e pensamento na malandragem, porque não na finta, por que não na catimba? Tornar nosso redor matéria para o pensamento, partir de uma linguagem mais acessível para ver o mesmo diferentemente, para trazer mais gente para a conversa, é uma atitude que, no mínimo, vale a pena o risco. Mudando assim os meios para se chegar a uma conclusão outra. O futebol não apenas como um jogo, mas como um modo de encarar a sociedade brasileira, seu pensar, sua maneira de agir e estar aqui.

Estudar filosofia brasileira é estudar futebol brasileiro? Certamente o gol 1000 do Pelé não é igual ao imperativo categórico. Não é conceitual, mas tem um corpo que mexe conosco, sensações e pensamentos que indicam um caminho: para casa. Nunca fizemos o caminho de casa. Fomos tirados de casa, “descobriram” nossa casa por nós, mas nunca voltamos, nunca conhecemos a casa do nosso jeito. Essa pergunta recai, pois, sobre a noção de filosofia, o que é filosofia, como já dissemos, mas também sobre quem a inventou, quem a pratica mais; recai sobre seu caráter brasileiro que, em linhas gerais, tem sim uma resposta que beira o regionalismo e um viés social, quando não o ufanismo. Isso, sim, fiquemos atentos; isso sim, não há como não ser também, pois os interesses são muitos e por vezes escusos, mas também partir da localidade para uma universalidade sem excluir por completo tal brasilidade. O vizinho, o perto, é tão somente a parte do todo com a qual temos contato, que esbarramos pela proximidade.

Falar ou não de filosofia brasileira, de filosofia no Brasil é sim falar de Brasil, de projeto de Brasil. Não se trata apenas de filosofia, mas de política (que historicamente não deixa de ser filosofia). Estudar o Brasil é estudar pensamento, é perceber a linha entre a tradição e sua ruptura, é reconhecer que qualquer gentílico tem um projeto geopolítico por trás, assim como a filosofia esconde o gentílico alemão, francês, grego... Que nossa proximidade física é também um jogo ideológico que nos aproxima e nos afasta da localidade mais perto. Entender os fenômenos que nos rodeiam pode trazer mais segurança, mas também mais material de criação, de renovação, de crítica. Até de esperança num contexto de total descrença, o questionamento filosófico é mais um passo dentre tantos, não mais, não menos importante, um singular passo neste solo, nestas ideias.

Nesse sentido, criticando as bases que nos sustentam para desenvolver uma nova estrutura e uma definição de ser e pensar, me pergunto novamente: Por que futebol? Ora, é um dos pilares do Brasil, afinal não somos conhecidos como o país do futebol? O Brasil se intitula o país do futebol. O Brasil tem méritos indiscutíveis no esporte e há uma aceitação da sociedade brasileira quanto a esse título. O mundo aceita. Outros países se compreendem diversamente, e isso traduz muito de sua história. Isso não é bom, nem ruim, mas singular. A Alemanha, por exemplo, é conhecida como o país dos poetas e pensadores. A Alemanha se intitula o país dos poetas e pensadores. A Alemanha tem méritos indiscutíveis na poesia e na filosofia (notem que filosofia não necessariamente é sinônimo de pensamento, mas vamos fingir que sim neste contexto) e há uma aceitação da sociedade alemã quanto a este título. O mundo aceita:

Nós, alemães, tão acostumados à nossa reputação de país de poetas e pensadores, quanto à nossa constante presença nos primeiros lugares da economia de exportação, estamos cada vez mais nos fazendo de bobos quando se trata das principais questões do nosso tempo. Até mesmo veículos de comunicação estrangeiros como o *New York Times* ou o *Neue Zürcher Zeitung* agora perguntam regularmente o que está acontecendo na 'boa e velha Alemanha' (VÄTH, 2019, p. 07 – tradução minha).²⁴

Há, entretanto, futebol na Alemanha, o sete a um está aí para provar isso, há nomes clássicos como Franz Beckenbauer e atuais como Thomas Müller, há títulos mundiais aos montes. Não seria portanto a Alemanha também o país do futebol? Ou mesmo a Inglaterra, onde nasceu o esporte nos moldes atuais? Nada disso importa aqui. Não se trata de uma essência, pois essas alcunhas não são sobre isso. Elas refletem o resultado de diversos acordos

²⁴ *Wir Deutschen, an unseren Ruf als Land der Dichter und Denker ebenso gewöhnt wie an das Dauerabonnement in den Spitzenplätzen der Exportwirtschaft, machen uns bei den großen Themen unserer Zeit zunehmend lächerlich. Selbst ausländische Medien wie die New York Times oder die Neue Zürcher Zeitung fragen sich mittlerweile in schöner Regelmäßigkeit, was in »good old Germany« los ist.*

sociais ao longo dos anos, refletem uma ideia de projeto que a tradição insiste em manter, insistência com certos respaldos e talvez aí esteja nossa saída.

O Brasil é o país do futebol porque as pessoas assim acreditam. As pessoas. A verdade se justifica com argumentos mais ou menos justos, mas acreditando, tem a filosofia uma crença, valores, poder, amparo entre as pessoas para que elas possam a partir de seu joguinho jogado ou assistido, serem elas mesmas, saberem em alguma medida que são, transmitirem como assim desejarem e puderem o que são, suas ponderações e jogadas para, enfim, serem mais felizes. Não é disso que trata a filosofia?

3 COMO A FILOSOFIA ENTENDE A FILOSOFIA BRASILEIRA

3.1 Autocrítica antes da crítica

Grosso modo, o que tenho feito até aqui é encaminhar uma resposta sobre o que é filosofia brasileira. Como vimos, não há uma definição satisfatória que comporte as múltiplas crenças e desconfianças da área, porém isso não impede que façamos tentativas. Ousadas cuidadosas. Dessas tentativas, uma é esperada na maior parte dos trabalhos do gênero. Precisamos ouvir o que a área tem a dizer, isto é, uma revisão bibliográfica. A meu ver, ela não diz tudo, ela não diz mais; concomitantemente, ela não diz menos. Diz com importância, ouvimos por prudência e cobrança. Entretanto, antes de fazermos esse levantamento das opiniões vigentes mais especializadas, precisamos refletir sobre o impacto delas em nós, para não as naturalizarmos, nem as aceitarmos passivamente. Decisão essa amplamente ignorada pela filosofia que aqui acontece: concordamos muito, discordamos demasiado respeitosamente, criamos com timidez. Tendo isso dito...

Não enxergo cenário em que meu trabalho seria bem visto sem eu mencionar especialistas no assunto. Há certa expectativa a respeito. Sim, mas não façamos disso o real motivo. Há a obrigação, mas há o empenho, há o gesto de ouvir os outros e sinceramente participar do diálogo. Afinal, não dar atenção ao que dizem as pessoas que trabalharam por anos numa área sobre essa área seria no mínimo um ato arriscado. Temos aqui a tradição nas palavras dos especialistas. Eles são o que foi e, em certa medida, indicam o que será. Ao mesmo tempo, se queremos um resultado diferente, até que ponto não devemos romper com o passado? Se fiar na autoridade nos permite entrar na teia tecida para dar mais um ponto. Existe, todavia, o famoso mais do mesmo, que se trata apenas de desfazer para refazer o tecido já costurado. Buscar a autorização pela autoridade é certamente um caminho seguro sem o qual não devemos, talvez nem possamos prescindir, entretanto caminhar com nossos próprios passos pressupõe uma auto-autorização, isto é, assumirmos nós mesmos o risco de pensar.

O especialista não é um narcisista, nem um guru. Ele é um meio. Uma ferramenta para nos auxiliar na trajetória de pensamento. Esse olhar responsável, porém que resiste teoricamente à submissão perante a tradição, me lembra uma colocação de Hannah Arendt (2016, p. 247) sobre a educação, que pode nos servir como guia para as próximas páginas:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria

inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

O mundo aqui é a filosofia, a filosofia brasileira, o Brasil. Essas são as localidades, a base sob a qual nascemos, construímos e muito provavelmente seremos enterrados. Aqui nascem as questões que nos afligem. Assumir a responsabilidade é dar um passo no desenrolar dessas mesmas questões, contribuindo para que não fique todo o esforço para quem se achega agora no recinto. Dessa responsabilidade surgem os preparativos para que aqueles recém-chegados também participem do questionamento. A renovação que areja a tradição. Sem a responsabilidade, nós que escrevemos nossas teses, fazemos nossos TCCs e nós que nos perguntamos sobre o que é algo, estaríamos condenados a refazer tudo a cada vez, levando para cima da montanha a pedra que ao fim rolará à base novamente.

Pode acontecer ao acaso, tentativa e erro ou mesmo fruto de muita reflexão, claro, mas também pode acontecer a solidão e a insegurança dos primeiros passos sem companhia ao se deparar com um objeto de questionamento. Um provérbio africano diz que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança, isso não significa que a criança, ou um novato em filosofia, ou mesmo um país que foi empurrado no meio da corrida da história para dentro deste modo de conhecimento não possa sobreviver e até vigorar, mas a que custo? Deixemos, pois, que a aldeia nos cuide e os mestres nos guiem.

Navegar sim é preciso, viver... nem tanto. Filosofices à parte, claro que viver é condição *sine qua non*. Sem vida nada há. Ora, não seria a vida inevitável? — Em certa medida. No fim, a vida, essa dá sempre um jeito, ela vai acontecer. Neste contexto, ela simplesmente é. Por outro lado, a precisão da aldeia se assemelha à essa navegação que é, antes de tudo, necessária. A navegação não é dada, nem a aldeia se faz espontaneamente, são construídas, tem um empenho — que é coletivo — envolvido, um cuidado sem o qual a criança não poderia ser propriamente criança e crescer para se tornar, quem sabe, navegador. Assim como nós, os pensadores, os neófitos do pensamento, os filósofos da miséria, nós qualquer um precisamos de apoio para sermos mais, aquilo que sozinhos dificilmente seríamos.

A criança é, a vida é, a saber, dá-se um jeito de existir. É a criança espartana lançada à própria sorte, é o moleque abandonado pelos pais e pela aldeia vendendo e roubando para sobreviver. É a plantinha irrompendo o asfalto. Dá-se um jeito. É o melhor, o mais adequado? Não, mas acaba acontecendo aos trancos e barrancos. Para além do acaso há o esforço, o

empenho, a vontade, aí entra o papel fundamental da coletividade e do ato de navegar, aquilo que potencializa a vida, permitindo que ela seja mais do que solitariamente poderia ser.

Por outro lado, a necessidade de algo acaba moldando em parte sua execução. E a opinião dos especialistas em nossa área pode, sem querer querendo, decretar o que é a Filosofia Brasileira. Corre-se o risco de conduzirmos o barco da vida até onde o navegador pretende... digo pretender, porque nada é certo, ele força o barco, mas a vida luta em mar aberto para exercer seu curso. Concomitantemente, a criança vai além da vontade da aldeia, capitães da areia, tropeçando em seus pecados e jogos para, quem sabe, sobreviver até a adultez. Em suma, a aldeia não é a criança; nem a navegação, a vida; nem a opinião do especialista, a única resposta para a pergunta pela filosofia brasileira. Há sim uma participação conjunta em que um precisa do outro.

A citação bem refere-se a esse ponto quando menciona a importância de nutrir e de deixar ir. É preciso que a vida siga seu curso e a aldeia se urbanize em alguma medida. Do contrário, ela sucumbirá quando os antigos se forem, o barco sem tripulação não sairá do cais e as questões cessarão, pois tudo já fôra respondido. Os mestres da filosofia só fazem sentido se deles puder engendrar pensamento nos demais, se não seria pregar para convertido, repetição de ideias *ad infinitum*. É preciso – ainda que confiemos que os especialistas nos darão boas opiniões e conduzirão competentemente nossas questões, que serão suas também – que nos deixem partir para nossas próprias respostas.

No que concerne ainda à citação, cabe mencionar que, de seu ponto de vista, a educação aparece como obra tão somente dos educadores: “A educação é o ponto em que [nós] decidimos [...]” (ARENDT, 2016, p. 247). O que faz sentido se pensarmos em crianças (não todo, mas algum sentido), porém quando paramos para pensar em nós que aqui lemos, tal afirmação fica um pouco sem respaldo. Quer dizer, não poderíamos fazer parte do processo de formação da formação? Da confecção de currículos, por exemplo? Se estudamos o que estudamos, por trás há um projeto de como estudar, em que se ensina o que se ensina e do modo que se ensina, tendo em vista determinado projeto educacional.

Quem educa são os doutores. Eles devem nos trazer para junto do processo criativo, mas também nós precisamos nos ver como partes produtivas e criativas, capazes de acrescentar e, por que não, discordar. Quem educa são os especialistas... certo? A princípio sim, mas principalmente dentro dessa concepção mais tradicional de educação na qual um currículo é feito monocraticamente, sem a participação direta também dos aprendizes. Os educados educam? Poderiam, deveriam. E em contexto de construção de uma filosofia, de uma filosofia

brasileira, sim, poderiam e deveriam: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende” (ROSA, 2006, p. 271).

A maestria que apenas dá ao alunato que só recebe traduz em outras palavras a bancaridade de Paulo Freire, que nada mais é do que a tradição mais tradicional possível. A suposta inversão de mão da via do saber espanta o leitor conservador, inebria o revoltado e convida a todos a enxergar diferentemente a estrutura do conhecimento. Aprender enquanto ensina faz do saber vivo, retira forçadamente o docente do pedestal para arremessá-lo de volta às carteiras escolares. Ao mesmo tempo permite com o que o discente ouse, crie, cuide do aprendizado ativamente ao exercer sua faculdade explicadora, produtora, enfim, maestral.

Somos todos parte do mundo, mas é compreensível que os que vieram antes deem as coordenadas aos que vêm depois, para que esses não se sintam tão perdidos e entregues à mera sorte, tentativas e mais tentativas a esmo ou refazendo infindas páginas passadas em detrimento de avançar com o texto. Temos que pegar das rédeas da história e tentar dar algum rumo ou ao menos sermos arrastados a nosso modo, por mais difícil que seja. Verdade seja dita, o contexto do texto de Arendt trata de educação escolar e não de filósofos adultos e, por vezes, subalternizados.

Ela não pode deixar de pensar que os novos podem ser restringidos até fisicamente. Já nós adultos sofremos no geral a restrição ideológica²⁵, de esperar a validade da tradição e de seus arautos. Estamos restritos pela mão invisível do mercado editorial e das revistas acadêmicas da área quando não rezamos a cartilha feita por eles e para eles, isto é, da tradição e pela tradição. Quem julga não deveria ser o mesmo que faz as regras, ao menos num regime democrático: “Quando dou a definição do mamífero e declaro, depois de ter observado um camelo, ‘eis um mamífero’, uma verdade foi certamente posta à luz, mas é, contudo, de valor limitado” (NIETZSCHE, 2013, p. 85).

As coisas estão assim e entender isso ou se empenhar para isso não faz com que não haja mudanças, mas permite que as respostas anteriores sejam consideradas válidas ainda que insuficientes. Afinal, o problema ou a questão permanece. Se eu renovasse apenas para fazer algo novo, sem reconhecer a validade do anterior, corro o risco de mudar superficialmente, deixando intacto o que levou à própria necessidade de mudança, como quem troca de roupa e

²⁵ Desde o dia 20 de dezembro de 2022, mulheres afegãs foram proibidas de frequentar as universidades do país. Este é só um exemplo da coerção física que pode ser exercida no meio acadêmico. Eu chamo atenção à coerção ideológica, mas nem sempre tal separação é possível e, às vezes, não separá-las, pareceria equiparar contextos e violências incomparáveis.

permanece desconfortável. Se eu renovasse sem (auto)crítica, incorro no repeteco inerte e seguro da tradição como pura transmissão.

A regra que o outro fez e que nos rege nem sempre nos leva em consideração. E, na regra de três do conhecimento universal, estamos, os neófitos, para nossos especialistas, assim como nossos especialistas estão para a filosofia universal. O que é mesmo essa filosofia universal? A filosofia não trabalharia com conceitos universais e, logo, o que vale aqui, vale ali?

É importante termos em mente que o modo como fazemos filosofia tradicionalmente é uma construção. É um projeto. Uma estrutura que tem suas raízes nos países que nos colonizaram direta ou indiretamente. Quando órgãos de fomento, bancas de avaliação e pareceristas julgam como julgam é porque assim foram julgados e, mais do que isso, é como acreditam que deve ser. De maneira semelhante, quando nos vemos enquanto menores ou menos aptos para uma Filosofia (Brasileira), quando legamos teses e mais teses para o fundamental Hegel, mas nem tanto para o fundamental Newton da Costa, julgamos que assim deve ser, que é o melhor, isso se considerarmos uma escolha, o que nem sempre ocorre. A saber, muitos estudantes nem ouviram falar de Newton da Costa, mas quem não conhece Hegel? Para termos uma noção, em fevereiro de 2024, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, havia 396 menções ao primeiro e 986 ao segundo filósofo.

A filosofia tal como tem sido feita no Brasil não esteve até então voltada a origens senão anglo-, franco-, teuto-, greco- e latinas. Nossos doutores são formados sem precisar se reconhecerem enquanto filósofos, como produtores de filosofia, mas sim por excelentes críticos. Naturalmente que nós os alunos, nós os recém-chegados somos frutos dessa árvore magra. Não é de se espantar que boa parte da crítica seja mais descritiva do que construtiva. Quebrar esse ciclo e ouvir os comentários dos mestres como ferramentas de pensamento, parceiros de diálogo, e não como um fim em si, é parte integrante de um processo de (des)construção dos Brasis na filosofia.

Uma ressalva, no que tange ao adjetivo mencionado. O intuito, aqui, não é perguntar se já é merecida a alcunha de brasileira à filosofia em terra mãe gentil, mas em reconhecer o potencial de pensar a realidade a partir de nós mesmos, nos utilizando do material de pensamento que nos rodeia e constitui; enfim, traduzir filosoficamente onde estamos. Isso não só daria realces de nascentes e riacho às clareiras, às *Lichtungen* da vida, como poderia ser um palco pronto a dar voz aos discursos até então silenciados. Me faço mais claro trazendo uma anedótica conversa com o professor Nilton dos Anjos, da UNIRIO, um ano antes da pandemia.

Ele me disse como há poucos, quiçá nenhum trabalho acadêmico sobre nascentes e cachoeiras na filosofia, mas eu já li artigos que discutem sobre o conceito de *Lichtung*.

Talvez porque seja do Heidegger, talvez ninguém tenha conceitualizado filosoficamente a nascente. *Lichtung*, ou clareira, é um conceito de origem na biologia e utilizado por esse filósofo. As diversas áreas sempre buscaram umas às outras para se enriquecer, tal empréstimo traduz uma experiência de pensamento. Além das disciplinas envolvidas, existe o saber concreto, pouco categórico e bastante sensorial e ordinário do mero caminhante da floresta ao se esbarrar com esse vão. Biologicamente, “uma clareira é definida incluindo a área do solo sob uma abertura do dossel, que se estende até as bases das árvores do dossel que circundam a abertura do mesmo” (RUNKLE, 1981, p. 1042 – tradução minha)²⁶.

Os termos em questão versam sobre algo concreto da natureza, uma realidade circundante que inspira, transpira e instiga os pensadores. Eles por metáfora tiram exemplos, modelos para criar seus conceitos. Dar valor de pensamento ao que nos rodeia nos faz menos ingênuos, mais ativos e críticos ao que está próximo, enfim, ajuda a morar em nossa casa, reconhecendo cantos e curvas despercebidas. Esse é um caminho possível, possibilidade que parte de uma tradição para outra mais palatável. Uma forma de tradução da tradição. De modo a dar alguma voz e sentido a anseios que permeiam a sociedade brasileira. Somente combatendo a colonialidade do pensamento será possível dirigir-se a um processo democrático e plural de desenvolvimento cultural (QUIJANO, 2005, p. 135).

Em suma, temos o que dizer, inclusive sobre nós e sobre filosofia. Dar sentidos a partir de posições sobre filosofia brasileira é significar o que seja filosofia. Vale a pena? Estamos aptos e dispostos para isso? De acordo com o professor Julio Cabrera (2014, p. 25), “o Brasil já atingiu um excelente nível acadêmico no que se refere à exegese, comentário e interpretação do acervo filosófico europeu, [...] tanto no que se refere à organização quanto à quantidade de trabalhos de alta qualidade desse tipo”. Sendo assim, o que falta para nos descolonizarmos filosoficamente? Ou alguém acha que, por já estarmos tão bons em acervos europeus, podemos abrir mão de pensar sobre a filosofia que cá se cria, ou não cria?

Quanto a isso, retomo o comentário de Hannah Arendt, pois ainda não mencionamos sobre o amor. Afinal, a educação é quando amamos, pela autora. Amamo-nos o bastante em matéria de pensamento? Para ela, educar se confunde com o ato de amar que, por sua vez, se resume a cuidar e a deixar ir. Deixar ir, cuidando. Cuidar, deixando ir. Pela tradição, tivemos a

²⁶ A gap is defined to include the ground area under a canopy opening extending to the bases of canopy trees surrounding the canopy opening.

humildade ou a subserviência, a depender do ponto de vista, para aprender, para nos instruímos nela e conhecermos suas respostas, seus porquês e seus comos. Cuidamos dela, pelo argumento de Cabrera, o qual eu endosso.

Entretanto, na estrutura em que estamos inseridos, a dinâmica dos amantes não funciona tão bem assim. Nos aproximamos mais da lógica oprimido e opressor, pois quando se trata da tradição cuidar de nós, nos amar para deixar ir, isso parece não ocorrer. Quando mudamos para nossa perspectiva, não nos amamos o suficiente para nos ler, além de estarmos constantemente a prestar contas a essa mesma tradição.

Não somos acolhidos nem por nós mesmos, no máximo, tolerados. Como ser diferente ou até mesmo criar num ambiente onde até mesmo a tolerância corre o risco de se transformar em condescendência, em paternalismo, como morar onde somos sempre estrangeiros e nunca hóspedes? Sim, faço menção a Derrida (2003), pois, na atual cena acadêmica, agimos como estranhos em nossa própria casa, sem o acolhimento amoroso, excluindo o diferente ou anulando-os em prol de um padrão que foi feito para não se encaixar ou de encaixe forçado.

Amar pode e deve ser uma experiência entre conterrâneos, como também entre estrangeiros, convidados a passar a noite ou a vida (NOGUERA, 2020, p. 148). Não há por que se diminuir logo diante do que nos constituiu, convém, pois, respeito. Também não precisamos aceitar tudo, convém, pois, dignidade. Sentemos juntos à mesa para partilhar o pão, num verdadeiro banquete filosófico, cada um contribuindo com seu saber sem a necessidade de acatar tudo o que Sócrates diz. Quando amar o próximo como o próximo que ele é se assemelhar a amar o próximo como nós mesmos, ou seja, aceitarmos o convite do paradoxo de ser tanto o criador quanto a criatura, de não ter o controle e ter o controle, de pertencer e nunca pertencer, talvez assim possamos ler nossos mestres como o mestre que somos.

Estamos aqui aprendendo sobre filosofia brasileira, fazendo filosofia brasileira e com a suposta filosofia brasileira. Como vimos, não é uma pergunta sem nenhum conhecimento prévio. Ela não sabe de muito, mas suspeita de algo, o suficiente para perguntar por pontos em específico. Estamos olhando para ela com olhares de recém-chegados, mas detentores de saber e ávidos para a construir a partir dele. Diante da autoridade dos mestres, dizemos: me ajude, não me atrapalhe. A autoridade pode dar um empurrãozinho para frente como pode empurrar para baixo. Pode servir de pretexto para manter tudo como está. Ou não. Para todo martelo, um prego, uma superfície e um punho. Vejamos como o empunhamos e o que revela a opinião dos nossos especialistas sobre Filosofia Brasileira.

3.2 A resposta oficial da área

Qual a opinião que conta? — Todas. Todavia, por mais cretina que seja a pergunta, há opiniões que têm um peso maior do que as outras. Peso não quer dizer verdade. Todas têm suas razões, seus sentidos e, dentro de suas lógicas, todas são verdadeiras, mas na rua, no meio corrente em que as verdades se chocam, umas prevalecem diante das outras. A opinião de um presidente tem um peso maior do que a de seus ministros sobre assuntos de Estado. Agora, se compararmos esses supostos ministros a um experiente professor universitário, pesquisador, por exemplo, de políticas públicas, qual opinião contaria mais?

Para os alunos que farão a prova amanhã, a do docente! Para os jornalistas de plantão, muito provavelmente a das autoridades. Não há um certo ou errado fundamentalmente, mas o que é mais ou menos aceito num determinado contexto. E antes que me condenem por relativista, niilista ou cético, não compreendo que tudo é a mesma coisa, mas sim que há situações em que certas explicações, comandos ou até ideias serão mais ou menos convincentes.

Quando uma situação se perdura no tempo, tornando um contexto familiar a ponto de engendrar respostas esperadas, temos aí uma tradição. Tradicionalmente, esperamos que um presidente saiba mais dos rumos da nação do que seus ministros e, conseqüentemente, mais do que os acadêmicos. Aquele está no palco; esses, nos bastidores e estes, na plateia. Um diz que sim, outros dizem que pode ser e há quem diga quem sabe. A tradição não só vence, mas convence, criando uma estrutura de persuasão para endossar seu posicionamento, isto é, muitas gerações contando um caso, tende a ser mais verossímil do que ter ouvido ontem, cálculos infundáveis para chegar a tal resultado em detrimento de um sem número de achismos, pessoas com maior poder decisório frente a pessoas com menos, celebridades diante de desconhecidos e por aí vai. Convém várias e várias ressalvas, sejam por argumentos que se imiscuem, se acrescentam e até se anulam entre si, o ponto é que a tradição se sustenta e temos por vezes, claro como o céu de verão, o que é tradicional e o que não é.

A facilidade do tradicional de transitar é sublime se comparada ao novidadesco. Afinal, quem chega agora não senta na janela, né? “Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho” (LARA, 1981). Vamos com calma, a tradição traz segurança, ela traz experiência – afinal, como já conhecemos, temos algum controle, e essa ilusão é reconfortante. A tradição traz seu sistema a reboque com toda a exclusão de quem não está nem poderá estar nele. E algumas tradições, juntamente com sua estrutura, estão tão solidificadas nas instâncias de poder que galgam para si um título: oficial.

Em suma, a opinião oficial caracteriza-se por ser aquela que mais está imbricada nas instâncias de poder e suas estruturas de reprodução. Sobre elas recaem as mesmas falibilidades e verossimilhanças de quaisquer opiniões, porém ela representaria bem a compreensão vigente sobre um determinado tema. Mesmo que por vezes o oficial seja apenas protocolar, é ele que, nas páginas da história, a saber, na tradição, ficará registrado em letras garrafais em contraste com outras verdades e tradições, daí a dificuldade de romper com o tradicional, pois ele finca fundo suas raízes.

O impacto do oficial é tamanho perante a atualidade e a história que, mesmo quando falta com a verdade, ainda precisa ser considerada. Refiro-me à utilização da vinculação dessa opinião com as instâncias de poder que impõem suas verdades em prol de objetivos próprios. Regimes ditatoriais costumam mascarar dados, tornando-os oficiais, a despeito de sua contraparte na realidade cotidiana e concreta. Lembremos que há bem pouco a pandemia da covid-19 era só uma gripezinha (BBC, 2020) e essa opinião torna-se oficial por ter sido proferida por uma autoridade que representa um país, é a opinião do Brasil. A repercussão desse posicionamento, contrária à opinião técnica, foi sentida em boa parte da população, que desacreditaram na doença ou não cuidaram o necessário de sua saúde e dos demais... não cuidaram do ponto de vista das organizações internacionais de saúde e de boa parte da comunidade científica, mas cuidaram a sua maneira singular. No fim, gostando ou não, o real urge e cobra seu preço, mas sem sombra de dúvidas o oficial conta muito!

No tocante à nossa área, desse mal não morreremos, pois não há uma opinião oficial da filosofia feita aqui em solo brasileiro. Não há um órgão de classe ou uma grande autoridade que tenha legitimidade para falar em nome de toda a área, mas temos a Anpof. Fundada em 1983, a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia tem por finalidade “promover maior integração dos cursos de Pós-Graduação em Filosofia, defender os interesses das Pós-Graduações em Filosofia junto aos órgãos competentes, estimular em todos os níveis a investigação filosófica no país e o debate acadêmico e cultural ligado à área” (ESTATUTO, Art. 2º). Portanto, desde sua fundação já se pressupunha um órgão que agregasse as opiniões e desejos de boa parte, mas não a totalidade, da área em âmbito nacional.

De lá para cá o papel da instituição se solidificou e ampliou, não se restringindo apenas às pós, mas a “todos os níveis de ensino e de pesquisa” (ARAÚJO, 2020a). De modo que hoje, se há algo como uma opinião oficial, se não de direito, mas de fato, certamente seria a da Anpof. Ela representa a área perante a sociedade, muito embora não tenha ingerência sobre os cursos de Filosofia.

Lembremos que até bem pouco, tínhamos visto nos meios de comunicação ataques constantes à educação e, especificamente, à filosofia. Foi pela Anpof que saíram notas de repúdio, gritos de resistência e socorro a quem interessar possa. Não organiza passeatas, mas congressos, não fala para todos; fala para os seus e alguns. Não obstante, é o meio que por ora temos para nos expressar enquanto unidade. É insuficiente, mas tem melhorado e seu esforço de se popularizar, buscando novas correspondências internas e externas não vêm de agora.

Convenhamos, no meio do tiroteio, gostaríamos de poder olhar para os lados e reconhecer nossos aliados. Para tal é preciso conversar. Bem como não é possível perder de vista os inimigos à espreita. É preciso estar atento. Quem são vocês é a contraparte da pergunta: quem somos nós, pois ambas se questionam pelos limites que nos constituem, por mais fluidos que possam ser. Afinal, os tiros vêm de não se sabe onde. Fogo amigo?! Advém dos mais diversos setores da sociedade e exemplos não faltam. Alguns têm roupagem mais elegante e sutil, não sem certa “ambiguidade perniciosa”, como a mudança na Base Nacional Comum Curricular (2018), diluindo a especificidade do ensino da matéria filosófica ao longo dos três anos do Ensino Médio e insinuando “que o trabalho de reflexão sobre a própria reflexão pode ser feito por todas as unidades curriculares” (SAVIAN FILHO et al., 2018); outros, mais grosseiros, dando a entender que o termo “filosofia no agreste”²⁷ devesse ser creditado pejorativamente à alguma filosofia feita cá.

Ambas as atitudes são exemplo de como a área e seus profissionais estão numa situação de fragilidade perante a população e até em relação a si mesmos. Nesse sentido, uma já necessária postura tem se tornado mais premente: a de colocar ao público leigo que a atitude filosófica no país tem uma contribuição ímpar para a crítica social, econômica e cultural e, aos profissionais envolvidos direta e indiretamente no ensino, que seu ofício deve ser reconhecido pela importância e dedicação.

Concomitantemente às críticas externas, temos uma área que pode pensar sua unidade de modo mais incisivo. Nem um órgão oficial tem! Sua suposta união poderia se justificar tendo por base os preceitos universais, atitude tão filosófica. Contudo, a autodefinição corrente – seja de filosofia brasileira, seja só filosofia – não tem dado conta das múltiplas transformações pelas quais a área e a sociedade têm passado. Convém olhar-se no espelho, refazendo as mesmas perguntas sem soluções. Principalmente quando algumas respostas são fruto da mesma tradição

²⁷ Faço menção à fala do que se tornaria o Ministro da Educação sobre Filosofia:
<<https://www.youtube.com/watch?v=b2OSIPiY7yc#t=1h23m>>.

daqueles que nos diferenciaram e diferenciam por selvagens, menos civilizados e subdesenvolvidos.

É senso comum que esse estudo não se componha de promessas fáceis; todavia, o legado de conhecimento gerado pela filosofia, difuso, hermético e excludente, atravessou os séculos e os mares e nos constituiu. Ao chegar em terras tupiniquins lidou com outras modalidades de saberes e diversas instâncias de poder e, consequentemente, dominação, dando uma cara e uma cor ao que acontece aqui. Atualmente há sérias dúvidas no meio acadêmico sobre o que de fato estamos fazendo – é comentário de uma matriz filosófica, tem algo de próprio ou é só reprodução?

A questão se reduz a algo simples: não existe uma ‘problemática’ brasileira à nossa espera. Urge ser inventada. Inventada e posta em questão – este, o esforço da Filosofia, desde sempre. Cabe perguntar se entre-nós encontramos sinais de tal esforço. Em resumo e didaticamente: há uma Filosofia brasileira? (GOMES, 1994, p. 25).

Neste contexto no qual a história nos pôs numa cadeirinha de canto e o presente vislumbra um cenário de constantes ataques que, em 22 de setembro de 2016, foi criada a Coluna Anpof. Para quem não sabe, é uma coluna de opinião na página da Anpof. Lá encontramos textos curtos, com linguagem mais acessível e sobre diversos temas. Os posicionamentos políticos não fogem muito dos da Anpof, a saber, flertam com uma esquerda moderada, ainda assim, como veremos a seguir, não é um local de consenso.

De modo a estreitar a coluna, cerca de menos de um mês depois do lançamento, em 06 de outubro, dá-se início ao que se tornaria uma série de encaminhamentos sobre filosofia brasileira. Professores de todo o país puderam compartilhar sua opinião sobre o tema e até hoje este assunto suscita textos, o que mostra ser uma questão viva. Meu *corpus* compreende os anos de 2016 a 2022 e, a partir dele, temos um apanhado em âmbito nacional da compreensão da academia acerca do assunto. Cabe lembrar, não é a totalidade, nem a resposta verdadeira, mas uma possibilidade conveniente a perscrutar.

3.3 Uma questão: filosofia brasileira?

O primeiro texto da série sobre Filosofia Brasileira, abrindo os trabalhos da Coluna Anpof, sai das mãos de Rafael Haddock-Lobo (2016), quem tive o prazer de conhecer. Ele começa se perguntando pela necessidade do gentílico em questão. Afirma que aceitamos o termo brasileiro para o substantivo literatura, artes plásticas, cinema, música, mas não filosofia,

ao mesmo tempo em que nos utilizamos de filosofia alemã, filosofia francesa e por aí vai. Por que isso?!

São questionamentos seus mas que representam os de muitos outros membros da academia. A adjetivação de brasileiro daria uma ideia de unidade ao tema. Entretanto, em 2024 podemos falar de apenas um Brasil? Em vez disso, não teríamos tanto em filosofia quanto na sociedade diversos Brasis, na melhor das hipóteses? A brasilidade facilmente pode ser lida por essência, identidade nacional, beirando um nacionalismo e até um ufanismo. Portanto, por que usar o termo filosofia francesa, alemã... será que só há uma Alemanha filosoficamente dizendo? Podemos tratar com o nacionalismo dos outros, se este for o caso, mas não com o nosso? Realmente, a utilização de “brasileiro” remete a tudo isso. Não há palavras soltas, elas têm história. Falar de filosofia brasileira não tem como não produzir em nossa mente as ideias de posse – pertencente ao Brasil e não a outro país –, de proveniência – feito no Brasil, feito de Brasil – e de localidade – acontece no Brasil.

À luz disso, retomemos os argumentos levantados pelo professor a respeito da suposta naturalidade ao dizer literatura brasileira; mas não, filosofia brasileira. Hoje nos cursos de Letras é amplamente difundido o termo “literatura brasileira”, tanto em aulas, como pude verificar em meus anos de graduando, quanto na própria grade curricular. Trago aqui alguns exemplares de renome, vejam no Fluxograma (2024a) do Instituto de Letras da UERJ, ou no Fluxograma da UFRJ (2024b), bem como no relatório de percurso curricular da UFMG (2024) e na grade curricular da USP (2024a), em todas constam o nome Literatura Brasileira. O currículo revela a tradição modelar.

Se, contudo, as Letras aceitaram hoje o termo em questão, nem sempre foi assim. Para Antonio Candido (2000, p. 23):

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e por que se qualificam de decisivos os momentos estudados, convém principiar distinguindo manifestações literárias de literatura propriamente dita, considerando aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase.

Ou seja, não havia o que conhecemos hoje por literatura brasileira, mas meras manifestações literárias. O que definia literatura era menos uma língua ou este ou aquele autor de renome e mais um conjunto de autores e leitores sob um viés histórico e social semelhantes. A literatura é um sistema. É racional. É fruto de uma tradição e engendra uma tradição. Ao menos esse foi o viés que tomou conta das universidades brasileiras.

Em paralelo, comparemos com o que ocorre nas mesmas universidades nos cursos de Filosofia. Não há na grade curricular a menção a gentílicos (vide GRADE, 2024; GRADE

HORÁRIA, 2024; QUADRO, 2024; GRADE CURRICULAR, 2024b). Logo, por escrito diretamente, não acontece a predileção por qualquer tipo de nacionalidade. Ao contrário, na Filosofia transparece uma neutralidade e universalidade, trabalhando por temas, tratando da História da Filosofia Antiga, sem dar qualquer observação de que a história da filosofia antiga ensinada é a grega, quiçá ocidental:

A graduação em Filosofia tem por escopo uma formação técnica e crítica do estudante por meio do estudo aprofundado da História da Filosofia e dos temas que constituem os eixos da reflexão filosófica, tanto os legados pela tradição quanto os vinculados às questões contemporâneas (PROJETO, 2024).

A questão não é tão simples que se encerre em meros nomes de disciplinas. Seria necessário procurar pelas emendas e, ainda assim, há o escrito e o dito, como ter certeza então? Oficialmente, temos esses registros iniciais de proposta de cursos, do que se quer mostrar, isto é, trazer à presença. Mostramos o que podemos mostrar, se queremos ou não, são outros quinhentos. Como não está nas atrações principais – diferentemente da história da filosofia (eurocentrada), que consta desde o Projeto Político Pedagógico dos cursos até a grade horária –, o ensino sobre filosofia brasileira aparece em iniciativas individuais, e não é de agora, como a de Paulo Arantes (1984), que ministrou o curso “Aspectos da atual reflexão brasileira acerca da natureza da filosofia”, ainda que sob a égide Filosofia Geral I, ainda que uma optativa. Cabe mencionar que o mesmo autor, poucos anos mais tarde, ele que propôs introduzir os alunos da USP em filosofia brasileira, disse: “‘No Brasil, a falta de assunto em filosofia é quase uma fatalidade’ [...] Não é uma questão de talento, mas de ‘formação’” (ARANTES, 1993, p. 23).

De 84 para cá são quase meio século, muita coisa mudou realmente, mesmo que nas ementas de 2024/1 de todas as disciplinas do curso de filosofia da USP, UFRJ, UFMG e UERJ, não encontremos quase nada sobre filosofia brasileira diretamente. Pode ser uma característica do Sudeste? Podem haver grupos de estudos que versem sobre o assunto... o ponto é que esse tópico não aparece institucionalizado, não é um projeto dos cursos de filosofia implementar esse tipo de discussão, ao menos diretamente.

Cabe mencionar que isso não ocorre apenas com as discussões sobre filosofia brasileira. Já tive alunos que se mostraram perplexos ao ficar sabendo da existência de filósofas mulheres, de filósofos tematizando o dildo, de indígenas sendo chamados de filósofos. Ou seja, tudo o que não tem a cara da tradição europeia, não é esperado, causando espanto. Digo isso ciente do crescente interesse por filosofia africana, dos povos originários e por filosofia feita por mulheres. Elas têm um quê de margem e quebra da tradição, o que aproxima em muito, quando

não se mistura, com os debates a respeito de filosofia brasileira. Afinal, o que estamos averiguando aqui é exatamente o que significa o pensamento feito cá.

A falta de um comprometimento com a filosofia brasileira está imiscuído com a recusa ou cautela excessiva com o termo. A nomenclatura, tão presente em praticamente todas as áreas de humanas, desde a “Arqueologia brasileira”, “Gravura brasileira”, “Canção brasileira”, “Economia brasileira”, até o já esperado “Política externa brasileira”, todas da USP (DISCIPLINAS, 2024), por incrível que pareça demora a estar na área mãe de todas as ciências. Por razões que tento explorar aqui, a Filosofia não quer se decidir por brasileira e, quando por ventura dá o ar de sua graça, ou não está às claras e/ou é opcional. Repito, o problemático não é ser escolha, mas constar aparentemente como parte do projeto de silenciamento das margens, do que não é o padrão em prol de uma neutralidade completamente parcial a depender de seu hemisfério.

Trago um relato vivido por mim para ilustrar que a escolha por dar a escolha pode ser parte disso que mencionei por projeto de silenciamento, pois assim não é necessário tomar uma decisão. Comprometer-se com o raso, com o mínimo. Trata-se de um relato de 2022, durante o *XV Simpósio de Filosofia da Universidade Católica de Fortaleza*, que também foi palco do *I Encontro Internacional de Filosofia Brasileira: Respostas Antigas e Questões Novas*. Numa mesa redonda, eu apresentei o trabalho “Variações sobre o mesmo tema: filosofia brasileira” mediado pelo professor Judikael Castelo Branco, da Universidade Federal do Tocantins e atualmente membro da diretoria da Anpof. Após a minha fala na qual menciono sobre a situação da filosofia brasileira no Sudeste, o professor Judikael toma a palavra e ratifica o dito: há falta de tratativas do tema nas graduações, principalmente nos currículos. Os cursos sentem que cumpriram seu papel abrindo uma ou duas optativas sobre Filosofia Africana.

O cenário descrito não se restringe ao ensino superior, cabe ressaltar. Também em nossas escolas sofremos com a falta de ensino de minorias etnoculturais. Por exemplo, no tocante ao ensino de cultura africana, ainda que a Lei 10639/03 incluísse no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da presença da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, pouco temos visto na prática. Nesse sentido, nossos mestres não formam também porque não foram formados nessa estrutura de ensino mais atenta às margens e aqueles que chegam às universidades não estranham a falta do saber que não sabem. Se e quando eles chegam a saber o que poderiam ter, mas nunca tiveram, é um mistério, pois não é incomum um aluno de filosofia sair do curso sem ler uma linha de uma filósofa ou de um filósofo não europeu.

Chamo atenção especial agora aos docentes, que não estão isentos da responsabilidade de tentar não reproduzir o modelo vigente excludente, por mais hercúlea que seja a tarefa. Fazer pouco quando se pode fazer mais soa quase como um desserviço. Sobre essa ausência estrutural, o professor Odair Marques da Silva (Unicamp), em entrevista ao Agência Senado (2023), endossa a horda crítica ao dizer: “Percebemos o quão frágil, singelo e estereotipado está a citação de ‘África’ nos conteúdos curriculares, principalmente nos materiais didáticos, e isso percorre do infantil ao universitário, até mestrado e doutorado”.

O cenário descrito não se restringe ao ensino de cultura africana, cabe ressaltar. Embora haja singularidades que precisam ser consideradas, parte da resistência ao ensino de filosofia brasileira se confunde com a resistência à filosofia africana, à filosofia feita por mulheres, à filosofia feita pelos povos originários, a saber, um conjunto de personagens e pensamentos sendo produzidos, mas ignorados. Nunca é o bastante, é preciso se adequar a um modo determinado de fazer filosofia para ser filosofia. Levanto, pois, a suspeita, mesmo dentro do modo padrão, racionalizado, sistematizado, será que assim seríamos elevados ao *status* de filósofos ou ainda precisaríamos retornar à busca incessante por validação alheia?

É incontestável, assim, que não há no Brasil um conjunto de obras filosóficas que componha um sistema ou uma tradição autônoma. Mas, justamente por isso, talvez possamos falar de uma experiência particular da filosofia no Brasil, que tem essa carência como horizonte. Talvez, a maneira mais adequada de descrever a situação da filosofia do Brasil seja a de mostrar como os pensadores assumem essa carência da cultura nacional e como interrogam, através dela, a possibilidade de sua própria filosofia (PRADO Júnior, 2000).

O que marca essa distinção para Haddock-Lobo (2016) entre filosofias nacionais está no fato de haver certa assinatura ou estilo que permeia o adjetivo, mais do que uma questão pátria. De fato, o nacionalismo tende a dar um viés político exacerbado, limitando tudo ao argumento essencialista e excludente: é nosso, é melhor do que o seu. Lembremos que esse modo de fazer filosofia ao qual aderimos é uma construção. A leitura minuciosa dos clássicos e a construção de um léxico especializado em traduções meticulosas (GIANOTTI, 1999) são algumas das marcas de como fazer filosofia que se propagaram da USP para as demais universidades do país. Este método se contrapunha com:

1) à direita, ao conservador Instituto Brasileiro de Filosofia, de Miguel Reale, ligado em Kant e pensamento brasileiro, e 2) à esquerda, à filosofia do ISEB, fechado pela Ditadura, mais politicamente relevante, supostamente menos “científica” e “classista”, embora igualmente envolvida com Marx, Hegel, fenomenologia etc. Nesse quadro, o uspiano “Seminário do Capital”, Giannotti e FHC à frente, impressionaria nossos colegas das humanas por sua superior “tecnicidade” e contribuiria intelectualmente para a constituição, no País, da nova esquerda “social-democrata”, PT/PSDB (CRISÓSTOMO, 2023).

O professor alerta: o que demarca a filosofia não deve recair apenas à localidade e à língua. Desta forma, Rafael está em sintonia com o argumento que define: isso só é enquanto for um sistema, o mesmo utilizado por Paulo Arantes (1993), que por sua vez responde Bento Prado Jr. (2000 [1969]), baseado naquela noção de sistema de Antonio Candido (2000 [1959]). Escrever em português não bastaria, nem escrever no Brasil. Agora me pergunto, por que não? Por que qualquer manifestação filosófica em português não poderia receber o título de filosofia, a quem interessa essa divisão? Por que a língua, tão fundamental para a coesão de um país, não seria suficiente para a coesão de um pensamento? Um autor nascido noutro país que escrevesse tão importante obra em português e sobre o Brasil não faria filosofia brasileira?

Essa distinção entre sistema – com seu rigor formal – e localidade – com sua língua própria – diminui o impacto fundamental da identificação de pensamento com a experiência prática, cotidiana mesmo, justamente a partir do sítio local e linguístico no qual se desenvolve. Nesse sentido, a filosofia não estaria encastelada nos departamentos e poderia até, quem sabe, conversar com a sociedade como um todo, e não só com parte dela, em suma, abasileirar-se:

Tudo isso, entretanto, pareceu seguido de recuos à autoridade do monádico Autor sempiterno, inquestionado, que pode também ser Marx, naturalmente; enquanto Giannotti, porém, ia bravamente adiante, com seu próprio questionamento, radical, do ‘método uspiano’. Em 1999 (‘Depoimento’), nosso filósofo n.1 desacreditava da redução do filosófico a ‘disciplina do texto’ e ‘alienação no Autor’, declarava que ‘o departamento [da USP] se esgotou’, que ‘esse pensamento técnico se transformou num engessamento do pensar’, e sugeria a seus alunos que ‘procurassem o [antes execrado] ensaísmo’ e ‘abandonassem a *grand thèse* francesa’. Depois disso, finalmente reconheceu Vilém Flusser como filósofo, o que muito antes fizera o pessoal do IBF, do qual, entendia agora, ‘tínhamos uma visão chapada’; o que confirma minha desconfiança de que com aquele ideário não lográriamos reconhecer um filósofo se víssemos um, quanto conseguiríamos menos produzi-lo (CRISÓSTOMO, 2023).

Entretanto, faço justiça ao acertado alerta de Rafael Haddock-Lobo (2016) ao optar por buscar uma assinatura em vez de outra coisa. Digo isso pois a pergunta não visa chegar a uma identidade filosófica nacional, no máximo algo que a identifique, que a marque, que aproxime sem fixar. Não é uma pergunta pela essência brasileira, mas por alguma coisa que indica sem dar certeza, um traço à brasileira. Convenhamos, lidar com essência pura e simplesmente seria uma jogada demasiado arriscada na área.

O breve ensaio não permite que definamos o que é assinatura, acredito contudo fortemente fazer referência ao rastro derridiano, haja vista outros ensaios seus. Isto é, definir *ipsi litteris* provavelmente nem seria sua intenção. Façamos o possível com o que temos. O “brasileiro” assina embaixo da filosofia, validando-a. Sem assinatura, não há credibilidade no termo, apenas mera abstração. Toda filosofia tem sua assinatura. Assinar deixa marcas, uma

pegada que indica, sem maiores garantias a princípio senão nossa palavra. Essa que não nasceu naquela rubrica desenvolvida, mas que carrega eras e promessas, pessoas, contos, cortes, invasões, violências, subjugação, superação, criação e desconstrução: um modo de filosofar singular.

Nossa singularidade tem um lugar. E um não lugar também. Isso porque fala de local subalternizado, quase sem ter o direito de dizer. Assina com uma língua que não é a sua, o português e a filosofia do colonizador, mas que sem ela estaria perdido, pois ou outras fontes se perderam no apagamento histórico, ou estão deveras enfraquecidas no momento para serem autônomas. A assinatura brasileira se traduz pelo seu não lugar, pelo seu lugar retirado. Paradoxalmente, não há como estar sem lugar. Fala-se, mesmo que os endereços tenham se perdido e as identidades não sejam mais estanques: “Eu não tenho senão uma língua, e ela não é minha” (DERRIDA, 2001, p. 13). A saber, mesmo sem as certezas costumeiras, mesmo sem o reconhecimento de cara da nossa cara na obra filosófico-literária, pode ser a partir dessa tradição que possamos traduzi-la a ponto de construir um conjunto de ideias. Ao assinarmos, traímos a tradição, traduzindo a Europa para e com os brasis.

Um documento às vezes só tem a legitimidade de sua assinatura. Isto significa que por vezes o que legitima nem é o conteúdo *per se*, mas o voto de confiança de quem assina, pois a pessoa transfere sua autoridade ao escrito. Se não acreditamos piamente no que está ali registrado, ao menos lemos com mais boa vontade graças à transferência do autor para o papel. Podemos não entender mas queremos acreditar em quem assina, ele sim conhecemos. Talvez a assinatura de que fala Rafael tenha esse teor, de trazer algo de próprio, de nossa realidade à tona, mas principalmente por indicar uma aproximação, um indicativo de brasil, miúdo, enveredado, onde para compreender só chegando perto. Algo que tenha um cheiro característico, um gesto familiar mas perturbador para só quem fala sua língua. E haja autoestima para subscrever brasileiro em filosofia...

Eis que chegamos ao fim do texto e a sua apoteose, algo de singular com um tanto de confiança. A filosofia tradicional, aquela adotada pela academia nacional, aderiu ao perfil cientificista de exegese sobre a história da filosofia em contraste com uma produção mais livre, ensaística e próxima do meio estudado, se preocupando em não “contaminar” a pesquisa se misturando com o objeto. A justificativa foi a mais nobre, a isenção, a imparcialidade, a objetividade... para isso, importamos as questões e não utilizamos uma linguagem mais acessível e tudo isso não foi por acaso, encaixando-se perfeitamente ao projeto em curso desde 1500.

De fato, o processo colonial sofrido no Brasil é vital para se compreender nossa dificuldade de alcunhar a filosofia como brasileira. A história colonial nos define a tal ponto que só com muita ousadia mesmo para dar outros nomes às coisas, nomes mais familiares a nós. Tragicamente, sentimos vergonha por nomear, caminhamos incertos e com poucos amigos. Será que é? Será que podemos? Não seria melhor continuar: “Em outros termos: podemos dizer que, hoje, fazemos efetivamente uma filosofia brasileira ou fazemos uma excelente filosofia aos moldes europeus?” (HADDOCK-LOBO, 2016).

— Rafael, colocando noutros moldes, nossa filosofia tem nossa assinatura? A filosofia enquanto sistema ou enquanto manifestação filosófica? Em um contexto de constantes apagamentos, é possível construir um sistema? Digo que não é possível fazer filosofia brasileira se para tal necessitamos do crivo da metrópole metafórica. Ouvimos de cabeça erguida o que eles têm a dizer tão somente e olhe lá, haja vista tudo o que foi e é. Mas é difícil romper com as raízes profundas que nos nutrem e envenenam.

Se a ousadia é pouca, pouca também é a independência do aceno senhoril: “por que não há um grande nome na filosofia brasileira como encontramos na literatura, cinema, artes plásticas etc?” (HADDOCK-LOBO, 2016) — Discordo que não tenhamos grandes personalidades na filosofia, pois temos nomes históricos pouco conhecidos, como o caso de Nísia Floresta, tida como uma das primeiras filósofas brasileiras. Contemporânea do século XIX, escreveu sobre feminismo e sobre educação. Suas principais obras são *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* e *Conselhos a minha filha*. Esta última, algo como uma *Ética a Nicômaco*, escritos de uma mãe para sua filha sobre modos de agir e pensar.

A obediencia é uma virtude que muito realça em um filho[...].
Obedece porêem por amor de ti mesma e não porque temas as reprehensões de tua mãy e mestres que debes olhar com igual respeito, em quanto ouvires suas lições. Obedecer por um temor puramente servil ou por força, é uma obediencia de escravo que deixa então de ser virtude (FLORESTA, 1845, p. 20).

Ainda temos na atualidade os filósofos não tão valorizados comparativamente, como foi o caso do professor Newton da Costa (falecido durante a confecção desta tese), conforme mencionei. Esses são apenas alguns exemplos dentre tantos outros.

O que nos permite vaticinar que algo não existe? A existência não tem o alcance da vista, mas da suspeita e da confiança. Trocando em miúdos, se conhecermos um escritor, um homem cishétero, por exemplo, é inegável que ele exista enquanto escritor, certo? Se não conhecemos a escritora hipotética mulher trans, ela não existe. O pulo do gato está no fato de que ou não chegamos a conhecer a mulher em questão ou a conhecemos mas não a qualificamos enquanto escritora, seja porque não alcançou requisitos irreais ou alcançou-os

insatisfatoriamente ou até alcançou mas não tem a cara que se espera para estampar por aí. Vê-se apenas o homem padrão, sem suspeitar que possa haver mais, quando ainda não vemos mais; sem confiar no mais que nos aparece, quando o mais difere do de sempre.

Mesmo que não tenhamos conhecimento de nenhuma grande obra, de nenhum grande autor, não quer dizer que não existam. Diga-se de passagem, a própria noção de grande nesse contexto é questionável. A grandiosidade da *grand thèse* não é a do ensaio. E aqueles que um dia foram adeptos daquela, reconhecem que “o simples resguarda o enigma do que permanece e é grande” (HEIDEGGER, 1983, p. 39 – tradução minha)²⁸, isto significa dizer que os parâmetros que definem o que é um grande autor e uma grande obra variam, de modo que talvez tenhamos sim uma grandiosidade brasileira que não coube nos moldes teuto-francófilos. Decerto temos algo de grandioso *a la* tradição, porém parte delas e deles não estavam em adequação com o padrão vigente, historicamente masculino, branco e não brasileiro.

Onde há fogueira, há fogo! O que significa hoje você dizer que não há grandes nomes ou mesmo filosofia brasileira? Neste momento não estou respondendo que há filosofia brasileira, estou afirmando a dificuldade de afirmar que não há! Voltemos ao argumento de Antonio Cândido, que inspirou Bento Prado e Paulo Arantes. Para o primeiro, a literatura enquanto sistema começa a partir do Romantismo, no século XIX. Movimento este iniciado décadas antes no país dos pensadores, a Alemanha, como um contraponto ao Iluminismo, a saber, à racionalidade demasiada para encarar os problemas da vida e, conseqüentemente, artísticos, filosóficos e sociais: “Uma filosofia herdeira do pensamento kantiano, ciente dos limites da razão, e da filosofia de Fichte, centrada em um Eu, não poderia ser elaborada através de um grande sistema filosófico” (FRANCO SOUZA, 2017, p. 4).

Tanto lá quanto cá, este foi um movimento mais preocupado com o individualidade das emoções em contraposição a *ratio* universalizante: “Para preencher as lacunas deixadas pelas luzes da razão, é preciso recorrer ao sonho, ao mito, à imaginação, ao fragmento, não mais à resposta completa” (FRANCO SOUZA, 2017, p. 5). Para eles, a liberdade de pensamento, guiada pelas sensações, era primordial. No que se refere ao Romantismo Alemão, no caso o de Jena, lá tivemos nomes que versavam em ambas, literatura e filosofia, e que assim acreditavam que devia ser. Escrevendo e teorizando simultaneamente, como Schlegel, Schelling, Novalis e Hölderling. Preocupados não com uma obra que abarcasse e, de certo modo, solucionasse suas problemáticas, mas em encaminhá-las passo a passo, mantê-las vivas e questionando, ainda que caóticas e ainda problemáticas, mas talvez menos do que anteriormente:

²⁸ *Das Einfache verwahrt das Rätsel des Bleibenden und des Großen.*

As grandes conclusões já não servem mais, porque inerente a uma grande conclusão, a um sistema filosófico, ou a uma obra de arte finalizada há um processo, há uma atividade, há um movimento e é nessa direção que os românticos alemães apontam. E esse importante aspecto aponta já para certa consonância entre o fazer filosófico e o fazer artístico. Em ambas as construções – a filosófica e a artística –, há um processo de estruturação, um movimento, um jogo com a imaginação e com as palavras (no caso da obra artística literária, por exemplo, em prosa ou em poesia). (FRANCO SOUZA, 2017, p. 5).

Com algumas décadas de diferença do seu aparentado estrangeiro, a busca pelas raízes foi um gesto comum, porém aqui o romantismo tinha feitiços de quase-colônia, haja vista a Independência em 1822. A busca pela identidade nacional, por raízes, buscavam indígenas para encontrar mártires com valores cristãos. Além da já mencionada Nísia Floresta, autora desse período, temos Gonçalves de Magalhães, por exemplo. Sim, o mesmo que escreveu o que a literatura consagrou como a primeira obra romântica brasileira, *Suspiros poéticos e saudades*, o próprio, assim como seus companheiros letrados europeus, se detinha à filosofia, tendo sido pioneiro nesta área também, publicou *Os fatos do espírito humano*, em 1858.

Neste contexto de insuficiência da racionalidade, de crítica à grandiosidade dela, surgem escritos fragmentados, feitos por mulheres e uma literatura filosófica que coabitava com o poético. Surgem leitores ávidos, surgem escritores orgulhosos de suas origens. Surge uma literatura brasileira, mas não surgiria sua irmã, uma filosofia brasileira? Elas poderiam andar tão separadas assim? Ao menos é de se suspeitar de que haja uma filosofia ou de que as manifestações filosóficas existentes possam alcançar o patamar de disciplina do pensamento. O que a impede realmente?

Realmente, o surgimento de uma literatura não é garantia de uma filosofia. Todavia, tendo em vista os exemplos citados, tanto nacionais quanto internacionais, há fortes indícios para desconfiar de que, se não encontramos essa tal filosofia, ou não procuramos bem, ou não convém tamanho escrutínio. O provável é que tenhamos já nossos heróis, mas eles não se tornaram heróis do povo; temos representantes na filosofia de brasilidade, mas eles não representam a filosofia que se quer mostrar. Eles não são conhecidos entre seus pares, muito menos entre a sociedade.

Concordo, enfim, com a conclusão de Rafael de que, ao pensar as contribuições ameríndias e africanas em nosso pensamento, estamos caminhando em direção à uma singularidade da nossa filosofia. Discordo contudo de que pouco importa a origem do nome, pois dar nome às coisas, além de dar sentido, também marca uma posição, uma resistência. Nesse sentido, a brasileira é uma assinatura da filosofia, pois é um rastro de traços coloniais e descoloniais no pensamento.

3.4 A quem interessa a filosofia brasileira

Treze dias após as provocações de Rafael, tivemos uma resposta. Notem, não foi apenas outro texto a respeito de filosofia brasileira, foi outro posicionamento sobre o assunto. Choque de ideais mesmo, alguma concórdia e discordância, mas principalmente novas conclusões não exploradas. Em suma, eis o debate!

Primeiro, não é certo que, por exemplo, ‘filosofia inglesa’ descreva um conjunto de experiências intelectuais que, à sua forma, partilhariam algum nível de estilo ou assinatura comum. Talvez não haja absolutamente nada em comum, no sentido forte do termo, entre Alfred Whitehead e John Austin, a não ser o fato deles serem cidadãos do mesmo Estado-nação e se submeterem ao mesmo poder político. Seria possível fazer a mesma consideração para todas as tradições que conhecemos: Habermas e Nietzsche, Foucault e Gabriel Marcel. Ou seja, talvez a procura por um estilo que definiria partilha de tradição não seja o melhor caminho (SAFATLE, 2016).

De cara vemos que, para o professor, em nada o gentílico tem a ver com uma assinatura. Esta categoria é falha, ela não dá conta dos muitos estilos, até contrários entre si, da filosofia. Proponho dois movimentos de compreensão da situação brasileira por esse trecho: vamos à uma área onde essa alcunha nacional está bem mais estabelecida, a literatura, e vamos pensar como podemos interpretar individualmente cada pensador e, após, em comparação com outro. Assim podemos testar a lógica dessa coluna de opinião.

Quer dizer, dizendo em outras palavras, qual a relação entre Gonçalves Dias e Murilo Mendes? Ou Maria Firmina dos Reis e Conceição Evaristo? O que cada um tem que justifique estar na mesma categoria que os demais? A proximidade é relativa e, em alguns aspectos, as referidas autoras e autores podem ser próximos e em outros não. De cara eu diria que daria uma boa pesquisa. Independentemente se há ou não uma aparente aproximação, somente poderemos saber se formos de fato à procura dela.

Eles podem ter escrito no mesmo século, podem ser do mesmo gênero, podem falar a mesma língua e podem estar sob a égide do mesmo Estado. Todas essas características são ferramentas para auxiliar na interpretação das obras. Nem sempre você vai querer falar de contexto histórico para interpretar um texto e, outras vezes, será de suma importância. Se aplicarmos enquanto críticos o mesmo método de interpretação indiscriminadamente, corremos o risco de nos tornar redundantes e enfadonhos, deixando de mostrar o que aquelas palavras literárias ainda não apresentaram aos leitores.

Afinal, a obra por vezes pede seu método de interpretação. Ah, que prato cheio é pensar *Os sertões*, de Euclides da Cunha, do ponto de vista do período da história em que se encontra. Se tentarmos usar o mesmo método com *Água viva*, da Clarice Lispector, uma avalanche de fluxo de consciência, não será uma tarefa simples. Quando comparamos autores, que aparentemente são bem diferentes entre si, temos uma problemática semelhante. Qual é o melhor critério de comparação?

Talvez tenha pouco ou nada a ver com o texto. Para dizer que duas autoras são escritoras mulheres, elas precisam ser mulheres, ou seja, se verem como mulheres e a sociedade ter de lidar com elas como tais, de modo a colocá-las no *hall* de escritoras propriamente. Há uma aceitação de si e uma tensão aos demais como uma posição diante de escritores não mulheres. Do contrário, não faria muito sentido chamar atenção ao qualificador. A saber, num grupo só de escritoras mulheres, o termo mulher já está implícito, não há obrigatoriedade de reforço. Naquele universo, elas são escritoras tão somente. A “mulher” é um contraste em relação, sabemos, a homens. Podemos, igualmente, comparar filósofos tidos ingleses entre si e não achar muito em comum, mas reforçando que são ingleses exatamente porque não são franceses ou alemães. Quem dá esse título? A sociedade como um todo, as editoras, as instâncias de poder, o seio familiar, o próprio autor.

E talvez tenha algo ou bastante a ver com o texto. Dois autores podem ter escrito um do lado do outro e serem bem diferentes, todavia não podemos ignorar que é mais provável esbarrar com meu vizinho a caminho da padaria do que com alguém que more bem distante de nós. Só chegando mais perto para saber da proximidade. Só ficando longe para saber da distância. O que a assinatura inglês ou alemão ou brasileiro pode nos dizer a respeito deste ou daquele? Nada?! Parece-me improvável que uma localidade específica não tenha influência na formação filosófico-literária, bem como a cultura que dela emana, com seus costumes e língua. A proximidade espacial, qualquer que seja, influencia direta ou indiretamente um pensamento.

Entretanto, se tem algo que podemos aprender nesta aldeia global em que vivemos hoje, está no fato de que as distâncias se estreitaram. Podemos ter bastantes hábitos em comum com pessoas a quilômetros de distância. Assistir aos mesmos programas, cantar as mesmas músicas ou vestir roupas semelhantes a tal ponto de, aparentemente, ter mais em comum com alguém noutro continente do que aquele vizinho de porta.

O que se intensificou nas últimas décadas com a internet, é parte de um grande processo de resignificação das barreiras geográficas. A história nos mostra que filosoficamente aqueles que a localidade separou podem estar bem próximos. Eu posso rezar para um deus idêntico ao que se reza na Alemanha, por exemplo, e no mesmo quintal europeu haver uma Turquia

muçulmana. Conterrâneos podem ser desconhecidos e estrangeiros, irmãos em pensamento, o que seria o caso de Heidegger, sendo um filósofo muito mais “francês” do que “alemão” (SAFATLE, 2016), por ter naquele país maior recepção do que no seu “natural”.

O professor nos alerta, “para que serve e a quem interessa insistir atualmente na existência de ‘filosofias nacionais’?” (SAFATLE, 2016), pois para ele o anacronismo do termo, bem como sua falta de precisão, só ratifica a impossibilidade de sua utilização num viés científico e sua inutilidade do ponto de vista prático da identificação e união de semelhante. Serve talvez a certo saudosismo patriótico ou talvez a essa geração *woke*, desejosa por novidade sem se importar em jogar fora a água suja do banho junto com o bebê.

E ele não está certo em seu mundo? Se quisermos o conceito claro como o dia, a essência, não é o caminho aqui. Não é a intenção da assinatura, nem é conveniente a essa altura do campeonato tratar do que nos define enquanto nação, me parece, mas sim pensar, por aproximação, achismos, rastros e restos. Pensar fora da caixa dentro da caixa para quem sabe um dia sair da caixa.

Sim, podem falar a mesma língua, mas isso não faz com que dividam os mesmos temas ou podem fazer parte do mesmo período histórico, versar sobre semelhantes assuntos, mas residindo em diferentes localidades e escrevendo em línguas distintas. Fernando Pessoa, expoente poético português, foi um exímio sonetista em inglês e Clarice Lispector, um dos maiores nomes do modernismo brasileiro, é de origem ucraniana. Vilém Flusser, quando escreve *Fenomenologia do brasileiro*, pode ter essa obra enquadrada em filosofia brasileira, ainda que ele fosse de origem tcheca, ou o próprio como um filósofo brasileiro. Quem define, como dissemos, é um conjunto de fatores por vezes alheios a nós.

Derrida (2001) em *Monolinguismo do outro* afirma que sua cidadania francesa ao longo de sua vida foi tirada e dada à revelia. Nasce em Argélia, colônia francesa, tinha a cidadania (de colonizado); a França é invadida pelos alemães, perde a cidadania por ser judeu; a Guerra acaba, reganha a cidadania; luta pela independência da Argélia, nega-se a apoiar os franceses, perde a cidadania; ao fim, após a poeira baixar e muito provavelmente pelo seu renome, reganha a cidadania. Ele é, pois, francês ou não?

Aos franceses interessa ter mais um nome de peso ao seu cânone. Talvez os argelinos também desejem publicar por suas editoras um autor como Derrida. Não poucos são os direitos autorais e políticos interessados numa segunda ou terceira cidadania, a americana, hipoteticamente, como sugeriu o professor Safatle (2016). Qual é a verdade? No turbilhão de múltiplas identidades, o autor Derrida não se furtou a responder: sou franco-magrebino! Me

pergunto qual seria a resposta do professor Safatle? Ele seria um filósofo do mundo? Não se dignaria a responder?

A resposta de Derrida merece nossa atenção. Ele tem algo de magrebino, referente a sua ascendência berbere, perdida ao longo das gerações, mas cujas ruínas insistem em permanecer. Referência também ao local de nascimento e criação, o norte da África, na região da Argélia. Algo de francês, referente à cultura do colonizador, à língua que usa para escrever, para sobreviver mas que nunca foi dele. Algo de hífen, a marca da violência colonial, das bombas, dos apagamentos, da resistência de fazer seu pela força do uso (DERRIDA, 2001). Tudo isso é sua assinatura.

A crítica de Safatle (2016) a filosofias nacionais é válida, no entanto a filosofia brasileira não é um país apenas, mas uma vontade. Um ímpeto historiográfico, crítico e autoral que por ventura ocorre aqui. Se não é possível destituí-la de seu viés nacional, ao que tudo indica, talvez possamos fazer uso do gentílico sem esse ranço ufanista, mas marcando uma posição de resistência. Isso porque a filosofia é aquilo que não nos pertence, mas que nos chegou. Esse modo de pensar nos foi empurrado goela abaixo. O “brasileira” é a parte que nos cabe, o rasgo na tradição para dizer que nós podemos ressignificar o método a fim de se identificar melhor às nossas necessidades.

Nesse sentido, quando o professor Vladimir afirma não haver “sentido em se perguntar sobre a existência ou não de uma filosofia brasileira em um momento no qual as nacionalidades são apenas formações reativas, mas devemos nos perguntar sobre as dificuldades de constituir um campo filosófico no Brasil” (SAFATLE, 2016), compreendo que não há só a parte reativa, mas afirmativa, ou seja, nossa vontade e decisão por responder a pergunta pela filosofia.

No tocante à dificuldade de constituir um campo filosófico, o professor comenta duas possibilidades: a primeira tem a ver com a própria ideia do que seja filosofar: “Primeiro, há de se reconhecer que uma das especificidades da filosofia é seu horizonte crítico genérico” (SAFATLE, 2016). Por essa razão, ele chega a mencionar que a retração dos horizontes é um fenômeno global, o que é coerente, haja vista o caráter universalizante da área. Comenta-se sobre tudo, mas não como um especialista, embora, paradoxalmente, cada linha de estudos de filosofia encerra-se em si própria. Hiperespecializada e hermética, aberta apenas para seus iniciados.

Uma das definições que mais gosto de empregar para ela, a filosofia, é a de clínico geral das ciências, ou, se ousarmos mais um pouco, clínico geral dos saberes. Esta criação minha salienta exatamente a antessala do conhecimento em que uma dúvida adentra, mora, regurgita-se e se encaminha para outra área, agora mais especializada: medicina, física, sociologia etc.

De fato, desde a filosofia clássica, com seu estudo pelas causas primeiras, temos visto um viés universalista e onipresente, porém como o suprasumo do saber, aquele digno do rei da cidade, e não com a humildade de quem sabe de tudo um pouco, mas pouco de tudo. Genericamente trata de assuntos pois a ela – a disciplina filosófica, nesta definição – caberia apenas os primeiros passos, os essenciais, aquilo que não podemos perder de vista, mas que somente isso é tão improficuo como números sem ter o que numerar. Eu sei o quanto essa definição é deficitária e é exatamente isso que eu quero. Quero que dê conta só de uma parte, não do todo, que chame a atenção à insuficiência do universal abstrato, que ele não é a mais pura verdade, mas tanto quanto a realidade concreta, uma nesga do verdadeiro e do falso.

A suposta característica amplamente reconhecida tende a esquecer sua origem local. Mesmo Kant, representante canônico da tradição e, por conseguinte, da generalidade, não deixa de salientar o caráter sensorial do saber, ainda que seja transcendental a ele. Também Butler e sua presença militante, ao tratar de gênero, certamente não se restringe a um caso pontual, mas aborda problemáticas que permitem pensar a realidade de várias outras mulheres. Aspecto esse presente em qualquer ciência, diga-se de passagem. Isso não quer dizer que sirva a todas as mulheres, de todas as épocas e países, nem faz dela menos americana por se referir a um mundo de possibilidades.

A filosofia se vê etérea, mas ela tem corpo. Das datas comemorativas ao doutorado em Yale, a cultura norte-americana bem ou mal a rodeou ao longo de sua vida. Por mais imparcial que se esforce, por mais “filosófico” que seja seu discurso, algo sempre escapa, algo fica, e essa imperfeição é a humanidade acontecendo: “De fato, eu iria sugerir que, à medida que a filosofia perdeu sua pureza, ela ganhou, consequentemente, sua vitalidade em todas as disciplinas de humanas” (BUTLER, 2004, p. 247 – tradução minha)²⁹.

Ainda é possível categorizar, mas não imaculadamente, sem a mistura ôntica que provém da prática e de um local de existência, prévio, presente e vindouro, a saber, seu histórico, seu contexto atual e sua intenção. A diferença está na humildade ao reconhecer a impossibilidade do todo, sem perder a ousadia de tentar. Se traduzimos o pontual observado, é para dar uso desse para aqueles tantos, para dar voz a diversos palcos, respeitando a particularidade de cada um. Sendo assim, a filosofia, por mais genérica que seja, advém da concretude; assim como do concreto, poetas e pensadores fazem matéria-prima de suas obras:

O regionalismo não é uma linguagem regional, que o inutilizaria, mas falar de problemas que estão mais próximos da pessoa que fala: a dor do homem, a alegria, suas lutas e as suas belezas etc. [...]. Quando me bato pelo regionalismo é para mostrar,

²⁹ *Indeed, I would suggest that as philosophy has lost its purity, it has accordingly gained its vitality throughout the humanities.*

numa anedota, o local, os sentimentos comuns a todos os homens. O homem só é amplamente homem quando é regional (MELO NETO, 1998, p. 85).

A segunda dificuldade para a constituição de um campo está vinculada ao que o professor Safatle (2016) chamou de filiação e transmissão. Ele afirma que:

O sistema de distanciamento, traição, crítica, distorção, recuperação em outro nível, retorno, um sistema de relações tão importantes para a constituição de processos de transmissão e debate intergeracional (pois foi aqui que o problema realmente apareceu), nunca poderá se constituir entre nós. Pois, no fundo, as relações acadêmicas se constituíram como processos de filiação. Dentro de relações de filiação, os não pertencentes ao grupo simplesmente não existem, não são levados em conta, falam línguas estranhas, fazem ‘tudo errado’ e (este é um clássico) não leem direito.

Enquanto o primeiro entrave trata da área filosófica e, concomitantemente, da concepção de filosofia; a segunda foca na realidade brasileira. Somando as relações de filiação, que emperram os diálogos, com a especificidade da área, a filosofia brasileira não existe como questão nacional, mas como campo de saber que não vingou e não pode vingar sem que antes façamos algo a respeito. Ou repensamos o que entendemos por filosofia e/ou destravamos os embates acadêmicos.

Volto a dizer, irônico que a área genérica seja deveras restritiva com seus pares. Talvez ela nunca tenha sido de fato generalista, mas se apregoasse ser, pois assim deteria algum controle, porta de entrada e/ou fim último dos demais saberes. Talvez seja resquício de outras épocas em que o pensamento dominante era hegemônico, se apresentando não como uma verdade mas a verdade sobre todos os outros. Para alcançá-la, somente a partir do meu crivo, a despeito dele nem sempre ser imparcial, optando por aqueles que melhor representem essa suposta verdade geral (proferida preferencialmente por aqueles rostos, peles e gêneros que tanto conhecemos).

Essas relações de filiação encontram terreno fértil neste solo anteriormente colonizado. Acostumados a obedecer, as discussões de filosofias nacionais aconteceram e acontecem aqui e em toda a América Latina acompanhadas de muito aprendizado da tradição, sem sua devida tradução:

No Brasil e em muitos outros países latino-americanos (e talvez também na Índia, o Japão e a África) tem-se a ideia de precisar-se de um longo ‘preparo’ para gerar um pensamento próprio. Fala-se em ‘etapas’; uma primeira de aquisição de conhecimentos, uma segunda de elaboração, e, finalmente, uma de filosofia original e própria. Fala-se (e isso me deixa literalmente aterrorizado e deveria aterrorizar aos mais jovens) de queimar gerações e gerações de jovens filósofos em prol de uma geração que, finalmente, fará filosofia (CABRERA, 2011b).

Destruídos, não sabemos destruir e reerguer. Em vez disso, trocamos nossas revoluções por muita *data venia* no lugar. Não me espanta que nossos pares não se batam com propriedade, ou seja, enquanto colegas, não inimigos.

Concordo com o professor que os contratos oficiosos de filiação atravancam o debate intelectual. Eles são compostos com muita arrogância, da mesma forma que com muita ignorância, em especial ao que acontece no departamento do lado. Falta ousadia e humildade na medida certa para reconhecer que sabe algo, mas não tudo, e que não sabe bastante coisa e está tudo bem. Isso vale para os docentes, responsáveis diretos pela implementação da área, e para os discentes, que não devem se acanhar para errar e para tentar acertar.

Ambos estão sobre o solo historicamente recém-emancipado, não é de se espantar que tenhamos dificuldades de criação. Em matéria do jornal G1, afirma-se que “mais da metade (54,3%) dos alunos brasileiros de 15 anos apresentou um baixo nível de criatividade ao tentar solucionar problemas sociais e científicos apresentados em uma prova internacional de conhecimentos” (TENENTE, 2024b). A filosofia, neste sentido, teria dificuldade de assumir uma assinatura, por dificuldade de berço em se inventar. Afinal, é quando brigam-se as comadres que se descobrem as verdades, ditado popular que se adequa bem ao caso.

Discordo do professor quando ele propõe que para “a filosofia no Brasil possa se afirmar faz-se necessário pararmos de pensar sobre relações de filiação, em todos os níveis” (SAFATLE, 2016). É um problema o falso debate, a discussão infrutífera, mas dentro desse contexto de muita luta para conquistar um pedacinho de terra intelectual, somado a um passado de colônia de exploração, tem na posse, no controle e, conseqüentemente, no medo da perda, valores superestimados. Temos muita insegurança de base histórica para olhar o outro como apenas mais um outro e não como rival. Atacar a filiação é trabalhar na consequência, não na causa da doença.

Ao lidarmos com o outro dessa forma belicosa, querendo ou trazê-lo para o nosso lado ou ignorar sua contribuição por considerarmos fundamentalmente menor do que a nossa, quando não simplesmente eliminá-lo, entramos de cabeça no que há de pior na tradição. A guerra, a aniquilação, a morte. Não sabemos conviver. Retirando da Grécia antiga o fragmento “de todas as coisas a guerra é pai, de todas as coisas é senhor, a uns mostrou deuses, a outros, homens; de uns fez escravos, de outros, livres” (HERÁCLITO, 1991, p. 73) para os dias atuais, podemos compreender o conflito como parte integrante da vida. Por outro lado, a falta dele é tão nociva quanto seu excesso.

Num suposto universo no qual a estruturação da área filosófica brasileira estiver em curso, os pares se digladiarão respeitosa, alegre, cooperativa e, porque não, destrutivamente, pois esse último não seria mais o *modus operandi*, apenas mais um dentre tantos:

Em nossa cultura patriarcal, estamos sempre prontos a tratar os desacordos como disputas ou lutas. Vemos os argumentos como armas, e descrevemos uma relação harmônica como pacífica, ou seja, como uma ausência de guerra – como se a guerra fosse a atividade humana mais fundamental (MATURANA; VERDEN-ZÖLLER, 2004, p. 39).

Para que isso ocorra, uma série de comportamentos precisam ser repensados, estruturas institucionais precisam acomodar outros modos de pensar, outros modos de avaliar, de estudar, outros currículos etc. Convém respeitar as ideias do próximo, concomitantemente a nossa, promovendo a autoestima intelectual – que nada mais é do que o respeito a nós mesmos –, a representatividade – o respeito do meio para conosco –, a ousadia – o respeito a nós mesmos em conflito com o próximo, buscando com isso dar a nossa contribuição na representatividade – e a humildade – a harmonização com uma representatividade que nos reflete em parte para que assim possa refletir o coleguinha.

Não há uma área coesa, nem nos habituamos ao termo filosofia brasileira, pois, dentre outras coisas, não nos lemos, logo não falamos com convicção de nós, apenas dos outros. Achamos que diz sobre nós de onde quer que seja, na crença de que a filosofia é universal, mas na hora de escolher onde estudar, opta-se naturalmente por Sorbonne e não pela federal. Fala-se o biquinho francês e o rasgado gutural alemão e ficamos sem jeito de mencionar “brasileiro”. Não à toa, não queremos sair do conforto da patota, do conhecido GT, pois lá temos alguma vizinha. Ali ocorrem minúsculas filosofias que, somente com acolhimento e enfrentamento poderão se juntar ao coro da tragédia tupiniquim.

3.5 Dever de casa feito

O terceiro texto que dá prosseguimento ao debate traz pela primeira vez um professor especialista no assunto. Os anteriores são referência em seus respectivos nichos, mas este se dedicou a escrever e estudar o tema da filosofia brasileira já há bastante tempo. Cabe ressaltar que o estudo da filosofia brasileira surge na maioria das vezes de um ímpeto pessoal do pesquisador, digamos assim. Ele quase sempre não verá nos cursos de formação, mas em sua trajetória particular, como não poderia ser diferente, haja vista que não temos uma comunidade

acadêmica plenamente estabelecida, com disciplinas, teses e pesquisas que se dediquem ao assunto.

É uma pesquisa, senão solitária, sem o respaldo institucional esperado, por exemplo, de um trabalho em Kant ou sobre a justiça. Não à toa, somente em 2021, foi criado na Anpof o Grupo de Trabalho de Pensamento Filosófico Brasileiro. Lembremos que em 2016, nessa mesma instituição, se questionava a ausência de uma área no Brasil para pensar seu pensamento filosófico (SAFATLE, 2016). Se a concretização de um GT só ocorreu cinco anos depois, o trabalho da Anpof não.

O início do texto parece inclusive uma pergunta respondendo a Safatle (2016), um mês e meio depois. “Como então vamos finalmente fazer filosofia no Brasil? Se depender do incentivo da Anpof, vamos sim” (CRISÓSTOMO, 2016a). Ele usa o próprio órgão para falar sobre filosofia brasileira. O papel que ela propõe na discussão de ideias contemporâneas com a comunidade acadêmica e a sociedade no geral é visto por ele como um ato para “filósofo de verdade” (CRISÓSTOMO, 2016a), ou seja, não precisamos que alguém nos diga como fazer e como pensar, podemos nós mesmos traduzir a realidade e transformá-la como acharmos necessário, com as ferramentas que dispomos e com as que ainda criaremos.

Nesse sentido, a Anpof faz a ponte entre a academia e a sociedade, bem como se questiona, enquanto parte integrante tanto da sociedade, como da academia. Sim, filósofos comem, dormem, pagam contas, são trabalhadores, são desempregados, são explorados e estudam e pesquisam e ensinam. Este meio que também é um fim me lembrou uma amiga se perguntando se um crítico de arte deveria ser uma artista. Ele pode comentar sem conhecer os meandros internos da criação artística?

Em matéria de Anpof, estamos fazendo filosofia ou comentário e crítica? Com seu desenvolvimento, cuja Coluna é uma das principais consequências, em direção a um anti-hermetismo, a filosofia é convidada a retornar aos primórdios, aos clássicos do ato de filosofar: a troca de argumentos publicamente. Nesse sentido, a filosofia feita é uma autofilosofia, que critica a realidade ao mesmo tempo em que se critica, por não estar apartada do objeto criticado:

[...] em nossos cursos, orientações, teses, produções ou encontros voltamos-nos, com jeito de filósofo, para ‘a experiência contemporânea com sua complexidade de problemas’, enquanto ‘contexto singular de nossa experiência’, e para ‘temas políticos, econômicos, culturais e científicos do nosso tempo’? Ou, ainda, quando em nosso fazer filosofia jamais empreendemos uma ‘interlocução com a sociedade, a ciência, a cultura e a arte’? Não é disso que se trata? (CRISÓSTOMO, 2016a)

Há, pois, uma originalidade no modo de tratar o assunto filosófico. Diga-se de passagem, tardou para acontecer. De tarde a manhã, uma hora o sol raia. Essa ousadia do retorno

ao lugar de origem, coletivizando o debate, seja por se utilizar de uma página de internet e de um órgão “oficial”, seja pela linguagem e temas abordados, tem colocado parte da filosofia a dialogar com a contemporaneidade, em vez de se encerrar no claustro acadêmico. Como o *modus operandi* não é esse, cabe apenas inventar como agir. Invenção essa que não é do nada, mas um processo de não se isolar mais, falando e pensando o que urge no meio que nos rodeia.

Sendo assim, um comentário autoral sobre filosofia não é também filosofia? Em seu livro sobre o conceito de crítica no romantismo alemão, Walter Benjamin (1993, p. 74) faz uso de uma noção em relação à arte, mas que pode nos ajudar a compreender o questionamento anterior. Diz ele: “Na medida em que a crítica é conhecimento da obra de arte, ela é o autoconhecimento desta”. Ou seja, criticar a obra é fazer a obra, fazendo-se.

Trazendo para nossa discussão, o comentário pode até ser sobre filosofia, externo e analista, mas ele também pode ser filosófico por nos arremessar no meio do questionamento. Não podemos ser imparciais e universais ao refletir sobre nós mesmos, ainda que flertemos com o universo. Em outras palavras, pode-se fazer filosofia ao comentar a filosofia, à medida que comentamos algo e simultaneamente nos comentamos, a saber, por sermos parte do comentado – a contemporaneidade, a sociedade, as mulheres, os negros, os brasileiros etc. – nos deixamos ser perpassados pelo comentário.

Ser parte integrante da crítica dificulta muito a imparcialidade. O crítico tem não só a responsabilidade por interpretar a obra como em ser um agente de mudança. Ele pode agir apenas interpretando? A rigor, sim, mas ao interpretar interpretando-se, no mínimo ele se transforma no processo e uma pessoa dali sai alterada. A diferença entre fazer ou não fazer parte pode ser um golpe de Estado.

Reflexão hipotética: hoje teve uma tentativa fracassada de golpe na Bolívia (G1, 2024). Fiquei pensando nos militares em confronto com os manifestantes. De longe vê-se os dois grupos: uns armados, outros não. Imparciais, racionais e categóricos, diríamos que os militares prevaleceriam, pois se um cabo e um soldado podem tomar o Supremo (CNN BRASIL, 2024), o que se dirá de um batalhão inteiro?

Mesmo o povo sendo maioria, uma metralhadora pode matar muitos civis e amedrontar outros tantos. Do nada, sem tempo para treinamento, nem estratégia, não haveria como a população resistir. Foi quando pensei que o mesmo soldado que atira tem na multidão sua família, seus amigos, a si mesmo, pois ele não é uma entidade diversa do povo, só o braço armado do mesmo corpo. Claro que isso não impediu uma infinidade de golpes, nem digo que tenha sido a causa do último fracasso, apenas que aumenta o custo do conflito quando ele

acontece entre próximos, quando não descaracterizamos a contraparte envolvida, quando nos reconhecemos na dobra do mesmo folhetim social.

O filósofo como o mais capaz, como o rei, está à parte do povo, ele comanda, não é comandado. E cada aluno de filosofia, cada professor que acredita nisso, só o faz por crer que também será um dos senhores, nunca um dos escravos. Comentar como autocomentar traz o gesto filosófico para a prática, para a praça, para a efervescência dos acontecimentos. Portanto, não pode ser perfeita. Ser parte e não todo permite inclusive que sejamos melhores, críticos, sem perder de vista o meio, as pontas soltas, tudo do todo que não alcançamos. Dá-nos pertencimento e insuficiência de pertencer por completo. Menores não somos dignos de antemão a governar. Ninguém dentro da lógica diminuta é. O governo se ocorrer não poderá advir com justeza das próprias mãos pequenas, sem legítimo alcance para tal. Nada mais hipócrita do que fazer a lei para todos quando ela só beneficia poucos, ou seja, o filósofo não pode eleger-se a si mesmo.

Essa é, pois, a primeira parte da breve coluna de opinião. Ela exalta a iniciativa da Anpof, enquanto expõe que esse gesto não é nem esperado, muito menos conhecido dentre a comunidade (a Coluna tinha nem seis meses de existência à época) e, por essa e outras razões, precisa ser enaltecida: continuem o bom trabalho. No dia a dia, não é bem assim. Há muita desconfiança com o que se faz aqui no Brasil no tocante à filosofia. Por aí começa a segunda parte:

Fazemos mesmo filosofia? No mais das vezes, não, não fazemos. Ou pelo menos ainda não de modos com que a proposta da Anpof possa prontamente contar. Na minha percepção, é ainda a mesma e velha história: fazemos predominantemente filosofia apenas como leitura passiva de Autores de filósofos históricos, eurocêtricos, canônicos, sempiternos, ou tomados como tais (CRISÓSTOMO, 2016a).

Lamentavelmente o que propõe a Anpof ainda é isto: uma proposta. Qual o senso comum do filósofo? Um solitário velhinho branco de toga branca fazendo careta, olhando para cima contemplativamente. Hétero, cis, grego. E na prática? Nas escolas e nas universidades, a impressão que se tem da disciplina é parecida, à exceção de que talvez quem esteja proferindo filosofices, usasse boina ou fumasse um cachimbo, vestindo blazer num púlpito na sala de aula. Não parece haver diversidade de rostos nem de temas, e a suposta imparcialidade dá de cara com respostas similares a tantas outras. Ironicamente, a teoria e a prática se confundem, sendo o senso comum muito adequado para representar a realidade nessa área que historicamente rechaçou a verdade das sensações em detrimento da razão.

Estamos deveras presos ao passado, ao que disseram os mestres. Jamais estaremos à altura deles, cabe nos contentarmos a parafraseá-los, reproduzi-los e vigiar para que as novas

gerações façam o mesmo: “Bem aquilo que Kant aponta como não fazer filosofia: conhecer um sistema filosófico inteiro, até de cor, e entretanto absolutamente não filosofar e não saber filosofia” (CRISÓSTOMO, 2016a).

O “encosto” mencionado faz analogia a essa relação parasitária do passado conosco. Essa ideia de passado é alimentada dia após dia, tese após tese redundantemente. Mantemos vigorando aquilo que nos diminui. Ratifico, o passado não nos diminui, ele está nos diminuindo à medida que não nos alavancamos a partir dele, continuando os passos pisados, refazendo o caminho feito. Somos vítimas da síndrome de Estocolmo, amamos aqueles que sequestraram nossos espíritos.

Concordo que o texto pontua, critica, mas propõe também. Termina como começou. Se a Anpof faz sua parte, qual a parte dos demais discentes, dos docentes e da sociedade perante a filosofia? Reconhecer o problema é parte fundamental, concomitantemente a ter coragem para encará-lo. *Sapere aude*, como aparece nesta coluna. O bom e velho: mete a cara! “‘fazer filosofia será sempre fazer filosofia contemporânea’, não importa quão, como ou se apoiados na contribuição de autores que nos antecederam, eventualmente discutindo com eles, tomando-os a contrapelo, inspirando-nos nele, fazendo algum uso deles” (CRISÓSTOMO, 2016a – grifo meu).

Ao ousar filosofar, corremos o risco inerente à vida, ao pensamento autoral, ao desconhecido. Fazer filosofia contemporânea é olhar para o lado, para nosso vizinho, nossa comunidade e tentar oferecer uma contribuição. Podemos estudar escolástica e autores estrangeiros pouco afeitos ao Brasil, porém fazemos isso como filósofos subalternos que somos, vitimados e encostados. Todo empenho de interpretação e tradução partem do agora, de onde viemos, logo tem seu quinhão na contemporaneidade.

Podemos ser outras coisas, mais do que o espelho insiste em mostrar. Estudar nossa casa com auxílio além-mar ou só entre nós. Estudar além-mar com auxílio além-mar, mas sempre partindo de onde? O bom filho a casa torna! Podemos na folha em branco escrever com tinta-sangue dos colonizadores e dos colonizados e excluídos a história de nossos avós e dos nossos filhos. Se depender do incentivo deste pequeno texto, vamos sim.

3.6 Filosofias de ultramar

Apenas uma quinzena após seu primeiro texto, o professor Crisóstomo teve publicado outro na Coluna Anpof, no qual se refere diretamente às contribuições do professor Mangabeira Unger. Professores comentando professores é uma das formas prediletas de se fazer filosofia. Se a estrutura é usual, o conteúdo não, pois o que temos é um brasileiro falando de outro brasileiro. Banal, mas espantoso e afrontoso, quando o esperado era que um brasileiro vertesse escritos sobre estrangeiros.

Fazer um caminho diferente e criar novas possibilidades passa por fazer algumas concessões. Não se inventa tudo de uma vez, ou seja, alguns passos tendem a ser parecidos, senão iguais, aos anteriores. Seja por covardia, seja por prudência, não podemos precisar todas as transformações que as revoluções causam, logo não é de todo mal ir com cautela, principalmente quando a tradição nos vem a calhar, trazendo para o palco das discussões autores historicamente ausentes.

A parte que gostaria de abordar no texto gira em torno dos qualitativos empregados, em especial quando o Crisóstomo (2016b) nomeia Unger de filósofo brasileiro ultramar. Bem, não há dúvidas de que aquele filósofo considera a existência de uma filosofia brasileira. Com todas as críticas possíveis, meio aos trancos e barrancos, ela está lá, um pontinho no oceano do pensamento, coabitando com a alemã, com a francesa etc.

Por que ultramar? Traz à tona o livro de 94 do professor Paulo Eduardo Arantes, da USP, cujo título chama-se *Departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana* (uma experiência nos anos 60). Ultramar, por sua vez, é um termo usado em Política Internacional, em História, em Geografia, por exemplo, significando os territórios de um país além de suas fronteiras terrestres. Denominam tanto as colônias, locais com grande ingerência política da metrópole – o que conhecemos na pele aqui no Brasil –, quanto territórios com alto grau de autonomia interna.

A noção de territórios de um Estado no mar não é absurda. Pensemos em um composto por ilhas, p. ex. o Japão. Muito menos a proximidade da capital é condição *sine qua non*, haja vista a distância de Brasília às cidades do interior do Rio Grande do Sul, muito maior do que países inteiros. Ultramar, como brasileiro em filosofia, demarca uma posição, uma diferença. Não é exatamente como esses daqui, pertence, sem pertencer? Nessa geopolítica, o que ultramar significa?

Os países que possuem territórios ultramarinos são Reino Unido, França, Espanha, Portugal, Holanda, Estados Unidos, Nova Zelândia, Dinamarca, Austrália e Chile. Enquanto este último é detentor da Ilha de Páscoa, os demais, em particular os seis primeiros, têm no nome ultramar as chagas do chicote e dos grilhões literais, comerciais e sociais da exploração desenfreada do imperialismo. De modo que, ao se referir à filosofia da USP como mais um território além-mar francês, Paulo Arantes salienta o exímio caráter descritivo, as leituras minuciosas, bem como a subserviência de pensamento à metrópole.

A comparação entre Unger e o que Paulo Arantes, nas palavras de Crisóstomo (2016b), chamou de “professores brasileiros sem sotaque estrangeiro, o Departamento de Filosofia da USP, por exemplo, que se tornou matriz formadora da filosofia acadêmica brasileira, já foi apelidado, ao reverso, de departamento francês de ultramar” salienta não só mais esse encosto colonial em nosso comportamento, quanto à estranheza em se reconhecer produtor e, por que não, exportador de conhecimento.

Agora, em relação a Unger e sua suposta filosofia brasileira ultramar. Primeiro em relação ao autor, façamos uma breve checagem do que o qualifica para o gentílico em questão. Ele tem cidadania brasileira, garantida pelo nascimento no Rio de Janeiro e pela mãe, também cidadã brasileira. Morou na adolescência e juventude no Brasil. Depois de alcançado o prestígio intelectual, foi convidado em duas ocasiões para assumir o cargo de ministro de Estado de governos brasileiros.

Pensando do ponto de vista dos detratores de uma filosofia nacional, Unger tem domínio da língua em seu português com sotaque de quem morou na infância e mora há anos nos Estados Unidos. Sua ascendência estrangeira por parte de pai, bem como a infância e toda sua carreira acadêmica em solo norte-americano demonstram a influência determinante cultural e social alhures. Além do mais, a tradicional universalidade da filosofia o permite, senão prescindir do gentílico, ao menos transitar por eles. O que faz algo ser?

Não seria descabido qualificar Unger enquanto brasileiro por todas as características acima mencionadas. Não há um modelo de brasileiro ao qual podemos comparar para ver se encaixa ou não, mas uma série de identificações individuais e aceitações do meio possibilitam uma determinada pessoa ou coisa ser socialmente isso ou aquilo. Em matéria do teor de seus textos nem sempre versam diretamente sobre a realidade brasileira, mas podem ser bem adequados a ela:

Ao fim e ao cabo, embora o *Self Awakened* não mencione expressamente o Brasil, ainda assim pode ser tomado como uma elaboração filosófica que corresponde ao ‘romance de um futuro nacional’ brasileiro, aquele das preocupações centrais de Unger. Uma elaboração com pontos de contato com o pensamento brasileiro [...] (CRISÓSTOMO, 2016b).

É, pois, esperado que alguém nomeado de filósofo X, brasileiro ou estrangeiro, ela ou ele trate de filosofia e de X direta ou indiretamente. Trocando em miúdos, seria dizer que os assuntos abordados em sua obra estão vinculados às questões daquela realidade específica ou seu modo particular de tratar um tema – seja realmente uma nova metodologia, ou mesmo um conceito autoral – tem alguma relevância naquela determinada localidade. Tanto uma quanto ambas as condições implicam que, ainda que o(a) filósofo(a) provenha de alhures, sua filosofia poderia ser X.

Unger se adequa ou se adapta às hipóteses sem ofender demasiadamente o esperado. Refiro-me às contribuições relevantes de um docente sob o prestígio de Harvard, de teses que podem até não estar imediatamente relacionadas ao contexto brasileiro, mas que podem também estar se nos empenharmos. Afinal, por que não nos empenharíamos?! Queremos estar próximos de Unger, pois, além de seus valiosos escritos, é-nos conveniente tal aproximação, o que não ocorre com qualquer um, com qualquer uma.

Como disse, há uma série de características que garantem o uso de um gentílico. O que determina seu emprego na filosofia de Unger? Seria um novo modo de pensar, um jeito tupiniquim na América do Norte, assim como o jiu-jítsu japonês reinventado no Brasil e hoje admirado e copiado mundo afora? Uma grande criação conceitual, como em educação bancária, por Paulo Freire? Ou está mais para uma decisão do próprio filósofo por se enquadrar assim? Ou mesmo uma decisão externa a si que achou conveniente rotulá-lo desse modo?

O que o diferencia para singularizá-lo, o que ele representa para identificá-lo por brasileiro? Os contrários ao uso do adjetivo em filosofia gostam de dizer: é um filósofo, e basta. De fato, aparentemente, se ele só falasse de temas universais, a saber, substantivos simples como a verdade, a justiça e o bem, em vez de a verdade nacional, a justiça africana e o bem dos homens, que mal faria a não utilização de gentílicos? Sem uma diferenciação, como saber se algo é isso ou aquilo? Sem traços que tragam suspeita, como sugerir culpados ou inocentes?

Naturalmente que quanto mais apagada estiver a pegada, mais exigirá do caçador. Afinal, nem todos os passos no chão devem ser aparentes. Alguns se escondem por si só, outros são escondidos. A ideia de uma filosofia brasileira ultramar implicaria suspeitar que haja algo dos tantos brasis ali, ainda que forcemos isso. Pensando na lógica dos Estados-nação, um país dominado por outra nação é visto pelo dominador como parte de seu território. E para o dominado? Como ele se insere nessa dinâmica?

Se você pudesse escolher, o que mudaria em você? O que insistiria em deixar como está? Em 2013, houve um plebiscito em que a população local das Malvinas, ou Falklands,

votou se permanecia um território ultramarino inglês ou se tornava parte da Argentina. Embora as ilhas estejam no Atlântico e muito mais perto da Casa Rosada do que do Palácio de Buckingham, a voz de ampla maioria disse *yes, we stay* (G1, 2013). Ah, mas quem trocaria Inglaterra por Argentina? É melhor estar perto dos fortes ou dos fracos? Se eu perder um pouco de liberdade no processo, talvez valha a pena. Esse foi o caso da Escócia, que também optou por permanecer como parte do Reino Unido (BBC, 2014).

Completamente diferente foi o caso das ex-colônias espanholas nas Américas e mesmo do Brasil. A metrópole, que já não era essas coisas, foi preterida, não sem conflitos e resistência por parte das elites autóctones e ultramarinas. E mesmo aqueles territórios sob a gestão das mais poderosas e ricas nações, alguns deles pelo menos, romperam com a relação exploratória além-mar, o caso de Estados Unidos e Haiti, possessão inglesa e francesa, respectivamente. Inclusive, ontem mesmo, a Nova Caledônia entrou em convulsão social por discordâncias radicais com sua administração francesa ultramar (EHL, 2024).

A adesão ou não de um território ultramarino é deveras complexa, levando-se em conta critérios militares, geopolíticos, culturais e econômicos. A precisão da proveniência de um pensador pode não ser tão difícil assim, mas tem seus desafios. A gente só finge que é simples. Por vezes parece bem óbvio, por vezes bem intrincado, com interesses pessoais, envolvendo prestígio profissional e financeiro, e até governamentais.

Somente a possibilidade de termos um filósofo ultramar soa como uma reparação histórica, sendo ele brasileiro, é praticamente um tapa na cara dos opositores externos e internos da autoestima do pensamento descolonial. Mais do que certeza absoluta, é um risco assumido em se dizer de tal e tal maneira. Tomar uma decisão é optar pela imperfeição necessariamente. É perceber que se não decidirmos, talvez não saíamos do lugar ou, pior, alguém decida por nós. É fazer uma escolha por permanecer em casa, onde quer que estejamos.

3.7 Turistar e viajar em filosofia

Aquela semaninha morta antes do natal, só esperando as festas de fim de ano, motivou mais um texto de referência. Mais uma dobra, mais uma área limítrofe a ser explorada. Em vinte de dezembro, apenas quatro dias após a última coluna, temos pela primeira vez um “especialista” no assunto nacional que provém de outra nacionalidade. De onde ele parte é tão importante quanto onde ele está ou aonde quer chegar? É o atravessamento de tudo que conta?

Nascido em solo argentino, Cabrera se doutora em Córdoba, e como os caminhos da vida são repletos de entroncamentos, ele se aposenta pela Universidade de Brasília. Embora a área filosofia brasileira não esteja plenamente estabelecida (SAFATLE, 2016) – haja vista que sua própria existência é colocada, muitas vezes, em xeque – em sua pequenez de participante, não é a presença mais usual ter um filósofo não identificado pelo título de brasileiro falando sobre tal tema. Temos sim professores que exerceram boa parte de sua carreira no exterior, como Mangabeira Unger e Márcia Schuback, mas ambos são reconhecidos enquanto oriundos daqui, no máximo filósofos além-mar (CRISÓSTOMO, 2016b).

Todavia, seu possível lugar de incômodo foi consciente. Ele por ele mesmo, em sua página virtual, relatou que não consegue “trabalhar docilmente em áreas já constituídas” (CABRERA, 2011a). Perfeito, está em casa. Não sozinho, pois temos também bons exemplos de filósofos de outras nacionalidades escrevendo o Brasil, como Vilém Flusser e Ernst Tugendhat (2005, p. 152). Eles moraram por anos aqui, lecionaram, pensaram os brasis aos quais se depararam, suas diferenças e similaridades com outros territórios: “Tomemos um exemplo como Kant. Vamos encontrar na Alemanha uma coisa similar ao que creio que se encontre no Brasil. Pensa-se que é importante entender como é conectada cada coisa com cada outra coisa em Kant”.

Há muitos modos de estar na filosofia, a depender de onde se parte e para onde se encaminha. Do nosso ponto de vista às vezes não notamos o quanto estamos parados, ou rápidos demais, o quão diversos somos e o quão pouco diferentes nos tornamos. Para isso convém sair do marasmo, seja viajando, turistando ou mudando de país. O importante é se mexer, ver o mesmo por outro ângulo:

Por exemplo, pessoalmente tenho a experiência de que, quando tenho que dar uma conferência numa boa universidade norte-americana ou inglesa, as pessoas me fazem perguntas que são realmente difíceis para mim. Na Alemanha, isso me acontece muito pouco; os alemães ainda têm uma certa tendência para, quando querem falar na discussão de uma conferência, fazerem como uma conferência própria, e isso não é muito produtivo. Enquanto que os ingleses têm essa maneira de fazer perguntas muito precisas, e muito relevantes para o desenvolvimento da conferência mesma. [...] Me ocorreu muito no Brasil, nessa viagem, que as pessoas simplesmente fazem uma pergunta que na verdade tem apenas uma associação com alguma coisa que eu disse, e só isso. Ora, isso não é uma pergunta e não pode levar a uma verdadeira dialética ou argumentação (TUGENDHAT, 2005, p. 150-151).

Até uma coisa tão simples como o ato de perguntar pode ser encarado de diversos modos, o que se dirá de coisas enormes que tenhamos dificuldade de enxergar o todo. Logo, vem bem a calhar uma visão de fora. Têm algumas sugestões que só pode oferecer quem vê de longe. Um não pertencimento aliado à mudança, pois aponta, compara e critica sem se

machucar, haja vista que a princípio não diria respeito a si. A tão almejada imparcialidade e, por conseguinte, a objetividade encontram nesse cenário terreno fértil.

Portanto, o importante é se distanciar para pensar? Você pode pensar na distância, como pode pensar na proximidade, inclusive desde o que há de mais próprio, pode pensar-se. Dependendo da situação, inclusive, é esperada determinada postura. Andando pela rua, por exemplo, um singelo olhar de um estranho te poupa de ir a uma entrevista de emprego com a braguilha aberta. Um colega te lembra de ir àquela reunião. Conforme o contato aumenta, melhora a perspectiva para certos detalhes, piora a de outros, como se compartilhássemos da mesma cegueira. Amigos nos aconselham a não mandar mensagens a ex-romances e familiares a colocar seu filho nesta ou naquela escola, pois conhecem sua realidade e ousam saber o que é melhor para você, o aconselhado.

Sabemos que isso não existe. Ninguém pode dizer com precisão o que é melhor para outra pessoa, nem para si, muito menos para a coletividade. É tudo um ato de ousadia mais ou menos prudente. Um planejamento, uma atitude e sorte! Todavia, a responsabilidade para com o gesto reflete parte do nosso empenho em agir. Se o estranho tem pouco a perder ao doar sua opinião, o parente não.

Aprendemos muito com os movimentos sociais nos últimos anos, em especial no que se refere ao tão famoso lugar de fala. Esse local social que apregoa precisamente a parcialidade, que trata de um lugar de proximidade, de um local de não distância:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes, consequentemente da hierarquia social.

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Negros têm lugar de fala para tratar sobre negritude; mulheres, sobre aborto; brasileiros, sobre filosofia brasileira. Não tão somente, mas um local privilegiado. Dali se vê melhor, se sente na pele. São questões que dizem respeito, são próximas, partir de um local de proximidade afirma uma experiência singular que nem sempre foi considerada. Ao invés, privilegiava-se a distância, sua imparcialidade, agora é a mesma contaminação do próximo que se almeja, pois o viscoso dá viço. Busca-se pelas imperfeições, brechas, veredas. O entroncamento não é claro, mas é nosso, e, por isso, dá voz. Naturalmente, não é possível todo mundo falar ao mesmo tempo e, por que não, que fale quem foi calado, fale quem tem experiência vivida, antes do saber estudado. Principalmente, o lugar de fala não surge para silenciar, muito pelo contrário,

é um instrumento que amplia discursos, que não possibilita se ausentar das consequências do que se pensa, enfim, que nomeia a responsabilidade ao pensar.

No que tange à filosofia brasileira, graças aos deuses ainda não sofremos violência física, apenas epistemológica ao sermos padronizados, silenciados, menosprezados ao generalizarmos tudo o que acontece nos brasis filosoficamente como só mais uma perna (manca) da filosofia (eurocentrada). Responder pela brasilidade na filosofia nesse contexto não significa essencializá-la, mas buscar o calado dos tempos num discurso feito sob medida para restringir: “[...] para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados ‘estrangeiros’. Os judeus são ‘outros’ para o antisemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários” (BEAUVOIR, 1970, p. 11).

Recapitulando, qual é a situação em jogo? Filósofos, pesquisadores, intelectuais que se interessaram pelo outro de sua realidade. Uns que não sofreram na pele como sofremos o encosto colonial, esse espírito obsessivo que insiste em nos lembrar o quão outro da metrópole ainda somos, nossa submissão epistêmica a ela. Entretanto, cada um oferece o que tem, Tugendhat provém diretamente do berço do eurocentrismo, Flusser está fugido da guerra. E temos nosso irmão sulamericano Cabrera, o autor do texto a comentar, ou seja, teve seu quinhão nas mãos do carrasco da colônia: “O projeto colonial compreende-se como um projeto de mortandade calçado na produção do desvio existencial e da aniquilação de saberes” (RUFINO, 2019, p. 68).

Todos os três têm sua origem em outra língua, outras terras, e falam de um lugar de fala diverso, porém se identificam com os entraves e veredas da discussão ao não se furtarem à responsabilidade da parcialidade, viajando, morando, enfim, experimentando em teoria e prática a problemática nacional. Além do mais, a necessária distância de um lugar de fala os coloca em posição privilegiada para pontuar aquilo que temos deixado despercebido, resquícios da corrente de pensamento.

É, pois, preciso uma boa dose de pertinência e uma pitada de impertinência para fazer como fez Julio Cabrera. Começa que ele sugere ao professor Haddock-Lobo que ele desconhece sobre o que diz a respeito do tema, indicando-o leituras. Há de convir ser relativamente comum um docente indicar para outro, até publicamente, autores diversos dos que supostamente motivaram o texto. Todavia, a mera suposição de desconhecimento sugere que as fontes usadas foram inadequadas, bem como o julgamento pelo uso delas, ou seja, faltou instrução apropriada.

Ora isso é trabalhar para reforçar o estereótipo de que o saber do outro está aquém do meu. Suas dúvidas são incipientes, falta chão para você pisar. Mais do que mera picuinha

acadêmica, o que temos aqui é a defesa da tese de um especialista em relação a outro, menos ou nada especializado. Trocando em miúdos, é dizer que minha opinião especializada é mais relevante do que a sua. Faço uma autopergunta: o que faço é por considerar melhor ou diferente? Explico-me: se faço qualquer coisa, é por considerar que é melhor do que fazer nada, entretanto almejo com isso ser melhor ou propor outra solução (melhor). Sim, sempre melhor, mas o foco não é na melhoria, mas na diferenciação para a melhoria. Isso parece tirar um peso do resultado, que sempre existirá. Seguir pelo caminho da diferença, sem diferir por diferir – isso seria improficuo –, mas diferir para acrescentar mais um ponto ao conto, para fazer a roda girar, sem mais nem menos do que ninguém, sem necessariamente ser melhor, embora vaidosos que somos, se melhor for, assim seja.

A valorização do especialista é importante, mas não é a única, nem talvez a mais relevante sobre o tema. Pelo contrário, a hierarquização entre aquele que sabe e aquele que não sabe é o que tem de mais tradicional na área, de modo que, a princípio, se o professor Julio Cabrera pretende introduzir algo de novo, e ele vai, parte de um viés batido, gasto e um tanto repressor. A discordância é bem-vinda, mas a partir do momento que não há consideração sobre o que se discute do outro lado, as oposições se perdem, prevalecendo uma única maneira de lidar com a questão.

Ratifico, devem haver posicionamentos contrários sobre o mesmo tema, mas indicar pouca leitura sobre o assunto numa coluna de opinião respondendo a outro colega não passa de insistir nas “relações de filiação”, nas quais “os não pertencentes ao grupo simplesmente não existem, não são levados em conta, falam línguas estranhas, fazem ‘tudo errado’ e (este é um clássico) não leem direito” (SAFATLE, 2016).

O próprio Cabrera (2011b) reconheceu que “[...] tem-se a ideia de precisar-se de um longo ‘preparo’ para gerar um pensamento próprio. Fala-se em ‘etapas’; uma primeira de aquisição de conhecimentos, uma segunda de elaboração, e, finalmente, uma de filosofia original e própria”. A ideia de escadinha do saber reforça não um projeto didático, mas de pré-requisitos de valoração, cujos conteúdos necessariamente recebem a chancela de determinados autores. Isso não significa dizer que tudo é igual, muito menos que dedicação não seja esperada, bem como muitas leituras. Suponhamos que Rafael não tenha lido tal e tal autor. Ainda assim, Rafael jogou bola, Rafael ouviu música, Rafael sofreu por amor, Rafael leu outros autores e tudo isso desenvolveu uma consciência crítica capaz de fazer do mundo seu grande livro. O ponto é desconsiderar outras tantas experiências, inclusive teóricas, para embasar a argumentação. A adesão a novos modelos de pensamento exige que consideremos nossa contribuição, por mais relevante que seja, uma apenas dentre tantas.

Muito embora, diga-se de passagem, o professor Cabrera (2016) menciona ter apreciado o texto inaugural da Coluna Anpof e o uso do termo filosofia no Brasil. Para ele, filosofia brasileira é “muito mais comprometedor”. A primeira coisa que me vem à cabeça é por quê? O que há de comprometido no gentílico? Talvez melhor fosse dizer que somente chamar assim não especifica o que de Brasil ocorre com a filosofia. Para justificar o que disse, ele começa indo direto ao ponto:

A minha tese central é que a não ocorrência de um filosofar autoral no Brasil vem produzida pela própria lógica interna da produção filosófica brasileira. O obstáculo não é externo, mas interno. Creio haver uma profunda contradição endêmica entre a reclamação por um filosofar próprio que nunca chega, e a adoção de um paradigma de produção filosófica que, precisamente, bloqueia esse filosofar.

Ou seja, não se trata de existir ou não filosofia brasileira, mas sim da autoralidade nela. O desenvolvimento da filosofia aqui está contido por esse contexto em que ela acontece. De modo que, por mais que tornar o Brasil adjetivo não seja o suficiente para o filosofar, esse ato subentende uma característica que norteia seu modo de agir em diferença a outro. Este tal paradigma que bloqueia envolto ao substantivo – nada por acaso, quiçá tenha sido feito exatamente para bloquear – também categoriza, hierarquiza, dividindo para conquistar, bem como seu contraponto, o traço da resistência. A meu ver, é exatamente esse acompanhamento o adjetivo que precede e antecede filosofia.

Resumindo, não há filosofia sem seu respectivo complemento, ele só não está explícito por vezes. Caso contrário, seria acreditar ou em sua universalidade, todos são tão somente Filosofia, ou em nossa incipiência, não há filosofia brasileira, pois ela não cumpriu o pré-requisito para existir, o que não é o caso: “O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos [...] e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 124).

Há de se perguntar, portanto, como proceder diante daquilo que antecede e precede, seu modo de atuar. O professor Julio Cabrera tenta identificar essa estrutura, por exemplo, na necessidade de conhecimento prévio da tradição eurocentrada. Somente pela instrução com eles, pelos comentários deles, isto é, pelo aval deles virá nossa redenção criativa, deixando de ser críticos para sermos criadores. No dia em que o opressor, mesmo tratando-se de opressão epistêmica, der a liberdade de bom grado, estaremos todos mortos e eis o paraíso. Nossa liberdade intelectual precisa ser conquistada, isto é, inventada.

Ele critica propondo mudanças concretas, postura incomum nesta nossa área. Sugere a adesão a um cânone filosófico diverso, incluindo-se autores latino-americanos e de nosso

passado nacional. Cita nomes dos quais não se escuta nada nos *curricula* acadêmicos brasileiros. É justo concordar, não tem como ser diferente fazendo tudo igual. Portanto, urge repensar a formação de nossas crianças grandes e pequenas. Dizendo-me com quem andas, eu te direi quem és, a saber, lendo outros, considero outros, me aproximo do diverso, me torno diverso diante do universo.

Todavia, Cabrera (2016) invoca a diferença – ora! – diferenciando filósofos precisamente ao utilizar gentílicos. O receio sensato de não se dirigir ao ufanismo não deve nos confundir, recusando o uso de uma ferramenta terminológica que está aí, que pode nos ser útil. Se o termo está gasto, podemos ressignificá-lo, podemos lidar com a imprecisão, em vez de desconsiderá-lo. Até porque, há vantagens claras: é acessível, todos reconhecem que uma disciplina mais a palavra brasileira trata de algo a ver com o Brasil. Além do mais, carrega uma história nossa, gostando ou não, e a aproxima de tantas outras disciplinas: literatura brasileira, canto brasileiro, economia brasileira etc. Cabe cautela, vigília, muita crítica. Convém lembrar que o não uso pode também compactuar com a universalidade que, sabemos (CABRERA, 2016), não passa de eurocentrismo disfarçado, isto é, será que deixar de dizer filosofia brasileira, vai impedir que a Filosofia deixe de ser filosofia eurocêntrica?

Especificamente ao se referir a brasileiro, parece-me tão comprometido quanto tantas outras palavras na língua. Mais uma vez, é modo corrente na área a limpeza do campo. Trabalhar com utensílios gastos poderiam dificultar as coisas, melhor seria adquirir novos. Abrasileirar a filosofia pelo gentílico vincula a mãe de todas as ciências a patriotismos, história, nação e política, decerto, mas também a senso comum, a outras disciplinas de humanas, a currículos, ementas... e não é isso o que estamos defendendo? Uma alternativa ao *status quo* filosófico, ao *establishment* erudito, uma que fale mais a nossa língua, nossas questões e de nossos *hermanos*?!

Queremos, todos que acreditam no serviço prestado pela Anpof, em especial sua Coluna, tirar das bibliotecas da casa grande os excelsos debates, tornando-os menores, isso significa, acessíveis, democráticos e públicos. Diminuto não em relevância, apenas *más pequeño*, sem tanta pompa. A história tradicional não convidou o agreste, como também a senzala ficou de fora, o gineceu se manteve à parte e a aldeia nem foi descoberta, mas invadida. Em busca de uma voz no cenário filosófico, alguns autores têm optado pela ressignificação do termo filosofia, rompendo com “a fé universalista, que leva a recusar o reconhecimento dos efeitos particulares” (BOURDIEU, 1989, p. 127) para se trabalhar com filosofia africana, com filosofia feita por mulheres e pelos povos originários, por exemplo. Todas essas atitudes colocam em xeque a compreensão mais usual de filosofia, trazendo novas referências e novos atores à cena.

Por conseguinte, utilizar-se do termo brasileira em filosofia apresenta mais um particularizador, mais uma voz provinda do silêncio forçado, das vielas, dos becos, de locais múltiplos de onde não é esperada. Se ele diz tanto que pouco ou nada diz, talvez seja a falta de uso, falta exatamente morar no esgarçar dos tempos, absorvendo na teoria a sujeirinha que dá viço às palavras, o ranço que outras disciplinas do pensamento menos prudentes e mais corajosas têm ao incorporar nelas o gentílico.

Trago à discussão Nancy (1991, p. 2-3 – tradução minha e grifos no original), que certa vez perguntou a alguns colegas sobre o que viria depois do sujeito. Sobre o sujeito filosofia, e seus os acompanhamentos, notem o que ele nos diz:

Estes nomes não têm referência simples e absoluta, nem pertinência, mas seu significado não é vazio. A divisão etnonacional da “filosofia” (línguas, culturas, instituições etc.) exigiria uma análise muito longa e complexa. Esta coleção de ensaios não propõe nada disso. A este respeito, propõe simplesmente, ao mesmo tempo *sob* o nome e *sobre* o nome de ‘francês’, uma espécie de exercício prático.

Estes agrupamentos também são identificados por nomes ‘teóricos’, cuja pertinência não é menos problemática. Diz-se ‘filosofia analítica’, por exemplo, o que leva a uma concepção errada tanto sobre a diversidade de tipos de ‘análise’ com que lida, como sobre a variedade de preocupações lógicas, linguísticas, éticas, estéticas e políticas dentro da influência ‘anglo-saxã’. Diz-se, por outro lado, ‘pós-estruturalismo’ – que, neste caso, é uma designação barroca, porque nunca houve *um* estruturalismo e porque aquilo de que ele trata não veio ‘depois’, nem como ‘posteridade’. Além disso, o que esta palavra pretende abranger é igualmente de uma diversidade muito grande. Mas a natureza mais que insuficiente destas denominações é em si um testemunho da linha de ruptura – cujos traços são complexos, sinuosos, às vezes difíceis de compreender, múltiplos ou apagados.³⁰

A complexidade não é motivo para não criticar, nomear, demarcar e resistir. Não encerra a questão, mas possibilita encaminhamentos. Seguimos adiante adquirindo novos hábitos de leitura, acessando a teorias, a autores antigos e atuais ainda desconhecidos por nós, porém isso somente não basta. Como Cabrera (2016) disse, há um paradigma que impede o aflorar autoral brasileiro. Logo, antes de ler, pergunto: como ler? Se a sugestão do professor for acatada ao pé da letra, incorreria em um aumento considerável de conteúdo. Como faremos isso enquanto comunidade? Aumentaremos a quantidade de períodos obrigatórios na graduação, as ementas

³⁰ *These names have no simple, absolute reference, nor pertinence, but their meaning is nonetheless not void. The ethnonational partitioning of “philosophy” (languages, cultures, institutions, etc.) would require a very long and complex analysis. This collection of essays proposes nothing of the kind. In this regard, it simply proposes, at once under the name and on the name “French,” a kind of practical exercise. These ensembles are also identified by “theoretical” names, the pertinence of which is no less problematic. One says “analytic philosophy,” for example, which leads to a misconception about both the diversity of kinds of “analysis” with which it deals, and the variety of logical, linguistic, ethical, aesthetic, and political preoccupations within the “Anglo-Saxon” domain. One says, on the other hand, “post-structuralism” — which, in this case, is a baroque designation, because there has never been one structuralism, and because what it deals with did not come “after,” nor as a “posterity.” Moreover, what this word claims to cover is similarly of a very great diversity. But the more than insufficient nature of these denominations is itself a testimony to the line of rupture-whose traces are complex, sinuous, sometimes difficult to grasp, multiple, or effaced.*

serão acrescentadas desses autores ou apenas continuaremos com optativas esporádicas a fim de maquiarmos a permanência do projeto em curso?

Querendo ou não, volta-se para a questão das nacionalidades. Isso não me parece possível de prescindir, no âmbito dos livros disponíveis na estante. Qual a melhor maneira de lê-los, quais lê-los, quem fica ao alcance das mãos, quem vai para as prateleiras mais altas? Não há ser sem ente, não há Filosofia, só filosofias e suas respectivas proveniências. Não é uma essência, é um sujeito presente:

Mas esta também é uma questão: *quem é quem?* Não é ‘O que é quem?’ – não é uma questão de essência, mas de identidade (como quando alguém pergunta diante de uma fotografia de um grupo de pessoas cujos nomes você conhece, mas não os rostos: “Quem é quem?” – este é Kant, aquele é Heidegger, e este outro ao lado dele...). Ou seja, uma questão de presença: quem está *aí*? Quem está presente *aí*? (NANCY, 1991, p. 7 – tradução minha e grifos no original).³¹

Decidiremos quais autores ou autoras lermos, não somente baseados em seus textos *per se* como se eles mesmos não fossem carregados de adjetivos e tantas marcas pré-textuais. Leremos e conversaremos sobre e com mais autoras, mais escritores de origens latino-americanos, africanos, asiáticos, o que quer que isso signifique, porque essas características indicam uma diferença e um apagamento histórico que ética e filosoficamente podem acrescentar muito a formação acadêmica brasileira. Nessa arrumação é possível darmos conta que: há filósofas e filósofos fora da estante porque os mesmos não eram considerados enquanto tais e de que outros que nela estão precisarão ceder lugar a outras leituras.

Na livraria de Cabrera (2016), a filosofia enquanto exclusivamente brasileira estaria na seção nacionalista. É inegável que esse espírito patriótico foi imiscuído por muita filosofia feita cá. Convém mencionar o que acontecia no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em especial no referido tema:

O acontecimento histórico que ensejou a guinada ideológica da geração de intelectuais do ISEB foi a Era Vargas. Foi sob o espírito do nacionalismo varguista que aqueles jovens que vieram a compor o Instituto tomaram o Brasil como problema teórico central. Aos filósofos do grupo coube abordá-lo por uma articulação conceitual mais geral, de fundo, partindo da questão sobre a realidade nacional (MEDEIROS, 2024).

Mesmo hoje, é uma pauta tomada por um viés conservador, muito relacionada à direita política brasileira. A título de nota, hoje, dezoito de julho de dois mil e vinte e quatro, ao procurar por filosofia brasileira no buscador da Google, as três primeiras entradas são: “História

³¹ *But this is also a question: who is who? It is not “What is who?” – it is not a question of essence, but one of identity (as when one asks before a photograph of a group of people whose names you know but not the faces: “Who is who?” – is this one Kant, is that one Heidegger, and this other one beside him?...). That is to say, a question of presence: Who is there? Who is present there?*

da Filosofia no Brasil - RESUMO”, do Brasil Paralelo; “História da Filosofia no Brasil”, do Wikipedia; e “Filosofia no Brasil”, do Mundo Educação. Temos, pois, em ordem decrescente de relevância, uma página de conteúdo aberto e voltada a alunos do Ensino Médio e Fundamental, cujo autor do verbete é conhecido; uma enciclopédia virtual de conteúdo aberto, voltada para um público jovem e adulto, cujo autor do verbete é desconhecido.

Cabe mencionar que meu navegador Google Chrome estava sem personalização, ou seja, os resultados da pesquisa não levam em conta minhas atividades na *internet*. Por outro lado, considera a língua e o país em que me situo, de modo que nas mesmas condições, os resultados serão os mesmos. Portanto, o algoritmo Google apresenta o *site* Brasil Paralelo como primeira entrada para informar sobre filosofia brasileira em âmbito nacional.

Por que esta colocação de tanto destaque? As razões não estão totalmente disponíveis aos usuários, porém podemos elencar com certeza algumas: financeiras, a página em questão pagou para isso, e técnicas, a página preenche corretamente os parâmetros para identificar este endereço na busca, como boas palavras-chave, navegabilidade – facilidade de transitar pelo *site* –, utilização de hipertextos e imagens etc.

Para quem não sabe, o Brasil Paralelo (2024) é:

Somos uma empresa privada de jornalismo, entretenimento e educação. Transmitimos produções originais, filmes e desenhos de grande sucesso em nossa própria plataforma, além de programação gratuita em canais digitais abertos. [...] Os temas variam entre história, ciência política, filosofia, arte, atualidades e economia, dentre outros. Não recebemos nenhum tipo de financiamento de partidos, políticos, movimentos, leis etc. Desde a fundação da empresa, nunca recebemos e nunca receberemos nem mesmo um real do dinheiro público. Nossa receita advém da venda de assinaturas de conteúdo para os nossos Membros. [Sua missão é] Resgatar bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros. [Sua visão é] Ser o ecossistema de maior influência cultural do Brasil. [Seus valores são] Verdade, Liberdade, Arte, Ambição, Meritocracia, União, Diplomacia.

A despeito de como ele próprio se descreve, seu conservadorismo de direita teve boa aceitação durante o governo Bolsonaro (ZANINI, 2021) e ainda hoje se insere no contexto educacional (PALHARES, 2024) de Estado. Não à toa se deparou com um crescimento de faturamento em 335% em 2020 e atualmente conta com mais de 400.000 assinantes, mais 3,6 milhões de inscritos no canal do Youtube, mais de 6 milhões de seguidores nas redes sociais somadas e está presente em 100% dos estados brasileiros, conforme informa a empresa.

Coincidência ou não, ao clicar na referida entrada, a matéria que aparece questiona se “Existe uma filosofia brasileira?” (BRASIL PARALELO, 2022). De modo que, não serão os acadêmicos da USP, nem grandes nomes do passado que primeiramente sobressaem no debate com a sociedade curiosa no geral, mas uma plataforma de 2016 cujo conteúdo inspira desconfiança. Sendo assim, é legítimo trazer à tona essa discussão sobre o nacionalismo e junto

com ela as reminiscências de um passado ditatorial que insiste em bater à nossa porta. Paralelamente, trabalhos como o da Coluna Anpof, entre outros, de dialogar com mais pessoas, torna-se vital para ocupar responsabilmente a ágora.

A fim de evitar essa confusão, e melhorar a arrumação das prateleiras, Cabrera (2016) desmembra a filosofia brasileira em mais outros dois termos: filosofia no Brasil e desde o Brasil. Temos, portanto, uma filosofia brasileira focada tanto em ser filosofia que se perde na localidade, incipiente talvez, certamente sem o rigor da imparcialidade. Agora, quando o professor trata dos comentadores brasileiros de filosofia, por exemplo, e ele não fala necessariamente mal deles (CABRERA, 2014), vincula-se mais precisamente ao que ele nomeou de visão empírica ou factual. Uma filosofia feita no Brasil, sob o pressuposto do conhecimento prévio da tradição, a exegese dos textos clássicos, certa aceitação internacional e rica em conteúdo de acordo com o padrão-ouro da universalidade. Muito por isso, desvinculada da realidade que a rodeia.

Por fim, ao se referir à autoralidade, o pensador Cabrera (2014, p. 28) propõe uma visão histórico-existencial, pela qual o filósofo constrói sua obra com ou sem o respaldo da tradição. Preocupado em descrever, aprofundar e atravessar os diversos pensamentos e contextos, sem perder de vista a proveniência:

O ‘desde o Brasil’ não é apenas uma referência nacional, mas uma circunstância existencial-histórica, vinculada à particular configuração do mundo que fazemos quando o vemos desde a América do Sul e não desde a Etiópia ou o Canadá. Nomes como ‘Brasil’, ‘Israel’ ou ‘Paris’ não aludem, pois, a nações, mas a perspectivas de organização do mundo. Embora faça algum sentido declarar que, num mundo globalizado, a ideia restrita de nação se dilui, pode ser falacioso dizer que a globalização suprime perspectivas e circunstâncias a partir das quais essa globalização vai ser vivida e pensada.

Para o professor, a dificuldade em se reconhecer autoral filosoficamente está íntima e paradoxalmente relacionada tanto à ideia de Brasil quanto à sua negação. Faço-me mais claro, retomemos a noção de uma filosofia desde o Brasil. Trata-se de estar em uma localidade ao mesmo tempo em que a abandonamos. Presença e ausência convivem. Mal comparando, um estrangeiro aberto às possibilidades de outro país. Em viagem, o visitante se aproxima de outra localidade sem abandonar a sua, mantendo viva em si a tensão.

Contudo, se ele for demasiadamente um turista, a passeio, ele estará fora, mas sem experienciar todos os desafios e desajustes, isso significa dizer, sem abrir mão de seu conforto. Por outro lado, se for empático demais à realidade, sua experiência prévia e contribuição singular perdem valor para aceitar passivamente as práticas e costumes da nova terra: “o

problema com o turismo e a empatia é que ambos tendem a eliminar a pluralidade” (BIESTA, 2013, p. 123).

Ora, tanto um quanto outro são válidos, a depender da situação. O viajante hipotético inclusive pode passar alguns dias ou até morar longe de casa por muitos anos, o ponto é abraçar seu deslocamento, seu desenraizamento, a hospitalidade e os ultrajes recebidos, o recusado e o afirmado como sua riqueza plural. É estar e não estar dentro de um lugar de fala:

Formo uma opinião considerando um dado tema de diferentes pontos de vista, fazendo presentes em minha mente as posições dos que estão ausentes [...] não é uma questão de empatia, como se eu procurasse ser ou sentir como alguma outra pessoa, nem de contar narizes e aderir a uma maioria, mas de ser e pensar em minha própria identidade onde efetivamente não me encontro (ARENDT, 1972, p. 175).

Falar desde um lugar, portanto, é poder criar e ousar para além do que prevê e, em certo ponto, determina a tradição. Para Cabrera (2014), o que se conhece por Filosofia, ou o modo tradicional de produzi-la, ele denomina de Acervo T. Esse tão apregoado não lugar tem origem, vêm de países específicos, com cor de pele, gênero e sexualidade bem definidos. O modelo da tradição de fazer é adotar a proveniência da universalidade, que desemboca na imparcialidade, na racionalidade, ao mesmo tempo em que nutre seus antônimos, para enfim combatê-los e sufocá-los.

O Acervo T é mais uma vez um gesto de clareza. É a explicitação do encosto colonial epistêmico que coloca antolhos em “ex-colônias” para que mirem somente a metrópole. Mesmo sem a explicitação da nacionalidade, sua ocultação refletida em universalidade, faz parte do jogo da dominação. Criação de opostos, hierarquizando-os, o universal em detrimento do regional: “O conflito é elemento estruturante da lógica colonial. O desejo em expurgá-lo talvez nos indique uma obsessão, uma transposição do processo religioso bem *versus* mal, próprio das tradições judaico-cristãs” (RUFINO, 2019, p. 49).

E embora da regionalidade para a nacionalidade seja um pulo, me pergunto se também não perigamos negar o arriscado, caindo novamente nas garras da universalidade velada. Concordo que neste texto de Cabrera (2014) suas decisões para fugir à temática nacional fazem sentido para não localizar por demais a filosofia, tornando-a nacionalista, quiçá ufanista. É meritório também seus detalhamentos da tradição e a criação de conceitos, porém discordo que para colocar em prática a circunstância existencial-histórica, desde o Brasil, seja necessário negar ou quem sabe transcender a problemática nacional:

Assim, ela não nega a existência de múltiplas formas, mas a reivindicação de uma possibilidade como sendo a única credível. Dessa maneira, a mesma opera como Yangí, se reconstruindo a partir dos cacos despedaçados, e também como Enugbarijó, engolindo tudo que há para restituir de maneira transformada (RUFINO, 2019, p. 77).

Esse *modus operandi* da tradição de limpar o campo para depois plantar, de diminuir o outro, por não ter lido o bastante ou certo, mesmo trabalhando com outros autores, falando de outros assuntos, até escrito por outras nacionalidades, tende a nos levar de volta para a mesma subalternidade ou adiante ao extremismo nacional, precisamente o que queremos combater. Isso porque não é negando a nação que ela deixará de estar aí, nem trocando banana por maçã se a fruteira estiver apodrecida. Há de se mudar o método.

Caso contrário, podemos assistir de camarote a discussão sendo apropriada por projetos mal-intencionados, como a camisa verde e amarela foi por muitos anos. Defender o uso do termo brasileiro é reconhecer seu nacionalismo e o perigo em volta, em vez de fugir dele. Nomear é um ato complexo e ambíguo, chamando brasileiro o nacionalista, bem como a historiografia repleta de comentários e a capacidade autoral. Por fim, falar desde o Brasil não é outra coisa senão ter que lidar com o Acervo T, em reconhecê-lo até onde ele se esconde. É falar no Brasil, mesmo fora dele, é nacionalizar-se, porque o mundo é político e tem seus interesses, sem ignorar a arbitrariedade disso tudo. Abraçando o caos para que ele nos consuma e fortaleça.

3.8 O primeiro nome na filosofia

Dois dias após a elucubração do professor Julio Cabrera sobre filosofia no Brasil, saiu a contribuição à questão da professora Carla Rodrigues. Como de praxe, ela pontua algumas falas anteriores e, posteriormente, dá seu veredicto, digamos assim. Seu papel aqui encerra o primeiro ano de discussões sobre o tema na Coluna Anpof, ao mesmo tempo em que inicia um viés que, a meu ver, é decisivo para se pensar uma filosofia brasileira: os silêncios históricos das mulheres.

Convém mencionar que falar de brasileira em filosofia é falar a partir de um silenciamento. Sendo assim, cada um dos filósofos que se pronunciou tocou em diferentes aspectos silenciados. Seja pela falta de representatividade da proximidade em relação à América Hispânica – no caso de Cabrera (2016) –, seja pela desqualificação ou falta de confiança entre colegas do departamento ao lado – no caso de Safatle (2016) –, seja até a incapacidade de se esboçar uma autodeterminação, visão turva ao olhar no espelho, distorcida, pois reflete traços coloniais – no caso de Haddock-Lobo (2016) –, seja o que for, há um mal-estar em existir filosoficamente.

A pensadora não perde tempo. Traz dados alarmantes ao referir-se à discrepância na porcentagem de mulheres e homens na comunidade filosófica. Como resultado dessa diferença, em soma a todo um cenário desfavorável, uma estudante tem 2,5 vezes menos chances de chegar ao topo da carreira docente (ARAÚJO, 2020b). Também acusa o uso de patronímicos nas referências acadêmicas como privilégio masculino e critica a reformulação do cânone proposto por Cabrera ao não incluir sequer uma mulher.

Essa postura direta ressalta a emergência da luta para simplesmente acontecer em matéria de pensamento: “Não apenas nós não existimos, mas também não existem as autoras que, quando lemos, precisamos primeiro afirmá-las como parte da história ‘universal’ da filosofia, e não meras pensadoras de ‘problemas de gênero’” (RODRIGUES, 2016). Nesse sentido, a situação das mulheres na filosofia não se difere do restante da sociedade, surpreendendo um total de zero pessoas o abismo em comparação com os homens.

A reprodução do modelo opressor ocorre nas atitudes mais banais, na qual uma mísera citação revela no hábito o apagamento histórico da identidade materna. Citando apenas o primeiro nome, decisão de Carla Rodrigues nesta coluna, corre-se o risco de particularizar de menos, já o uso exclusivo do sobrenome, como de praxe, não afirma uma voz feminina. Em outras palavras, Carlas há muitas por aí, Carla Rodrigues apenas uma na filosofia até então, entretanto, ao dizer só Rodrigues, remete-se à imagem de um suposto homem. Se o sobrenome em teoria pode se referir tanto a um quanto a outro gênero, na prática Carla defende que a história tratou como se os autores fossem homens tão somente, isto é, o gênero masculino não precisa estar marcado, pois é pressuposto, em contrapartida o feminino necessita de explicitação. Na dúvida, é Carla, é Rafael.

Às vezes, não dizer diz muito. Trago um caso emblemático, agora em plenas Olimpíadas, onde podemos analisar o subentendido na ausência do termo. Neste evento mundial, entre cem números de atividades esportivas, o futebol é disputado. Cada país, se apto, pode enviar suas equipes masculina e feminina, contudo o Brasil não conseguiu classificar a primeira, sendo assim sua seleção de futebol feminina é a representante maior do futebol brasileiro internacionalmente no momento. O cenário estabelecido que favoreceria boa parte das atenções no país sobre o tema foi contrastado com uma simples busca avançada no Google.

A data é vinte e nove de julho de dois mil e vinte e quatro e a hora é meio-dia. A palavra procurada é “futebol”, sem marcador de gênero, o único idioma da pesquisa é o português e o único local de notícias é o próprio Brasil nas últimas vinte e quatro horas. As matérias em destaque são: “Rival do Cruzeiro, Boca Juniors contrata jogador de adversário do Atlético”, “Atlético empresta Fábio Gomes a rival de time brasileiro na Libertadores”, ambos do portal

No Ataque, e “Ramón vê Corinthians completamente diferente: ‘Torcida tem que ficar feliz’”, do *site* do UOL. Esta última saiu faz quatorze horas.

Além de as três principais notícias sobre futebol serem exclusivamente sobre o time masculino, o chocante nisso tudo foi que em menos de um dia atrás o Brasil perdeu para o Japão, de virada, após os quarenta e cinco do segundo tempo. Ora, como algo tão impactante não está sendo comentado fervorosamente e, ao invés, a felicidade corintiana está em voga? A divisão do esporte em feminino ou masculino e sua representação ou não nas Olimpíadas são bem menos relevantes diante da tradição de um só.

Entendo também que há atitudes concretas dispostas a combater essa realidade. Ontem no bar, pude escolher, vejam só, se assistia ao Japão e Brasil jogado por mulheres ou Fluminense e Bragantino, por homens. Isso significa que a grande mídia reconhece a existência da modalidade desportiva, a tal ponto que ela se torna precificável. Há um valor monetário incluído nessa existência. Afinal, homens e mulheres estão no sistema capitalista deste lado do globo, isto é, devem se tornar produtos a fim de serem comercializados.

O preço para existir aparece, logo de cara, no olhar triste do garçom ao ver a minha escolha e, em seguida, na conta, pois não são todos os botecos que prestam esse tipo de serviço. A similaridade do esporte e da camisa verde e amarela não surtem tanto efeito quanto a popularidade da contraparte para homens. Dois pesos, duas medidas para atividades bem próximas. Um fenômeno aparentado acontece na economia, em que produtos para mulheres são mais caros do que para homens, ainda que em pouco se diferenciem.

Para o professor Fábio Mariano Borges, um produto ter praticamente as mesmas características de outro não impede a monetização diferenciada. Em sua pesquisa, ele mostra que: “As mulheres pagam, em média, 12,3% mais caro por produtos idênticos aos direcionados ao público masculino, ‘apenas por serem rosa’” (ESPM, 2017). Ainda que elas cheguem a representar 65% do mercado consumidor (BORGES, 2017) e são atualmente mais da metade da população brasileira (IBGE, 2023), ou seja, “há um número muito maior de mulheres no consumo, o que na verdade provocaria um preço mais competitivo para as mulheres, uma vez que a alta demanda reflete numa produção maior e numa consequente otimização dos custos e preços” (BORGES, 2017).

A despeito de tudo isso, faz sentido a tristeza do proletariado ao não conseguir ver seu jogo em pleno domingo de trabalho. A própria diferença entre os gêneros não se construiu do dia para a noite e com ela a tradição que a sustenta. Nessa dimensão, o atendente tinha expectativas que foram frustradas. Ele perdeu seu time para ganhar um país que, naquele momento, a princípio, não foi reconhecido como seu. O feminino não faz parte da concepção

tradicional futebolística. Por essa razão, muito embora a tradição seja parte constituinte de uma sociedade com seu conjunto de normas, hábitos e cultura ao longo do tempo, a construção de um novo modo de viver em comunhão passará por muita quebra de paradigmas indispensáveis.

Portanto, a tradição é um modo natural e até desejável de convivência. Para onde formos, onde estamos, no trabalho ou em outro Estado, há crenças de como ser e agir. Concordamos, discordamos, esperamos ou não por elas, mas sempre a partir delas. Simultânea e paradoxalmente ao seu caráter natural, ela é fruto de uma naturalização, a saber, de uma arbitrariedade. Não podemos prescindir do arbitrário costumeiro e de seu esquecimento enquanto tal. Dentro dessa lógica, expectativas serão criadas e deverão ser criticadas, em certa medida. Inclusive, alguns apagamentos e ocultações são parte integrante da formação da tradição. Daí os subentendidos do contexto, as omissões não sentidas para uns, feridas abertas para outros. Querendo ou não, as pessoas se afeiçoam aos conceitos e às coisas familiares que as rodeiam, apelidando-as, simplificando-as, até por fim estabelecendo um processo de naturalização.

Em outras palavras, dá-se um esquecimento de tanto uso, uma cegueira pela proximidade rotineira. Não há pensamento, só ação; sem criação, só reprodução. Não há como ser diferente, pois não é viável existir sempre a questionar. Convém bastante dose de automatismo. Eis que aí mora o perigo do qual não podemos prescindir.

No que tange a não marcação do gênero, ao mencionar docente Rodrigues, sem artigo nem nada, temos poucas informações sobre quem se fala, apenas o que a tradição nos legou. Deve ser proveniente de país ibérico, Rodrigues, e da academia, docente... o que mais? O menor percentual de participação feminina na área nos sugere provavelmente tratar-se de um homem. Acontece que esses números nos oferecem a realidade nua e crua, não o porquê ela está assim nem se precisa permanecer desse jeito.

Ratifico, o fato de haver uma tradição é um acontecimento natural, humano se preferirem, que se constituem por meio da naturalização de diversos fatores. Isso nos leva à infeliz constatação de que arbitrariamente não consideramos a mulher a ponto de nem haver sentido expressá-la linguisticamente no referido contexto. Mal comparando, seria dar nomes a objetos inexistentes. Qual o sentido disso? Sem a possibilidade feminina, não faz sentido marcar o termo ao referir-se a futebol. Não há relevância nessa distinção no mais das vezes, ao menos dentro dessa lógica machista. No caso dos sobrenomes, ocorre algo semelhante: não se marca, pois não era marcação relevante que trouxesse a novidade ao discurso hegemônico.

Daí o silenciamento, pois lida-se como se fosse zero as poucas, quiçá muitas, que ali havia, mas que não estavam aos pés do padrão-homem, isto é, não representavam bem os

valores masculinos que se deseja perpetuar. Com uma particularidade sinistra. Voltando ao esporte “bretão”, dizer futebol sem adjetivação não implica em generalizar para o futebol jogado por mulheres. Inversamente significa dizer, não me furto à generalização, apagamento puramente: futebol é coisa de homem. Já em filosofia, a ausência da marca do feminino se reveste da universalidade: filosofia é coisa do universal (pelos padrões do homem).

Antes de dar prosseguimento, algumas pontuações são bem-vindas. A universalidade a qual me refiro, não são os temas que atravessam eras e ainda nos incomodam, mas a negação de sua regionalidade, do particular, da proveniência interessada desse universal. A generalização que seca o úmido que escorre entre as brechas dos mais variados povos. A racionalidade que encerra o equívoco, o achismo e a ousadia em sua precisão. Para o universo sem o particular e seus adeptos, não importa se Rodrigues é homem ou mulher, mas sim seu conteúdo. Da mesma forma, não é prático apresentar o termo feminino a toda hora. Poderia inclusive parecer enfadonho, demonstrar insegurança de seus usuários, inútil se pelo contexto apreende-se a distinção.

Ora, se essas críticas têm um fundo de verdade, se os discursos perdem em dinamismo, ou o contexto chega a revelar o gênero e o conteúdo é realmente de suma importância, ainda assim, e daí? Não é possível desconstruir sem destruir, sem construir. Sem quebrar algumas pedras, não será possível repensar em teoria e gesto nossas atitudes. Na solitude do sobrenome, ganha-se em dinamismo, mas perde-se a oportunidade de fincar o pé, decidindo por dar outras caras e gêneros à universalidade que tradicionalmente é um eufemismo para a supremacia masculina.

Ao assumir isso, incorro em certa hipocrisia, pois faço parte dessa história do lado do opressor. Contudo, as potencialidades dessa discussão para tratar de filosofia brasileira não permitem me privar de sua abordagem. A teia malévola que coloniza, explora, oprime e mata têm muitos fios pegajosos que nos prendem. O machismo pega carona no racismo e na homofobia, por exemplo, compondo um projeto que vem de tempos e de muitas nuances, no qual o universal é pretexto para exercer a exclusão de uma infinidade de singularidades.

Nesse sentido, não é de se espantar que Julio Cabrera (2016) não sugira na recomposição do cânone filosófico a ser estudado em nossas universidades nenhuma mulher. Nem que a crítica ao marcador de gênero advenha primordialmente de quem nunca precisou marcar o seu, considerado o padrão. Essas e outras tantas dinâmicas se aproximam ao que Derrida (1991, p. 253) nomeou de metafísica: “mitologia branca que reúne e reflete a cultura do Ocidente: o homem branco toma a sua própria mitologia, indo-europeia, o seu *logos*, isto é, o *mythos* do seu

idioma, pela forma universal do que deve ainda querer designar por Razão. O que não é de modo algum pacífico”.

Nós, os homens, resolvemos crescer pela dominação dos outros e, especialmente, das outras. Impomos aos nossos e exportamos o padrão-homem de qualidade. Em filosofia não seria diferente. A filósofa Carla Rodrigues (2016) deixa bem explícito ao descrever sua contribuição ao cânone, que o universal não pode prescindir de um posicionamento localizado e, portanto, interessado. Para tal, ela apresenta as questões ratificando sua proveniência: feitas por mulheres, por filósofas e que são oriundas de nacionalidades específicas.

Tratam-se de pensadoras que não pensam de qualquer maneira, mas ao modo da filosofia: “um modo mais amplo e radical da experiência de nossa cultura, de nossa sociedade, de nosso tempo”, nas palavras de Rafael Haddock-Lobo (2016), citado por Carla em seu texto. Não são seres abstratos sem corpo, elas não têm esse luxo, pois a todo momento são lembradas de sua corporeidade excluída dos *curricula*. Urge, pois, o ato de resistência ao afirmar o gênero, regional, concreto. E, por fim, partem de realidades distintas, mais ou menos colonizadas, mais ou menos afetadas pela religião e demais efeitos sociais, logo justifica-se o uso de gentílicos para singularizá-las.

São tantos nomes que nos fazem refletir: onde elas estavam? Por que não as estudávamos? Nem ao menos ouvimos falar da maioria. Qual a justificativa para não as estudarmos atualmente? Como a própria Carla Rodrigues (2016) nos diz: “Uma filosofia que não é feita só por homens é uma filosofia que pode abrir mão da relação entre patronímico e falo-logocentrismo”. Uma filosofia que pode ser mais ampla sem que isso signifique ser menor, por mais contraditório que pareça.

Ela pode abrigar mais gente, mais diversidade e, portanto, mais pensamentos cujos conhecimentos não partem dos Mistérios, a saber, não sendo vetada aos muitos para ser posse de uns poucos. Não se sustenta mais o argumento de que só pode haver um. A sobrevivência comporta a morte e não depende da aniquilação do outro. Não se trata de trocar seis por meia dúzia, mas ampliando o cânone filosófico femininamente, ainda que com isso se retire alguns influentes pensadores másculos, pode somar mais do que manter a conta equilibrada.

É, contudo, notável, que isso possa gerar incômodos. Desde tempos imemoriais até hodiernamente, o que se destina à maioria, é considerado ruim, mas o que caberia aos poucos; bom. Dentro dessa dinâmica, o grupo dominante se considera o escolhido, os bem-aventurados, os iniciados, afinal, somos os protagonistas de nossas próprias histórias, logo a ele cabe a maior parte deste latifúndio. Esse grupo é o homem. Seus heróis são homens, seus pensadores são homens, seu método é homem.

Na lógica do nós contra eles, o grupo hegemônico pode pensar, pode dizer, pode existir, fora dele qualquer existência trabalharia para ferir a sua. Frágil, defende-se o falso embate ao não lidar com a diferença. É o que Vladimir Safatle (2016) refere por problema da filiação, briga entre compadres. Por causa disso, não consigo pensar em qualquer mudança sincera sem uma dose de eles contra nós, de luta contra o opressor, reforçando alguns sentidos em detrimentos de outros. Cuidando sempre para não apenas inverter a mesma moeda.

Parece-me que Carla Rodrigues é de posição semelhante, concluindo seu artigo de opinião com otimismo e reconhecendo o bom trabalho da pós-graduação da área na UFRJ. Ela enxerga boas transformações. De fato, o mundo muda para todos, mas a mudança ocorre diferentemente para cada um. Para cada grupo, cada nação, cada língua tem sua cruz para carregar. Em nosso caso, não obstante, se observa que a filosofia feita cá nem sempre se coloca de modo singular, para dizer o mínimo. Ela que tem vestígios primordiais da Invasão (Descobrimento), assume nuances por vezes estrangeiros à causa própria, demasiado teórica da questão alheia, denotando inclusive certo desconforto ao tratar de assuntos ditos não oficiais, pouco metafísicos... em bom português, do povo.

Lembremos que os muitos, aqui similar ao povo, é rechaçado pelo cânone filosófico (e seu melhor exemplo temos em Platão) há tempos. Os muitos poderiam ser tomados como os não escolhidos. Aquele não poder que se confunde com não dever, isto é, não deveriam estar aqui:

O método da dialética é o único que procede, por meio da destruição das hipóteses, a caminho do autêntico princípio, a fim de tornar seguro seus resultados, e que realmente arrasta aos poucos os olhos da alma da espécie de lodo bárbaro em que está atolada (PLATÃO, 1987, p. 347).

Portanto, para resistir, é necessário encontrar os que foram deixados de lado, será preciso retornar e reconhecer a lama. O barro criativo e estranho. De volta, logo constatamos que os brasileiros são os muitos da filosofia, os coadjuvantes na discussão do universal. Se pensarmos pela mesma lógica, as filósofas seriam as muitas dos filósofos. Os filósofos da torre de marfim apontam os falsos, os equívocos, as verdades, eles dão encaminhamentos importantes, sim, mas sob essa égide também foram pouco engajados com suas próprias exclusões. Estava tudo na mais perfeita ordem deles, reproduzindo na academia a opressão que acontece na sociedade:

Será a transposição dessa tradição para o contexto das relações raciais que torna impura a dimensão filosófica dessa obra? E se assim for, resta alguma esperança para a filosofia, a menos que ela se envolva ativa e precisamente com tal impureza?

Na mesma linha, quase todas as filósofas feministas que conheço já não trabalham num departamento de filosofia (BUTLER, 2004, p. 245 – tradução minha).³²

Diz o ditado que a necessidade faz o sapo pular, e talvez tenha sido o horror que fez a sociedade e a academia alçar vôos mais ousados. Talvez tenha sido a margem que estreitou o fluxo tradicional do rio. A filosofia que tanto endossa o espanto, propulsor do saber, fica desconfortável com o feminino, alarmada com estranhos em sua vizinhança. Pelas portas fechadas, elas ou debandam para outras paragens ou ficam sem a visibilidade que merecem.

Ratifico, a disputa entre nós e ele(a)s, ocasionando na eliminação de um pelo outro, está no fundamento da própria filosofia ocidentalizada. Platão convidou gentilmente os poetas a saírem da cidade, não sendo possível a mútua convivência. Ele mostrou como sair da caverna, impossibilitando o retorno sincero de quem quer voltar, com o pretexto da falta de compreensão. Caro Platão, sempre haverá ruído no discurso, isso não pode ser condição para a falta de convivência, de representatividade, sem correremos o risco de manter incólume uma postura segregadora e elitista.

Nossas filósofas estão aí, do seu lado, naquela zona empoeirada e de difícil acesso nas bibliotecas, nos rascunhos engavetados das ementas, nas colunas de opinião. Estão nas novas pós-graduações e nas antigas não retrógradadas, estão nas outras áreas que compreenderam a potência do discurso feito por mulheres.

E g., este ano, após *influencer* norte-americana viralizar, rasgando elogios a Machado de Assis, o canal de notícias G1 traz uma reportagem com um levantamento dos principais escritores brasileiros por Estado (TENENTE, 2024a). Especialistas em literatura brasileira foram procurados e elegeram para o Rio Grande do Norte a filósofa Nísia Floresta e seu livro *Conselhos a minha filha*. Conta-se numa mão quem ouviu falar dela nas graduações e pós-graduações em filosofia no Brasil. Em suma, a literatura consegue reconhecer o valor desta obra, a filosofia não. Não adianta se perguntar pelas mulheres se elas não puderem ser vistas onde elas estão.

O mesmo se aplica à filosofia brasileira, como podemos encontrá-la, se não conseguimos vê-la. Não há modelos, não há escritores, escritoras, temas... Pensar a questão da filosofia em Brasil, em brasis, é reconhecer a pluralidade da questão em outras tantas, em pautas

³² *Is it the transposition of that tradition onto the context of race relations that renders the philosophical dimension of that work impure? And if so, is there any hope left for philosophy unless it actively engages precisely such an impurity?*
In a similar vein, nearly every feminist philosopher I know is no longer working in a philosophy department.

feministas, por exemplo, que ratifiquem a voz das excluídas, calando com isso o homem que há em nós, em mim.

4 AS FILOSOFIAS BRASILEIRAS QUEREM FILOSOFAR

4.1 Comento logo existo

Após um primeiro ano de Coluna Anpof, o ano de 2017 não desiste em debater sobre a temática, da qual se origina esta tese. Como se notou até então, não há um consenso sobre o que quer dizer filosofia brasileira. Inclusive, essa nem é a maior preocupação, pois convicções distintas que convivem poderiam se destruir e construir mutuamente. O cerne da questão está na sua existência, ou necessidade de existência, ou não. Somente após isso estar solidificado que podemos pensar o que fazer com tal existir. Por essa razão, no dia um do mês do carnaval, temos novamente uma publicação de Crisóstomo, retomando o argumento de Rafael Haddock-Lobo, Vladimir Safatle, Julio e Carla.

Como um resumo para refrescar a memória, ele menciona os demais, se detendo principalmente em um dos quatro, já explicitado desde o título da coluna dele. Sua escolha pelo texto de Safatle (2016) não foi mero acaso, mas sim tem por objetivo criticar, dentre todos os outros, aquele que mais se aproxima da opinião canônica da área. Entre os filósofos profissionais, é a posição mais senso comum, em suas palavras, *mainstream* (CRISÓSTOMO, 2017).

Concordo com essa posição do filósofo, o que espero ter deixado mais ou menos claro no capítulo “A quem interessa a filosofia brasileira”. Entretanto, cabe aqui algumas colocações, se não ao Safatle propriamente, ao comentário crisostomiano. A crítica da crítica, diga-se de passagem, é outro modo corrente de habitar na filosofia, do qual não me furto. Ratifico, endosso as ideias em sua maioria, até esta frase sobre “nossa conservadora filosofia de ‘comentários’” (CRISÓSTOMO, 2017).

É inegável esse caráter pouco comprometido no ideal crítico filosófico, isto é, conservador. Conserva-se para permanecer como está ou para progredir a passos menos ligeiros. Conserva-se para manter distância do comentado, podendo assim ser imparcial. Nesse sentido, o comentário é a distância segura para adentrar no recinto filosofia, sem contudo perturbar a estrutura do ser considerado filósofo, ao menos tradicionalmente.

Comentar é um gesto de reverência ao texto originário, reconhecendo sua grandiosidade transbordante. Como um canal, a interpretação conduz – com ou sem tanto interesse, mas sempre – os múltiplos sentidos da obra, organizando-os, afluindo-os ou desfocando-os.

Falar sobre criação não é um trabalho tão separado assim de criar. Um não acontece sem o outro, haja vista que o autor é um crítico de si. Esse diálogo corrobora a compreensão da obra, permitindo que a mesma possa aflorar em significados, quando não em respostas às demandas públicas. Certa ocasião, Guimarães Rosa (1994, p. 40) disse – em entrevista a Günter Lorenz – que, embora a tarefa crítica difira da do autor, ambas se imiscuem no ato de escrever. Em seguida, compara-as à navegação de uma nau, em que o escritor se comportaria como um descobridor, a desbravar mundos, enquanto ao crítico caberia o timão. Há de ter algo de desbravo, do contrário, “um crítico que não tem o desejo nem a capacidade de completar junto com o autor um determinado livro, que não quer ser intérprete ou intermediário, que não pode ser, porque lhe faltam condições, deveria se abster da crítica” (ROSA, 1994, p. 40).

A obra sendo viva em significados, por que os comentários não seriam também? Um artista sem confiança alguma cria sem se perceber criado. Quase automaticamente, segue um traço já traçado, mera cópia, ou aleatoriamente se expressa sem ser tocado, saindo incólume do perigo. O comentarista corre risco semelhante quando, por demasiada deferência, descreve, sem se inscrever na trama textual. Infelizmente, essa é a compreensão geral da nossa filosofia. Notem, não são inúteis, eles ajudam na compreensão por mais insossos que possam às vezes parecer.

Inclusive, essa relação entre comentarista e filósofo me lembrou um provérbio mesquinho. Como a ideia aqui não é extirpar da conversa o que não queremos ouvir, vamos nos delongar um pouco nele, que diz: quem sabe faz, quem não sabe ensina. Ora, poderíamos nesse contexto facilmente trocar para quem sabe filosofa, quem não sabe comenta. E realmente há a crença de que não estamos preparados a fazer filosofia. Pensa-se, mas sem a titulação de filósofo. Quem outorga o título, não se sabe.

Supostamente, a falta de sistema filosófico, a inobservância a um padrão e a tão famosa síndrome do vira-lata que acomete nossa sociedade – cujos acadêmicos não só fazem parte, como estão sentados na primeira fileira, de braços levantados e ávidos a responder com um retumbante “sim” – são todas características que o espelho não reconhece como dignas de um criador, logo só nos resta o papel da criatura. Comentar é a parte que nos cabe neste latifúndio do pensamento. Não à toa, tratamos tão mal a educação e seus agentes, pois no fundo não queremos estar ali, odiamos ter de ensinar para sobreviver.

Ensinar e comentar são ambos vitais, sem os quais a embarcação não zarparia mar afora. Se você não se considera um filósofo, também não espere que alguém vá te filosofar. Se se considera um crítico, critique como quem educa à medida que supre uma carência informacional específica que poderia desde aclarar uma situação qualquer até transformar uma

vida. Em resumo, ao comentador educador cabe não anular esta característica essencial da obra original, que é ter o direito de se manter vigorando em sentidos.

4.2 A demanda reprimida dos outros

Em 2016 tivemos as propostas da professora Carla Rodrigues e do professor Rafael Haddock-Lobo, na qual a inclusão dos excluídos torna-se uma forma de se (re)fazer filosofia brasileira. Várias tentativas de enveredar na temática. Vamos ver agora em 2017, como anda a definição e, por que não, tentarmos nós mesmos uma ou duas. Mais precisamente em 02 de fevereiro, o artigo de opinião intitulado “Por uma disciplina para estudar o pensamento ameríndio nos cursos de filosofia”, do professor Filipe Ceppas – a quem tive o prazer de conhecer, ser inquirido por ele em alguma arguição no mestrado e esbarrar nele pela São Salvador – traz a perspectiva dos povos ameríndios e sua sugestão de inserção no currículo das faculdades de filosofia.

O curto trabalho levanta a questão da demanda histórica sobre o assunto, perpassando os primeiros contatos dos povos originários com os europeus e sua influência em textos e teorias, bem como o interesse antropológico, que radicaliza esse contato entre povos autóctones e a racionalidade europeia. Entretanto, a demanda que realmente salta aos olhos, tanto na história quanto na antropologia da coisa, é a demanda reprimida do outro. O outro que são tantos. Que muitas vezes se define pela negação da tradição, neste caso da filosofia tradicional. E naturalmente, cada outro tem sua particularidade.

Com um pequeno salto, ainda em fevereiro de 2017, o professor Renato Nogueira escreve “Filosofando com sotaques africanos e indígenas”, o que corrobora com essa demanda pela alteridade. Por essa não-tradição. Diz ele: “Dentro de um contexto complexo formado pelo patriarcado, sexismo, misógina, eurocentrismo e racismo, o ‘fazer filosofia’ não escapa à colonialidade”. Portanto, falar de filosofia brasileira nos coloca necessariamente num contexto de não-lugar. A negação é importante, pois o lugar é o da colonialidade, na qual a tradição greco, depois latina, depois europeia como um todo detém o valor sobre o qual tudo mais é balizado. O que quer dizer deter o valor? Ora, quem diz o que é bom, o que é certo, é a cultura eurocentrada, logo posturas que divirjam deste esperado, seja porque a tese não está erudita o suficiente, seja porque a temática não está nobre o bastante, seja porque seu produtor não tem o gênero, nem a cor de pele supostos para a feitura da filosofia, são rechaçadas veladas ou

explicitamente. Se acham que eu estou exagerando, lembrem-se da simples comparação de quando vamos ao restaurante:

Em termos geopolíticos, a filosofia se parece com a gastronomia, quando um homem branco com sotaque francês vestido com os apetrechos do trabalhador da cozinha, ele se ‘torna’ um *chef*. Uma mulher negra com a mesma roupa e preparando a mesma comida geralmente é vista como cozinheira (NOGUERA, 2017).

Portanto, partir de um não-lugar é partir de um enfrentamento. É o leão nietzschiano que precisa combater o dever, o esperado. É preciso fincar o pé para o que não queremos, ainda que para isso precisemos afirmar o que negamos. Ah, mas tudo que você fala é de descolonização, chega a ser repetitivo. E sim, tem algo de repetição mesmo, tenta-se dizer o mesmo diversamente. Até porque, mesmo na insistência tem quem ainda acredite na razão por excelência, que Hegel e Kant são lidos porque são bons e não porque são bons mas fazem parte de um projeto de filosofia que diz que eles são o modelo filosófico!

A negação é tudo menos aquilo que se nega, logo ter dificuldades de identidade não seria um absurdo. Ela se afirma menos a si do que afirma o que é negado, é um contrassenso. Quando me defino como não-branco, afirmo o branco que não sou, ou não-monogâmico, mesma coisa. O não é um caminho, não um fim, um percurso muito importante pois estamos tão entranhados pelo que é negado que, primeiro, faz-se vital matarmo-nos. Extirpados de nós mesmos, tendo limpo o terreno dos valores para poder valorizar outras coisas, acostumando a estrutura vigente a conceber novas possibilidades de existência.

Este “não” é um enfrentamento. Uma resistência contra o que está aí e também um grito de socorro que vocifera preferir ser qualquer coisa menos aquilo. Nega-se como quem luta e cujo resultado muitas das vezes são desconhecidos:

A pessoa não-branca cuja identidade racial foi negada pode passar toda a vida em um limbo, um não-lugar, uma não-voz. Ou pode também reivindicar sua negritude ou descendência indígena, através da luta e da militância ativa. Ainda, conforme a psicóloga [Lia Schumman, do departamento de Psicologia da UFSC], ser não-branca não é algo por si só. É a tomada dos processos ideológicos que compõem e moldam a sociedade, o afeto, o ódio, o trabalho. Ser não-branca é se tornar não-branca. É tomar posse dessa consciência e lutar por ela (SILVA, 2020).

Isto quer dizer que a negativa pode tanto indicar um vazio quanto um cheio, ainda que de raiva, ressentimento, mas também de carinho e vontade de mudança. Se temos convicção pelo que estamos lutando, podemos inclusive nos dar ao luxo de omitir a negação. Todo preto é um não-branco, todo amor livre nega a monogamia, toda filosofia brasileira é uma filosofia que resiste contra a tradição filosófica. Também quer dizer que talvez a única coisa que tenhamos como certa é no que acreditamos estar errado. Só sabemos o que não queremos, embora não saibamos realmente qual o caminho correto a seguir.

O não-lugar não é sempre uma não-voz, mas talvez a voz do não, como o hífen de Derrida que afirma a impossibilidade da precisão da definição, realçando a multiplicidade de identidades: “ser franco-magrebino, sê-lo ‘como eu’, não é, não é sobretudo, sobretudo não é um acréscimo ou uma riqueza de identidades, de atributos ou de nomes. Trai antes, em primeiro lugar, uma ‘perturbação da identidade’” (DERRIDA, 2001, p. 28). Lembremos que o autor supracitado não era: “um francófono francês, nem um francófono não francês e não magrebino (como os canadenses, belgas, por exemplo); nem um magrebino francófono sem relação com a França, sendo necessário, pois, criar uma nova taxonomia para pensar sua diferença” (BERNARDO, 2024, p. 07).

Neste sentido, o negro que se afirma como tal reconhece sua identidade e por ela traça sua estratégia de defesa à branquitude e o pardo que não se encaixa como negro de pele clara (embora possa ser encaixado) faz do seu não-lugar um lugar de resistência (ou de suplício, pois não ignoro que o não-lugar possa ser tão simplesmente um lugar negado, lugar de isolamento, de privação e de submissão). Ambos em matéria de combate são não-brancos, estão contra a branquitude, cada um a seu modo. São as particularidades das diversas realidades que definem os modos de ser não-algo.

Sendo assim, falar de filosofia feita pelos povos originários, mulheres ou afrodiaspóricos está longe de ser a mesma coisa, senão no que tange a filosofias que versam à margem do cânone filosófico, muito embora dificilmente se apartará de todo dele. Em seu artigo de 21 de fevereiro de 2017, intitulado “O Brasil e a filosofia africana”, encontramos uma definição interessante para esse amálgama de forças contrários ao que está aí:

O filósofo norte-americano Cornel West definiu a filosofia afro-americana como ‘a interpretação da história afro-americana, sob as luzes de sua herança cultural e lutas políticas, como fonte de normas desejáveis que possam regular respostas para os desafios que hoje os afro-americanos enfrentam’. Podemos nos apropriar dessa definição narrativa e pragmática de West substituindo ‘afro-americana’ por ‘brasileira’, ‘africana’, ‘afro-diaspórica’, ‘indígena’ etc (LOPES, 2017).

O ponto aqui me parece tentar ressignificar o conceito de filosofia para abarcar outras possibilidades de fazer filosofia. Ainda muito presa à historiografia, mas sim uma tentativa, um primeiro passo para partir de um esperado para um não-esperado. Não nos esqueçamos que esta negação é também uma dupla negação. Isso porque o esperado, o *modus operandi* é em muitas das vezes a anulação do que não seja ela mesma. Portanto, falar de branquitude torna-se embranquecer tudo, anulando as diversas manifestações culturais; que a monogamia não tolera a sexualidade feminina e que a filosofia universal desconsidera as regionalidades de pensamento como igualmente legítimas: “Sem questionar as escolhas epistêmicas subjacentes

ao *modus operandi* da filosofia no Brasil, acabaremos restringidas ao campo das que trabalham com ‘coisas de mulher’ [em vez de filosofia propriamente] (RODRIGUES; CASTRO, 2017).

Respeitar a herança cultural pode ser lido como uma compreensão de que por vezes para fazer filosofia é preciso refazer o modo de se fazer filosofia. Procurar neste novo modo a voz negada por meio da história, mas também das particularidades históricas, culturais e, portanto, existenciais. O homem negro portará armas comuns e singulares ao pardo, à mulher branca, à mulher negra; a luta por uma liberdade sexual e afetiva demanda rompimentos que aproximam à luta das mulheres por mais independência, mas tem características próprias que só se enveredando em suas teorias e vivências podemos responder.

Também no que tange à filosofia brasileira, ao tratá-la, lidamos na verdade com um grande arsenal de filosofias não-tradicionais, mesmo que durante toda sua história haja material bem conservador, maldizente de si e super afeita a galicismos. Ainda assim, se é daqui, o que quer que seja ser daqui, é não-tradicional. Neste sentido, repletas de singularidades, sua definição terá um viés histórico, reflexão que exige se perguntar o que é história, pois datar seu início no Brasil com a historiografia jesuítica, ou seja, portuguesa, para algumas vertentes é ultrajante! Ora, como salientou Filipe Ceppas, os povos originários produzem e produziram filosofia, a seu molde. Seu desenvolvimento temporal constrói a própria noção de como chegamos até aqui e, infelizmente, o que “erramos”, mas também como podemos reparar nossos erros.

Outro ponto de observação da filosofia brasileira é através da manifestação das margens da filosofia. A demanda reprimida de pensamento que não teve voz na filosofia tradicional. Sua mera existência hoje é um ato de resistência, muito embora elas não estejam de todo livres da constituição do opressor em si, podendo não raro reproduzir seus métodos de valoração. Chamo aqui as filosofias feitas por mulheres, dos povos originários, africanas e afrodiaspóricas, o que antes chamávamos de pensamento, quando chamávamos, a fim de dizer não ter que chamar de filosofia propriamente, como quem diz: Olha, eu reconheço que há algo aqui, mas filosofia mesmo, só aquela de base racional, de origem grega, com aval de Platão, Descartes e Kant... ora se não é esse a maneira da colonização atuar, nomeando o seu como o único viável.

É a partir de novos autores e autoras que, antes de rogar pela representatividade, temos que falar de apresentação. Fazer aparecer o que não existia. Na graduação, quantas autoras eu conhecia? Hannah Arendt (li), Simone Beauvoir (ouvi falar)... hoje a juventude lê e ouve falar de bem mais, mas ainda em número muito inferior ao cânone masculino. Se formos entrar em autores africanos, não-europeus de modo geral, a crise só fica mais aparente. Fazer-se conhecer, para fazer-se representar. Representar o quê? O cânone, compondo a tradição no lugar de outro

autor tradicional? Numa primeira instância, sim. Mas fundamentalmente, trazer para a mesa de discussões outro modo de discutir.

A famosa torre de marfim, que os pesquisadores são cooptados a se isolar para produzir. Saindo do meio material para uma realidade contemplativa, crítica, imparcial... essa é a idealização para a maioria dos acadêmicos. O que não se percebe é que essa é uma estrutura que crê que possamos nos apartar da realidade. Assim como outros comportamentos, esse é mais um, afeito à uma vida que pode se dar ao luxo de parar. Imaginem agora uma filosofia que se faz não de fora, mas de dentro, que precisa do caos, que a própria subida à torre soa como uma violência ao estudo proposto. Para este modo de fazer filosofia, não basta ler autoras e outros autores, é preciso lê-los como quem escreve, como quem também está a fazer filosofia, pois não há mais o caminho esperado. Não-caminho, não-esperado, sabemos o que não queremos, mas é preciso também querer algo, criar algo.

Fazer o quê? Criar o quê? “A escuta dos sujeitos canonicamente desprovidos de autoridade epistêmica (entre mulheres, populações negras e indígenas) e deslegitimados em suas expressões de justificação e experiência” é fundamental para essa resposta (SATTTLER, 2022). A saber, no que não queremos, parte da tradição, há um indicativo do que queremos, que passa por considerar “privilegiadamente as reflexões produzidas por filósofas e por filosofias interseccionais e decoloniais” (SATTTLER, 2022), por exemplo, as não-tradições.

Lembremos que corremos sempre o risco de trocar seis por meia dúzia, afinal oprimir é a vingança do oprimido. Num contexto em que a estrutura se mantém pouco ou quase inalterada, ler autoras terá sua importância, melhor do que não lê-las, mas a tendência será que sejam assimiladas pelo sistema. Não posso deixar de notar que as maiores referências da extrema direita atualmente, dia 13 de dezembro de 2025, em França, Alemanha e Itália são, respectivamente, Marine Le Pen, Alice Weidel e Giorgia Meloni, todas mulheres.

Aqui, não-lugar e lugar convivem. É um risco, de fato. Assim como uma possibilidade. “A interseccionalidade [sendo] um traço que caracteriza uma abertura da filosofia feminista às questões sociais e políticas atravessadas por raça e classe e outros marcadores experienciais” (SATTTLER, 2022) é também uma força:

A decolonialidade [sendo] um traço de deslocamento epistêmico relativo às heranças filosóficas e políticas deixadas pela colonização sobre corpos e pela colonialidade sobre corpos e saberes.

Evidentemente, estas reflexões têm profundas implicações para o próprio conceito de filosofia ou de atividade filosófica, e para a compreensão de seus conceitos formativos” (SATTTLER, 2022).

O que nos leva ao por que do por que, a saber, o que é filosofia para você? Por que não é possível permanecer como estamos, afinal deu certo para muitas pessoas, não? Para algumas... alguém se beneficiou da maneira pela qual fazemos filosofia. Se perguntar pela filosofia também é fazer filosofia, portanto, se perguntar pelo que seja e de que modo a filosofia brasileira se dá, é fazer filosofia brasileira. Fazer aparecer o que antes não tinha voz sem se perguntar pelo o que dá voz, é o que nos faz repetir os mesmos erros diversamente. Naturalmente, vamos repetir o mesmo erro várias e várias vezes, mas pelo menos podemos tentar não errar. Ousar o impossível de não entrar no mesmo rio duas vezes. Querer reinventar o rio para dar de cara no mesmo rio, mas agora quem sabe um pouquinho diferente de antes. Sabendo-se diferente: “A discussão sobre filosofia brasileira é o que de mais confortável pode fazer um filósofo brasileiro, justamente porque isso o mantém distante do Brasil” (SILVEIRA, 2017).

Notemos como há vozes contrárias à reflexão sobre o que seja filosofia brasileira, como se fosse algo dado, amplamente divulgado (caro professor, o senhor ao menos se deu ao trabalho de verificar os currículos dos cursos de filosofia no Brasil?), como se todos soubessem o que é. Nem ao menos sabem se existe! “Então, podemos distinguir uma perspectiva teórica sobre a filosofia brasileira – que é representada por essa discussão – e uma perspectiva prática, totalmente ausente do debate, porque ela não é parte de uma discussão sobre filosofia brasileira. Ela é filosofia brasileira” A posição do professor salienta o caráter teórico da crítica à filosofia brasileira. Só há teoria? Não há prática?

A meu ver essa opinião tem em mente uma realidade da filosofia enquanto torre de marfim, mas ao mesmo tempo ignora o importante trabalho teórico a respeito, bem como reforça a cisão entre teoria e prática. Ratifico: como pensar aquilo que foi deixado à margem do córrego da filosofia sem pensar o que seja filosofia propriamente, no caso, a brasileira? Será mau-caratismo do professor? Porque nem toda opinião será proveitosa, convém, pois, rechaçar posturas que reforcem estereótipos opressores. Não, ele não é qualquer um, é um acadêmico, um símbolo, uma meta que atira no próprio pé. Aspira cuidados redobrados!

Não se está confortável com a filosofia brasileira, ninguém pensa em Brasil quando falamos de filosofia, logo é preciso lutar pelas brasilidades nas filosofias. Ou seja, não se sabe se se faz filosofia brasileira, ou se é outra coisa dentro ou fora da filosofia. Questionemo-nos. O professor parte do princípio de que é uma questão pacífica, que todos sabem bem o que é filosofia brasileira, que se faz filosofia brasileira. Basta ser brasileiro e pensar que já se faz filosofia por acaso? Forçando uma barra, digo que pode ser, mas que isso não está definido de antemão. O que é ser brasileiro? O que é pensar?

Não é por acaso que nós, os brasileiros, já fomos chamados por intérpretes nacionais de ‘um povo de sofistas e retóricos’, adeptos do ‘diletantismo’, das ‘divagações literárias’, do ‘verbalismo inoperante’, daquela ‘forma alienada da cultura que é a erudição’ resultante de uma espécie de ‘infecção romântica’ que tem nos atacado (SILVEIRA, 2017).

Como o conhecimento é repleto de veredas. Estou eu falando mal dele e vai e me lança essa opinião muito sensata. Concordo totalmente, muito embora se fizesse uma autocrítica, veria tratar-se dele próprio, ao menos nesses breves trechos. Não me engano, também sou fruto do que critico, e não sairemos deste atoleiro subalterno enquanto não nos reconhecermos filhos da lama histórica, brasileiramente suja que remete do “descobrimento” até Tobias Barreto e Farias Brito para chegar aos dias atuais, carregados de preconceitos e imprecisões: “Seja como for, na pior das hipóteses a preferência por discutir sobre filosofia brasileira certamente não pode ser considerada ainda a própria filosofia brasileira. Assim como a discussão sobre a gramática não corresponde ao uso da língua” (SILVEIRA, 2017).

E jogar bola não é o mesmo que falar sobre futebol, ou operar um paciente o mesmo que estudar medicina. Mas e quando o ato ele próprio é um falar sobre algo? Defina para mim filosofia. Uma definição bem canônica diria ser o estudo das causas primeiras, o que é um jeito metido a besta de dizer que perguntamos pelos porquês normalmente não perguntados. Os porquês dos porquês! Portanto, nesse viés, não haveria distinção entre fazer filosofia brasileira e se perguntar por que filosofia brasileira – o que fundamentalmente é se perguntar pelo que seja filosofia brasileira: “De minha parte, prefiro correr os riscos de certa imprudência em tentar fazer filosofia brasileira e deixar a cargo de outros, mais tarde, verificarem se o que foi feito é mesmo filosofia brasileira” (SILVEIRA, 2017).

Realmente não gostei deste texto. Sou parcial. Eis que novamente o doutor me surpreende ao sugerir para

alterarmos nossa prática filosófica na direção da cultura brasileira. Isso significa conduzir a filosofia a se tornar uma reflexão da realidade brasileira e não uma reflexão sobre a possibilidade de uma reflexão sobre ela, como é o caso do presente debate. Porém, esse giro temático implicará também a introdução de uma forma de pensamento muito diferente daquela que se firmou na tradição ocidental (SILVEIRA, 2017).

De novo, essa possibilidade de uma reflexão é a reflexão em si que, por sua vez, é a filosofia acontecendo. Falta muita precisão na argumentação, o que não pode ser justificado pelas poucas linhas. Péssimo gosto, descuido com um tema tão caro que o próprio se dispôs a escrever voluntariamente. Ficasse de fora na cadeirinha do tempo, assistindo à peça, mas resolve atuar, “tentar ser um ator a me tornar um crítico” (SILVEIRA, 2017) para nem atuar bem, nem criticar com propriedade, se fazendo valer, tosca e aparentemente, da cátedra e do

título. Ainda assim, embora discorde do começo da sentença, conforme expus, a conclusão é similar a minha, é preciso alterar o modo de se fazer filosofia concomitantemente ao que se estuda em filosofia.

Agora, à exceção de uns pontos fora da curva, temos bons exemplos da filosofia brasileira a partir da reflexão sobre o que seja e como acontece (ou poderia acontecer) a filosofia brasileira. Voltando à pergunta que coloquei, basta nascer no Brasil para ser brasileiro, basta pensar para fazer filosofia? Junta-se os dois e temos filosofia brasileira? Isso pode parecer supérfluo para o professor mencionado e tantos outros, mas num contexto em que tudo que se lê é, em sua maioria, proveniente de outras nacionalidades, parece ser imensamente plausível se questionar sobre se o que fazemos seja de fato legítimo, próprio ou tão somente reprodução, divulgação. Nós que fizemos, mas não é nosso, como um carro estrangeiro que gera empregos aqui, mas quem mais lucra sorri além-mar.

Porém, se a praça pública não é lugar em que se debatem as ideias ‘ou pelo menos aquelas, da ética e da política, que dizem respeito a projetos de sociedade’ no que apresentem de novo e mesmo de contestável, mas se reduz a um espaço em que se divulga, difunde, reitera o que já é consagrado, então isso implica que nossos pensadores acabem mostrando da filosofia uma visão mais técnica do que criativa (RIBEIRO, 2017a).

Por que a filosofia deveria ser criativa e não técnica? A resposta técnica é uma resposta automática, por vezes mais ampla, certamente de mais fácil reprodução, mas diante do inusitado, da novidade, a fôrma da técnica não encaixa bem. A criatividade é a forcinha pra fazer caber que por vezes deforma a fôrma: “Ou seja, se nossa ágora não é o lar da nossa discussão, é porque também ela não é o objeto de nosso debate” (RIBEIRO, 2017a). Ágora aqui joga com a tradição filosófica como também com a autoralidade, a criatividade e, principalmente, com a proximidade como material de pensamento. Por que nos ler? Porque ler é nós.

Frases de efeito à parte, o Brasil é uma invenção na qual acreditamos. Uma localidade que tem locais, a saber, há coisas próximas, vida acontecendo, cheiros, cores, gostos. Há pessoas. A abstração disso tudo numa única noção é o que chamamos de país. No entanto, nossa relação com a proximidade é, no mínimo, delicada, pois a conectividade nos faz acreditar piamente que somos próximos do distante. Conhecemos pessoas de outros continentes, visitamos outros países num piscar de olhos, consumimos cultura dos mais diversos povos, chegamos inclusive a falar a língua deles. E no caso específico da filosofia, lemos tanto o que não sabe português que perdemos nosso sotaque:

Se nos sentimos estranhos nos Trópicos, se nossa postura ante as grandes questões filosóficas é governada por um mal-estar de quem preferiria estar escrevendo em outra

língua, sobre outros tópicos, em outro lugar, então jamais teremos, com a filosofia, a familiaridade que permite criar o novo (RIBEIRO, 2017b).

A verdade é que querer é poder. Não que a vontade tenha algum poder de concretizar na realidade, porém a partir da vontade somos instigados a perseguir uma realidade sonhada, ideal. Somos ludibriados pelas nossas crenças, de modo que se queremos muito, habitualmente muito, a ponto de nem precisar pensar nisso (ainda que possa haver muito pensamento), pois nosso corpo já está acostumado a esse desejo... de tanto querer, de estar em outro lugar, acabamos de fato estando em parte em outro lugar. Tem algo de vontade na aproximação. Familiaridade é hábito, habitar é tornar lar uma localidade qualquer.

Assemelha-se a isso a diferença entre saber e conhecer, em que saber atíça os sentidos, memória e informações adquiridas, tudo junto em um caos ora organizado, ora só bagunçado, enquanto conhecer apenas foca nas informações e no que podemos fazer a partir delas. Mora-se na sabedoria, mas visita-se o conhecimento. Claro, há fronteiras onde ambos se confundem... assemelha-se a isso a diferença entre turistar e viajar, onde ninguém mora, mas um está mais atento às experiências na localidade, em ouvir daquele espaço-tempo-filosofia para poder falar para-sobre-com aquela espacialidade e além; e o outro, em passar o tempo, distrair-se, relaxar, válido, necessário, transitório por excelência, enquanto a experiência insiste em perdurar em nós. Claro, há fronteiras onde ambos se confundem... um não é melhor do que o outro, mas o excesso de um pode ser fruto do apagamento do outro. Decida, pois, você, se o apagamento da multiplicidade é uma coisa boa ou ruim.

Toda essa falação de linguagem e localidade traz-me à lembrança as aulas de Linguística e o conceito de língua materna, que em termos gerais poderia significar a língua conforto, aquela que aprendemos em contextos não formais e/ou mais afetuosos, ou seja, em casa, na rua, entre pessoas próximas. Temos também o conceito de primeira língua que, brevemente, trata-se da primeira aquisição formal. O pulo do gato está no fato de que essas definições, aprendidas na graduação, não são tão precisas na prática. Ou melhor, versam exclusivamente sobre uma determinada situação adotada como padrão. Quando nos deparamos com refugiados, imigrantes ou mesmo filhos de pais com nacionalidades diferentes, a coisa fica mais complexa:

[...] o significado da LM pode variar de um contexto para outro. Assim, no Canadá, segundo este autor [William Mackey], a LM é primeira língua (L1) aprendida e compreendida; na Suíça é a língua que se domina melhor, utilizada de forma espontânea e natural e na Austrália é língua de pertença a um determinado grupo cultural ou étnico, através do qual o sujeito estabelece os laços afetivos mais importantes (cf. Ançã, 1999b, p. 15) (SUISSE, 2016, p. 54).

Acreditamos aprender a pensar como um grego, um alemão e um francês muito antes de como um brasileiro. O absurdo dessa sentença faz sentido se pensarmos o quão pouco letrados somos em filosofia brasileira: “Não se trata mais de demonizar essa condição colonial, mas sim de pensar a condição brasileira para além da tradição europeia” (DANNER; CEI, 2017). Bem, às vezes se trata sim de pensar nossa condição além da tradição endemonizando, macumbando a tradição europeia. Quando começamos a nos dar conta de tudo que poderíamos ser e que nós ignoramos ou que foi tirado de nós, fica difícil não criar ranço.

Deixar ir, perdoar, dar mais uma chance são questões que a filosofia brasileira precisa pensar para lidar com sua parte filosofia, a tradição a fim de fazer jus à sociedade que colherá os frutos de suas reflexões. E como somos todos filhos do eurocentrismo, é conveniente que as instituições e os currículos mais avançados queiram fazer as pazes com esse passado. Quanto a isso, Derrida lembra uma vítima que, perante uma comissão, disse: “Uma comissão ou um governo não podem perdoar. Só eu, eventualmente, poderia fazer isso. Mas não estou pronta para perdoar” (2000, p. 118 – tradução de Cláudia Perrone-Moisés).

O alemão, o grego e o francês não são nossa língua mãe, muito embora as definições deixem mais rastros do que certezas. Não nos criaram, mas fomos educados por eles filosoficamente. Eles não têm a proximidade do primeiro afeto na maioria de nós. Rimos, choramos e contamos piada, depois criamos conceitos. Ainda assim ignoramos o riso e as lágrimas nas duras sentenças e teses sobre filosofia. Quero falar a minha língua, mesmo que ela não exista. Não tenho como ignorar o que sou, por mais violência que haja nessa formação, mas posso sim ser mais, preciso ser mais:

Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou, ao explicar fenômenos, utilizar analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que o nosso século colocou sobre nós, sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso. Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela, qualquer que seja (ARENDT, 1989, p. 12).

Convém, pois, a ressalva de que a carência da formalidade no que tange à filosofia brasileira, às questões brasileiras, ao que nos é próximo, nunca nos impedirá de pensar. A ideia dá seu jeito, porém retira de contextos formais e até oficiais a filosofia que acha mais importante falar de nascentes do que de clareiras, que pode falar da verdade e da justiça ou outro tema aparentemente sem cara, mas que assim o diga com a nossa cara. Qual é a nossa cara? Ah, só fazendo para saber. Porque querendo ou não, toda filosofia tem uma cara, um quem, uma personalidade que ora se releva, ora se retrai em pretensa impersonalidade, por isso que é preciso pensar o como fazer, não apenas o que fazer em matéria de filosofia:

Nesse sentido, se vale à pena continuar a filosofar no Brasil e a partir dele, isso somente é possível pela fundação de nosso discurso filosófico-sociológico da modernidade como ponto nodal e contraponto às teorias da modernidade canônicas, o que também implica, como fizemos ver ao longo do texto (DANNER; CEI, 2017).

4.3 Responder é dar vida

Tenho insistido neste trabalho que não basta trocar os autores, mas também o modo de fazer filosofia precisa mudar, pois a estrutura está comprometida. Há coisas boas no passado, devemos a ele boa parte do que somos. O que somos? Algo entre a promessa e a dívida.

Arendt apoia-se na experiência de Jesus, não do ponto de vista teológico, mas do político, para tratar de dois conceitos de vital importância para os assuntos humanos: o perdão e a promessa. O primeiro nos libera do peso do passado, enquanto o segundo nos livra do medo do futuro (PERRONE-MOISÉS, 2014).

Podemos perdoar ou cobrar toda ou parte da dívida com o passado, do que poderíamos ter sido. Podemos exigir que a promessa do que poderemos fazer se cumpra. Até agora, a filosofia brasileira se ocupou de agradecer tudo que foi dado, falta a cobrança do que não foi e fazer jus a tudo que ainda pode ser. Já dizia Tom Zé (1972): “Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”. Ou seja, se perguntar pela tradição filosófica é reconhecer sua responsabilidade no que há de bom e ruim e sim tomar por vezes uma postura mais enérgica na afirmação do que não queremos.

Os modos de fazer são muitos. Alguns já apareceram por aqui. Temos a troca dos tipos de autores, suas nacionalidades, gêneros, raças e sexualidades. Na agenda conservadora essa conversinha de margem da filosofia se confundiria pejorativamente com o termo *woke*, que se refere à “forma de estar consciente sobre questões não só sociais, mas também políticas e económicas, presentes na nossa sociedade” (COSTA, 2024). Acrescentando, o termo *woke* trata de questões afeitas a pautas culturais da esquerda.

A direita também margeia. Há uma minoria sem voz em todos os espectros políticos. Todavia, a modificação da qual trato neste trabalho têm timbres específicos. É bem possível que parte da direita se enquadre nessa substituição do cânone por outros autores menos clássicos e em sintonia com suas pautas. Inclusive, quando a filosofia brasileira é tratada pela direita, ela tem uma abordagem, digamos, até mais proeminente. Lembremos que o site Brasil Paralelo, notadamente de viés direitista, versa nas primeiras entradas do Google para a busca “Filosofia Brasileira”. Digno de nota que durante o desenvolvimento desta tese foi lançada a Enciclopédia

da Filosofia Brasileira, um site que já aparece em segundo no buscador supracitado, perdendo apenas para a Wikipedia. No entanto, é uma iniciativa recente ainda, de 2023.

Portanto, frequentar as margens até que virem parte do rio é de suma importância para pensarmos a filosofia brasileira. Nem sempre estará claro de que lado estamos do córrego, se esquerdo ou direito, entretanto sempre há um julgamento, uma decisão política, até na indecisão com a falta de clareza. Não há o universal, senão a partir da singularidade. Agora, essa crítica não basta. Ela não é, nem deve ser a única mudança do cânone. Releituras e acréscimos de autoras e autores são muito bem-vindos, mas com eles, hão de vir junto seus modos de fazer filosofia.

Historicamente, um modo específico de fazer filosofia venceu. O mais racional, controlável, reproduzível e conceitual possível. Se para isso tivermos que ignorar parte do cânone, assim será feito. Não usamos a estrutura dos diálogos de Platão, nem tão pouco as sentenças de Nietzsche para escrevermos artigos, teses ou colunas de opinião. Podemos usá-las. Podemos aceitar que o discurso dissertativo-argumentativo não é o único portador de mensagem clara, podemos ser coerentes e agir de acordo com o que apregoamos, a impossibilidade da objetividade. Sendo assim, que venha mais textos que pensem a forma, ironicamente menos formais.

Um trabalho especializado nem sempre é especial, às vezes é só mais do mesmo mesmo. Essa é a triste verdade. Não falo de reconhecimento, muito menos genialidade. Digo de fazer a nossa parte para não sermos insignificantes a nós mesmos ou contraditórios com o que acreditamos. Preferimos ler belos textos, mas trabalhamos em prol de conteúdos secos e unimorfos. Um modo que quando cai aqui goela abaixo com as invasões, assemelha-se ao cumprimento de *data venia* aos próprios invasores e, assim, perpetua-se a estrutura importada sem nem ao menos nos questionar se era a melhor maneira, como quem usa uma roupa que não cabe, mas que não sabe mais viver sem:

Está armada a rede de onde, deitados, podemos apreciar a cena: do ‘aluno-professor’, que não consegue ouvir mais do que 10 minutos sem intervir com a mão no queixo, ao bolsista ‘sênior’, passando pelos estudantes de pós-graduação, pelos televisivos ‘recentes, mas muito inteligentes’, há medalhões-filósofos para todos os gostos e de todas as idades (BURNETT JUNIOR, 2018).

A suposta universalidade da filosofia tem impedido que a filosofia brasileira se constituísse plenamente enquanto relevante no rol de pensamento sobre o Brasil. O excesso de racionalidade tem deixado para escanteio uma gama de outras formas de abordar o problema, algumas até bem caras já ao público. O apego à tradição filosófica tem nos impedido de ousar

para além do cânone, nos tornando reféns dos mestres, aptos a descrevê-los, incapazes de acompanhá-los e superá-los eventualmente.

Não é um bicho de sete cabeças fazer algo diferente. Diga-se de passagem, somos sempre diferentes quando não somos nós mesmos. Ou melhor, quando achamos que não somos. Nesse sentido, fazer algo diferente não pela diferença por si, mas porque o que se tem feito, nem sempre tem o intuito de nos compreender. Em vez disso, compromete-se a reproduzir a compreensão de outrem como se fosse nossa. Neste exemplo acima, ao se referir a medalhões, Burnett traz Machado de Assis e seu conto Teoria do Medalhão para falar de filosofia brasileira. Ele não está inventando a roda, não é a atitude mais ousada, muito embora o texto seja belíssimo. O que ele faz no entanto é de muita potência simplesmente por usar referências próximas e comuns para pensar-se. Parece o básico dizendo assim, mas nem o básico temos feito.

Aqui, Machado é tanto escritor de literatura quanto filósofo brasileiro. Ah, mas quais suas teorias, qual seu sistema? Ora, essas são perguntas da tradição filosófica para com outra tradição, uma que já foi a europeia, menos afeita a normatizações do que a problematizações e questionamentos. Mais mítico-literária, menos científica. Um exagero da minha parte, talvez, mas certamente trazer a discussão por referências outras faz toda a diferença.

Sejam temas, atitudes, abordagens, pois isso é esperado num currículo padrão: o que deve ser estudado. Determinados temas, assim como alguns autores, não são de bom tom. A visão historicizada de que é preciso isso para ler aquilo dificulta a atualização dos temas. Proponho dar uma chance, ver com olhos filosóficos assuntos entendidos por mundanos – como futebol ou uma mera cachoeira – pode estimular o pensamento. Não é simplório, é simples; não é banal, é banalizado. Não há, pois, temas ou mesmo autores que não são dignos de pensamento, só não fomos capazes de pensá-los ainda. Ou não querem que sejamos, por qualquer desinteresse mais ou menos projetado.

Ratifico: não estou aqui pregando contra, mas a favor do pensamento. Sou contra os clássicos? — Não. Sou dogmaticamente a favor? — Não. O matuto que lê o mundo pode saber mais do que o doutor em filosofia. O especialista de nada é especial quando não cria. Terá seu lugar na estante da história o bom copista, mas nenhum livro relevante terá sua autoria se não passar a errar com convicção. Entendo que é necessário cortar fora alguns clássicos, nem por isso não devemos ler outros tantos. Ler o que não se lia é conveniente. Machado é o cânone da literatura, enquanto Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus até bem pouco tempo não eram mencionadas nas faculdades de Letras – experiência própria –, quanto mais nas de

filosofia. Como fazer diferente se não diferentemente? Sem novas estruturas, sem novas leituras? Sem novos temas, velhos temas esquecidos, velhos temas ressignificados.

Ler exaustivamente? Não há bolsas neste país, nem estrutura social, acadêmica e familiar que instituiu essa prática da clausura bem remunerada. Nem somente se faz filosofia assim. Talvez os tempos de escrita precisem ser outros, assim como os temas. Talvez mais do que se comparar com o que se faz fora, pensar dentro. Cotejar fora para pensar dentro. Ler só até o ponto de minimizar os erros, potencializando os riscos ao galgar desafios maiores que o conhecimento te permite. Não se trata de desejar errar, mas de arriscar.

Mudam-se, pois, os autores, os temas, as abordagens. As instituições precisam acompanhar essas mudanças. Como havia dito, em 2023 criou-se a Enciclopédia da Filosofia Brasileira, disponível em: <<https://www.editorafi.org/enciclopedia-da-filosofia-brasileira>>. Com coordenação de Ivan Domingues, o site traz à memória sua Coluna Anpof, na qual ele menciona como faz falta esse respaldo oficial, inclusive para tratar do que não é oficial. Fica a reflexão: precisa se tornar oficial? Se queremos catedráticos que lecionem sobre tais e tais temas e não mais do mesmo, sim, precisa. Reconheço que a oficialidade é uma resposta dada e estagnada para fazer a roda girar.

Ou seja, necessariamente caducará. Não tem problema, ela perecerá em seu tempo, porém não vejo toda máquina como nociva, assim como não compreendo toda instituição como perversa. Lutamos muito para estarmos aqui, vivendo sob a ordem democrática, sobre as instituições, elas serão falhas, mas nem por isso serão opressoras. Mudemos para manter o que queremos e precisamos, pensemos juntos enquanto comunidade o que já deu sua hora. Segue a proposta curricular geral para o estudo da filosofia brasileira por Ivan Domingues (2020):

Uma investigação da chamada filosofia institucional ou institucionalizada, vista como campo de força e de disputa, bem como espaço aberto de experiências e de discussão; uma exploração das práticas conceituais que, por razões a serem devidamente investigadas, não encontraram eco na filosofia institucionalizada, ainda que manifestem o potencial conceitual do pensamento brasileiro em diversas áreas como a religião, a ciência, a cultura, a arte e a política. Pela primeira, busca-se reconstruir o processo de formação do pensamento filosófico entre nós; pela segunda, busca-se colocar na agenda de discussão as formas silenciadas e marginalizadas da produção do saber, tais como a filosofia africana, as cosmologias ameríndias, o feminismo e a filosofia decolonial.

Um dos caminhos para uma filosofia brasileira passa pelas instituições, pois serão nelas que as mudanças de paradigma acontecerão. Mas ora, não são elas parte do sistema? Bem, decerto será preciso repensar seu papel. Há quem pense inclusive seu fim. Por exemplo, temos em Ivan Illich (1973, p. 23) seu grande expoente ao retirar das escolas a maior responsabilidade

pela educação, além de situá-las como as maiores responsáveis pela propagação do aparato capitalista, opressor e produtor de consumo:

Pobres e ricos dependem igualmente de escolas e hospitais que dirigem suas vidas, formam sua visão de mundo e definem para eles o que é legítimo e o que não é. O medicar-se a si próprio é considerado irresponsabilidade; o aprender por si próprio é olhado com desconfiança; a organização comunitária, quando não é financiada por aqueles que estão no poder, é tida como forma de agressão ou subversão. A confiança no tratamento institucional torna suspeita toda e qualquer realização independente.

Nada mais justo que terminar com elas ou quaisquer outras instituições... realmente num primeiro momento seria mais fácil demolir tudo. Talvez em algumas circunstâncias só nos sobre destruir. Muito porque, a destituição de certos membros de um cânone pode significar a destruição da instituição cunhada para a propagação daquela tradição, como ocorre com alguns ditadores e seus regimes à sua imagem e semelhança. Ratifico sobre o cânone que ele reflete a tradição e sua contraparte institucional. Criticar o cânone é mais do que criticar a tradição, mas propor outra tradução da tradição para a sociedade: “A reformulação do cânone só ganha sentido anti-de(s)colonial se isso significar a ruptura total e radical com a própria ideia de cânone” (BOTTON, 2021).

Nestes cenários a desconstrução nem sempre é uma opção. Os revolucionários de outrora assim enxergavam quando destituíram monarcas e demais déspotas. Ora destruir, ora desconstruir para destituir. Um filho que não é mais aceito no lar, um lar que não acolhe suas crianças, uma sociedade que não promove certos cidadãos ou uma cultura que ignora povos dentro dela; a esses cabe dar cabo. Sobreviventes do mundo, reinventemo-nos! Boa parte das mudanças que precisam acontecer serão repaginações, mas outras deverão atacar o mesmo cerne que nos sustentou até aqui. Tomar uma decisão dessas sozinho, além de difícil, fere os princípios democráticos pelos quais lutamos para manter. São os departamentos, a comunidade acadêmica e externa, por que não, que se dirigirão à ágora contemporânea para escolher seus novos e conscientes erros ousados.

Cuidado, somente aceitar gente nova na festa não muda o fato dela ocorrer no mais das vezes em clubinhos privativos. Penso se cânone estático não seria já parte da estrutura contra qual estamos nos opondo. Não seria o caso de um cânone dinâmico? O cânone é o espelho da sociedade ideal, mas se o ideal for diverso? Seu reflexo não seria uma única imagem e seu currículo, multifacetado. Em vez dos mesmos autores, temas, questões se intercalando entre nomes clássicos e novidescos. *Pop* e erudito de mãos dadas não é novidade, diga-se de passagem, Villa-Lobos já dizia. Ser popular ou erudito? Em algum momento, a pergunta ficou tão banal que deixou de ser perguntada. Na mesmice nos acomodamos. Trazer a discussão de

volta pro chão, com as linguagens que forem, não só já foi feito e esquecido como faz parte ser resgatada, lembrada, inventada novamente.

Aqui não há um argumento que valide apenas uma postura. Revolucionar ou não revolucionar é uma decisão coletiva, quando abarcar mais gentes, e individual quando dizer respeito a um. Claro, o um sempre pode fazer sua parte na revolução, na quebra total de um sistema, seja social, seja familiar, mas é justo afirmar que quanto mais radical a postura, mais demandará dos revolucionários, logo mais necessário o apoio mútuo, ou a busca de auxílio.

Neste momento entra em cena os guardiões do cânone: os especialistas. Quer mudar algo, não antes do nosso crivo – vociferam polidamente. Eles são peças fundamentais da estrutura de poder para colocar em voga o projeto canônico. Assim como os capitães do mato, eles são a linha de frente com a chibata e a caneta na mão:

Uma das consequências desta institucionalização é o advento dos especialistas [...] As tecnocracias formadas teriam como consequência adicional um círculo vicioso, onde ‘especialistas demandam mais especialistas’, criando um monopólio (‘barricadas institucionais’) em relação à capacidade de se criar conhecimento na área e de validá-lo (SABBATINI, 2012).

Convenhamos, não há cânone sem alguém para alimentá-lo. Seus vigias também são zelosos, também cuidam, a rédea curta normalmente vêm quando pisam em seus calos, quando desafiam sua estrutura que, no caso da filosofia brasileira é, *exempli gratia*, o Brasil. É o Brasil, os brasis que batem de frente ao aparato filosófico que eles e nós acreditamos. Não nos lemos apenas por hábito, mas por projeto. Não ousamos nem inventamos como podemos, mas só como devemos, de acordo com o *status quo*:

A comunidade acadêmica brasileira de filosofia considera seus agentes epistêmicos suficientemente competentes para serem coerentes e atuais, mas não para serem originais. Eles podem, sim, escrever sobre Wittgenstein, Heidegger, Arendt ou Butler. Eles só não podem propor ideias novas e ser originais (SEABRA, 2021).

Algo precisa mudar na mentalidade. Reconhecer outros saberes caminha conjuntamente ao autoconhecimento da falibilidade. Somos altamente especializados em uma coisinha, e ignorante em tantas outras. E mesmo no que sabemos – e sim, proponho soluções dentro do problema que sou. Todos nós somos problema e solução em possibilidade –, sabemos bem menos do que não sabemos. Especialistas que aprendem, que ouvem, que incentivam seus alunos a falarem, a produzirem: “é preciso que o aluno fale da arte que quer aprender. ‘Falar das obras dos homens é o meio de conhecer a arte humana’”. (RANCIÈRE, 2011, p. 74).

O especialista tem como especial seu conteúdo, mas não necessariamente o caminho até esse conteúdo. Como os alunos irão acessá-lo (ao mestre e à matéria) não está em suas principais preocupações. Daí as aulas serem eminentemente expositivas, sem trabalho de campo, sem

estudos de caso, sem maiores cuidados didáticos. Nada diz que não é possível fazer isso em filosofia. Não tentamos! Aqui só há escolhidos, mestrinhos do saber cuspe e giz e leitura e escrita tão somente. Se eu mestre fiz, eles também farão, mal sabe ele que esqueceu sua origem burguesa, confortável, quando não filhote da ditadura, enquanto a bolsista ali de pele escurecida rala infinitamente mais para estar no lugar que ele de paraquedas caiu.

O que vemos nas aulas de filosofia como exemplo de democracia é dividir a turma em seminários. Isso não necessariamente produz criticidade nos alunos, ao contrário, expõe em certos profissionais uma atitude preguiçosa de ensinar a falar, a produzir conteúdo. Em outras palavras, força os discentes a terem de descobrir solitariamente a filosofia, enquanto permite que esse especialista não tenha que ofertar uma aula menos monótona. Entendo que tal docente universitário possa não ter formação adequada didaticamente, nem se importasse com isso, ou o docente escolar não tenha tempo nem seja valorizado... mas e aí? Nem toda solução já está dada, mas o que está dado não está bom. É vital o trabalho conjunto entre universidade e sociedade para se chegar a um lugar mais favorável para ensinar e o que é ensinado faça mais sentido para quem aprende.

Promova, por exemplo, que cada aluna, cada aluno possa fazer perguntas aos textos e eles mesmos respondam, que a mestra ou o mestre faça perguntas aos “grandes” e ele mesmo tente responder. Troquem, aprendam, errem, ousem juntos. Quando digo que a filosofia não se atenta à sua estrutura, ao personalizarmos poderia dizer que seus especialistas não se preocupam como passar o conteúdo, ao menos no âmbito universitário. Didatismo aqui entendido como o modo de transmitir um saber, não apenas o conteúdo do saber.

Concordo, contudo, que são afirmações duras e difíceis de sustentar sem dados mais concretos. Ignorem-nas, se preferirem, vou deixar apenas algumas reflexões: como as instituições se sustentam pelos especialistas? Pela reprodução do modelo. E que modelo é este na prática? Como ocorrem as (suas) aulas? Se você traz autoras e autores diferentes, como os traz? Do mesmo modo que seus mestres e seus autores antigos faziam ou diferentemente? O que você faz para que seus alunos acreditem que podem e devem fazer para superar você? “O que embrutece o povo não é a falta de instrução, mas a crença na inferioridade de sua inteligência” (RANCIÈRE, 2011, p. 64).

Pela milésima vez, não é para começar tudo do zero, embora há sim o que jogar fora. Além do mais, muito já foi gasto neste lixo que é nosso luxo. Por isso, muitos optam por não abolir tudo, mas aderir a mudanças, a transformações aqui e ali, isto é, a revoltas. Em especial no Brasil, somos um país revoltoso, não revolucionário. Digo isso sem demérito, constato apenas o fato de que em 500 anos boa parte do que nos fundou ainda está em vigor e a própria

abolição da escravatura (talvez o mais perto de uma revolução que chegamos, haja vista a grande mudança estrutural que o país sofreu) careceu de tanta mudança que quiçá seja melhor classificá-la como nossa maior revolta.

Lembremos que as instituições são invenções. Elas se achegam como meros entrepostos entre a metrópole e a colônia, passam por servir a alguns coronéis e interesses locais até o modelo atual que resiste a golpes de estado. Naturalmente, há muito o que fazer, mas muito também já foi feito e se desfazer disso tudo pode não ser a melhor solução para nós. Está aí outra quase revolução que temos: instituir instituições que sirvam a muitos ao invés de poucos:

O nosso interesse maior, no Brasil, é construir um aparato institucional propício a uma integração pela cidadania que não seja meramente nominal, nem se reduza a instrumentos pontuais e caricaturais como o sufrágio, mas que se efetive materialmente. As instituições seriam os vetores de uma outra forma de se constituir a cidadania, uma cidadania material e produtiva, não apenas formal e política (MEDEIROS, 2020).

Em última instância, podemos encarar todas essas mudanças como um processo paradoxal. Mudar o cânone para se criar outro cânone. Outros modos de se fazer competirão explícita ou implicitamente por hegemonia. Destruir (ou desconstruir) instituições para manter ou criar outra estrutura que nos guiará ou arrastará à força História adentro. E se mesmo assim resolver continuar aplicando seminários, os ensaios de fim de disciplina, que pelo menos façam conscientemente: tenho um projeto de filosofia e para tal é imprescindível tratar o conteúdo de tal e tal maneira. Que os donos da verdade cedam espaço às dúvidas, não aquela dúvida que sabe mais do que não sabe, mas perguntar por realmente não saber e responder para dar vida:

Oferecemos um último conselho aos departamentos de filosofia que ainda não abraçaram a diversidade curricular. Dadas as razões demográficas, políticas e históricas, a mudança para uma concepção multicultural de filosofia nos EUA parece inevitável. Prestem atenção ao adágio estóico: ‘O Destino guia aqueles que vêm com vontade, e arrasta aqueles que não’ (GARFIELD; NORDEN, 2016).

Trata-se de uma escolha pessoal sim, mas pode se tornar uma decisão colegiada numa universidade e até um projeto de Estado se assim for do interesse. Um menos opressor, embora sempre em alguma medida violento, um que abarque mais possibilidades e que não restrinja a filosofia ao mero ato policalesco do que é digno ou não de ser pensado: “Sob essa perspectiva, o desbravamento das ideias e seu polimento de que se incumbe o ofício da filosofia também resultou no policiamento sobre o que pode ser pensado e sobre o que deve ser silenciado” (RENNÓ, 2021).

Nós que nos dispomos a pensar filosofia brasileira achamos que cabe cuidado de reflexão ao tema, acreditamos que ele é digno de ser pensado. Essa dignidade não é uma obrigação ou uma vocação, mas tão somente um gesto gentil ao que achamos de suma

importância para a filosofia, para um projeto de Estado, para a sociedade. Quando se lê isso, parece que automaticamente ouvimos alguém dizer que se algo é digno, é porque outro algo não é. Não basta mencionar o que é pensado, mas o que é digno, logo há o que não é digno, perde-se tempo pensando. Há coisas que não são dignas do meu pensamento, coisas menos pensáveis, talvez. Feias, poucos poéticas:

Memória, o pensar concentrado da lembrança do que cabe pensar, é a fonte da poesia. Por isso, o modo próprio de ser da poesia se funda no pensar. Isto nos diz o mito, ou seja, a saga. Seu dizer evoca o mais antigo. O mais antigo não somente porque, segundo a ordem cronológica, é o mais anterior, mas porque, desde sempre e para sempre, e segundo seu modo próprio de ser, permanece o mais digno de se pensar (HEIDEGGER, 2021, p. 118).

Preciso confessar que esta tese é um parricídio, pois eu sempre achei a citação acima belíssima. Ainda acho em alguma medida, mas falar de filosofia brasileira é uma autocrítica da filosofia que habita em nós, é reconhecer nossos pais teóricos e des-... alguma coisa. A poesia, a memória, o mais antigo não é o digno de ser pensado, mas o inverso. O que é digno de ser pensado é poesia. Torna-se poesia a partir da dignidade que damos àquele tema. A partir da dignidade que se dá daquele tema em nós, por aparecer para nós que há a possibilidade de imergir a poesia, a memória, o que é mais antigo se atualiza e permanece fazendo sentido.

Heidegger fala do que entende e eu falo de Heidegger com o meu entendimento. Ambos achamos. Eu acho que alguns tópicos são mais profícuos ao pensamento para a tradição e Heidegger, ao tratar de poesia, memória, verdade e ser só reforça o estereótipo. Vale o alerta, claro. Realmente podemos nos demorar demasiado onde só devíamos ter dado uma passada. Realmente tem visita que já devia ter ido embora. Na melhor das hipóteses, só um toque, nada além disso, pois do contrário poderia ser facilmente confundido com coerção. Quem é você para me dizer que o ou não é digno de ser pensado?!

Chama-se, pois, atenção a temas clássicos, mas esquecidos e que valem a pena serem revisitados. Isso é totalmente válido. Tratá-los como o caminho, a verdade e a vida que não. Elencá-los à categoria de essência, pois é isso que acontece quando o mais antigo se manifesta enquanto “o”. Enquanto princípio, enquanto primeiras verdades, é tudo discurso tradicional, essencial, disfarçado com outras roupagens. Por mais simplório que minhas afirmações possam soar, sejamos simplórios vez por outra, assumamos isso para não relativizar a dor latente após chutar a pedra.

Borboletas voam no meu estômago quando falo de filosofia brasileira como quem está apaixonado. Se para você não passa de um assuntinho, sua dignidade para com ele será diminuta. A inversão proposta por mim tira o valor essencial desses assuntos universalmente.

Ora, é isso que a tradição filosófica faz, ela dá peso de Verdade ao que é de seu interesse, enquanto descaracteriza as demais. Falar sobre a justiça, o ser, é uma coisa, mas sobre pedrinhas miudinhas é outra inteiramente diferente? Não, o simples também acontece em sua grandiosidade (HEIDEGGER, 1983, p. 39):

Pedrinha miudinha
 Pedrinha de aruanda eh
 Lajedo tão grande
 Tão grande de aruanda eh
 Três pedras, três pedras
 Dentro dessa aldeia
 Uma é maior, outra é menor
 A mais pequena que nos alumeia³³

Nada mais justo do que usar o autor para refutar a si próprio. Quem consegue, quem reconhece que nas coisas mais simples pode haver todo um universo, não pode desmerecer o regional, é reconhecer no local o universo. O institucional só faz sentido e só se mantém pelas pessoas, pela crença que carregam as pessoas. A permanência a qual chamamos de essência não é infinita, nem imutável, mas uma insistência, uma vontade constante de existência, de perguntar e de responder. O mais antigo, seja um princípio, um método ou uma instituição não se mantém de pé sem nossa crença nelas e se tem algo que vale a pena acreditar está na possibilidade de mudança.

Por isso passamos pelo cânone, pelo currículo, pelas instituições e seus guardiães, tudo isso nos é caro para ressignificar, destruir ou validar. Vamos passar por autores nacionais, internacionais e alguns que essas denominações não darão conta. Vamos passar pelo universal, dar a volta, para chegar ao regional, ao agreste, só para encontrar ali questões essenciais que mesmo a tradição ficaria envergonhada de não assumir. Tomar uma decisão, por mais incerta que pareça, apresenta-se como necessidade imperiosa. Está insatisfeito com o que se ensina? Não ensine. Está confortável? Duvide, peça ajuda, ouça. Mesmo depois de 20 anos de vai e vem filosófico, poucas vezes ouvi “eu sou filósofo”, simultaneamente na área poucas vezes vi críticas à tradição seguidas de mudanças reais.

Um mestre passava textos filosóficos tidos por densos. Lia com a turma, fazia comentários, desafiava o filósofo renomado com questões que lhe diziam respeito. Não pessoais, mas suas, depois dava suas respostas. Após, os discentes deveriam fazer o mesmo: perguntar e responder. Perguntas simplórias tinham a mesma relevância para a instituição do que as profundas, mas não para quem perguntava. O empenho era sim individual assim como a

³³ Ponto de macumba sem autoria conhecida. Há, contudo, várias versões gravadas, dentre as quais, destaco a da Maria Bethânia.

recompensa. O desafio era fazer a obra obrar, ou seja, pegar do texto o que fosse relevante para cada um, como quem contempla uma paisagem singularmente. O desafio era brincar de fazer filosofia até que se chamar de filósofo não fosse algo distante e absurdo, mas comum, como quem pergunta e responde.

Uma mestra peripateticamente abriu de modo literal a porta para que quem quisesse fazer sua avaliação caminhando pelos corredores, assim o fizesse. Nietzsche era Nini; Sócrates, Soso. Gestos simples mas que convidam ao diferente, à ousadia, tornavam lugares habituais estranhos e entidades superiores familiares. Uma estrutura que não prende tanto, que não só limita mas também constitui, dando os contornos para não deixar todo mundo solto e perdido. Mestres que formam sem conformar a acatá-los, do contrário, criticá-los com amor:

Historicamente, o reconhecimento do mérito e da originalidade de uma filosofia era tarefa de filósofos, de interlocutores e da tradição de leitores e intérpretes. Portanto, se existem filósofos no Brasil, resulta imprescindível, primeiramente, examinar e discutir o valor (a originalidade), o alcance e os limites de suas filosofias. Possivelmente, inúmeras objeções serão lançadas contra quem ousar exibir no Brasil o título de filósofo apesar de seu merecimento e de seu reconhecimento. Far-se-á necessário ainda aquilatar o grau de originalidade do pensamento de um pretense filósofo, dado que até entre os filósofos consagrados pela tradição encontramos aqueles que são considerados de grande, média e de pequena estatura intelectual (CHITOLINA, 2022).

Primeiro que TUDO que a gente elencou como filosoficamente válido é um juízo de valor repleto de preconceitos e jogos políticos martelados tempos adentro em nós, de modo que ninguém é bom, médio ou pequeno, mas sim interessante para uns e não para outros. Outra possibilidade é acreditar em verdades absolutas, o que o doutor em questão pode fazer, mas daí a discussão não seria entre argumentos, mas dogmas. Claro que também podemos só confiar na tradição e em seu julgamento:

Um exército móvel de metáforas, de metonímias, de antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram poética e retoricamente intensificadas, transpostas e adornadas e que depois de um longo uso parecem a um povo fixas, canônicas e vinculativas: as verdades são ilusões que foram esquecidas enquanto tais, metáforas que foram gastas e que ficaram esvaziadas do seu sentido, moedas que perderam o seu cunho e que agora são consideradas, não já como moedas, mas como metal (NIETZSCHE, 2007, pp. 36-37).

Essa validação dos pares pode e deve acontecer à luz da autoavaliação e da crítica ao modelo, do contrário é o caso da descoberta atrás do arbusto de Nietzsche. A gente esconde uma verdade que nos interessa, a gente “descobre” essa verdade com se nosso mérito fosse, quando a descoberta faz parte da narrativa, para dar ares legítimos ao nosso interesse. Em seguida, a gente institui-a como a verdade a ser seguida.

Quem dá o título de engenheiro são os pares, assim vale para médicos, advogados e todas as demais profissões. Sendo assim, nada mais justo que os formados em filosofia sejam filósofos, *stricto sensu*. Se serão maus ou bons filósofos, seja lá o que isso signifique, se exercerão o ofício ou se serão mais críticos do que autorais, seja lá o que isso signifique, tudo isso faz parte do jogo de todos os demais ofícios. A regra é clara: se formou, ganha o canudo.

Em sentido mais amplo, há tantos atos filosóficos no dia a dia que qualquer um poderia dar-se ao arroubo de se autodenominar filósofo, como uma criança brincando pode ser vaticinada de pequeno engenheiro ou pequena médica. Exageros meus? Sim e não. O ridículo da coisa traz à tona uma verdade: ali há um gesto que a aproxima daquele profissional, logo em pequena escala ela poderia sê-lo. São nos pequenos lances que o olheiro vê o potencial jogador ainda a ser refinado. Podemos sim refinar os atos filosóficos dos mais diversos, e eles não se tornam filosofia, eles já o são.

Faltaria então refino aos nossos? É isso que precisamos apurar? Fazendo eu as perguntas às minhas questões, regionalismo das questões do mundo; respondendo para dar vida e sentido ao que me rodeia, será Heidegger tão grande assim, será Carolina Maria de Jesus pequena? É inegável que do arbitrário é possível se chegar ao condicionado, afinal leu-se mais um do que a outra, estamos mais acostumados com ele, com seus modelos, seus filósofos. É mais fácil achar um melhor do que a outra. Além disso, obras foram mais ou menos influentes, mas infelizmente não temos como prever como seria o mundo se tivesse lido menos *Ser e tempo* e mais *Quarto de despejo*, e se a obra poética fosse encarada filosoficamente.

Nós nem sabemos o que é filosofia direito para julgar, pois só temos em mente o modo europeu de se fazer filosofia. Além disso, porque só os demais especialistas podem dar sua opinião e não outras pessoas, aquelas impactadas diretamente. Não vejo isso como um problema, mas coloca o ato e as consequências acima da formação pura e simples. Coloca o gesto filosófico acima das convenções. Isso permite fazer da ágora e do androceu, a feira e o pátio; da aristocracia e da oligarquia, uma democracia e uma policracia. Permite reconhecer o valor de pensamento do matuto, do idoso e da entidade como especialistas para contribuir com a discussão em praça pública a sua maneira. Aqui filósofo é aquele que contribui com o pensar público.

Afinal, não era Sócrates quem suspeitava que os legisladores soubessem da justiça; o militar, da bravura e o sacerdote, da piedade para ao fim “descobrir” que a eles faltava razão? Sim, mas não faltava verdade. Lá havia como há no discípulo de Diotima de Mantinea e de Aspásia de Mileto, como há no pai, que ao mesmo tempo é filho da maiêutica. Por mais que não concordemos, há um sentido, uma lógica por vezes ilógica a nossos olhos, mas válidas

também, até para serem rechaçadas dignamente, como quem agradece e convida com polidez a se retirar da cidade. Verdades habitavam com ou sem razão.

Como se não bastasse o conteúdo, a forma é altamente questionável. O uso da mesóclise e da comparação do mérito, do digno a ser pensado, ao quilate, como se fosse um critério objetivo parece entregar mais do filósofo do que o mesmo espera. Ou era exatamente isso que ele queria? Por que se utilizar dessa estrutura? Ah, é o jeito dele. Então é o jeito dele usar um português gramaticalmente arcaizado? Terá ele naturalizado o modelo elitista ou seu uso é consciente? É possível continuar com o argumento “eu aprendi assim”, “só sei fazer assim” para não ter que se pensar para mudar?

Já passou da hora de dar um basta à preguiça intelectual. É preciso arriscar, tomar um partido sem que isso signifique partido único. O Brasil TEM filosofia, contudo somos muito colonizados para perceber isso. Há muitas possibilidades de ação ao mesmo tempo em que não sabemos como agir, o que fazer primeiro. O modo tradicional de filosofar a partir da imparcialidade, neutralidade, objetividade e universalidade está gasto e só dá conta até um determinado ponto e esse ponto parte do pressuposto da exclusão de mulheres do cânone filosófico, negros, crianças, cidadãos comuns, todos que não falem a língua ditada como certa, do modo certo e com o perfil certo para tal:

Então, o que fazer?

Começar pela escuta dos sujeitos canonicamente desprovidos de autoridade epistêmica (entre mulheres, populações negras e indígenas) e deslegitimados em suas expressões de justificação e experiência cognitiva. Considerar privilegiadamente as reflexões produzidas por filósofas e por filosofias interseccionais e decoloniais, sendo a interseccionalidade é um traço que caracteriza uma abertura da filosofia feminista às questões sociais e políticas atravessadas por raça e classe e outros marcadores experienciais, e a decolonialidade um traço de deslocamento epistêmico relativamente às heranças filosóficas e políticas deixadas pela colonização e pela colonialidade sobre corpos e saberes.

Evidentemente, estas reflexões têm profundas implicações para o próprio conceito de filosofia ou de atividade filosófica, e para a compreensão de seus conceitos formativos. Isso significa que a continuidade propositiva das epistemologias feministas deverá seguir por uma nova senda conceitual, e que o reconhecimento das injustiças epistêmicas produzidas sobre sujeitos socialmente marcados requer o reconhecimento de outros corpos como sujeitos epistêmicos. Ou, poderíamos mesmo dizer, requer o reconhecimento do corpo e de sua localização e experiência cognitiva como dado epistemológico e político necessário à atividade filosófica (SATTler, 2022).

Não tem jeito, vai dar trabalho. E até lá, algumas alianças precisarão ser quebradas, para que outras sejam feitas. Muita gente vai se aposentar, outras pessoas vão entrar e terão o esforço

dobrado senão quiserem continuar o legado. Você que nunca se imaginou usando uma linguagem jovem, talvez se veja usando; talvez o jovem precise ler o velho e entender o jovem que este foi para entender o jovem que ele pode ser. Talvez eu não seja a pessoa ideal para falar sobre isso, falte-me margem e estrada talvez. Talvez o atraso seja tão grande que alguém precisava fazer e não esperar que seja feito. Talvez eu não pudesse fazer diferente ou não quisesse.

Todo mundo que hoje pode ler este trabalho é um sobrevivente. Seja de um sistema opressor, seja de uma pandemia. De todo o doutorado, não pude fazer uma disciplina presencialmente e, quando poderia, já era tarde e só restava escrever. A exceção foi a aula ministrada, o destino guardou o melhor para mim. Se não queremos continuar no caminho da extinção, alguma coisa precisa acontecer e assim pretendo seguir. Não é dar palco pra maluco, validando qualquer coisa que há por aí, pois temos também interesses. Um mais igualitário, solidário e... comum. Também não é ignorando tudo que veio antes, e necessariamente não aceitando tudo que veio antes.

Dar voz e sentido ao sem sentido. Ir às escolas e verificar se se ensina cultura africana, indígena, se se fala sobre mulheres, se há acolhimento a necessitados, suporte aos que não se encaixam. Se a estrutura muda junto com seus atores. Se a universidade abraçou a escola, se o modelo de entrada quer deixar entrar quem ficava pela porta fora. Se o currículo tem espaço para autoras e outros autores estranhos à tradição e, se não tiver espaço, façamos ter! Ah, quer um curso de cinco, seis anos porque falta atitude? Ou prefere tirar gente pra botar gente? Eu prefiro a segunda opção. Cada universidade pode tirar um autor clássico, por exemplo; se combinar direitinho, cabe.

As pós, as avaliações, as metodologias, tudo precisa passar pelo escrutínio dos pares, dos sem pares e da sociedade que tem tanto a ganhar ou a perder. Abaixo o colonialismo disfarçado de eruditismo disfarçado de covardia, de medo do novo. Afinal, nem toda novidade é fruto da destruição, nem da desconstrução, às vezes é só criação mesmo, às vezes é só a mesma velharia de sempre que de tão empoeirada, não vemos mais seu brilho. Quando a lua não está cheia, as estrelas miudinhas do céu ficam mais brilhantes. Quando o grande filósofo sai do seu pedestal e pisa no campo, pode ele pensar como um camponês, como um sertanejo, isso não o deixa menor, ao invés, dá a ele a possibilidade de ver o que ignorava, até onde sua razão não podia ir, até onde o universal carecia de concretude. Isto é fazer filosofia a la Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma filosofia a la Brasil significa escrever errado, torto, ou seja, do nosso jeito. Escrever fora do padrão é escrever do jeitinho que sabemos, pois não somos o padrão. Para a norma culta, a escrita correta é *à la*, advinda do francês, mas pra gente vai ser assim, deveria ser assim, gostaria que fosse assim: “Só a ANTROPOFAGIA nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. /[...] Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará. /Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós” (ANDRADE, 1976 – grifo no original).

Assim como os modernistas, reconhecemos aqui o passado que nos constituiu e constitui: o ocidente, a Europa, a razão. Tal reconhecimento tem como ponto crucial e decisivo uma personagem: Platão. Ah, poderia ser Cristo, poderia; poderia ser Homero, poderia; encaramos os conceitos não como verdades absolutas, mas como ferramentas, utensílios, ou seja, um objeto para um determinado fim. Eu queria falar de filosofia ocidental e em como ela definiu o que é Filosofia, achei por bem deixar a coisa mais platônica.

Falar de Platão é falar da racionalidade, de um modo de se fazer as coisas que busca conceituar, que deu as bases para em Aristóteles falarmos de categorizar e, por fim, hierarquizar. Logo, conto um conto e aumento um ponto na História, mostrando como a relação entre conteúdo e forma se altera de lá, de antes de Platão, até cá, depois dele. Como forçamos a separação, dividindo para conquistar e, principalmente, assumindo que conteúdo pode ser tratado à parte da forma, o que arcaicamente não faria sentido.

Tudo isso para convidar o leitor ao que viria a seguir: a tese. Uma que pensa não só o conteúdo do que está escrito, mas como ele se processa. Em algum momento eu acreditei que estava fazendo algo muito diferente e que poderia chocar os leitores mais tradicionais. Hoje não vejo que fiz nada demais, nada além da minha obrigação de ser coerente. Não sou Duchamp, não sou Pelé, muito menos sou Marta, refiz a trajetória de conteúdo e forma para dizer que o que entendemos por teses de doutorado é, na melhor das hipóteses, uma redação dissertativa-argumentativa em sua forma, mas que não poucas vezes diz tratar em suas linhas de revolução.

Não há normas claras para que o ideal tesudo seja *à la grand thèse* francesa, há, pois, o hábito de focar apenas no que se diz e não em como se diz, por considerar a estrutura de menor importância. Há a colonialidade intrínseca que almeja ser o colonizador ao invés de quebrar os grilhões da subalternidade. Há o convite para ao menos conviver com a noção de que para se

filosofar diversamente convém mudar a maneira tradicional de fazer filosofia, seja academicamente, seja futebolisticamente.

Esse pré-texto marca o antes e o depois deste trabalho. Se você aceitou a proposta, continua a leitura, acha relevante a leitura, concordando ou discordando. Eu não inventei a roda, nem tão pouco segui o fluxo. Ou segui? Por que é tão indigesto mudar? Será porque é cômodo permanecer, porque é seguro, quentinho, confortável? Permanecer é uma opção quando não somos bem-vindos, isto é, obrigados a mudar? Inspirado em Heráclito, proponho a seguinte imagem: uma fogueira cuja lenha, ou carvão, são seus combustíveis e o fogo a consequência da combustão. Não há fogo sem ter o que queimar, carvão sem queima é uma pedra preta que suja as mãos, da mesma forma o que permanece só faz sentido com a mudança, e a mudança precisa de permanência para ter o que mudar.

Proponho viver o estrangeiro, aceitá-lo como o estranho que é. Um estado permanente de desconforto acolhedor, harmonia dos contrários contrariando harmonicamente. Aceitar desde a linguagem, mantendo certo equilíbrio entre compreensão e abertura ao inesperado sem baixar a guarda. Afinal, não sejamos tolos, a tradição quer perdurar e, convenhamos, queremos que ela dure. É o que conhecemos, algo dela já nos pertence. A alteridade terá de lidar com automatismos se quiser sobreviver, se não quiser ter que começar tudo do zero.

Não sejamos ingênuos. Os jogos de poder acontecem mesmo que nunca tenhamos pensado neles. Está no dia a dia, na forma de produzir, de pensar. A tradição busca se manter, criando sistemas ideológicos que valorizam o “eu” dominante e inferiorizam ou apagam o “outro”, muitas vezes por meio de processos de desumanização e demonização. E nós? O que podemos fazer para fazer valer nossa vontade, nosso projeto? Primeiro pensar o que queremos, depois colocar em prática. Não basta somente teorizar, criticar, senão quando crítica e teoria são praticadas concretamente.

Por esse motivo a mudança temática, tratando o futebol por material de pensamento. Por esse motivo a mudança estrutural, enxergando que a filosofia não precisa ser jogada apenas espremida no meio do tablado e das carteiras, mas entre quatro as linhas de um gramado. Assim ampliamos as formas de filosofar, incorporando elementos culturais locais – por exemplo o futebol –, articulando corpo e pensamento. Aqui está o básico que defendo sobre Filosofia Brasileira. Aprendemos a nos ver como como o “país do futebol”, podemos ir nos acostumando com a ideia de uma filosofia situada, plural e enraizada em nossa realidade – um exercício de autocompreensão e transformação, aberto a todos que pensam e vivem suas experiências.

Filosofar como quem joga bola não é o que proponho, nem filosofar jogando bola, filosofar e jogar bola... eu não tenho o método. Pode até ser que seja tudo isso, o processo

deverá ser pleiteado, arranhado, excluído e recriado. A ideia é aceitar o corpo, aceitar as diferenças, as incertezas, a partir disso é possível tratar de outra metodologia. Entendam, eu poderia ter feito uma tese sobre o amor, sobre o futebol, sobre fezes, tudo a matéria para o pensamento. Trago pra perto fazendo cá uma ágora também. Melhor, uma feira, onde esbarramos em ideias e frutas. Questionemos o que nos rodeia em roda! E, para não ser hipócrita, eu mesmo faço este caminho. De que modo? Me utilizando de uma linguagem menos formal, usando exemplos mais pessoais e trabalhando com autores nacionais. Muitos. Ora homens, ora mulheres, ora concordando e ora discordando.

Eu poderia ter ousado mais na linguagem. Poderia ter citado mais mulheres, mais negros, mais indígenas. Sempre poderíamos, mas nem sempre estamos atentos. A margem escolhida para debruçar-me foi a filosofia brasileira. E, tendo em vista o que se produz em filosofia no Brasil, a saber a diferença na quantidade superior de artigos, teses e dissertações sobre ou majoritariamente fundamentadas em autores estrangeiros do que em nacionais, diria que é uma senhora margem.

Meu *corpus* foi a Coluna Anpof e dela fui me aprofundando conforme necessário. Lá obtive uma boa amostra da opinião atual sobre o referido tema. Não é a posição oficial da área, mas é o mais próximo disso. Ouvi os especialistas não como a última bolacha do pacote, tão somente mais um biscoito dentre tantos. A meu ver essa postura é fundamental para a crítica, criação, aceitação sem passividade, desconstrução e, porque sim, destruição. Muito porque é preciso abrir espaço se quisermos que gente de fora entre, considerando especialistas não canônicos, porém diversamente sábios.

Da Coluna, tirei algumas impressões sobre o cenário filosófico brasileiro atual: A filosofia brasileira não trata da essência nacional. Este não costuma ser o tópico atualmente. Quando parte do regional, reconhece sua localização no tempo e espaço. E que filosofia não é? Simultaneamente, ao marcar a brasilidade, fincamos nossa posição como ato de resistência. Afinal, ninguém pensa em Brasil de imediato ao dizer Filosofia. Não somos o “país dos poetas e pensadores”, somos sim um país com herança colonial e princípio de vira-lata. Precisamos a cada momento reforçar quem somos e onde estamos.

Agora, a proteção dos seus em demasia cria o que Safatle (2016) chamou de filiação acadêmica, certo corporativismo misturado com cegueira teórica a partir da qual só os seus estão certos: farinha pouca, meu pirão primeiro. Cuidar dos seus é um querer manter-se seguro em meio à escassez, como um capitão-do-mato busca conforto em sua posição. Daí ser imprescindível a reformulação não somente dos meios escritos, mas das instituições, os modos pelos quais a sociedade se impõe.

Outra ideia muito presente nas opiniões diz respeito de trazer pra dentro quem está de fora. A meu ver isso passa por se perguntar o que é filosofia, e como nossa resposta à pergunta influencia o modo dela acontecer (muito embora já estejamos inseridos num sistema que molda a própria resposta pelo próprio). Há claro quem nem se pergunte e só faça e há quem critique nosso excesso de comentadores. Comentar a filosofia é parte da filosofia, assim como criticar onde ela ocorre. A academia pode ser na feira. Filosofar como autofilosofar, ou seja, crítica como criação, a fim de romper com as rédeas institucionais.

Entendo que ter uma noção do que fazer não basta. É preciso coragem, é preciso companhia. Portanto, como fazer essa mudança? Realmente mudar as bases são vitais. Pensar tanto o que é filosofia quanto o que é Brasil. Será um lugar, um projeto, ou até uma ideia ultrapassada? Quem é brasileiro? Quem escrever em português do Brasil? Nossa, quão ironia é se definir pela língua do colonizador... claro que ela não é só dele mais... Quem nasceu no Brasil? Nosso lugar de fala não se dá pelo passaporte, mas pelas experiências concretas e históricas que oferecemos.

Sendo assim, proponho que mudemos nossas referências. É tão impossível fazer filosofia brasileira sem pensadores desde o Brasil – desde um país atravessado, um país que é ponte, além de destino e proveniência, brasis – quanto sem trazer pra roda, a saber, para as bibliografias, os nomes ignorados. Para falar da margem, partindo da margem, temos de fazer matéria de pensamento a margem. Não é possível fazer diferente, insisto, senão diferentemente! Temos que ler outras fontes. Outras faces, outros gêneros, outras cores precisam vigorar. Transformar requer romper automatismos e rever tradições naturalizadas.

Minha margem são os autores e as autoras desses brasis subalternizados, mas chamo pro papo outra galera também, em especial as filósofas. Elas são um exemplo da insuficiência do método. Rodrigues, Oliveira, Almeida, sobrenomes comuns que numa bibliografia têm feições masculinas, pois foi assim que fomos acostumados a tratar. Não se costuma pensar em mulheres que pensam, que filósofas propriamente. A ausência de marcação do feminino não é neutra, mas fruto de uma tradição que naturalizou o homem como padrão. O masculino tende a ser tomado como referência implícita, enquanto o feminino precisa ser explicitado e isso, minhas amigas e meus amigos, é também um ato de resistência. Falar apenas “futebol” ou “Rodrigues” ativa automaticamente imagens masculinas, o que revela mecanismos cotidianos de apagamento como parte da estrutura montada geração após geração.

Temos, pois, a Filosofia sem qualitativos explícitos, mas eles estão lá, e a filosofia que precisa demarcar um lugar. Esse é o local da filosofia brasileira. Ao ter que fincar um pé já nos mostra seu não pertencimento, ao mesmo tempo seu fazer caber, forçando a barra. Trazer para

o palco quem estava de fora é uma possibilidade, mudando as bibliografias e as citações apresentamos ao grande público outras histórias. Podem ser pessoas esquecidas e apagadas do passado ou gente de agora que, se dependesse da tradição, permaneceriam sem participar da peça.

Ou só comentando. Só é graça minha, pois não tem nada de simplório em comentar criando. O comentário filosófico como ato de filosofia, ativo, engrandecedor do texto, misturando alhos com bugalhos para falar da tradição traindo-a com referências próprias à língua do comentador e dos leitores, por exemplo. Isso é completamente diferente da repetição técnica por outras palavras. Pelo contrário, mantemos viva a tradição reinventando-a ou. Reinventar é podar, dar cabo do que não queremos para fazer a planta vigorar, criando práticas filosóficas ligadas à realidade brasileira, acolhendo suas linguagens, experiências e conflitos.

A filosofia brasileira é, portanto, um exercício contínuo de reinvenção crítica e autoral. Sendo uma experimentação, algo em processo, muito deverá ser discutido, combinado, inventado e destruído. Uma atividade coletiva que depende das instituições e que cada aluno, aluna, docente e sociedade em geral pode e deve contribuir. Sim, será necessário ampliar o cânone com mulheres, autores negros, indígenas e periféricos e isso significará que alguém terá de sair do cânone. Decidamos juntos quem. Cada universidade pode fazer a sua maneira.

Valorizemos temas considerados banais como futebol, como comprar pão e demais vivências comuns que tanto nos marcam, nos definem e que tanto negligenciamos na academia; vamos nos reconhecer, nos ler, nos pensar, tratando escritores como Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus também como pensadores filosóficos e nossos colegas de corredor como dignos de serem lidos. Abaixo a obsessão pela neutralidade hipócrita e pela universalidade em detrimento da proximidade. Abracemos formas menos rígidas de escrita, aula e reflexão, inspirando-se inclusive na tradição e seus modos de estruturar textos: diálogos, aforismos, entrevistas etc.

Pedagogicamente, o modelo universitário é demasiado centrado em aulas expositivas e seminários repetitivos. Que estudantes sejam estimulados a fazer mais perguntas, respondendo criativamente aos autores clássicos. A andarem por aí peripateticamente, principalmente pateticamente, tendo suas próprias conclusões e equívocos. Acompanhem ao largo para também termos nossos equívocos. Que avaliações sejam menos engessadas, pois o objetivo é incentivar autoria, ousadia e pensamento crítico, e não apenas repetição de interpretações seguras tão somente.

Desse modo, a filosofia deixa de ser apenas conservação da tradição e passa a ser prática coletiva de criação, escuta e transformação social. Um passo adiante de uma sociedade mais

plural e, porque se aceita e coopera, mais disposta a potencialidades, acolhimento e felicidade. Nunca passou disso, nem agora, nem lá atrás, algo para se tentar ser mais feliz. Segurança demais não é cuidado, é covardia. Tradição parada é tradição morta, é tradição que mata a novidade que nasce a cada momento. Apropriemo-nos de nós mesmos ainda que tenhamos de nos perder só para nos esbarrarmos pelo caminho.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2026.
- ANJOS, Augusto dos. Versos Íntimos. In: _____. *Eu*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1912. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 06 mar. 2025.
- AGÊNCIA SENADO. Especialistas pedem cumprimento da lei sobre ensino da cultura afro-brasileira. Publicado em: 19 out. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/19/especialistas-pedem-cumprimento-da-lei-sobre-ensino-da-cultura-afro-brasileira>>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- ALMEIDA JÚNIOR, George Mathias de. *Mundo espaço e lugar*: uma crítica à interpretação da teoria dos dois mundos atribuída a Platão. Belo Horizonte: PPGFIL, 2024.
- ARANTES, Paulo *et alii*. *A filosofia e seu ensino*. São Paulo: EDUC, 1993.
- ARANTES, Paulo. *Filosofia geral I*: aspectos da atual reflexão brasileira acerca da natureza da filosofia. Ementa de disciplina optativa do segundo semestre de 1984. Disponível em: <[https://filosofia.ffiich.usp.br/sites/filosofia.ffiich.usp.br/files/graduacao/progs_pdf/1984/FLF106_2_1984.PDF](https://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.ffiich.usp.br/files/graduacao/progs_pdf/1984/FLF106_2_1984.PDF)>. Acesso em: 11 mai. 2024.
- ARAÚJO, Carolina. ANPOF/Associação Brasileira de Filosofia. *Fórum de Debates*. Publicado em: 05 mai. 2020a. Disponível em: <<https://www.anpof.org/forum/anpof-associacao-brasileira-de-filosofia>>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- _____. Mulheres na pós-graduação em Filosofia no Brasil – 2015. Publicado em: 05 mai. 2020b. Disponível em: <https://www.anpof.org/wlib/ckfinder/userfiles/files/Files%202/Files%203/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDT, Hannah; SCHOLEM, Gershom. *Der Briefwechsel*. Berlim: Suhrkamp, 2010.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- _____. *Metafísica*. Vol. 2. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Da interpretação*. São Paulo: UNESP, 2013.

ARISTOTLE. *Rhetoric*. Cambridge; Londres.: Harvard University Press; William Heinemann Ltd., 1926.

AULETE, Francisco Julio Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos. *iDicionário Aulete*. Lexikon Editora Digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 07 mai. 2025.

AZAMBUJA, Celso Candido de. O crepúsculo da razão: Marx, Nietzsche e Freud e o desvanecer da subjetividade iluminista. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 68, n. 3, 2012, pp. 507-520.

BBC News Brasil. Escócia rejeita em plebiscito separação do Reino Unido. Publicado em: 19 set. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_escocia_plebiscito_hb>. Acesso em: 04 jul. 2024.

_____. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. Publicado em: 27 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1993.

_____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDO, Martha. “Falo apenas uma língua e ela não é minha”: descolonização e invenção da língua, o messianismo para além do colonialismo humanista. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 65, n. 159, 2024.

BÍBLIA. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Maltese, 1982.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BORGES, Fabio Mariano. *Taxa rosa e a construção do gênero feminino no consumo*. 2017. 27 f. Dados de pesquisa (Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor) – ESPM Tech, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/07/TAXA-ROSA-GENERO-1.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2017.

BOTTON, Viviane Bagiotto. De(s)colonialidade e o cânone filosófico. Publicado em: 17 nov. 2021. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/descolonialidade-e-o-canone-filosofico>>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Sobre a CAPES. Atualizado em: 21 ago. 2023. Disponível em:
<<https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>>.
Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL PARALELO. Existe uma filosofia brasileira?. Publicado em: 13 jan. 2022.
Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/filosofia-brasileira>>. Acesso em:
19 jul. 2024.

_____. Sobre nós. Publicado em: 01 jan. 2024. Disponível em:
<<https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Abingdon; Nova York: Routledge, 2004.

BURNETT JUNIOR, Henry Martin. 10 (Anti-) Teses sobre a filosofia brasileira. Publicado em: 05 abr. 2018. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/10-anti-teses-sobre-a-filosofia-brasileira>>. Acesso em: 03 fev. 2026.

CABRERA, Julio. Perfil completo. Publicado em: 04 abr. 2011a. Disponível em:
<https://filosofojuliocabrera.blogspot.com/2011/04/perfil-completo_09.html>. Acesso em: 05 jul. 2024.

_____. Filosofia no Brasil e na América Latina. Publicado em: 08 ago. 2011b. Disponível em: <<https://filosofojuliocabrera.blogspot.com/2011/08/filosofia-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

_____. Europeu não significa universal. Brasileiro não significa nacional. *Nabuco: Revista Brasileira de Humanidades*, n. 2, nov. 2014/jan./fev. 2015.

_____. Filosofar desde Brasil: além de uma mera questão “nacional” (acerca de um texto de Haddock-Lobo e uma réplica de Vladimir Safatle). Publicado em: 20 dez. 2016. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/filosofar-desde-brasil-alem-de-uma-mera-questao-nacional-acerca-de-um-texto-de-haddock-lobo-e-uma-replica-de-vladimir-safatle>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

CAMILLO, Silvana Gabriela Di. Las críticas de Aristóteles a Platón en *Metafísica* I, 9. *Philosophos*, Goiânia, v. 15, n. 1, pp. 169-195, jan./jun. 2010.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CAPONI G. O longo braço de Goldschmidt. In: *Tempo da Ciência*, v. 10, n. 19 e 20, 2003, p. 47-65.

CATÁLOGO de teses e dissertações. Disponível em:
<<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CHITOLINA, Claudinei Luis. Filosofia desenraizada: um vício de origem - Respostas às objeções de Miranda Barros. Publicado em: 02 ago. 2022. Disponível em:
<<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/filosofia-desenraizada-um-vicio-de-origem-respostas-as-objecoes-de-miranda-barros>>. Acesso em: 02 mar. 2026.

CÍCERO, Marcus Tullius. *De finibus bonorum et malorum*. Alemanha: Ernst Heimeran, 1960.

CNN BRASIL. Cabo, soldado e coronel estão presos e o STF, aberto, ironiza Moraes sobre fala de Eduardo Bolsonaro. Publicado em: 22 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cabo-soldado-e-coronel-estao-presos-e-o-stf-aberto-ironiza-moraes-sobre-fala-de-eduardo-bolsonaro/>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

COSERIU, Eugenio. El lenguaje entre “physei” y “thesei”. *Comunicación y Sociedad*, vol. 2, n. 1, 1989.

COSTA, Daniela da. O impacto da cultura woke e do politicamente correto nas artes. *Revista Acadêmica de Tendências em Comunicação e Ciências Empresariais*, n. 4, 2024. Disponível em: <<https://parc.ipp.pt/index.php/trendshub/article/view/5699>>. Acesso em: 02 fev. 2026.

CRISÓSTOMO, José. De como ainda não fazemos filosofia mas bem podemos começar a fazer. Publicado em: 01 dez. 2016a. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/de-como-ainda-nao-fazemos-filosofia-mas-bem-podemos-comecar-a-fazer>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. Unger, filosofia brasileira e singularidade da nossa experiência contemporânea. Publicado em: 16 dez. 2016b. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/unger-filosofia-brasileira-e-singularidade-da-nossa-experiencia-contemporanea>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

_____. Safatle, o nacional impopular e nosso desejo de fazer filosofia. Publicado em: 01 fev. 2017. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/safatle-o-nacional-impopular-e-nosso-desejo-de-fazer-filosofia>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

_____. Giannotti, “a USP” e a filosofia brasileira: a propósito dos 40 anos da Anpof. Publicado em: 15 dez. 2023. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/giannotti-a-usp-e-a-filosofia-brasileira-a-proposito-dos-40-anos-da-anpof>>. Acesso em: 22 mai. 2024.

DAMATTA, Roberto. *A bola corre mais do que os homens*: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DANNER, Leno & CEI, Vitor. O Brasil não pode renunciar a filosofar, mas precisa refundar seu discurso-práxis desde sua condição e a partir de seus sujeitos epistemológico-políticos. Publicado em: 04 jul. 2026. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-brasil-nao-pode-renunciar-a-filosofar-mas-precisa-refundar-seu-discurso-praxis-desde-sua-condicao-e-a-partir-de-seus-sujeitos-epistemologico-politicos>>. Acesso em: 23 jan. 2026.

DA SILVA, Amós Coêlho. A Sátira X, de Juvenal. *Principia*, n. 18, pp. 53-59, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/principia/article/view/8156>>. Acesso em: 22 set. 2025.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. & GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Edições 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.

_____. *Foi et savoir*. Paris: Seuil, 2000.

_____. *O monolinguismo do outro ou a prótese de origem*. Porto: Campo das Letras, 2001.

_____. *Da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

_____. *Esporas: os estilos de Nietzsche*. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2013.

DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia arcaica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

DISCIPLINAS da Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?nomdis=brasileira&sgldis=>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

DOMINGUES, I. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. Uma agenda para a Filosofia no Brasil: horizonte de um projeto coletivo. Publicado em: 15 set. 2020. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/uma-agenda-para-a-filosofia-no-brasil--horizonte-de-um-projeto-coletivo>>. Acesso em: 03 fev. 2026.

EHL, David. Entenda a crise no território francês da Nova Caledônia. Publicado em: 18 mai. 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/entenda-a-crise-no-territ%C3%B3rio-franc%C3%AAs-da-nova-caled%C3%B4nia/a-69122584>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ESPM. Mulheres pagam mais por produtos “rosa”. Publicado em: 09 mar. 2017. Disponível em: <<https://notaalta.espm.br/o-assunto-do-dia/mulheres-pagam-mais-por-produtos-rosa/>> . Acesso em: 29 jul. 2024.

ESTATUTO da ANPOF 2013. Disponível em:

<<https://anpof.org.br/anpof/documentos/estatuto-da-anpof-2013>>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FLORESTA, Nísia. *Conselhos a minha filha*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de Paula Brito, 1845.

FLUXOGRAMA de disciplinas do bacharelado em Português e Literaturas de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Disponível em: <https://www.dep.uerj.br/fluxos/letras_portugues_literaturas_bacharelado.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024a.

FLUXOGRAMA de disciplinas do bacharelado em Português e Literaturas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://portal.letras.ufrj.br/gradua%C3%A7%C3%A3o/cursos-de-gradua%C3%A7%C3%A3o/letras-portugu%C3%AAs-literaturas/bacharelado.html>>. Acesso: 28 abr. 2024b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO SOUZA, Carla. A filosofia do primeiro romantismo alemão: a questão do fragmento. *Simbiótica*, vol. 4, núm. 2, jul-dez, 2017.

FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: USP, 2009.

G1. Malvinas aprovam domínio britânico. Publicado em: 11 mar. 2013. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/03/malvinas-aprovam-dominio-britanico.html>>. Acesso em: 04 jul. 2024.

_____. Militares tentam dar golpe de Estado na Bolívia e invadem palácio presidencial, mas ato é desmobilizado. Publicado em: 26 jun. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/presidente-da-bolivia-diz-que-forcas-armadas-fazem-mobilizacao-irregular.ghtml>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GARFIELD, Jay L. & NORDEN, Bryan W. Van. Se a Filosofia não quer e não vai se diversificar, então vamos chamá-la daquilo que ela realmente é. Publicado em: 11 mai. 2016. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/se-a-filosofia-nao-quer-e-nao-vai-se-diversificar-entao-vamos-chama-la-daquilo-que-ela-realmente-e>>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GELFERT, Axel. Fake News: A Definition. *Informal Logic*, vol. 38, n. 1, 2018, pp. 84-117.

GIANNOTTI, José Arthur. Depoimento. In: BERNARDO & MENDES (org.). *Vilém Flusser no Brasil*. São Paulo: Relume-Dumará, 1999.

GIFFONI, Giovanna. Oresteia: a morte da música na aurora da justiça. Disponível em: <https://www.academia.edu/39445016/Oresteia_a_morte_da_m%C3%BAsica_na_aurora_da_justi%C3%A7a>. Acesso em: 14 set. 2025.

GOMES, Ricardo. *Crítica da razão tupiniquim*. São Paulo: FTD, 1994.

GRADE de horários das disciplinas do bacharelado em Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://filosofia.uerj.br/c%C3%B3pia-hor%C3%A1rios-de-2023-2>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRADE CURRICULAR do bacharelado em Português da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=8&codcur=8051&codhab=202&tipo=N>>. Acesso: 28 abr. 2024a.

GRADE CURRICULAR do bacharelado em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/jupCarreira.jsp?codmnu=8275>>. Acesso: 28 abr. 2024b.

GRADE HORÁRIA de disciplinas do bacharelado em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://filosofia.ifcs.ufrj.br/2024/02/2024-1-grade-horaria-e-programas-de-disciplinas-disponiveis/>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HADDOCK-LOBO, Rafael. *Derrida e o labirinto de inscrições*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. Filosofia brasileira – uma questão?. Publicado em: 05 out. 2016. Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/en/comunidade/coluna-anpof/848-filosofia-brasileira-uma-questao>. Acesso em: 21 out. 2019.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Filosofia da história*. Brasília: UNB, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Der Feldweg. In: *Denkerfahrten*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1983.

_____. Ensaio e conferências. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

HERÁCLITO. *Os pensadores originários: Anaximandro, Parmênides e Heráclito*. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Fragmentos*. São Paulo: Loyola, 2002.

HERAKLIT. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. 3ª Edição. Volume 1. Berlim: Widmannsche, 1912.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

IBGE. Quantidade de homens e mulheres. Publicado em: 28 jun. 2023. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Os%20resultados%20do%20Censo%20Demogr%C3%A1fico,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20residente%20no%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1973.

JARDIM, Antônio. Quando a paixão é filosofia. In: CASTRO, Antonio Manuel de (Org.). *A construção poética do real*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, pp. 91-112.

JUVENAL. *Sátiras*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1996.

KANT, Immanuel. O que é esclarecimento?. In: _____. *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

KIRK, G. S.; RAVEN, J. F.; SCHOFIELD, M. *Filósofos pré-socráticos*: história crítica com selecção de textos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANDRY, Alexander; ORR, Ram; MERE, Kayla. Dehumanization and mass violence: A study of mental state language in Nazi propaganda (1927-1945). *PLoS ONE*, v. 17, n. 11, 09 nov. 2022.

LARA, Dona Ivone. Alguém me avisou. In: *Sorriso negro*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1981. LP (2min34)

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1940.

LOPES, Marcos Carvalho. O Brasil e a filosofia africana. Publicado em: 21 fev. 2017. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-brasil-e-a-filosofia-africana>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. Infância e colonialidade. In: VASCONCELLOS, Tânia (Org.). *Reflexões sobre infância e cultura*. Niterói: EdUFF, 2008, pp. 21-37.

MAQUIAVEL, Niccolo. *O príncipe*. Publicado em: 01 jan. 2000. Disponível em: <<https://archive.org/details/MaquiavelOPrincede/2up>>. Acesso em: 06 dez. 2024.

MARCONDES, Danilo. *Introdução à história da filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MARTON, Scarlett. Nietzsche: da genealogia à transvaloração dos valores. *Aufklärung*, João Pessoa, v. 7, n. esp, nov. 2020, pp. 97--108.

MATRIZ QUADRO de oferta de disciplinas do bacharelado em Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<https://filosofia.fafich.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Oferta-2024.1-1.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2024.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar*: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MEDEIROS, Tiago. As instituições importam, também para a filosofia brasileira. Publicado em: 09 out. 2020. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/as-instituicoes-importam-tambem-para-a-filosofia-brasileira>>. Acesso em: 14 fev. 2026.

_____. ISEB: uma experiência filosófica brasileira. Publicado em: 05 jun. 2024. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/iseb-uma-experiencia-filosofica-brasileira>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MELO NETO, João Cabral. In: ATHAYDE, Félix de. *Ideias fixas de João Cabral de Melo Neto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MURACHCO, Henrique. Apresentação do tema Téchne: Eidos-Téchne-Tektón. *Hypnos*, n. 4, 1998.

NANCY, Jean-Luc. Introduction. In: CAVADA, Eduardo et al. (Org.). *Who comes after the subject?* Nova York: Routledge, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia*. São Paulo: Cupolo, 1948.

_____. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Assim falou Zarathustra: um livro para todos e para ninguém*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *Ecce homo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1995.

_____. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. *Assim falou Zarathustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *O livro do filósofo*. São Paulo: Escala, 2013.

NOGUERA, Renato. Filosofando com sotaques africanos e indígenas. Publicado em: 20 fev. 2017. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/filosofando-com-sotaques-africanos-e-indigenas>>. Acesso em: 06 dez. 2025.

_____. *Por que amamos: o que os mitos e a filosofia têm a dizer sobre o amor*. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020.

OZIMA, Leonardo. Suicídio é a maior causa de morte entre policiais no Brasil. *Jornal da USP*. Publicado em: 27 ago. 2024. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/suicidio-e-a-maior-caoa-de-morte-entre-policiais-no-brasil/>>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PALHARES, Isabela. Além de vídeo do MBL, gestão Tarcísio usa texto do Brasil Paralelo em material didático. *Folha de São Paulo*. Publicado em: 06 mai. 2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/05/alem-de-video-do-mbl-gestao-tarcisio-usa-texto-do-brasil-paralelo-em-material-didatico.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

PASSOS, João Décio. *As reformas da Igreja Católica: posturas e processos de uma mudança em curso*. Petrópolis: Vozes, 2018.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Os limites do perdão: Hannah Arendt e Jacques Derrida. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 48, n. 4, pp. 143-148, dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jan. 2026.

PESSOA, Fernando. *Poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: O Globo; Klick, 1997.

_____. *Poemas de Alberto Caeiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2020.

PINTO, Júlia Paula Motta de Souza & DE JESUS, Adilson Nascimento. A transformação da visão de corpo na sociedade ocidental. *Motriz*, vol. 6, n. 2, jul-dez 2000, pp. 89-96.

PIZA, Suze. O paradoxo de Hegel: liberdade e escravidão nas colônias. *Estudos Hegelianos*, ano 16, nº 27, 2019.

PLATÃO. *Fedro*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *A república*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

_____. *A república*. São Paulo: Nova Cultural, 2000

_____. *Diálogos: Teeteto e Crátilo*. Pará: UFPA, 1973.

PLATO. *Plato in Twelve Volumes*. Vols. 5-6. Estados Unidos: Universidade de Harvard; Inglaterra: William Heinemann, 1969.

_____. *The Republic*. Cambridge: Cambridge Press, 2000.

PRADO JÚNIOR, Bento. *Alguns ensaios: filosofia, literatura e psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PROJETO pedagógico do curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/jupCarreira.jsp?codmnu=8275>>. Acesso: 28 abr. 2024.

POPPER, Karl. *O conhecimento objetivo*. São Paulo: Itatiaia Limitada; USP, 1975.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 107-130.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RELATÓRIO de percurso curricular do bacharelado em Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/_D20212%20BACHARELADO%20EM%20ESTUDOS>

[%20LITER%C3%81RIOS%20FORMA%C3%87%C3%83O%20LIVRE.pdf](#)>. Acesso em: 28 abr. 2024.

RENNÓ, Leonardo. Racismo e o cânone filosófico. Publicado em: 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/racismo-e-o-canone-filosofico>>. Acesso em: 15 fev. 2026.

RIBEIRO, Berta. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Élida Santos et al.. Implicações patriarcais na ciência: uma aproximação. *Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76048>>. Acesso em: 14 set. 2025.

RIBEIRO, Katiúscia. Rekhet: um exercício que transcende o ato de filosofar. *Ítaca*, n.º 36 – Especial Filosofia Africana, jun./2020.

RIBEIRO, Renato Janine. Pode o Brasil renunciar a filosofar? Publicado em: 30 mai. 2017a. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/pode-o-brasil-renunciar-a-filosofar>>. Acesso em: 24 dez. 2025.

RIBEIRO, Renato Janine. Pode o Brasil Renunciar a Filosofar? (PARTE II). Publicado em: 05 jun. 2017b. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/pode-o-brasil-renunciar-a-filosofar-parte-ii>>. Acesso em: 23 jan. 2026.

RODRIGUES, Carla. A filosofia (brasileira) não é feita só por homens. Publicado em: 22 dez. 2016. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-filosofia-brasileira-nao-e-feita-so-por-homens2>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RODRIGUES, Carla & CASTRO, Susana de. As mulheres ou os “silêncios” da história da filosofia. Publicado em: 08 mar. 2017. Disponível em: <<https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/as-mulheres-ou-os-silencios-da-historia-da-filosofia>>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, Wanderley Pereira da. O dualismo na teologia cristã: a deformação da antropologia bíblica e suas consequências. 2010. 163 f. *Dissertação de Mestrado* – Escola Superior de Teologia, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo. 2010.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUNKLE, James Reade. Gap regeneration in some old-growth forests of the eastern United States. *Ecology*, 62(4), 1981, pp. 1041-1051.

SABBATINI, Marcelo. O pensamento folkcomunicacional de Ivan Illich: caminhos cruzados entre o ethos da desinstitucionalização convivial do mundo e a natureza prometeica do legado beltraniano. *XI Congresso de ALAIC*, Montevideo, 2012. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/59019350/2012-alaic-sabbatini20190424-35469-bvdxuk-libre.pdf?1556149090=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DO_pensamento_folkcomunicacional_de_Ivan.pdf&Expires=1770670563&Signature=YfQMKRdF2Mmdt4WoDJmtT5PSgBMHdWUVVwWBdsmd8mEd9WNHQIRaNYJFxGu-psgsyUe6M7V15Mv0e11VDs-QrKM95q9lg11cN3pcRYf6ZYKDN3XNJwb7RybGsFEg1VOvRPIveLFETk33QR6kKsaZ5zkGq-emhVE1GhVUYyGH8LAz94tDG56-dLnU~lg3VX9XbbQnvApsIQYbvoZr4M3lvsbkIwHVf~HDJXZoSuC7SmGrd9vEuNrP-IIOIvYoiQ7NqftyNSghS97b6XTtGwMspTHy5xVtOLlg4FdSAmFiEHL3U5Z3YZbVMvv30HvZ3S4hF3K7~ITtj-aM2iitPgCnug__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>.

Acesso em: 15 fev. 2026.

SAFATLE, Vladimir. Seria necessário algo como uma “filosofia brasileira”? Publicado em: 19 out. 2016. Disponível em: <<https://anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/seria-necessario-algo-como-uma-filosofia-brasileira>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

SATTLER, Janyne. Epistemologias feministas: diálogos convergentes. Publicado em: 16 set. 2022. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/epistemologias-feministas-dialogos-convergentes>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAVIAN FILHO, Juvenal et al. A BNCC e o futuro da filosofia no Ensino Médio: hipóteses. Publicado em: 18 abr. 2018. Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/comunidade/forum-anpof/item/16661-a-bncc-e-o-futuro-da-filosofia-no-ensino-medio-hipoteses>. Acesso em: 21 mai. 2019.

SCHIO, Sônia Maria. *Hannah Arendt, história e liberdade: da ação à reflexão*. Porto Alegre: Clarinete, 2012.

SCHÖPKE, Regina. O vitalismo libertário de Gilles Deleuze, anti-humanismo e etologia dos afetos: animalidade restituída. In: OLIVEIRA, J. (Org.). *Filosofia animal: humano, animal, animalidade*. Curitiba: PUCPRESS, 2016.

SCHUBACK, Márcia Sá Cavalcante. Para que língua se traduz Ocidente. In: ABRANCHES, Antonio (Org.). *O que nos faz pensar*. Vol. 1, 10. Cadernos do Depto. de Filosofia da PUC-RIO, out. de 1996.

SCHWEICKARDT, Júlio. Entrevista concedida em Medicina indígena como cuidado complementar no SUS. Publicado em: 20 out. 2024. Disponível em: <<https://humanamente.fiocruz.br/agora/medicina-indigena-como-cuidado-complementar-no-sus/>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SEABRA, Murilo. Colonialismo cognitivo: examinando as retinas da comunidade brasileira de filosofia. Publicado em: 06 dez. 2021. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/colonialismo-cognitivo-examinando-as-retinas-da-comunidade-brasileira-de-filosofia>>. Acesso em: 15 fev. 2026.

SÉRGIO, Manuel. *Filosofia do futebol*. Cascais: Prime Books, 2009.

SILVA, Gabriele de Oliveira da. As não brancas: identidade racial e colorismo no Brasil. *Geledés*. Publicado em: 18 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-nao-brancas-identidade-racial-e-colorismo-no-brasil/>>. Acesso em: 08 dez. 2025.

SILVA, M. G. C. F. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, 2019. Publicado em: 03 out. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrqSgJ/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da. O debate sobre Filosofia Brasileira. Publicado em: 10 fev. 2017. Disponível em: <<https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/o-debate-sobre-filosofia-brasileira>>. Acesso em: 13 dez. 2025.

SOUZA, Ricardo Timm de. A Filosofia mudou depois de Auschwitz. *IHU On-line*, São Leopoldo, n. 265, 21 jul. 2008.

SUISSE, Abdelilah. Transferência linguística na aprendizagem do português como terceira língua estrangeira por estudantes universitários marroquinos. 2016. 614 f. *Tese de Doutorado* – Universidade de Aveiro, Departamento de Educação, Aveiro. 2016.

TAMALE, Sylvia. *Decolonization and afro-feminism*. Ottawa: Daraja Press, 2020.

TENENTE, Luiza. Após americana viralizar com Machado de Assis, professores votam: qual é o melhor livro de cada estado brasileiro? Publicado em: 28 mai. 2024a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/05/28/qual-e-o-melhor-livro-de-cada-estado-brasileiro-professores-elegem-os-medalhistas-veja-resultado.ghtml>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

_____. Mais da metade dos alunos brasileiros tem nível baixo de criatividade; país está entre os últimos de ranking internacional, diz Pisa. Publicado em: 18 jun. 2024b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/06/18/mais-da-metade-dos-alunos-brasileiros-tem-nivel-baixo-de-criatividade-pais-esta-entre-os-ultimos-de-ranking-internacional-diz-pisa.ghtml>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TODOROV, Izvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TUGENDHAT, Ernst. A filosofia como exercício na universidade. In: CRISÓSTOMO, José (Org.). *A filosofia entre nós*. Ijuí: Unijuí, 2005.

UERJ. *Deliberação PPGFIL 009/2016*. Autoriza a Reformulação do Programa de Pós-graduação em Filosofia, Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado.

VÄTH, Markus. *Musterwechsel: Wie wir unsere Wirtschaft retten*. Offenbach am Main: Gabal, 2019.

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. Alemanha: Suhrkamp, 1971.

WHITEHEAD, Alfred North. *Process and reality: an essay in cosmology*. Nova York: The Free Press, 1969.

ZANINI, Fabio. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser “Netflix da direita”. *Folha*. Publicado em: 29 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2024.

ZÉ, Tom. Senhor cidadão. In: *Tom Zé*. São Paulo: Continental, 1972. LP (3min49)